



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO + DESIGN

DANIEL MARQUES ARRUDA

**PROJETO E IMAGEM COMO POLÍTICA URBANA.
SOBRE A PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DA ARQUITETURA
INSTITUCIONAL PÚBLICA EM FORTALEZA-CE.**

FORTALEZA

2018

DANIEL MARQUES ARRUDA

**PROJETO E IMAGEM COMO POLÍTICA URBANA.
SOBRE A PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DA ARQUITETURA
INSTITUCIONAL PÚBLICA EM FORTALEZA-CE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAU+D), da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre (M.Sc.) em Arquitetura, Urbanismo e Design. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico.

Prof. Orientador: José Almir Farias Filho

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A817p Arruda, Daniel Marques.

Projeto e Imagem como Política Urbana : sobre a produção contemporânea da arquitetura institucional pública em Fortaleza-CE / Daniel Marques Arruda. – 2018.
274 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. José Almir Farias Filho.

1. Arquitetura Institucional Pública. 2. CDMAC. 3. Acquário Ceará. 4. CEC. 5. Fortaleza-CE. I. Título.

CDD 720

DANIEL MARQUES ARRUDA

**PROJETO E IMAGEM COMO POLÍTICA URBANA.
SOBRE A PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DA ARQUITETURA
INSTITUCIONAL PÚBLICA EM FORTALEZA-CE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAU+D), da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre (M.Sc.) em Arquitetura, Urbanismo e Design. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico.

Prof. Orientador: José Almir Farias Filho

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Almir Farias Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Linda Maria Pontes Gondim (Membro)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Otávio José Lemos Costa (Externo)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof. Dr. André Soares (Externo)
Universidade de Fortaleza – UNIFOR

AGRADECIMENTOS

Ao Sr. José Tarcísio Furtado Arruda e a Sra. Celina Maria Marques Arruda, pelo reforço constante de que a única forma de liberdade e enriquecimento inalienáveis, só podem ser obtidas, através da busca incessante e prazerosa do conhecimento.

Ao Dr. José Almir Farias Filho, pelo crivo, paciência e compreensão, dignos somente a quem tem os valores e compromissos advindos da clara vocação e amor ao ofício.

A Milena Baratta Aldigueri Rodriguez, sem a qual a parceria, apoio, irmandade e divergências, não seria possível a conclusão do presente trabalho ou a metade da minha formação arquitetônica e pessoal.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo + Design (PPGAU+D) da Universidade Federal do Ceará: Almir Farias, Ricardo Paiva, Ricardo Bezerra e Beatriz Diógenes, pelo esforço na construção e manutenção do curso, as contribuições literárias e debates promovidos em sala de aula.

A professora Dra. Linda Gondim, pela contribuição como pesquisadora, fundamental a produção do presente trabalho, assim como as sugestões e críticas sinceras, que contribuíram para sua melhoria.

A professora Dra. Glória Diógenes, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, pela contribuição sociológica a minha formação como arquiteto.

Aos colegas da turma 2016.2 do PPGAU+D, em especial a Carlos Eugênio Moreira de Souza e a Anastácio Braga Nogueira com os quais os debates constituídos nas formulações dos trabalhos foram enriquecedoras.

Aos pesquisadores que produziram os trabalhos científicos que serviram de alicerce para a produção do presente trabalho.

“Temos de perder a mania de inovar a qualquer preço, de sistematicamente discordar dos pensadores que antecederam o nosso século somente pelo temor de nada dizer de novo”
(SUASSUNA, 2011, p.15).

RESUMO

Toda arquitetura institucional pública nasce de uma condição política, social e econômica específica. Ela leva a assinatura do setor público, mas é resultado de um embate entre diferentes atores urbanos: setor privado, grupos de interesse ou de pressão. A técnica e a estética seguirão e tentarão materializar essas intenções ou subvertê-las. É de se perguntar, portanto, qual é o papel dessa arquitetura solicitada e concebida a favor e como representação de uma política pública, e qual sua contribuição na produção do espaço urbano? Constituiria a declaração de uma estratégia de dominação forjada nos comportamentos profundamente arraigados dos grupos sociais dominantes? Significaria não mais que uma vinculação pragmática de interesses político-econômicos conjunturais? O presente trabalho parte do pressuposto de que, na atualidade, a principal missão da arquitetura institucional pública é dar suporte aos imperativos do modelo de globalização neoliberal, sendo a imagem arquitetônica um componente central para a concepção e interpretação de novas dinâmicas socioespaciais ajustadas a este modelo. Considerando tal premissa, esta pesquisa tem por objetivo principal investigar como se efetiva o alinhamento político-ideológico da arquitetura institucional pública feita no Ceará a partir da década de 1990, e quais as suas repercussões na cidade de Fortaleza-CE. Em tal perspectiva, examina-se duas obras que guardam uma imagem-síntese do grupo de poder hegemônico regional instaurado desde então: o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC, 1999) e o Centro de Eventos do Ceará (CEC, 2009). Um terceiro projeto – o Acquário do Ceará –, ainda em construção, também foi analisado com intuito de averiguar a continuidade desta estratégia. Esse estado de coisas foi decodificado através de uma metodologia de pesquisa que articula três dimensões analíticas: (a) a análise da conjuntura política e do contexto institucional; (b) a análise do conteúdo discursivo e programático dos projetos; (c) a avaliação das repercussões socioespaciais na pós-ocupação das obras.

Palavras-Chave: Arquitetura Institucional Pública. CDMAC. Acquário Ceará. CEC. Fortaleza-CE.

ABSTRACT

All public institutional architecture emerges from a specific political, social and economic condition. It takes the public sector's signature, but it is the result of impasses among different urban actors: the private segment, groups of interest or groups of pressure. Technique and aesthetics will follow up in an attempt to materialize these intentions or subvert them. Therefore, it is vital to ask what the role of this architecture, which is requested and conceived in favor of and as representation of public politics, is and what it contributes to the production of the urban space. Would it constitute a declaration of a domineering strategy forged upon deeply rooted behavior of social domineering grupos? Would it mean just a pragmatic link of economic political conjunctural interests? Considering the architectonic image a central component for the conception and interpretation of new socialspace dynamics adjusted to model, the starting point of this present paper is the assumption that, nowadays, the main mission of public institutional architecture is to give support to the globalized neoliberal imperatives. Based on this premise, the main objective of this research is to look into how the political-ideological architecture alignment of the public institutional architecture in the State of Ceará becomes effective, as of 1990, and its repercussions in the capital city of Fortaleza. In such perspective, two projects which offer an image-synthesis of the regional hegemonic group in power, since the 90's: Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC, 1999) and Centro de Eventos do Ceará (CEC, 2009). Bearing in mind the objective to prove the continuity of this strategy, a third project - Acquário do Ceará - still undergoing construction, was also analysed. This was proved and decoded through research methodology which articulates three analytical dimensions: (a) the analysis of the political and institutional contexts; (b) the analysis of pragmatic content of project discourse; (c) the evaluation of socialspace repercussions after its occupation and use.

Keywords: Public Institutional Architecture. CDMAC. Acquário Ceará. CEC. Fortaleza-CE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 -	1ª Fase: Teoria e História	20
Figura 02 -	2ª Fase: Estudo de Caso	21
Figura 03 -	Ministério da Educação 1936 – 1943 (autores: L. Costa, A. Reidy, J. Moreira, C. Leão, E. Vasconcelos e O. Niemeyer)	57
Figura 04 -	Museu da Pampulha (autor: Oscar Niemeyer)	59
Figura 05 -	Catedral de Brasília, ministérios e Congresso Nacional ao fundo. Autor: Oscar Niemeyer (1960)	60
Figura 06 -	Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Autor: Affonso Reidy	61
Figura 07 -	Maquete da proposta para o Guggenheim do Rio de Janeiro (autor: Jean Nouvel)	73
Figura 08 -	Cidade das Artes (autor: Christian Portzamparc)	74
Figura 09 -	Museu do Amanhã (autor: Santiago Calatrava)	74
Figura 10 -	Complexo Administrativo do Estado de Minas Gerais (autor: Oscar Niemeyer)	76
Figura 11 -	Grandes projetos de arquitetura institucional pública concebidos pelos governos do Estado do Ceará após 1986	95
Figura 12 -	Perspectiva da implantação geral do projeto do Concurso Símbolo Ícone de Fortaleza	97
Figura 13 -	Área do aterro para a viabilização do CMFEC	97
Figura 14 -	Edifícios e espaços públicos relevantes (raio 500m) – CDMAC	115
Figura 15 -	Edifícios do entorno, fotos anteriores a edificação do CDMAC	116
Figura 16 -	Edifícios do entorno, foto da rua José Avelino anteriores a edificação do CDMAC	116
Figura 17 -	Edifícios do entorno, vista da passarela do CDMAC	117
Figura 18 -	Caracterização entorno do CDMAC. Edificações de interesse patrimonial e relevância institucional a oeste do terreno do CDMAC	119
Figura 19 -	Caracterização entorno do CDMAC. Edificações de interesse patrimonial e relevância institucional a leste do terreno do CDMAC	120
Figura 20 -	Caracterização entorno do CDMAC. Áreas de interesse e relevância paisagística	121
Figura 21 -	Foto CDMAC	122

Figura 22 - Planta de implantação CDMAC	123
Figura 23 - Passarela CDMAC	128
Figura 24 - Croqui geral de concepção do CDMAC	129
Figura 25 - Croqui de concepção da praça dos cinemas do CDMAC	129
Figura 26 - Planta das salas de aula, projeto CDMAC	131
Figura 27 - Planta da sala de dança, projeto CDMAC	132
Figura 28 - Elementos visuais a serem incentivados, de 1 a 3, no contexto do CDMAC	135
Figura 29 - Elementos visuais a serem incentivados, de 4 a 6, no contexto do CDMAC	136
Figura 30 - Elementos visuais a serem incentivados, de 7 a 9, no contexto do CDMAC	137
Figura 31 - Elementos visuais a serem incentivados, de 10 a 12, no contexto do CDMAC	138
Figura 32 - Maquete virtual identificando os acessos físicos a serem incentivados do CDMAC	140
Figura 33 - Maquete virtual identificando o circuito viário do entorno anterior a implantação do CDMAC	141
Figura 34 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 1/ CDMAC	143
Figura 35 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 2/ CDMAC	144
Figura 36 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, visão serial biblioteca/ CDMAC	145
Figura 37 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 3/ CDMAC	146
Figura 38 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 4 e 5/ CDMAC	147
Figura 39 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 6/ CDMAC	148
Figura 40 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 7/ CDMA	149
Figura 41 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 8/ CDMA	150

Figura 42 -	Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 9/ CDMA	152
Figura 43 -	Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 10/ CDMA	152
Figura 44 -	Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 11/ CDMA	153
Figura 45 -	Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 12/ CDMA	154
Figura 46 -	Percursos pedonais e acessos físicos incentivados na pós-implantação do CDMAC	155
Figura 47 -	Percursos pedonais e acessos físicos incentivados, contraposição CDMAC	156
Figura 48 -	Circuito de veículos pós-implantação do CDMAC	157
Figura 49 -	Circuito de veículos, contraposição /CDMAC	158
Figura 50 -	Considerações gerais sobre a pós-implantação do CDMA	159
Figura 51 -	Levantamento do uso do solo do entorno do CDMAC em 2005	161
Figura 52 -	Levantamento do uso do solo do entorno do CDMAC em 2018	162
Figura 53 -	Comparativo planta cadastral de 2009 com foto aérea de 2018 – CDMAC	164
Figura 54 -	Registro fotográfico visita técnica, 1 a 6 – CDMAC	165
Figura 55 -	Registro fotográfico visita técnica, 7 a 11 – CDMAC	166
Figura 56 -	Edifícios e espaços públicos relevantes (raio 500m) – CEC	174
Figura 57 -	Caracterização entorno do CEC. Edificações de interesse patrimonial e relevância institucional e paisagística	175
Figura 58 -	Caracterização do entorno feita pela SETUR	177
Figura 59 -	Foto CEC	178
Figura 60 -	Planta de implantação CEC	179
Figura 61 -	Croqui e referencias visuais para a concepção do CEC	181
Figura 62 -	Maquete eletrônica CEC	181
Figura 63 -	Elementos visuais a serem incentivados no contexto do CEC, de 1 a 3	184
Figura 64 -	Elementos visuais a serem incentivados no contexto do CEC, de 4 a 6	185
Figura 65 -	Percursos pedonais e acessos físicos a serem incentivados no	

contexto do CEC	186
Figura 66 - Circuito Viário no contexto do CEC	187
Figura 67 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, de 1 a 3/ CEC	188
Figura 68 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, de 4 a 6/ CEC	189
Figura 69 - Percursos pedonais e acessos físicos incentivados na pós-implantação do CEC	190
Figura 70 - Contraposição dos percursos pedonais e acessos físicos do CEC	191
Figura 71 - Contraposição circuito de veículos do CEC	192
Figura 72 - Considerações gerais sobre a pós-implantação do CEC	193
Figura 73 - Levantamento do uso do solo do entorno do CEC com base em foto aérea de 2009	194
Figura 74 - Levantamento do uso do solo do entorno do CEC	195
Figura 75 - Comparativo planta cadastral de 2009 com foto aérea de 2018 – CEC	196
Figura 76 - Registro fotográfico visita técnica, de 1 a 6 /CEC	198
Figura 77 - Registro fotográfico visita técnica, de 7 a 11 /CEC	199
Figura 78 - Edifícios e espaços públicos relevantes (raio 500m) – Acquário Ceará	207
Figura 79 - Caracterização entorno do Acquário Ceará. Edificações de interesse patrimonial e relevância institucional 01	208
Figura 80 - Caracterização entorno do Acquário Ceará. Edificações de interesse patrimonial e relevância institucional 02	209
Figura 81 - Caracterização entorno do Acquário Ceará. Áreas de relevância institucional e paisagística	210
Figura 82 - Perspectiva implantação do Acquário Ceará	211
Figura 83 - Planta de implantação do Acquário Ceará	215
Figura 84 - Terrenos sob decreto de desapropriação para a viabilização do Acquário Ceará	217
Figura 85 - Maquete de apresentação do CEC	223
Figura 86 - Foto do CEC	223

LISTA DE MAPAS GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 01 - Crescimento populacional de Fortaleza	87
Mapa 01 - Evolução da Ocupação Urbana em Fortaleza	87
Mapa 02 - População extremamente pobre %. 2000	88
Mapa 03 - Distribuição do IDH por bairro	89
Mapa 04 - Percentual de cobertura da área do bairro pelos serviços de esgotamento sanitário (%)	90
Mapa 05 - Processo de Favelização na Região Metropolitana de Fortaleza	91
Gráfico 02 - Déficit habitacional em Fortaleza (mil unidades) – 2012	92
Mapa 06 - Assentamentos precários em Fortaleza	93
Mapa 07 - Localização das intervenções urbanas no mapa das regionais administrativas do Município de Fortaleza	96
Quadro 01 - Fichamento da Análise da Conjuntura Político-Institucional	102
Quadro 02 - Fichamento da Análise de Conteúdo	103
Quadro 03 - Fichamento da Avaliação Pós-Ocupação	104
Quadro 04 - Matriz de Resultados	107
Quadro 05 - Tabela descritiva do Mapeamento Visual do CDMAC	133
Quadro 06 - Tabela descritiva do mapeamento visual do CDMAC	183
Quadro 07 - Matriz de Resultados do estudo de caso dos projetos: DMAC, CEC e Acquário Ceará	218
Gráfico 03 - Linha de tempo projetos, governantes e índices, Ceará pós 1986.	221
Quadro 08 - Ficha analítica da análise da conjuntura institucional do CDMAC	260
Quadro 09 - Ficha analítica da análise da conjuntura institucional do CEC	263
Quadro 10 - Ficha analítica da análise da conjuntura institucional do Acquário Ceará	266
Quadro 11 - Ficha analítica do conteúdo projetual – CDMAC	270
Quadro 12 - Ficha analítica do conteúdo projetual do CEC	271
Quadro 13 - Ficha analítica do conteúdo projetual do Acquário Ceará	..272
Quadro 14 - Fichamento da Avaliação Pós-Ocupação do CDMAC	273
Quadro 15 - Fichamento da Avaliação Pós-Ocupação do CEC	274

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APO -	Avaliação Pós-Ocupação
CDMAC -	Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura
CEC -	Centro de Eventos do Ceará
COHAB-CE	Companhia de Habitação do Estado do Ceará
DNOCS -	Departamento Nacional de Obras de Contra as Secas
EIA -	Estudo de Impacto Ambiental
OMC -	Organização Mundial do Comércio
FCB -	Fortaleza Convention Bureau
FHC -	Fernando Henrique Cardoso
FMI -	Fundo Monetário Internacional
ICM -	International Concept Management
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INACE -	Industria Naval do Ceará
IPECE -	Instituto de Pesquisa e Estratégica Econômica do Ceará
MPCE -	Ministério Público do Ceará
PIB -	Produto Interno Bruto
PLHIS -	Plano local de habitação de interesse social
PPS -	Partido Popular Socialista
PSDB -	Partido da Social Democracia Brasileira
PT -	Partido dos Trabalhadores
PRODETUR -	Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo
RIMA -	Relatório de Impacto no Meio Ambiente
RMF -	Região Metropolitana de Fortaleza
SECULT -	Secretaria da Cultura e Desporto
SEFIN -	Secretaria Municipal de Finanças
SEINFRA -	Secretaria de Infraestrutura
SEMACE -	Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará
SETUR -	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará
SUDENE -	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNIFOR-	Universidade de Fortaleza

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CULTURA ARQUITETÔNICA, SIMBOLISMO E REPRESENTAÇÃO	26
2.1. Sobre os Conceitos de Paisagem, Simbolismo e Representação	26
2.2 A arquitetura como imagem da globalização	33
2.2.1 A necessidade e a representação da imagem	34
2.2.2 A resiliência da imagem	45
3 ARQUITETURA INSTITUCIONAL PÚBLICA NO BRASIL	54
3.1 A arquitetura e a formação da identidade nacional: uma revisão	54
3.2 A arquitetura na transição pós-moderna brasileira	62
4 A CIDADE DE FORTALEZA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO	78
4.1 Governo das Mudanças: o neoliberalismo como ideologia	79
4.2 Fortaleza e a política do desenvolvimento urbano desigual	85
4.3 A nova arquitetura institucional pública cearense	93
5 ARQUITETURA INSTITUCIONAL PÚBLICA: UMA AVALIAÇÃO	100
5.1 Sobre o método de avaliação	101
5.2. Um edifício para a cultura: CDMAC	108
5.3. Um edifício para os negócios: CEC	168
5.4. Um edifício para o lazer: Acquário Ceará	201
5.5. Matriz de resultados: repercussões socioespaciais	218
5.5.1 Considerações sobre a conjuntura político-institucional	219
5.5.2 Considerações sobre a análise de conteúdo	230
5.5.3 Considerações sobre a pós-ocupação	238
6 CONCLUSÃO	246
REFERÊNCIAS	251
APÊNDICES	260

1 INTRODUÇÃO

Toute architecture engage une vision de la ville

Christian de Portzamparc

O que é a arquitetura e o que ela transforma? A arquitetura suscita um vasto território do pensamento e ação, pois nos torna visíveis todas as coisas, aquelas que já estavam lá e aquelas que produzimos, nossos habitats, nossos objetos, nossos desejos e nossas promessas. Podemos supor que a arquitetura é todo esse espaço que estamos modelando constantemente, esse ambiente sensível e transformado produzido pelo homem no planeta; é um artefato, um duplo artificial da natureza, que nos escapa mais e mais. A arquitetura, sendo um diálogo incessante do homem com seu ambiente, pode revelar tanto o mundo honesto como a realidade implacável. Ela é fruto e consequência de nossas crises e conflitos, expressão máxima de nossas dualidades e ambiguidades.

Quando disposta em arranjos morfológicos no espaço da cidade, a arquitetura torna-se o elemento banal na paisagem e, com frequência, é subestimada e relegada a um papel secundário no contexto mais amplo das políticas urbanas, sendo apontada como mero resultado de decisões técnicas ou, no extremo oposto, como um ato quase divino de criação. Devido a esse tipo de visão generalista, é difícil identificar o exato papel da arquitetura e qual a sua contribuição e capacidade para funcionar como força motriz no processo de transformação urbana.

De fato, as relações entre arquitetura e a cidade conotam a existência de uma gama de fatores (físicos e sociais, culturais e ideológicos, políticos e econômicos) que reforçam a carga de subjetividade para além das questões construtivas e funcionais. Como essas relações estão sujeitas a interpretações, a arquitetura escapa ao arquiteto tornando-se propriedade física, intelectual, cultural, perene ou temporal de um indivíduo ou, mais precisamente, de uma coletividade.

Essa dimensão subjetiva da arquitetura tem sido potencializada na contemporaneidade pela supervalorização da imagem, dando insumo para a propagação de uma espetacularização arquitetural dominante após o declínio da

doutrina do Movimento Moderno. A nova produção arquitetônica tem sido criticada por esquecer a pobreza e os déficits sociais, trazendo consigo um caráter de comercialização e encenação institucionalizada permanente de tal modo que o espetáculo como forma de resistência foi substituído como forma de controle social (HARVEY, 2014).

O fato é que a arquitetura passou a servir como instrumento de diversas finalidades para gestores públicos, que assim criam áreas cênicas e espaços urbanos controlados concebidos para objetivos específicos. Tais espaços já não representam as experiências coletivas comuns, embora expressem as disputas simbólicas entre as diferentes classes sociais, grupos e etnias que compõem a cidade (CANCLINI, 1999, p.94-95). Este recurso é particularmente utilizado na produção de edifícios institucionais públicos, em que a imagem arquitetônica mediatizada se constitui em um aglutinador político e econômico.

Nos termos da presente investigação, a expressão “arquitetura institucional pública”¹ serve para caracterizar os edifícios de relevante interesse público, construídos para uso governamental ou social e coletivo. Esses edifícios são concebidos para abrigar estabelecimentos especializados (secretarias de governo e instituições públicas de diversas finalidades) e, não raro, expressam monumentalidade e grande visibilidade urbana, pois são objeto de projetos arquitetônicos especiais que demandam localização e acessibilidade urbana privilegiadas.

Borja (2015) acredita que a arquitetura institucional pública, como toda arquitetura urbana, é essencialmente política. As decisões que dizem respeito às estratégias, prioridades, abrangência e métodos de implantação dessa arquitetura são basicamente políticas, baseadas em tomadas de decisões políticas. A técnica e estética seguirão e tentarão materializar essas intenções ou subvertê-las. Assim, a arquitetura institucional pública, como linguagem imbuída de intencionalidade, é um ato político. Como todo ato político, ele deve ser escrutinado a ponto que torne claro suas intenções e repercussões.

É de se perguntar, portanto, qual é o papel dessa arquitetura solicitada e concebida a favor e como representação do poder público e qual a sua contribuição

¹ Não confundir o sentido da expressão “arquitetura institucional”, aqui adotado, com aquele que traduz uma estrutura organizacional ou uma política pública.

na construção do espaço urbano. Constituiria uma declaração de uma estratégia de dominação forjada nos comportamentos profundamente arraigados dos grupos sociais dominantes? Significaria, não mais que, uma vinculação pragmática de interesses político-econômicos conjunturais? Ou estaria contribuindo em sua completude para o papel da arquitetura, que seria, segundo Montaner (2017), o de interpretar a realidade e interferir de maneira a contribuir para a construção de novas relações entre as pessoas?

Estes questionamentos representam o ponto de partida desta pesquisa, que tem por objetivo compreender qual o papel e a repercussão socioespacial da produção da arquitetura institucional pública na cidade brasileira contemporânea. Partimos da premissa de que quando se trata de grandes cidades situadas em países periféricos, essa fabricação busca agressivamente uma vantagem monopolista, desprezando os condicionantes pré-existentes de modo a tornar os bens ou os lugares suficientemente singulares e especiais. Nesta dinâmica estrutural, o Estado, a favor da lógica capitalista, exerce um poder de amplo alcance sobre a produção arquitetural, resguardando o cálculo racional, a mais valia, a redução do risco e da incerteza (HARVEY, 2014).

Em tal perspectiva, investigamos, como estudo de caso, a produção da arquitetura institucional pública na cidade de Fortaleza-CE, que se efetiva a partir da última década do século XX. Nos últimos trinta anos, a capital cearense experimenta uma forte influência das mudanças estruturais que vem ocorrendo no mundo a partir do processo de globalização da economia capitalista. Conceitos como competição entre cidades, planejamento estratégico e cidade-empresa têm tido enorme penetração na política local e, conseqüentemente, nas proposições urbanas e arquitetônicas. Muitas dessas intervenções são justificadas pela perspectiva de fomento do turismo de massa, geração de emprego e a promoção da imagem de um estado desenvolvimentista.

Para aprofundar a investigação foram selecionadas duas obras arquitetônicas impactantes que dão indicativos de guardar uma imagem-síntese do modelo político-econômico hegemônico no Ceará: o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC) e o Centro de Eventos do Ceará (CEC). Esses edifícios apresentaram, em seu discurso justificativo, não apenas a necessidade de atender uma demanda programática, mas de funcionarem como elos transformadores de

uma parcela relevante do tecido urbano da cidade de Fortaleza, elevando-os à condição de elos modeladores e reestruturadores da coesão social e urbanística da cidade.

A criação do CDMAC² vem em consonância com os ideais neoliberais apregoados pelo grupo político que ascendia no Ceará na década de 1980. A ideia que sintetiza os interesses na criação do CDMAC é a de impulsionar a cultura como força motriz da revitalização urbana, alinhando a cidade ao novo cenário globalizante e, conseqüentemente, inserindo-a no circuito turístico internacional (FERNANDES, 2012a). Já O CEC³, foi concebido na primeira década do século XXI para colocar o Ceará na rota dos grandes eventos, estimulando assim o denominado turismo de negócios, estratégia do governo para compensar os períodos de baixa estação no setor. Esses dois projetos teriam sido gestados e atrelados ao ideário neoliberalista dominante.

Com o intuito de aferir e validar a hipótese de que o direcionamento ideológico permeia de forma continuada as obras do Estado, foi selecionado um terceiro projeto: o Acquário do Ceará⁴. Oficialmente definido como um equipamento a um só tempo educacional e de atração turística, o Acquário Ceará é alardeado como o terceiro maior do mundo em construção, trazendo a promessa de colocar a cidade à frente, na competição turística do Nordeste brasileiro. Ainda em construção até a presente data, a análise parcial deste projeto tem o intuito de servir como balizador de aferição da hipótese levantada, sendo feita a análise apenas de seu percurso institucional e de concepção.

Aceitamos o pressuposto de que a principal missão da arquitetura institucional pública é dar suporte a ideologias de desenvolvimento econômico, fazendo uso da imagem como instrumento de interpretação e influência na construção de novas relações socioeconômicas. Dito de outro modo, afirma-se que existe um modelo político-ideológico por trás das proposições de projetos institucionais cearenses, o qual pode ser decodificado através da reconstituição do

² O edifício foi projetado pelos arquitetos Delberg Ponce de Leon e Fausto Nilo, como requisitado no edital do concurso, o CDMAC era uma resposta ao esvaziamento institucional e cultural da área central de Fortaleza.

³ Projeto do arquiteto cearense Joaquim Cartaxo.

⁴ Segundo o autor do projeto, arquiteto Ricardo Fontenele, trata-se de uma obra que busca propor uma forma com “conteúdo”, através da associação de conceitos de marketing e entretenimento como ferramentas de criação, aliados a arquitetura convencional.

discurso arquitetônico, do processo de implantação das obras e dos respectivos impactos no meio em que foi inserido.

Para a análise e compreensão teórico-conceitual desses edifícios institucionais públicos reconhecemos que a definição dos seus objetivos, estratégias e impactos sobre o espaço urbano fazem parte não só do campo técnico-estético, mas também do campo político-ideológico. Isso coloca o objeto arquitetônico como elemento crucial para o fomento de políticas de desenvolvimento, embora o papel do Estado venha ganhando outras nuances ao longo do tempo.

Durante a maior parte do século XX o Estado atuou como promotor direto da força produtiva das edificações institucionais, mas, nos dias de hoje as relações de poder não são tão claras assim. Existem muitos atores, influências e interesses ocultos que geralmente não podem ser identificados em uma análise superficial (MONTANER e MUXÍ, 2015). Se faz necessário, portanto, desnudar as raízes dos conceitos, ideologias e teorias que nortearam os projetos. Unwin (2013) acredita que se pode compreender essa mutação estudando a produção contemporânea de modo a termos consciência daquilo que ele chamou de “poderes acumulados” nos projetos de arquitetura. Para isso, seria indispensável uma análise crítica dos fundamentos dos projetos, dos agentes interessados e dos processos de tomada de decisão.

Neste desvendar, é preciso também compreender o papel primordial da obra arquitetônica que, conforme Puls (2009), representa a materialização dos comportamentos e anseios de uma sociedade, ou seja, uma obra nada mais é do que uma representação em miniatura de como o homem enxerga a sociedade a que pertence e a maneira como se relaciona com ela. Essa transferência de identidade cultural à obra arquitetônica materializada se dá através do entendimento das carências e anseios do sujeito no qual a obra deve suprir. Essa condição humana é extrapolada pelo arquiteto, perpassando seu aspecto meramente funcional de maneira que se torne um signo capaz de representar toda uma coletividade.

Assim, entendemos que toda arquitetura institucional pública nasce dentro de uma condição política, social, econômica e cultural específica. Ela é resultado de um embate entre interesses diversos dos atores urbanos: setor público, ente privado, grupos e agentes urbanos (MONTANER, 2007). A prevalência acentuada de um desses agentes pode levar a negação de uma realidade diversificada em detrimento de uma utopia universalizante e desconexa. É na cidade, na sua relação com as

proposições e implementações de edifícios e projetos urbanos, onde podemos encontrar registrado o testemunho de como tem se dado essas relações.

A dimensão urbana dada a esses projetos leva a reflexão de qual é o seu real impacto no tecido urbano e o que tem trazido de retorno a sociedade, diante de tal ambição. O papel do urbanismo nasce na perspectiva de promover, através das intervenções urbanísticas, o ordenamento da cidade e o acesso a bens e serviços, com intuito de promover uma melhor qualidade de vida aos seus usuários e, na medida que possível, reduzir as desigualdades.

Borja (2015) alerta que a arquitetura descompromissada com os valores mais nobres do urbanismo pode obscurecer os avanços desejados. Daí a necessidade de combater os discursos e linguagens “virtuosos” de múltiplos sentidos daqueles que pregam uma visão humanista da arquitetura, mas que em realidade apenas exaltam o objeto arquitetônico autorreferente. E não menos importante, a justificativa e finalidade desses edifícios se calcam, em geral, em análises quantitativas tendo em vista a viabilização de negócios. Cabe lembrar, portanto, o questionamento de Montaner (2007) sobre qual é a função da crítica arquitetônica, senão interpretar e contextualizar as intervenções buscando revelar suas origens, relações e significados para a sociedade?

A contribuição desta pesquisa se traduz, assim, na procura de decodificar as proposições e estratégias por detrás do discurso arquitetônico, desnudando sua função político-ideológica e seus reais impactos no contexto urbano. A pesquisa oferece também um exame do poder da retórica que contamina os métodos de concepção arquitetônica ao identificar os interesses subjacentes às decisões projetuais. Complementarmente, traz uma reflexão sobre a importância do papel social do arquiteto, e sua contribuição para a construção de cidades mais justas e democráticas.

Esta pesquisa tem por objetivo geral investigar a produção da arquitetura institucional pública que se efetivou a partir da última década do século XX, identificando seu alinhamento político-ideológico e seus impactos no contexto urbano de Fortaleza-Ce.

Dentre os objetivos específicos destacam-se:

1. Compreender o papel da ideologia e da imagem na produção da arquitetura institucional pública na capital cearense;

2. Identificar o contexto socioeconômico e político no qual surgiram os projetos do CDMAC, CEC e Acquário Ceará;
3. Elaborar uma síntese histórica da situação urbana de Fortaleza no período em que foram concebidos os projetos do CDMAC, CEC e Acquário Ceará;
4. Levantar os pressupostos conceituais e o conteúdo programático dos projetos em estudo;
5. Verificar os impactos no contexto urbano dos projetos analisados, em especial a acessibilidade, usos e ocupação do solo, relação do espaço construído com o entorno, valorização imobiliária e relação do espaço público com o fomento da vitalidade e diversidade urbana;
6. Verificar a coerência do discurso oficial do Estado e dos arquitetos em relação ao projeto proposto.

No que tange os procedimentos metodológicos desta pesquisa, foram utilizados diferentes técnicas e instrumentos coerentes com cada fase da investigação. A metodologia de pesquisa encontra-se estruturada em duas fases distintas: (1) teoria e história; (2) estudo de caso.

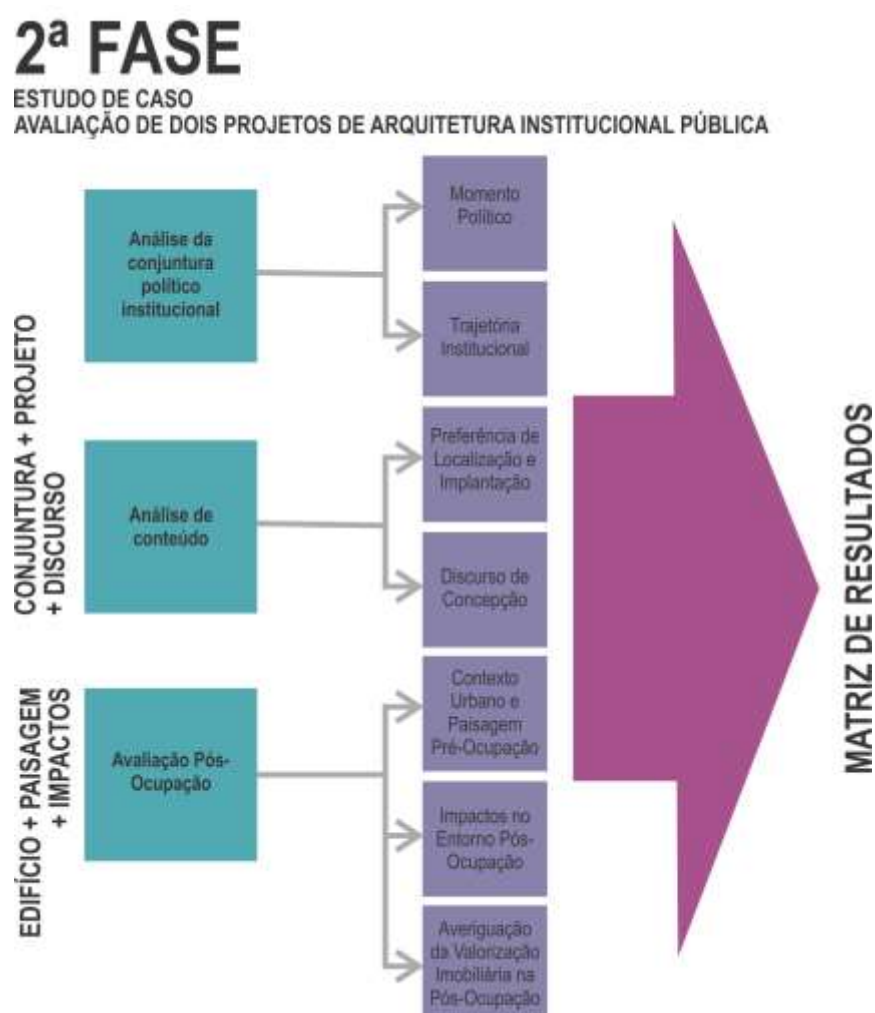
Figura 01 – 1ª Fase: Teoria e História



Fonte: Elaborada pelo autor.

A Fase 1 compreende duas etapas distintas. Primeiramente procuramos construir uma base teórico-conceitual para compreender o papel da ideologia e da imagem na produção da arquitetura institucional pública contemporânea e seus impactos nas práticas de planejamento urbano e na cidade. Em seguida, utilizamos o método histórico para explicar as estruturas e acontecimentos que levaram às mudanças do papel social e urbanístico da arquitetura institucional pública no Brasil, com destaque para o panorama político-ideológico do período conhecido como o “Governo das Mudanças”, no Estado do Ceará (figura 01).

Figura 02 – 2ª Fase: Estudo de Caso



Fonte: Elaborada pelo autor.

A Fase 2 trata de um estudo de caso, abrangendo a avaliação de dois grandes projetos de arquitetura institucional pública, implantados na cidade de Fortaleza: o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura – CDMAC (1999); e o Centro de

Eventos do Ceará – CEC (2012). Um terceiro projeto – o Acquário Ceará – foi analisado parcialmente porque não se encontra concluído, embora venha servir para revalidar os principais resultados da avaliação. A avaliação dos projetos escolhidos encontra-se estruturada em quatro etapas: (I) análise da conjuntura político-institucional; (II) análise de conteúdo; (III) avaliação da pós-ocupação (APO); (IV) consolidação de uma matriz de resultados (figura 02).

Diversas ferramentas foram usadas para os levantamentos dos dados e outras para sua análise, como: entrevistas, maquetes, registros gráficos, diagramas, mapas mentais e registros fotográficos. Tais ferramentas tiveram seus parâmetros de dados destrinchados com o intuito de averiguar sua coerência com o objetivo de cada análise. O objetivo da análise não se restringe à mera descrição dos elementos encontrados, mas a sua interpretação, correlação e rebatimento com as bases conceituais levantadas que resultou em uma Matriz de Resultados. A metodologia de pesquisa encontra-se detalhada no subcapítulo 5.1 (pág. 99).

A presente dissertação encontra-se estruturada, além da introdução, em quatro capítulos.

O capítulo 2 – ***Cultura Arquitetônica, Simbolismo e Representação*** – busca reconstituir as principais transformações no campo teórico-conceitual da produção da arquitetura a partir do século XX; discorrendo sobre seus principais impactos para a sociedade urbana contemporânea, diante da constante mutação social/econômica advinda dos avanços tecnológicos e seus reflexos para a cultura, a comunicação e o planejamento das cidades. O capítulo se estrutura em dois tópicos: 1. Sobre os Conceitos de Paisagem, Simbolismo e Representação; 2. A arquitetura como imagem da globalização.

O primeiro tópico traz uma revisão sobre os conceitos de paisagem, simbolismo e representação. Objetiva-se, aqui, discutir alguns conceitos elaborados no âmbito das investigações sociológica e geográfica sobre a cultura e a linguagem, sua importância, seus meios representativos e interpretativos sobre o status da arquitetura.

No segundo tópico procuramos discutir os reflexos da globalização no campo arquitetônico, entender como o poder simbólico da arquitetura tem sido usado e manipulado para sustentar ideologias que promulgam os conceitos da globalização, mesmo que por vias institucionais. Para tal, levantamos

questionamentos sobre a necessidade da imagem, sua origem, de que maneira ocorre sua apropriação por determinadas camadas da sociedade para a manutenção do *status quo* e, por fim, discutimos de que maneira a arquitetura pode se demonstrar resiliente a essas apropriações, objetivando atender as demandas da sociedade de maneira mais democrática.

O capítulo 3 – ***Arquitetura Institucional Pública no Brasil*** – encontra-se também subdividido em dois tópicos. No primeiro, realizamos uma revisão sobre a evolução e o papel social e urbanístico da arquitetura institucional pública no Brasil. Esta revisão remonta ao período de influência da arquitetura moderna brasileira (1930-1970), na qual a base econômica nacional se encontrava limitada e concentrada, o que delegava as grandes realizações sociais a cargo do Estado. Neste período as edificações institucionais tiveram ampla expansão e expressivos investimentos, fortemente atrelados à propagação da imagem de um país moderno e progressista. Para esta revisão contamos com os seguintes autores: Bruand (2002), Comas (2006), Cavalcanti (2006) e Montaner (2001).

No segundo tópico procuramos compreender o papel da ideologia e da imagem na produção da arquitetura institucional pública contemporânea. Sabemos que após a década de 1970 as mudanças sociais, políticas e econômicas caracterizaram a transição da modernidade para a pós-modernidade. Destacamos os impactos dessas mudanças no planejamento e na produção da arquitetura institucional pública brasileira: o crescimento do capital especulativo, a globalização, o surgimento da competitividade entre as grandes cidades e os conceitos de urbanismo fragmentado e de cidade-empresa. Nesta investigação registramos os trabalhos dos seguintes autores: Lyotard (2013), Hall (2016), Bauman (2014), Harvey (2014), Arantes (2013), Lamas (2014), Vainer (2013) e Segawa (2012).

O capítulo 4 – ***A cidade de Fortaleza no contexto da globalização*** – encontra-se estruturado em três partes. De início abordamos o contexto político em que se encontra o estado do Ceará a partir do que se convencionou chamar de Governo das Mudanças. Este período, inaugurado em 1986, já foi objeto de inúmeros trabalhos de investigação científica. Os pesquisadores apontam que este ano marca uma fase de significativas transformações na política cearense com a ascensão de uma nova elite ao controle do Estado (GONDIM, 2006). O governo regional passa a conceber uma série de obras estruturais vinculadas a uma imagem

de um Ceará moderno e desenvolvimentista, como meio de captação de recursos financeiros junto a organismos nacionais e internacionais.

Em seguida, enfocamos a problemática do desenvolvimento urbano desigual em Fortaleza. A capital cearense recebeu o incremento de investimentos turísticos e industriais, mas que não beneficiou seus habitantes de forma igualitária. A cidade continuou fortemente marcada pelo desequilíbrio ambiental e a vulnerabilidade social, fato que é explicitado pelos discrepantes índices socioeconômicos no espaço intraurbano.

Este capítulo se encerra com um apanhado das diferentes concepções de projetos propostos pelo poder público após 1986, com o intuito de consolidar a imagem de uma Fortaleza moderna, empreendedora e plenamente inserida no circuito turístico mundial. Como afirma Gondim (2006), a inserção do Ceará no processo de globalização deve ser entendida como parte de um projeto político, onde o projeto urbano adquiriu um papel crucial como sintetizador e promulgador de imagens.

O capítulo 5 – **Arquitetura Institucional Pública: uma Avaliação** – trata da avaliação de três grandes projetos concebidos pelo governo estadual na cidade de Fortaleza. O capítulo encontra-se estruturado em cinco tópicos, conforme descrição sucinta a seguir.

O primeiro tópico apresenta a estruturação da metodologia adotada, com destaque para os critérios de avaliação distribuídos por quadros em três partes e sua síntese: (I) análise da conjuntura político-institucional; (II) análise de conteúdo; (III) avaliação da pós-ocupação (APO); (IV) Matriz de Resultados. Esses critérios foram construídos durante o processo de pesquisa, tendo em vista a perspectiva de verificação da hipótese levantada na presente dissertação.

Os três tópicos seguintes são dedicados sequencialmente à análise de dos projetos selecionados, a saber: (5.2) o CDMAC; (5.3) o CEC; (5.4) o Acquário Ceará. Cada edifício é estudado a partir da sequência analítica estabelecida na metodologia de pesquisa. A primeira etapa de avaliação é dedicada à análise da conjuntura político-institucional, ou seja, buscamos compreender as condições históricas que confirmaram a escolha de um determinado projeto arquitetônico e como se deu a sua inserção na estrutura organizacional pública. A segunda etapa se fixa na análise de conteúdo dos projetos, com destaque para os critérios de

localização, implantação e discurso dos arquitetos. Já a terceira etapa avalia as repercussões socioespaciais na pós-ocupação, tendo como critérios: contexto urbano e paisagem; impactos no entorno; valorização imobiliária. Salientamos, uma vez mais, que no caso do projeto do Acquário Ceará efetivamos apenas as duas primeiras etapas de avaliação, já que este edifício não foi concluído até a data de encerramento desta pesquisa.

O capítulo se encerra com a discussão de uma Matriz de Resultados (5.5), onde se diagnosticou que os projetos foram concebidos em decorrência de justificativas político-econômicas, que apesar de seguirem os tramites legais de implantação, a localização dos projetos não foi definida a partir de uma previsão do Plano Diretor ou de qualquer Planejamento Estratégico que abrangesse a cidade ou o bairro e, conseqüentemente, não se verificou a ocorrência dos projetos se articularem a outras políticas, programas e ações públicas.

Apesar do discurso projetual pressupor as edificações como ferramentas de transformação urbana, os autores dos projetos não levaram em consideração as pré-existências para sua concepção formal, apresentando um conteúdo programático deveras monofuncional, que não buscou atender as condicionantes pré-existentes dos seus entornos imediatos. A verdade é que a escolha de localização e implantação das edificações não seguiu nenhum critério técnico, nem ocorreu nenhum processo de participação popular na tramitação dos projetos.

Em decorrência de tais atos a paisagem urbana não se encontrou valorizada após a implantação das edificações. Os fluxos e acessibilidade não foram incentivados e os acréscimos de espaços públicos ocorrem apenas de forma parcial. Para concluir, também não foi identificada nenhuma dinamização econômica na área do entorno.

2. CULTURA ARQUITETÔNICA, SIMBOLISMO, REPRESENTAÇÃO E IMAGEM

“Não existe linguagem sem engano”
(CALVINO, 2017, p.58)

Este capítulo busca reconstituir as principais transformações no campo teórico-conceitual da produção arquitetura a partir do século XX. Não se trata, obviamente, de analisar todo este campo, mas discorrer sobre seus principais impactos para a sociedade urbana contemporânea. Este campo vem sofrendo constante mutação devido aos avanços tecnológicos e seus reflexos na cultura, na comunicação e no planejamento das cidades.

O primeiro subcapítulo traz uma revisão sobre os conceitos de paisagem, simbolismo e representação. A relação de duplo significante da linguagem arquitetônica adentra o campo da subjetividade, o que o torna difícil de ser consolidado pela teoria da arquitetura. É por esta razão que se recupera alguns conceitos elaborados no âmbito das investigações sociológica e geográfica sobre a cultura e a linguagem, sua importância, seus meios representativos e interpretativos sobre o status da arquitetura.

O segundo subcapítulo aborda a questão da imagem, seus impactos e perigos no que diz respeito a sua abrangência e manipulação, para posteriormente tentar vislumbrar uma perspectiva de decodificação e análise da imagem como produto de um meio e de uma estrutura. Só a partir desse entendimento parece possível refletir sobre o papel da arquitetura dentro da sociedade contemporânea, tendo em vista que muitas das tomadas de decisão dos projetistas, na contemporaneidade, se ancoram no argumento da linguagem como principal vetor de proposição formal.

2.1. Sobre os Conceitos de Paisagem, Simbolismo e Representação

Para Berque (1998), a paisagem existe a partir da relação do lugar com o sujeito coletivo. Da manipulação do meio físico pela sociedade que a produz, reproduz e a transforma, seguindo uma determinada lógica, originando um espaço concreto. Como manifestação concreta, parte-se do princípio que a mesma poderia ser objeto apenas de uma análise analítica de cunho positivista. A questão é que a

lógica que rege tal ato transformador está subordinada a questões de cunho cultural, sendo, portanto, necessário uma análise mais abrangente e multidisciplinar. Partindo desta perspectiva, Berque (1998) acredita que a paisagem, do ponto de vista cultural, é objeto de estudo de todas as ciências humanas e sociais.

Sabendo como lê-la, a paisagem é capaz de expressar as mais diversas e intrincadas estruturas sociais, tendo em vista que parte das manifestações culturais e simbólicas da sociedade se dá a partir da manipulação de formas e composições espaciais que edificam a paisagem. Qualquer interferência no meio natural, feita pelo homem, a transforma em paisagem cultural. Tais relações são de difícil apreensão tendo em vista que, por vezes, relações sentimentais, estéticas, históricas e familiares se sobrepõem a questões de racionalidade e economia, que são mais facilmente verificadas empiricamente (CORRÊA, 1995). Ainda sobre a dificuldade de sua apreensão, apesar da paisagem ser produzida socialmente, ela não é percebida de forma uniforme tendo em vista os diversos grupos sociais que fazem sua leitura, assim como outras atribuições existentes dentro desse mesmo grupo, como: sexo, idade, crenças, renda, etc. Percepções que reforçam o argumento de que a paisagem está fortemente atrelada as questões de cunho cultural.

O Estado, por exemplo, representa um esforço de condensar o interesse de uma “cultura comum” pertencente a uma determinada nacionalidade. De tal forma que o estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder⁵, considerando-se que um grupo dominante procurará impor sua própria experiência, sua própria visão de mundo, através da valorização da cultura e dos valores que a perpetuem no poder. “O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura” (COSGROVE, 2012, p.227).

“A paisagem, de fato, é uma ‘maneira de ver’, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, uma unidade visual” (COSGROVE, 2012, p. 223). Cena capaz de transmitir a outros grupos uma imagem do seu mundo. A Geografia Humana considera, então, a paisagem como um texto cultural que carrega muitas dimensões que podem ser lidas e interpretadas. Se a paisagem surge da tentativa de aperfeiçoamento do meio ambiente às necessidades humanas seguindo critérios de ordenamento e aspectos culturais, ela, apesar de complexa,

⁵ O estudo de como ocorre essa apropriação se dará no subcapítulo: A arquitetura como imagem da globalização

também pode ter sua análise estruturada.

Para realizar a decodificação de tal estrutura se faz necessário conhecer seus mecanismos, sua linguagem e como ocorre a transferência dos valores culturais para a paisagem. Todas as paisagens são simbólicas, apesar da conexão entre signo e significado não se apresentar de forma clara.

Diante de tal complexidade, Berque (1998) acena para duas maneiras de apreender a paisagem. Uma como “Marca”, pois expressa uma civilização, outra como “Matriz”, por ela ser composta de esquemas de percepção, de concepção e ação, ou seja, fruto de uma expressão cultural. Como marca a paisagem poderia ser inventariada a partir da semiótica dos lugares. Poderia ter suas formas e conjuntos de formas quantificados, ter analisadas suas relações, o que rege sua ordenação, como se dão suas associações e exclusões. A dificuldade recaí justamente na interpretação dessas relações, ordenações e associações, para além do diagnóstico. Trazer à luz o que rege esse tecido cultural e fazer sua decodificação.

Para Corrêa (2003) a análise do urbano a partir da dimensão cultural é capaz de ampliar a compreensão da sociedade em vários âmbitos como o econômico, o social e o político. Em grande parte, por ser capaz de tornar compreensível como ocorrem as espacializações na cidade e seu processo de urbanização para além das macroestruturas, fazendo a ressalva de que a mesma não é capaz, por si só, de explicar o todo, não se deve incorrer no erro de também considerá-la uma “superestrututra”.

A dimensão cultural deve ser vista como parte integrante do sistema social de formação da paisagem, não apenas seu reflexo, nem seu total condicionante, mas parte do processo produtivo. Para Corrêa (2003), a Cultura e o Urbano são termos fortemente correlatos. Ele entende a cidade e seu processo de urbanização como expressões culturais. Não é preciso ir longe para exemplificar tal afirmação, basta refletir sobre as diferenças entre as cidades que surgiram de contextos históricos, sociais, econômicos e geográficos diversos e que deixaram suas marcas identitárias expressas em sua morfologia. É da transformação do meio natural, pela visão de mundo de uma determinada cultura, que nasce a relação de identidade de um grupo específico com sua localidade.

Para Romero (2001), a identidade de um lugar está diretamente ligada a experiência com o sítio, pois o mesmo encarna as experiências do povo com relação

a espacialização de seus anseios diante das transformações econômicas, sociais e geográficas. Para ela, o grau de humanização de um povo pode ser aferido com a relação de sua simbiose com a paisagem, mas adverte que não se trata de uma relação estagnada.

“A paisagem não é um espetáculo morto: é um código dinâmico de símbolos que nos falam de seu passado, presente e futuro, permitindo-nos desvendar alguns elementos que não se encaixam necessariamente nos esquemas de análise” (ROMERO, 2001, p103).

Como inserir então a paisagem, o lugar e o contexto de forma qualitativa a reflexão projetual? Primeiramente existe a necessidade de uma percepção crítica por parte do arquiteto no que diz respeito ao meio sócio-político no qual ele está inserido. A compreensão desse contexto se faz crucial para que o mesmo se posicione de forma autônoma, buscando um equilíbrio entre os interesses político, privados e sociais. Ao se deter de forma alienada sobre esse contexto, o arquiteto corre o risco de apenas reproduzir uma estética que atenda a um interesse específico, na maioria das vezes a visão institucionalizada.

Portanto, se faz necessário, em um trabalho de estudo de caso, que se remonte ao perfil sócio-político do período da edificação estudada com o intuito de averiguar se as posturas arquitetônicas dos projetos se alinham com as respectivas posturas políticas. Mas a busca da avaliação aqui apresentada não se restringe a averiguar somente esse aspecto, pois mesmo que tenha ocorrido esse alinhamento, se faz deveras importante se debruçar sobre os impactos espaciais que tais edificações causaram no tecido urbano ao reproduzirem esse alinhamento, ou não. Com o intuito de descortinar as relações simbólicas e de poder, através da análise da paisagem relatadas por Cosgrove (2012) e Corrêa (2003).

Por vezes a edificação é colocada como objeto de pouca relevância dentro da complexidade do contexto urbano das cidades contemporâneas. Se objetivarmos como cidade ideal aquela que se apresenta cheia de vida, multifuncional, socialmente diversificada, baseada em unidades de vizinhança o edifício deve então ser visto como elemento pontual, que não deve ter sua importância reduzida, já que ele forma “[...] o pano de fundo de nossa vida na cidade” (ROGERS e GUMUCHDJIAN, 2015, p.68). Aldo Rossi (2001, p.03) coloca que a cidade pode ser analisada de duas maneiras: como ela sendo toda uma

grande e complexa obra de arquitetura e engenharia, ou de forma mais particular, diferenciando seus limites, entendendo-os como “fatos urbanos” caracterizados por uma arquitetura própria.

Se pensarmos nesse “pequeno ambiente” que se adequa ao todo como um fato urbano, ele já se apresenta com uma série de prerrogativas, com uma multiplicidade de possibilidades e de visões distintas no que se refere às questões de qualidade do espaço e à natureza singular de cada fato urbano. Rossi (2001) afirma que um fato urbano pode ser um bairro, um monumento ou um edifício, mas sua individualidade está ligada a quê? Não seria sua função, pois muitos edifícios significativos tiveram suas funções modificadas e continuaram emblemáticas. Para ele seria sua forma, pois é ela que nos apreende em primeira instância e que fica impressa em nossa memória, carregada de sentimentos subjetivos. Ou seja, cada fato urbano está diretamente ligado ao lugar, seu desenho e à memória.

Lamas (2014) aponta que para a morfologia urbana interessam primordialmente os instrumentos de leitura urbana e arquitetural. Isso coloca o objeto arquitetônico como fator crucial para a criação de um espaço urbano adequado, conotando a importância do ato reflexivo de sua concepção e seus impactos. Lamas (2014) alerta que a concepção arquitetônica contemporânea é puramente formal, mas não se limita apenas ao fato construído, mas à sua interligação com outras edificações e o espaço definido entre eles. Ou seja, o ato de projetar é caracterizado por conceber o meio onde o homem habita, seja ele externo ou interno.

A “forma” surge como resposta a um problema espacial “[...] a forma é a solução do problema posto pelo contexto” (Lamas, 2014, p.44). Entendendo-se como contexto o lugar e a morfologia onde o objeto arquitetônico está inserido, faz-se necessário o entendimento do mesmo para conceber o edifício de modo a corroborar com a cidade.

Acredita-se que o projeto arquitetônico, sendo um ato racional da maneira como o homem procura ocupar seu lugar no espaço, deve ser consciente de crítica, um atestado da interpretação do arquiteto de como ele entende a sociedade em que está inserido. Sob essa ótica, deve-se buscar combater a tentativa de massificação do indivíduo diante das imposições ideológicas de uma política universalista, sem “rastros” ou identidade. Faz-se necessário tentar recuperar a influência do lugar nas

decisões de desenho, indo além da incorporação dos aspectos climáticos para os aspectos culturais e históricos do lugar, chegando a ser regional quando o desenho corresponder ao local com um desenho adequado (ROMERO, 2001).

Dito isso, podemos dizer que o que confere qualidade a arquitetura não é um conjunto de dados como: altura, comprimento, números de ornamentos, etc. Zevi (1996) pregava que ela estaria mais correlacionada ao espaço interno onde os homens habitam e trabalham. Mas isso não se restringia apenas para dentro da edificação, se prolongava para a cidade, as ruas, as praças e jardins. Acreditava que a cidade tinha seus edifícios e monumentos como limites físicos que delimitavam espaços, com a diferença que eram encerrados por cinco planos e não por seis, as fachadas das edificações e seus vazios formavam um espaço urbanístico. Portanto, a idealização de um edifício deve ser entendida como uma importante oportunidade de enriquecer o espaço público, através da forma que ele é pensado e implantado. Para Rogers e Gumuchdjian (2015), os edifícios têm sido projetados como objetos isolados, em vez de elementos que busquem compreender e promulgar a esfera do público.

É diante desta visão, mais contextualista do objeto arquitetônico, reivindicada pelos arquitetos pós-modernos, que a esfera metodológica do presente trabalho se debruça. Principalmente sobre o impacto do edifício sobre o tecido urbano e na decodificação da paisagem que ela promove. Para Cosgrove (2012, p. 229), uma maneira de decodificá-la se daria através da “[..] leitura detalhada do texto, para nós, a própria paisagem em todas as suas expressões”. O ponto de partida seria a descrição da paisagem. Isso ocorreria através de dois principais meios: trabalho de campo e interpretação de mapas. A análise se daria a partir da tentativa de distanciamento crítico do objeto em busca de evidências que tornem possível a interpretação simbólica das decisões tomadas para a constituição da paisagem.

Para Cosgrove (2012), evidências seriam qualquer fonte que pudesse dar indicativos dos significados da paisagem para os que a conceberam. Poderiam ser mapas, documentos, ou até mesmo músicas, poemas, quadros, etc. Elementos que pudessem traduzir o significado simbólico de uma determinada paisagem para um grupo social determinado.

Um recurso que se tem demonstrado apto a equalizar tais informações de

maneira prática, como afirma Montaner (2017), é o uso de diagramas. Para ele, os diagramas servem tanto para mapear e registrar, quanto para prospectar possíveis soluções. Estratégia utilizada tanto para traçar quanto para explicar diagnósticos. Estratégia amplamente explorada por pesquisadores como Gordon Cullen, Kevin Lynch e Marta Bustos Romero, quanto por projetistas, em busca de fazer com que a leitura da realidade pré-existente possa resultar em diretrizes projetuais. Como por exemplo, o estúdio de pesquisa AMO, idealizado por Rem Koolhaas, que foi criado com o objetivo de filtrar toda informação pesquisada em forma de esquemas e diagramas sintéticos, capazes de fornecer perspectivas de direcionamento para os projetos do escritório do arquiteto, sejam eles de âmbito urbano, arquitetônico ou cultural (MONTANER, 2017).

É importante salientar que o uso dos diagramas não exime o risco de incorrer em metanarrativas, principalmente devido a sua propensão a abstração, podendo levar a um nível de simplificação capaz de transformar todo rito processual em pura retórica. Para combater esse excesso de abstração, Montaner (2017) recomenda que os diagramas nasçam a partir das contribuições da realidade. Realidade que advém da experiência que pode ser introduzida através do vivido, da história pessoal do observador ou do usuário, da percepção dos sentidos e da experimentação. Para Montaner (2017), uma obra de arte não pode existir sem contexto, sem explicação, ou ser autorreferente, ela tem que se basear entre o ser vivo e seu ambiente. A capacidade do arquiteto de interpretar a realidade, deve contribuir para a construção de novas relações entre as pessoas, através de suas proposições.

A arquitetura só evoluirá se for capaz de apreender as relações sociais e tomá-las como ponto de partida. Se faz fundamental uma pragmática que revele mais os fundamentos do que os significados, para que se possa direcionar a subjetividade para uma nova perspectiva que não seja calcada em um dualismo vazio. A análise através de diagramas tende a ir a esse encontro. Muito devido a sua capacidade de, através de recursos gráficos, sintetizar conceitos que não podem ser aferidos por valores quantitativos ou retóricos, pois recaem sob o âmbito da escala e da experiência do espaço percebido.

O uso dos diagramas como ferramenta de análise neste caso tem o intuito de desnudar a realidade do contexto no qual se inserem os edifícios do Estado

analisados, a fim de aferir sua correlação com a realidade espacial proposta pelas edificações. Análise que não tem como ser feita apenas através de números, dados e medições. Mas feita a partir da leitura crítica de diagramas gráficos que sintetizem as relações entre escala, percepção, fluxos e qualidade espacial, podendo assim, ser mais elucidativos e eficazes.

A utilização do digrama como ferramenta, seja de análise, seja propositiva, tem o intuito de funcionar como resiliência a fixação arquitetônica a imagem. Não que ela possa ou deva ser totalmente negada, até porque ela faz parte intrínseca da contemporaneidade, e negá-la por completo, seria no mínimo infrutífero. O objetivo aqui é estabelecer diretrizes que amarrem a análise em bases de uma realidade a ser atendida e modificada. Se Montaner (2017) afirma que o objetivo da arquitetura na contemporaneidade é promover o encontro e o dinamismo social, e as edificações aqui analisadas demonstrarem que não conseguiram alterar suas realidades pré-existentes, pode-se concluir que elas não alcançaram a totalidade de sua função social.

2.2 A Arquitetura como Imagem da Globalização.

O debate sobre a imagem se apresentará aqui estruturado em dois momentos. O primeiro aborda a questão da imagem, seus impactos e perigos no que diz respeito a sua abrangência e manipulação. Procura desnudar como a valoração da linguagem e seu poder simbólico têm sido usados e manipulados para sustentar o processo de globalização neoliberal através do uso de simulacros, onde o tecnicismo, a abstração formal e a retórica procuram criar imagens sínteses alheias às condicionantes pré-existentes, buscando responder, no panorama contemporâneo, como a realidade poderia se correlacionar com a imagem no campo arquitetônico.

Em um segundo momento, será investigado, não uma perspectiva de negar a importância da imagem, mas de direcioná-la. Como poderá ser visto, através da teoria de Lefebvre (2006), a linguagem está intrinsecamente ligada a cada ato humano, não sendo necessário uma sobreposição linguística, que recai no risco de não ser compreendida, devido ao abismo cultural em que estão inseridas as questões de significante e significado. Portanto, são sondadas alternativas à

manipulação da linguagem, de forma que possa contribuir para aproximar os métodos projetuais das realidades sociais das localidades onde se inserem.

2.2.1 A necessidade e a representação da imagem.

Como aponta Samain (2012), as imagens são portadoras de ideias, tentam impor pensamentos que sintetizam uma ideologia e contribuem para moldar nosso olhar sobre a realidade. São portadoras de intenções constituindo assim um modelo de mundo possível. A questão é a veracidade desse mundo e suas intenções, devendo, portanto, ser analisada com bastante prudência. A grande dificuldade perpassa pela análise da imagem e sua relação com o mundo material. Quanto mais imersa em uma ideologia, mas os meandros da possibilidade de sua viabilidade se desenvolvem, tornando-a uma realidade palpável no que tange a sua retórica, mas não necessariamente disposta a resolver os problemas postos pela realidade pré-existente.

A linguagem é, em sua própria origem, um elemento que se esquia de qualquer definição rígida. Devemos construir sua interpretação sempre de um ponto de vista parcial dentro de uma cultura específica. Para buscar compreender essa afirmação, tomemos o homem e sua relação com o signo e o significado como exemplo. Na busca por interagir com o mundo o homem constrói seus signos a partir do entendimento do que ele considera real. A partir da relação, classificação e troca desses signos pode-se estabelecer o significado das coisas, originando, assim, as relações entre signos e significados.

A complexidade existe a partir da verificação de que os signos existem anteriores aos seus significados, tendo a perspectiva de atravessar períodos de tempo infinitos nos quais, vários sistemas de correspondência nascem e se encerram. Assim se cria o paradoxo relatado por Gil (1997, p.16): “[...] há sentido, há significado, mas é impossível atribuir-lhe um sentido referenciável e preciso [...] do mesmo modo, no campo dos signos (particularmente da linguagem) alguns permanecem disponíveis, sem um ponto de fixação no significado”. É nesta situação que se identifica o perigo, a possibilidade do estabelecimento das relações de poder através da manipulação das relações entre signo e significado.

Para Lefebvre (2006), o homem é um repositório de energia que se gasta

por meio de poucos estímulos. O desperdício dessa energia deve ter um sentido e para que ele seja considerado produtivo se faz necessário que ele mude alguma coisa no mundo, por pouco que seja.

Essa energia excedente se denota na relação do produtor com o meio, isto é, no espaço. Para ele o espaço pode ser entendido de duas maneiras: uma é referente a cada membro da sociedade e a percepção de sua relação com o espaço, tendo a si mesmo como medida de tudo. A outra, como a correlação entre as partes, onde cada plano do espaço oferecesse um espectro de si mesmo, uma miragem, um jogo de reflexos, onde qualquer mudança, seja do objeto ou de quem o observa, muda a percepção do espaço. Um jogo de correlação entre o natural e o social. Essa oscilação entre o decifrado e o não-decifrado, no espaço social, é constante. Muito devido a sua decifração depender de signos e símbolos, frequentemente interligados, não podendo, portanto, ser considerada um ato objetivo nem subjetivo, mas apenas gerador de consciência.

O homem, em seu constante esforço de entender o mundo, não admite o espectro do não identificável. Mesmo na presença de um mundo no qual não compreende em sua totalidade, o homem não consegue controlar a avidez por explicá-lo, buscando sempre o sentido das coisas. O fato da ordem significativa possuir uma volatilidade interpretativa, resultante de sua impossibilidade de fixação, gera uma “espécie de zona de indeterminação”. A dificuldade em aceitar essa indeterminação faz com que o homem extravase interpretações afetivas com o intuito de tapar as brechas da realidade, criadas por sua incapacidade cognitiva. Nesse momento o homem se vê dispendo de um excedente de significação (GIL 1997, p.17).

Vários atores durante a história estabeleceram relações de poder ao manipular esse excedente e se autoproclamaram capazes de decodificá-lo: sacerdotes, xamãs, reis, artistas etc. Toda essa necessidade simbólica, esse excedente, pode se ver hoje rebatida na arquitetura e no discurso de seus idealizadores. Seria então o arquiteto o novo Xamã? Decodificador dessa significação flutuante de uma arte invariavelmente abstrata que carece de explicação para além de sua funcionalidade?

A funcionalidade, por si só, já não basta como justificativa edificante em uma sociedade contemporânea que tem no consumo de imagens um motor e vetor

de seu desenvolvimento. A significação é a nova “cura” para uma sociedade em transe, ela anestesia nossa ânsia por consumo da novidade. Fica o questionamento de Gil (1997, p.32): aonde vai o significante buscar sua “plasticidade”? No plano da expressão ou no plano do conteúdo? E, para os arquitetos, surge outro questionamento relevante: o que seria esse conteúdo para o campo da arquitetura?

Em um período de crítica a ode da razão, os arquitetos encontraram sua salvaguarda no plano da expressão. Na busca por preencher esse excedente de significação, que isolara a arquitetura da própria sociedade, os arquitetos postularam uma reaproximação através da redução do âmbito social da arquitetura a uma questão linguística.

A modernidade prometeu, através do domínio científico, a liberdade da escassez e o desenvolvimento das formas de organização social libertos dos mitos, da religião, da superstição e do “lado sombrio da natureza humana” (HARVEY 2014, p.23). Essa fé no progresso humano, baseada na criatividade, que guiaria a humanidade à liberdade e a abundância, esbarrou nos horrores proporcionados pela tecnocracia cega que culminaram em duas grandes guerras e no terror provocado pela perspectiva de aniquilação humana, diante de duas bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki. Poder-se-ia estabelecer, então, o epitáfio da razão.

A prisão da tecnocracia, como elemento alienante da natureza humana, é diagnosticada por Nietzsche ao definir o ser humano como “destrutivamente criativo”. Conceito crucial, segundo Harvey (2014), para compreender o caráter contraditório da modernidade. Se a modernidade tem que acontecer na superação e destruição do existente, ela própria necessita se implodir na medida em que um dia se tornaria o existente. Como o homem moderno poderia deixar sua marca no mundo se tudo que ele constrói, segundo sua própria filosofia, é efêmero por natureza?

Essa constatação, da contradição provocada pela extrema valorização da razão em detrimento do caráter “Dionisíaco” da condição humana, leva Nietzsche a colocar a estética em um novo patamar de importância como meio privilegiado de questionamento e entendimento da natureza humana. “A razão é a causa de falsificarmos o testemunho dos sentidos” (NIETSCHE, 2017, p.21). Essa mudança de perspectiva ontológica é crucial para a valorização da cultura na construção e entendimento do caráter humano de maneira diversificada e fragmentada.

Essa mudança de patamar da estética veio a reforçar os processos de “destruição criativa” na medida em que a mercantilização se favoreceu da crescente valorização cultural e do advento das vanguardas artísticas abstratas. A tecnocratização do meio estético, transformando a linguagem em artefato fomentador e criador de mercado, levou a um desvínculo de grande parte das vanguardas de seu caráter social e político. Ocorreu uma despolitização do modernismo através da ascensão do expressionismo abstrato, levando-o a ser mais facilmente assimilado pelo *establishment*.

A partir dos anos 1970 encontramos a arquitetura fortemente arraigada à história, em busca de uma síntese estética que exprimisse esse esforço de reconexão com a sociedade, ao mesmo tempo que conseguisse expressar sua complexidade. Alguns arquitetos se fixaram predominantemente em citações e trataram a questão da história como um jogo pictórico e literal, recorrendo ao conforto das linguagens clássicas, enquanto outros se debruçaram sobre o passado em busca apenas de um referencial formal para alcançar um novo patamar estético com suas proposições (MONTANER, 2001).

A maioria dos movimentos de vanguarda se alicerça na crítica aos movimentos que tentam se desassociar. O caso do pós-modernismo, dentro do campo da arquitetura, não foi diferente. A principal crítica feita pelos principais teóricos do pós-moderno como Michael Graves, Robert Venturi e Colin Rowe recai sobre a falta de correspondência simbólica entre o objeto arquitetônico e a sociedade, formalizando conseqüentemente uma crítica feroz ao caráter abstrato do movimento moderno.

Se a pós-modernidade nasceu de uma crise simbólica nada mais natural do que a questão da utopia universalista ser trocada pela questão do particular, referente a cada fragmento de uma sociedade multifacetada. A partir de sua natureza fragmentada a pós-modernidade abrange conceitos múltiplos: o historicismo, jogos metafóricos e até mesmo o retorno a abstração (desconstrutivismo), tendo como elo de ligação, a essas diversas correntes, a desvinculação do aspecto social da arquitetura.

Lytard (2013) propõe a teoria dos jogos para poder compreender as relações sociais contemporâneas. Estabelece os jogos de linguagem como a mínima relação de vínculo social para que se mantenha uma sociedade coesa. É a partir

desse amálgama entre linguagem e sociedade que os teóricos pós-modernos vão reforçar a necessidade e importância do simbolismo na arquitetura.

Graves (2008) estabelece esse vínculo ao fazer uma analogia entre arquitetura e literatura. Caracterizando a literatura como a arte que mais se favorece dos recursos de linguagem ao explorar ao mesmo tempo seus aspectos práticos e poéticos, onde no dia-a-dia se emprega a funcionalidade e praticidade da prosa, enquanto que aspectos poéticos são usados simbolicamente para negar, experimentar e reforçar a linguagem prática. Salienta que a arquitetura moderna se ateve apenas a uma questão de representação técnica onde se absteve de qualquer representatividade⁶ humana ou antropomórfica, ou seja, se absteve da poesia. “O movimento moderno minou a forma poética em favor de geometrias abstratas não figurativas” (GRAVES, 2008, p.104).

A importância da resiliência, da tradição, é ressaltada por Rowe e Koetter (2008) como maneira de proporcionar um ambiente social estruturado que sirva como veículo crítico para a evolução da sociedade. Para sustentar tal afirmação comparam as tradições com hipóteses científicas, nas quais suas formulações e teorias resultam em uma crítica ao mito. Ou seja, toda construção deveria evidenciar o conteúdo ético da boa sociedade, tendo como referência estrutural a antiguidade, a tradição e a tecnologia servindo como base crítica para as novas proposições.

Já o desconstrutivismo buscou se desassociar não somente da questão social e simbólica, mas de todo referencial humanista que o citado movimento pós-moderno buscava resgatar. Seu mais importante teórico e defensor encontra-se condensado na figura de Peter Eisenman. Eisenman (2008) alerta para a necessidade de a contemporaneidade ser expressada por uma nova dialética projetual, calcada em um formalismo abstrato onde o homem não tinha mais reservada sua cadeira cativa de protagonista dentro das referências arquitetônicas. Esse espaço deveria agora ser ocupado pela linguagem, sem o referencial humano.

Para Eisenman (2008), diferentemente das outras artes, a arquitetura não compreendeu a mudança de paradigma que ocorreu na cultura ocidental com o

⁶ Graves (2008) argumenta que desde os primórdios, nas sociedades consideradas pré-científicas, o homem busca referências na natureza e em si mesmo (antropomórfica) para estabelecer relações com suas obras. Essas metáforas (a coluna é como um homem) são parte fundamental para preservação de nossos mitos e tradições. A ausência de tais referências figurais acabaria por alienar e favorecer a perda da linguagem arquitetural que foi herdada do passado.

advento da industrialização. Esse paradigma se expressou nas manifestações culturais através do abandono das atitudes humanistas e conseqüentemente o deslocamento do homem do centro do mundo e como referência do mesmo. Se as ideias acontecem independente do homem a linguagem também o deveria ser. Se entendemos a arquitetura como forma de linguagem, se faz necessário a proposição de uma nova dialética na proposição arquitetônica.

Ela se daria, então, por meios processuais e dinâmicas entre as formas puras e elementos fragmentados que se interpõem e geram espaços independentes de referências e de significados culturais, definindo assim, uma nova gênese arquitetônica calcada em si mesma e em seu processo projetual. Uma arquitetura que busca estabelecer uma linguagem completamente desvinculada, de proposição conteudista, na qual sua imagem se auto justifica dentro de um entendimento do estado cultural da arte contemporânea.

Devido a evolução dessas correntes é que a imagem, como forma básica da linguagem arquitetônica, passou a adquirir um papel fundamental em seu entendimento e na sua retórica. Mas qual especificamente seria esse papel? Se a imagem é uma forma de linguagem, como poderíamos decodificá-la dentro do campo arquitetônico de maneira a possibilitar a reflexão sobre o seu papel dentro da sociedade contemporânea? Se faria sempre necessário a presença do “xamã” (arquiteto) para realizar a decodificação de tamanha abstração autorreferente?

Para Lamas (2014), a posição inicialmente revigorante da volta aos valores do passado, o resgate à continuidade morfológica e de uso de materiais tradicionais, redundaram em sua maioria “[...] na utilização esclerosada de feitiços clássicos - arcos, frontões, colunas, janelas, quadrados, et. -, pervertendo e banalizando os manifestos iniciais” (LAMAS 2014, p.388). O que se buscava resgatar era realmente uma herança de valores ou uma recriação contemporânea vazia de conteúdo, uma mera representação? A questão é que a cidade e sua nova faceta mercadológica necessita da criação de uma imagem conciliadora, abrangente e “positiva”. O ecletismo arquitetônico se prestou muito bem à criação desse tipo de imagem.

Apesar da proposta supostamente democrática de ausência de discurso, reservando ao observador a tarefa de interpretação e identificação com o que está sendo proposto, a mesma não eximiu a pós-modernidade de uma intencionalidade.

Há uma clara busca de desconexão com a realidade através da formatação de uma imagem conciliadora e segmentada. Não se trata de cópias com viés realista, mas da criação de uma teatralidade, de uma alienação. Na realidade, o que ocorre é uma troca entre a função moderna pela ficção pós-moderna, como justificativas às proposições arquitetônicas (HARVEY, 2014).

As duas correntes arquitetônicas citadas buscam através da sua retórica uma sintetização da arquitetura em questões imagéticas, para assim se desassociar de referências políticas e utópicas, acreditando que de tal forma se tornariam mais democráticas. Buscam se apresentar como linguagem aberta a ser interpretada pela sociedade de maneira libertária e mais condizente com o seu tempo.

Com as referências projetuais, defendidas pelos pós-modernos, se atendo de forma prioritária à questão da linguagem, e, conseqüentemente, a seu meio de transmissão: a imagem, ocorreu naturalmente uma supervalorização da imagem dentro do campo da arquitetura, colocando-a em uma posição de protagonismo à medida que seu entendimento nos diz muito como se dá, na atualidade, a percepção da arquitetura pela sociedade. O perigo da supervalorização da imagem, não somente no campo da arquitetura, se dá na medida em que ela se encontra cada dia mais inserida em nossas relações sociais.

Como produto de diversos meios, que tentam se comunicar com a sociedade de maneira e objetivos bem distintos, essas novas formas de representação criam simulações tão reais, que levantam a questão sobre a consciência da sociedade em sua capacidade de definir o que é real. Diante disso se faz necessário repensar o mundo, seus valores e seus processos de reflexão (DENTIN, 2011).

Apesar das perspectivas infinitas de avanço, que advêm da evolução tecnológica, seria ingenuidade não se ater ao fato de que nasce parasitariamente com a revolução da informação uma nova forma de manipulação e controle de poder. Sua atuação se faz mediante o uso das mídias, das propagandas e veículos audiovisuais que atuam de modo a produzir fragmentos de imagem sem contexto e que se autorreferenciam. Clichês que deslocam o observador da realidade para um modelo de mundo, que apesar de imageticamente apregoar uma valorização da diferença, na verdade objetivam uma homogeneização na expectativa de uma maior penetração nas camadas da sociedade e conseqüentemente potencializar o

consumo.

A manipulação e construção de imagens têm sido peças fundamentais para a manutenção de certas estruturas de poder. A volatilidade interpretativa das relações entre signo e significante relatadas por Didi-Huberman (2011) pode incorrer no que Certeau (2014, p.104) diagnostica como “degeneração de uma determinada realidade”. Esse ato de separar sujeito-objeto ou discurso-objeto pode ocasionar em uma simulação de “autor”. Uma relação discursiva que remeterá inicialmente a uma cientificidade, dando maior relevância às suas próprias regras e meios de produção, em detrimento da complexa realidade pré-estabelecida, podendo levar o autor a criação de um “simulacro”.

Parte da existência desse grande vácuo científico, que permite a criação desse simulacro interpretativo, se deve a grande parcela de caráter intuitivo que permeia as práticas denominadas artísticas. Mas a dose de instintividade que a permite ser manipulada é a mesma que a permite ser subversiva.

Para Certeau (2014), a análise de tais práticas, e conseqüentemente o entendimento de como, seguindo critérios de produtividade, se hierarquizam e organizam o conhecimento desses saberes, ajudaram certas artes a ganhar um valor de referência. Ou seja, elas conseguiram ser operacionalizadas. Apesar disso, a arte ainda se apresenta para a ciência de certa forma perigosa. Se entendermos a ciência como espelho para tornar legível uma prática ainda não esclarecida, poderemos perceber que tal conceito não se aplica de forma integral ao campo da arte. Pode até ser que a arte possa ser explicitada através de uma reflexão, mas o caráter puramente reflexivo não conduz propriamente ao campo artístico. A arte é um saber que se encontra inscrito nas práticas e nos saberes artesanais e intuitivos, para a qual a ciência só é capaz de fornecer elementos para que possa ser lida.

Para fazer essa mediação entre arte e ciência eis que surge o tecnocrata. A essa figura coube separar a arte propriamente dita da técnica, que foi geometrizada, matematizada e mecanizada sob sua supervisão. O que era anteriormente entendido como saber-fazer foi desmembrado. O fazer, hoje, encontra-se sob a subordinação de uma tecnologia, e o saber foi alçado ao campo subjetivo, que não corresponde necessariamente a linguagem dos procedimentos do fazer, pertence agora a uma classe específica, a uma profissão desassociada da feitura (CERTEAU, 2014).

A dissociação entre as técnicas e a linguagem que a objetivavam, concedeu a linguagem um patamar de autonomia que dificilmente pode ser definido, adentrando os campos da estética, do cognitivo e do reflexivo. Esse caráter independente da arte com relação a ciência é o que a torna “perigosa”. É no rastro desse vazio que surge o excedente alertado por Gil (1997): à ciência só resta dizer o que lhe falta, e nunca o que lhe rege.

A criação desse simulacro pode ser deliberada, ou de certa forma alienada através de um automatismo reflexivo de determinadas práticas. De qualquer forma Certeau (2014), fazendo uma leitura de Bourdieu, alerta que isso não ocorre de forma inocente. Tais práticas advêm de uma assimilação de certas estruturas que se manifestam naturalmente através dos processos produtivos.

O poder de produzir rótulos e fazer com que conceitos sejam aceitos está intrinsecamente ligado a convivência de diversos atores e instituições da sociedade. Os políticos, imprensa e crítica especializada são os meios mais eficazes de construir essa aceitação e fechar o ciclo de apropriação cultural de uma determinada estética ou personalidade. Se faz importante, para parcela dominante da sociedade, que seus meios de expressão cultural sejam vistos como peças exemplares e de valor simbólico inquestionável.

Talvez por isso o abstracionismo moderno tenha caído em desuso nos edifícios institucionais, pelo menos no que tange a arquitetura institucional cearense, como veremos mais adiante. Contraditoriamente, a apropriação pseudocientífica de formas inusitadas e o mimetismo formal, promovidos pela pós-modernidade, parecem mais sedutores, através da promoção da experiência “única” e do caráter inusitado das formas, do que os jogos formais abstratos relacionados às funções, meio-ambiente e monumentalidade. O abstracionismo moderno já não tem o poder necessário para conferir uma “identidade” diferenciada a quem o promove.

Por tudo que foi descrito até aqui pelos sociólogos pode-se afirmar, então, que por mais que alguns arquitetos façam conjecturas pseudocientíficas, nenhum deles a projeta em um vácuo social. O discurso de uma suposta busca por neutralidade, por mais estruturado que pareça ser, esbarra nas diversas questões que já foram levantadas: a flexibilidade interpretativa, os processos estruturados do projeto e as manipulações inerentes das práticas, assim como suas próprias intenções espaciais. Existem estruturas hierárquicas e disputas por poder inerentes

às tomadas de decisões, principalmente no que tange obras públicas. Stevens (2003) trata as questões de poder, não como uma peculiaridade de cada ser humano individualmente, mas como produto das relações entre pessoas, que estaria oculto nas estruturas hierárquicas desse poder e nas formas de perceber e descrever o mundo. Sendo a arquitetura uma das principais formas de solidificação social desse conflito.

Essa solidificação não acontece de forma explícita nos discursos oficiais, mas através de formas sutis de dominação, intrincadas nas práticas operantes de muitas instituições. A cultura tem sido utilizada por muitas vezes como forma de construir esse discurso de dominação na medida em que promulga um sistema de símbolos e de valores de uma classe específica.

Bourdieu (2015), por exemplo, procura revelar como a manipulação de meios simbólicos tem contribuído para construir desigualdades e mascarar certas práticas políticas e econômicas que perpetuam o *status quo*. Para ele a manutenção de certas práticas culturais tem a importante função de perpetuar certos privilégios sociais. Isso em muito se dá através da vinculação entre interesses simbólicos e interesses econômicos, uma vez que muito do capital contemporâneo está atrelado a um capital simbólico e não necessariamente em bens materiais e de produção.

A arbitrariedade acontece no campo teórico conceitual das disputas entre grupos que buscam valorizar seu próprio capital, seus bens simbólicos na sociedade, em detrimento dos demais. Os grupos que forem bem-sucedidos na definição de um estilo de vida, gostos e estética, em um sistema cultural identificável e categorizado como socialmente relevante, considerado valioso para a sociedade, terá mais permeabilidade cultural para a manutenção de seu *status quo*. “[...] os ricos podem promover os interesses de sua classe sob o disfarce de estar promovendo os interesses da sociedade” (STEVENS, 2003, p.85). Stevens (2003) ressalta a análise de Bourdieu sobre essa perspectiva, mas com a ressalva de não se tratar de uma crítica a cultura propriamente dita, mas à sua apropriação com intuito de transformá-la em um capital e instrumento de dominação simbólica.

O que se pode apreender sob a perspectiva sociológica até aqui, no que tange a arquitetura, é que o conteúdo das teorias tem um papel modesto na determinação do seu sucesso. O que mais importa é como ela pode ser utilizada nas

disputas que preocupam os membros da elite. Stevens (2003) toma como exemplo a desconstrução para exemplificar essa hipótese.

A desconstrução é de um grau de riqueza formal, ascética e carente de interpretação intelectual, que poucos são capazes de decodificá-la. Nesse caso, a experiência toma o lugar da necessidade de compreensão, relegando a poucos “especializados” a capacidade de julgá-la e decodificá-la. A sua difícil interpretação e execução já lhe conferem, por si só, um capital simbólico de vanguardismo e sofisticação que atenuam ou ofuscam qualquer crítica de cunho social ou funcional.

Sua forma já causa o impacto social desejado, sua imagem e idealização já capitaliza supostos investimentos e suscita uma certa ascensão social imagética da localidade onde se inserem, que por muitas vezes não se confirma. Contradizendo qualquer preceito de sustentabilidade, sua forma tem que possuir uma dificuldade de exequibilidade inerente, pois isso garante a poucos um certo exclusivismo profissional. A dissociação da forma ao processo construtivo e a busca por efeitos visuais voluntariosos remetem ao que Arantes (2012, p.119) denomina de renda da forma. “Isto é, a utilização da arquitetura para a obtenção de ganhos monopolistas derivados da atração proporcionada por suas formas únicas e impactantes”.

Essa arquitetura, baseada na renda da forma, vem sempre associada a discursos grandiloquentes e vanguardistas, mas invariavelmente pouco associadas a percepção de problemas do mundo real. Segundo Stevens (2003), Bourdieu rejeitava a noção estética de que alguns edifícios seriam prematuramente excepcionais. O valor estético somente poderia ser outorgado a partir de sua interação com a realidade e a interpretação de seus usuários. Mas o que se tem visto na contemporaneidade é diametralmente o oposto, e isso em muito se deve à falta de autocrítica por parte do próprio campo da arquitetura. A percepção que fica é que o culto a originalidade nunca foi tão nocivo a profissão e, contraditoriamente, tem distanciado cada vez mais a arquitetura da sociedade e de suas reais necessidades.

A partir da leitura de Certeau (2014) e Bourdieu (2015) pode-se verificar que certas práticas são capazes de manifestar as estruturas de uma sociedade que se apresentam inicialmente invisíveis. Dado que torna possível a verificação se um discurso está, ou não, alinhado com determinada estrutura, mas ao mesmo tempo

cego ao que acontece fora da mesma. A questão é: ele é cego ou se vale da cegueira de forma a construir uma imagem conciliadora? Certeau (2014) também sugere que, mesmo intencionalmente invisíveis, práticas isoladas dessa estrutura podem dar pistas para a construção de uma real imagem do que está sendo proposto; é seguindo essa perspectiva que o trabalho busca se estruturar na análise das edificações institucionais cearenses.

2.2.2 A resiliência da imagem.

Nunca se pode deixar de ter em vista que toda imagem é portadora de intenções, constituindo assim um modelo de mundo possível. A questão é a veracidade desse mundo e suas intenções, devendo, portanto, ser analisado com bastante prudência. A grande dificuldade perpassa pela análise da imagem e sua relação com o mundo material. Quanto mais imerso em uma ideologia, mais os meandros da possibilidade de sua viabilidade se desenvolvem, caracterizando-a como uma realidade palpável. “Quanto mais se desenvolvem os instrumentos de mediação cognitiva, mais eles têm a tendência a se substituírem à realidade que deveria ajudar-nos a perceber melhor” (QUÉAU, 2011, p.97).

A afirmação de Quéau (2011) vem no sentido de alertar que, por mais que os meios tecnológicos passem a presunção de estar dominando os meios de transformação da realidade, mais se corre o risco de ficar preso em um simulacro. Para ele, sempre se estará sujeito a tentação de fugir da realidade, a buscar um mundo de ilusões que levaria a criação de imagens sínteses. “Não há dúvida de que o virtual venha tornar-se então um novo ópio do povo” (QUÉAU, 2011, p.99).

Dentro do campo da arquitetura isso pode acontecer em diversas esferas. Desde a falta de entendimento do processo construtivo, levando o arquiteto a um processo de alienação, quanto aos impactos de suas resoluções formais, no que tange a seus custos, até sua completa desconexão com o contexto no qual se insere. Muitas vezes isso ocorre por ignorância, pelo fato de o arquiteto não saber metodologicamente como fazer a realidade reverberar em seu processo criativo. Outras, porque a ignorância de tais diretrizes proporciona uma certa liberdade formal. A busca por libertar a arquitetura da realidade pré-existente se justifica na possibilidade de se tornar autorreferente, como foi afirmado por Eisenman (2008), de

maneira tal que não possa vir a ser questionada por dados da realidade, tornando-se assim, autônoma e livre de questionamentos.

A independência da linguagem com relação ao processo construtivo na contemporaneidade é tamanha que o nível de abstração alcançou patamares que servem muito bem a ideologias de massificação só comparáveis às do cinema. Se por um lado, a afirmação de Benjamin (2013, p.90), de que “ a arte arquitetônica jamais se fez supérflua” não possa mais ser usada em tempos de invenção da história (HARVEY, 2014), onde até a necessidade pode ser criada, por outro, a mesma citação poderia ser reformulada para “ela jamais deveria se fazer supérflua”, tendo em vista que sua afirmação parte do caráter de dupla percepção da arquitetura: tátil e óptica. Tátil no sentido correlato ao da função, ao caráter utilitário do objeto arquitetônico, e óptico por seu potencial imagético.

Para Benjamin (2013), essa percepção tátil influenciaria até mesmo a percepção óptica, partindo do princípio que o observador seja um usuário e não um observador volátil, um turista por exemplo. Para ele, essa dupla associação deveria ser canônica, constante objeto de preocupação dos seus projetistas. A função, nesse caso, não deveria ser entendida apenas como o mero atendimento às necessidades de criação de uma edificação apta espacialmente e ergonomicamente a abrigar um ofício, mas aos valores sociais intrínsecos a cada tipologia arquitetônica.

A questão da arquitetura como mero espectro da funcionalidade pura é questionada até por teóricos do período moderno. Piñon (2006) faz esse questionamento por considerar que os arquitetos do período moderno adotaram uma concepção projetual fortemente vinculada ao processo construtivo, a ideia de ordem, ou seja, a busca por um equilíbrio formal sem a imposição de uma hierarquia rígida e a adoção da abstração como forma expressiva de linguagem. Como contraponto às críticas pós-modernas, com relação ao formalismo estilístico do movimento moderno, Piñon (2006) argumenta que o enfrentamento do projeto a partir da experiência de encarar a solução do espaço de forma racional levou a arquitetura a similaridades que por muitas vezes foram enquadradas como “estilo”.

Mas, para ele, o modernismo não deve nunca ser interpretado de tal maneira, como um mero formalismo estilístico. O autor faz questão de ressaltar que não se trata de encarar a modernidade como um conjunto de características ou preceitos ideológicos, mas de enxergar a prática projetual de maneira diferente da

classicista praticada até então. A modernidade sinalizou para a substituição de um impulso à mimese em favorecimento de uma concepção mais livre e abstrata, afirmando assim, o fim da imposição normativa arquitetônica.

O sistema tipológico, legitimado pela historicidade, foi substituído por uma construção espacial concebida a partir da ordenação construtiva e funcional, que tinha como referência teórica e estética a arte abstrata de vanguarda que surgia no panorama artístico da época. O projeto concebido através da perspectiva moderna exporia um referencial estético universal que é influenciado pela sua condicionante histórica. Esse referencial estético torna-se facilmente diagnosticado à medida em que é possível identificar similaridades em várias obras modernas pertencentes a diferentes lugares, culturas e pontos de confluência.

Se faz importante, então, identificar a diferença entre a concepção formal estilística e a concepção original da forma. Deslocar o âmbito da forma para a imagem afetiva, seja ela um “traço” estilístico do modernismo ou um retorno ao mimetismo, sinaliza uma fuga para a não concepção de uma forma legítima. Tal abandono apenas aponta para uma perda da capacidade de abstração dos arquitetos. Arquiteturas que não se orientam pela experiência do juízo, mas pela persuasão do espectador, recorrem no erro da imposição interpretativa fixa e impositiva, digna do classicismo, pretendendo apenas uma relação de cumplicidade e sedução do espectador, condenando-o a uma perpétua submissão estética.

A arquitetura moderna é funcional na medida em que encontra estímulo na função, mas não se reduz somente a esse espectro da resolução projetual. Só as possibilidades organizacionais do programa já denotam a diversidade das possibilidades compositivas a partir da interpretação funcional. A liberdade projetual, então, se encontra diretamente ligada ao entendimento da atividade a ser praticada no espaço concebido e sua estrutura funcional.

O projeto busca por uma síntese formal de fenômenos particulares através de um processo intuitivo e não arbitrário, tendo a forma como síntese, e não a mera adição, buscando atender critérios universalizantes, mas conferindo uma identidade a partir de sua gênese. Ou seja, não existem regras capazes de condicionar a consistência formal de uma edificação, cabendo ao autor, a partir do seu juízo e do entendimento do processo histórico no qual está inserido, a capacidade de tal síntese (PINÕN, 2006).

Não se trata aqui de promulgar um retorno à percepção arquitetônica do período Moderno, mas tomar como ponto de partida o que a tornou, principalmente no Brasil, uma referência, em contradição à sua capacidade de se adaptar às peculiaridades da localidade. Comas (2006) acredita que parte da singularidade do Modernismo brasileiro estaria criteriosamente ligada a uma preocupação com o programa e o sítio, por exemplo.

Piñon (2006) conclui que a modernidade não se caracteriza como um movimento no qual a decisão estética surge em função de uma mecanicidade, mas da adaptação do objeto a uma função e contexto, exemplificado na interpretação do artista. Esses preceitos estéticos estariam sempre sob o crivo de um quadro histórico e social que atuaria de maneira indireta através da interpretação do autor. Fato que contribuiria para o caráter de originalidade de cada obra, não configurando, assim, um ato mecânico ou fórmula pré-estabelecida de concepção.

Partindo desses argumentos deve-se buscar uma negação absoluta a valoração da imagem? Um retorno a aspectos da modernidade de busca a abstração, o que traria, como afirma Piñon (2006), o caráter universalizante a arquitetura? Isso seria possível? As teorias de Lefebvre (2006) diagnosticam tal impossibilidade, mas também apontam uma possibilidade transgressora.

A impossibilidade surge devido ao fato de que o homem jamais deixa de marcar o espaço, de deixar traços simbólicos e práticos. Até marcas de agrimensura, em um determinado território, podem conter indícios qualitativos de interpretação espacial. Marcar o território pode simbolizar disputas econômicas, sociais, ser fruto de guerras ou de acordos com implicações sócio-políticas, por exemplo.

Para Lefebvre (2006, p.266), nada pode ser interpretado como puramente objetivo. Todo espaço demarcado já possui um simbolismo inerente de sua delimitação: fronteiras, percursos, pontos de encontro, interdições, etc. Se faz então necessário impor um simbolismo pré-determinado por um discurso? Que corpo então deve-se tomar, como ponto de partida para esse simbolismo? (LEFEBVRE 2006, p.268)?

Para Lefebvre (2006), a resposta estaria em estabelecer o “corpo social” como ponto de partida. Para ele o organismo vivo só possui sentido a partir de suas extensões, do seu espaço produzido e do espaço por ele interferido, transmutado em seu reflexo. O cérebro humano não é apenas uma máquina de registrar, o corpo

constitui e concebe espaços nos quais são inerentes a existência de mensagens. Por isso a sensação de desconforto em espaços que buscam o purismo cartesiano. O espaço não se constitui, simplesmente, na projeção de uma representação intelectual. Também não se trata de uma supervalorização do subjetivo, mas da busca por uma extrapolação do vivido, do experimentado.

A fragmentação do homem moderno em objetivo e subjetivo o condenou a uma representação patológica da linguagem, pois ela busca os extremos e não a consonância desse caráter dual do homem. A criação de uma linguagem específica não deveria ser uma preocupação do homem, tendo em vista que ela é inerente a sua existência. Não existe consciência sem linguagem; mesmo que não se tenha consciência de sua existência, de suas regras normativas, ela se manifesta.

O homem aprende a falar antes de compreender as regras gramaticais e de sintaxe, o que leva a refletir sobre a necessidade constante de imbuir o ato humano de uma dupla significação, de uma identidade. Essa identidade é inerente ao ato humano, ela terá certa autonomia na medida em que o produtor cria consciência das forças que a regem. É a partir desse entendimento que Lefebvre (2006, p.288) afirma que as ideologias não produzem necessariamente espaços, “elas o são”. Quem produz o espaço social são as forças produtivas e as relações de produção.

Se é possível associar ideologias a localizações isso se deve às apropriações simbólicas do espaço inerentes a sua ocupação prática. A apreensão do espaço social consiste em um jogo teatralizado do inconsciente no qual o discurso implica e não designa. Não há como impor uma forma de percepção do espaço. A linguagem até pode ter uma função prática, mas não consegue encerrar o saber senão mascarando-o.

Conclui-se que o arquiteto deveria estar mais preocupado em como o espaço que ele produz é apropriado, do que com a interpretação de sua linguagem residual. Os atos da prática social se dizem, mas não se explicam no discurso; eles se efetuam e não se leem. Uma obra considerada monumental, por exemplo, não tem significado específico, mas um horizonte de sentidos. Um ato espacial pode até suplantar, momentaneamente, os conflitos, mesmo se ele não os resolve, através de sua grandiosidade ou de uma experiência inusitada, mas a grande verdade é que no espaço social nada desaparece, nenhum lugar, nenhum conflito.

Na falta da produção de um espaço dialético, produzido a partir de uma solução criativa diante de uma situação conflitante, somente o que resta é a imposição de oposição estagnante. A tentativa de imposição desse espaço estagnado, apregoado como espaço globalizado e universalizante, exerce ao lado dos efeitos da comunicação, efeitos contraditórios de violência e persuasão, de legitimidade e descredito (LEFEBVRE, 2006).

A questão é que a arquitetura não deveria se ater a ideologias e formulações de discursos estéticos e de linguagem, mas em descortinar os conflitos que regem o espaço com intuito de elaborar uma proposta de espaço acolhedor, capaz de conferir ao usuário o caráter de “sujeito”, suporte metafórico de uma sociedade, capaz de funcionar como condensador social (LEFEBVRE, 2006). O desafio se materializa em produzir o tal espaço que falta!

As afirmações de Lefebvre (2006) ressaltam a necessidade por parte do arquiteto de perceber o espaço de forma crítica, buscando viabilizar a identificação dos conflitos sociais com intuito o de que o projeto arquitetônico possa nascer de uma dialética entre forças e interesses distintos. A discussão até aqui se ateve a um nível teórico abstrato, trazendo à tona a reflexão de como incorporar tal dialética ao campo processual arquitetônico.

Com a monopolização do poder econômico cada vez mais acentuada, a função do arquiteto se tornou ambígua. É muito tentador o arquiteto servir a interesses específicos de uma classe social determinada ou de um grupo político específico pelo receio de ter seu campo de trabalho minado. Mas se o arquiteto quiser cumprir sua função social deverá superar os limites impostos por expectativas comerciais, industriais e ideológicas. Deverá buscar, no seu processo projetual, uma forma de incorporar a interpretação da realidade de maneira crítica e cooperativa. O arquiteto tem que descer de seu pedestal abstrato e entender que por sob o mundo das formas existem implicações sociais e éticas nas quais a arquitetura pode se apresentar como síntese formal de crítica ao pensamento único e massificador.

Muito em decorrência de sua capacidade de projetar alternativas o arquiteto se coloca em situação de mediador, de atuar como agente conciliador entre interesses privados e públicos e “[...] tem o papel específico de contribuir para a formação de um espaço comunicativo e compartilhável de cultura e crítica, de entornos que favoreçam a inter-relação e a capacitação, que possibilitem a

comunicação e as relações intersubjetivas” (MONTANER e MUXÍ, 2015, p.234).

O mundo da tecnologia capital impôs a rentabilidade como único critério de avaliação. Tal imposição resultou em alterações na natureza, através de obras de engenharia e arquitetura, talvez irremediáveis. Uma das alternativas a esse viés é o convencimento de parte das indústrias e dos detentores do capital a se sensibilizar com relação ao desenvolvimento sustentável. Desenvolvendo assim uma nova sensibilidade com relação as preexistências ambientais, patrimoniais e sociais (MONTANER e MUXÍ, 2015). A adoção dessa perspectiva impacta em diversas esferas de tomada de decisão.

Diante dessa perspectiva é contraditório o Estado se associar e, conseqüentemente, patrocinar uma arquitetura vinculada a discursos grandiloquentes e vanguardistas, mas invariavelmente pouco associadas a percepção de problemas do mundo real. É de se estranhar que se um dia o Estado brasileiro se atrelou a uma arquitetura com uma identidade própria que, se por um lado, monumental e pouco atrelada ao social, por outro tinha forte compromisso com a técnica construtiva, as condicionantes ambientais e ao sítio onde se inseria, hoje se compromete com uma arquitetura de linguagem massificada e de técnica construtiva altamente sofisticada. A adoção de uma linguagem impactante e baseada na experiência de efeitos, como vimos através da óptica de Lefebvre (2006), só induz a geração de espaços que posteriormente se apresentarão estagnados.

Para não incorrer em tal condição faz-se necessário um exercício de decodificação constante com relação a produção desses espaços. Essa decodificação só poderia se dar através do estabelecimento de cenários mais amplos e complexos e não em um ciclo fechado de ideias. Quéau (2011) conclui que, para que as imagens síntese sejam decodificadas, tem-se que ir para além da questão da metáfora.

É real a aparente dificuldade de rebater referências metafóricas e a necessidade humana com relação a sua importância imaterial, então, deve-se buscar ir além. Para tal, é necessário não só compreender a imagem, mas o modelo da qual ela deriva. Apesar das imagens se apresentarem como “síntese” elas são incapazes, sozinhas, de desnudar a complexidade do modelo das quais derivam, mas abrem uma janela para tal (QUÉAU, 2011).

Diferente da abstração e da imagem, um modelo é algo mais palpável para se tornar objeto de análise. “[...] o modelo reformula de modo novamente inteligível um conteúdo abstrato. Pode-se experimentar um modelo, seja testando a sua coerência interna, seja confrontando-o ao contexto real” (QUÉAU, 2011, p.93).

No estudo de caso, aqui em específico, a escolha de análise de três edificações institucionais, e não somente de uma, tem esse intuito de sondar por similaridades de tomadas de decisão, de processos de implementação, de relevância ao contexto, de linguagem e de postura. A verificação da existência de um modelo a ser confrontado com a realidade, e assim, aferir sua consistência e viabilidade no que tange a responsabilidade dos edifícios institucionais em contribuir para melhoria dos espaços públicos da cidade de Fortaleza.

Com a exemplificação de um modelo já se torna possível uma simulação, a confrontação direta de suas ambiguidades e disparidades com a realidade. O que leva a refletir sobre o quanto da retórica sobre a metáfora arquitetônica é realmente uma necessidade humana a ser atendida pelos arquitetos como forma de expressão de uma sociedade, e o quanto é utilizada apenas para validar proposições de manutenção do status quo sob uma camuflagem de filosofia processual. Se realmente acredita-se que a arquitetura é uma linguagem, não se posicionar e ter consciência ao que se refere tal linguagem, as bases nas quais ela se edifica, só coloca a arquitetura em uma posição de reflexo de um sistema e não de uma possível vanguarda.

A grande verdade é que é muito mais confortável, tanto para os arquitetos como para os governantes, projetar a cidade na utopia da imagem, já que ela não oferece resistência ou a real escala da problemática da sociedade. Essa afirmação não tem como objetivo pôr em descrédito a viabilidade do projeto ou do planejamento como ferramenta de atuação na cidade. Na verdade, o objetivo aqui é salientar que ambos são na verdade deveras importantes, principalmente por sua capacidade de absorver alternativas com baixo custo e funcionar como mediador de diferentes interesses. A questão é o poder de atuação de diferentes atores dentro do processo de planejamento e projeto. O objetivo da reflexão é enxergar a imagem, ou projeto, não como um arcabouço fechado, mas valorizar sua flexibilidade e capacidade de propor diferentes alternativas.

Apesar de vivermos em uma era circundada pela virtualidade, Hall (2016)

acredita que ela precisa da realidade para ser alimentada. A efervescência da interação humana ainda é o que alimenta a criatividade e dá vazão à virtualidade e à utopia; somado a isso, a importância crucial da informação privilegiada torna, por mais incrível que pareça, o problema da congestão nas cidades algo mais presente do que nunca, mesmo após a “distância” ter tido sua morte declarada inúmeras vezes. A virtualidade precisa ser constantemente alimentada, sua fonte eterna de energia é a realidade, e é sobre ela que o arquiteto deve se debruçar.

3. ARQUITETURA INSTITUCIONAL PÚBLICA NO BRASIL

“Canonizava-se e burocratizava-se uma postura arquitetônica”

(SEGAWA, 1998, p.190).

Esse capítulo tem o objetivo de investigar a arquitetura institucional pública a partir do modernismo e as mudanças sociais políticas e econômicas que decorreram até os dias atuais e seus impactos no campo disciplinar da arquitetura.

O primeiro subcapítulo tratará sobre a arquitetura e sua contribuição para a formação da identidade nacional no período moderno. A análise remonta ao período da arquitetura moderna brasileira, na qual a base econômica do Brasil se encontrava limitada e concentrada, o que delegava as grandes realizações sociais a cargo do Estado, motivo pelo qual as edificações institucionais tiveram ampla expansão e investimento.

Esse investimento veio fortemente atrelado a uma necessidade propagandista de criar a imagem de um país moderno e progressista que, independente de motivações políticas, contribuiu para a formação de uma arquitetura que, inicialmente, tinha como meta construir uma linguagem universal e acabou por se tornar um produto com características e linguagem próprias, uma arquitetura brasileira.

Após a década de 1970, em conjuntura com a crise do petróleo, mudanças sociais, políticas e econômicas caracterizaram a transição da modernidade para a pós-modernidade. O segundo subcapítulo investiga as causas e os efeitos dessa transição, o impacto dessas mudanças na cidade e em seu planejamento, assim como o crescimento do capital especulativo, a globalização, o surgimento da competitividade entre as grandes cidades e os conceitos de urbanismo fragmentado e da cidade empresa. Também será averiguado o impacto dessas mudanças na arquitetura e o crescimento de sua importância como interventor e articulador de tecidos urbanos estabelecidos.

3.1 A Arquitetura e a Formação da Identidade Nacional: uma Revisão.

Ao discorrer sobre a arquitetura institucional brasileira no século XX

naturalmente se adentrará no estudo da arquitetura moderna e na questão da existência ou não de uma identidade arquitetônica moderna brasileira. Existem nestas duas temáticas definições que em uma rápida análise parecem se contradizer e indicar não haver a possibilidade de coexistirem em uma mesma sentença. Aparentemente se anulam como definições. Poderá se averiguar, mais adiante, que elas não somente coexistiram, no caso do Brasil, como chegaram a influenciar e alterar alguns dos paradigmas do movimento que lhes deu origem. Nesse contexto, as edificações institucionais tiveram uma importante parcela de protagonismo na construção deste momento da história da arquitetura brasileira.

Tal contradição é fomentada pela própria caracterização que os teóricos da arquitetura delegam ao Movimento Moderno. Comas (2006) define a arquitetura moderna como a expressão máxima do período industrial, apelidado de “era da máquina”, que tinha como algumas de suas principais características a rejeição às releituras históricas e o incentivo ao despojamento das formas. Cavalcanti (2006) complementa tal visão, ressaltando a proposta tecnicista e universalista da arquitetura Moderna, na qual expressões de cunho cultural e regional eram vistas como sinais de atraso. Fato que leva a compreender a contradição que surge ao se pensar que a adoção do movimento Moderno ajudaria a fomentar a construção de uma identidade nacional.

Uma das principais características do Modernismo trata de seu caráter universalizante. Seguindo a linha dos pensadores iluministas, os arquitetos modernos tinham como base ideológica a fé no desenvolvimento da ciência, da racionalização dos modos produtivos e no seu rebatimento nas formas de organização social. A idealização da libertação do homem das irracionalidades do mito, das religiões, da superstição e das formas de poder arbitrárias, em busca de qualidades universais que levaria a humanidade ao desenvolvimento e progresso (HARVEY, 2014).

Portanto, para a concreta proliferação do Modernismo, era deveras importante que diferenças culturais e geopolíticas fossem anuladas. Esse fato, por si só, gera uma contradição. O sucesso do processo de industrialização sempre esteve fortemente atrelado a formação dos estados nação e sua reserva de mercado interno, que, para sua consolidação, tinha o aspecto cultural como importante componente ideológico para a formação da imagem identitária, necessária para

manter a coalização da população (COMAS,2006). Como recurso didático nomearemos os preceitos mais rígidos do Modernismo, com origem na Europa, de Estilo Internacional⁷.

A necessidade de construir uma identidade nacional e a tentativa de consolidar o modernismo no Brasil, conciliam esses dois elementos inicialmente dispares e deve seu sucesso no Brasil, em parte, a uma conjuntura de fatos históricos e a atuação pontual de uma geração ímpar de arquitetos brasileiros. Inicialmente, foi o poder público quem assumiu o papel de protagonista na promoção da arquitetura Moderna no Brasil. Durante a década de trinta, apesar de passar por uma boa fase na economia, o país possuía uma base social econômica limitada, fato que o levou a deixar a cargo do Estado o papel de promotor das grandes realizações sociais.

Esse início de século XX no Brasil era caracterizado no campo arquitetônico por uma forte disputa por espaço dentro das obras promovidas pelo Estado brasileiro. Disputa promovida pelos arquitetos pertencentes ao movimento neocolonial, que tinha forte apelo historicista e buscava referências na arquitetura do período colonial brasileiro, e entre os arquitetos modernistas, muitos provindos de formação no exterior, que buscavam consolidar o movimento no país. Alguns atores e fatos pontuais ajudaram a desequilibrar essa balança em favor do Modernismo.

Saindo da primeira República, que foi finalizada com a Revolução de 1930, sobe ao poder Getúlio Vargas. Com sua ascensão não ocorre uma significativa modificação na estrutura social brasileira e no escopo de sua elite, mas sim, uma profunda mudança de cunho administrativo. A nova administração ansiava por reverberar tais transformações por meio de obras do Estado, que simbolizassem uma imagem progressista de seu governo. Que foi viabilizado através de encomendas de edifícios para sede de órgãos públicos (CAVALCANTI, 2006). Em particular, uma dessas encomendas chama a atenção por sua importância histórica e singularidade.

⁷ Tal denominação tem origem na exposição ocorrida em Nova Iorque, em 1929. Apesar do estilo moderno internacional já existir, foi somente a partir da exposição que ele começou a se apresentar dentro de padrões mais definidos de linguagem. Montaner (2001) destaca alguns desses padrões: a arquitetura como volume, o predomínio da racionalidade formal e a ausência de aspectos decorativos, onde a expressividade da edificação surgia do aperfeiçoamento da técnica construtiva e do detalhamento.

A criação do Ministério da Educação vinha com o objetivo de centralizar as atividades antes relegadas aos Estados, como a criação de novas escolas e universidades, dando um novo impulso para a construção civil voltada a edificação de edifícios institucionais. Um dos fatos pontuais que marcam a história do modernismo no Brasil é justamente a decisão de Gustavo Capanema, ministro da educação de 1934 a 1943, de recusar uma proposta vencedora para o futuro edifício do Ministério da Educação, de cunho historicista, para solicitar à Lúcio Costa um novo projeto (ver figura 03) (BRUAND, 2002).

Figura 03 – Ministério da Educação 1936 – 1943 (autores: L. Costa, A. Reidy, J. Moreira, C. Leão, E. Vasconcelos e O. Niemeyer)



Fonte: <https://huellasdearquitectura.files.wordpress.com/2017/05/cubierta-edificio-gustavo-capanema-00.jpg>

A própria figura de Lúcio Costa merece um adendo. Lúcio já defendia, em 1936, no seu projeto para a cidade universitária do Rio de Janeiro, que as características do Estilo Internacional poderiam conviver de forma harmônica com traços locais relativos a distribuição espacial, volumetria, técnica construtiva e materiais (COMAS, 2006). O contato de uma equipe de jovens arquitetos, formada por Lúcio Costa, com o arquiteto suíço Le Corbusier, para elaboração do projeto do edifício do Ministério da Educação, foi determinante para o modernismo dominar o

panorama arquitetônico brasileiro. Tal intercâmbio contribuiu para Lucio Costa formular princípios técnicos inéditos para o modernismo brasileiro, além de demonstrar a viabilidade da adoção da linguagem moderna para a construção de monumentos estatais (CAVALCANTI, 2006).

Além do sucesso da empreitada, referente a construção do Ministério da Educação, Cavalcanti (2006) aponta outros fatos que contribuíram para o sucesso do Modernismo no Brasil. Um deles seria a exposição feita no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, em 1942⁸ e a Feira Internacional de Nova Iorque⁹. O sucesso da arquitetura brasileira nesses eventos contribuiu para fortalecer o modernismo diante das críticas locais e dar autonomia aos arquitetos brasileiros diante dos preceitos rígidos do Estilo Internacional. Também veio a contribuir para essa solidificação a proposição de projetos de habitação popular de forma econômica, devido a racionalização do discurso moderno que se adequou a implantação no país de uma política de habitação popular, necessária diante do crescimento das metrópoles brasileiras, que veio a reboque da aceleração industrial do país, a partir da década de 1930 (CAVALCANTI, 2006).

Mas que características, tão ímpares, fazem com que a arquitetura Moderna brasileira se destaque do denominado Estilo Internacional? Para Comas (2006) ela se daria em duas esferas que se complementam. Uma referente a repetição de características arquitetônicas relativas a materiais, esquemas compositivos abstratos, que configurariam uma tipificação. Outra relativa a celebração de atributos contextuais que incluiria aspectos de cunho cultural, abrangendo a caracterização genérica de uma determinada época, o que ele denomina de “espírito da época”. Mas ambos estariam criteriosamente ligados a uma preocupação com o programa e o sítio.

Entendendo o programa como um conjunto de requerimentos utilitários, somados a um complexo de valores culturais relacionados a expectativa das oportunidades culturais promovidas pela diversidade de soluções, dos respectivos programas e seu impacto no terreno, pode-se ter a dimensão da singularidade da

⁸ A partir da política do Bom Vizinho, que visava aumentar a influência dos Estados Unidos na América Latina, o governo americano promoveu uma exposição que tecia um amplo panorama da nova arquitetura brasileira.

⁹ A Feira Internacional de Nova Iorque realizou-se em 1939-40, onde foi feito um concurso entre arquitetos modernistas brasileiros, no qual saiu vitoriosa a proposta de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

arquitetura brasileira no período. Cavalcanti (2006) ressalta, como características da modernidade brasileira, a liberdade expressiva de lidar com elementos de circulação, a flexibilidade dos volumes, a preocupação com elementos de proteção solar e a indistinção entre espaço interno e externo.

Bruand (2002) salienta ainda a predominância da arquitetura urbana, a ausência quase total com questões sociais, a prioridade a realizações que repercutissem prestígio, uma procura constante por monumentalidade e a forte preocupação com o aparato formal que simbolizasse uma imagem progressista, mas sem desprezar valores do passado.

Como se pôde perceber os arquitetos modernos, para alcançarem tamanha expressividade identitária, tiveram grande liberdade criativa. Apesar de afirmar que a arquitetura moderna brasileira é fortemente marcada por sua estreita ligação com o contexto político, Bruand (2002) deixa claro que apesar de historicamente os regimes políticos brasileiros sempre se apropriarem da arquitetura como meio de aumentar seu prestígio político diante do povo, fato que perdura até os dias atuais, como veremos mais adiante, não se deve atribuir aos regimes políticos uma influência profunda na arquitetura brasileira.

Figura 04 – Museu da Pampulha (autor: Oscar Niemeyer)



Fonte: <http://www.guiagerais.com.br/noticias/nova-exposicao-coletiva-telas-urbanas-no-map-partir-deste-sabado-7-no-museu-de-arte-da-pampulha/>

O que ocorreu poderia ser mais considerado como uma apropriação. De um lado a singularidade da arquitetura Moderna brasileira conferiu aos prédios

institucionais caráter simbólico e imagético, explorado pela categoria política, de outro possibilitou a concretização de várias obras dos arquitetos do período, com total liberdade e recurso financeiro. Podemos ver materializada essa afirmação na evolução dos edifícios institucionais executados em Pampulha e Brasília, projetados por Oscar Niemeyer (ver figuras 04 e 05), e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, projetado por Affonso Reidy (ver figura 06). No entanto, não se pode confundir essa riqueza espacial com voluntarismo. Os arquitetos desse período eram fruto direto da influência da racionalidade moderna. Apesar do aparato externo impressionar e envolver o Modernismo brasileiro sempre foi calcado por princípios rígidos de racionalidade e técnica construtiva.

Fica a importância de salientar que não é de hoje a percepção dos políticos de que adoção e promoção de uma arquitetura original, criativa e luxuosa era mais eficaz a sua promoção, do que a real dedicação a solução dos problemas sociais que assolavam o país. A arquitetura institucional transformou-se em um verdadeiro instrumento de propaganda que, posteriormente, foi seguido pelo setor privado. “[...] Viram na construção de edifícios magníficos o meio de afirmar-se perante o público sensível a manifestações de riqueza, que inspiram confiança” (BRUAND, 2002, p.24).

Figura 05 – Catedral de Brasília, ministérios e Congresso Nacional ao fundo. Autor: Oscar Niemeyer (1960)



Fonte: Registro do autor

Figura 06 – Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Autor: Affonso Reidy (1948)



Fonte: Registro do Autor

É importante ressaltar que apesar de tal apropriação, ela não significou uma conexão ideológica. Apesar dos políticos explorarem seus ganhos simbólicos o arquiteto tinha preocupações para além das questões políticas e mercadológicas; suas preocupações simbólicas tinham um caráter mais abstrato e mais relacionado a uma interpretação do contexto.

Um das principais características do Modernismo era a negação ao historicismo e às pré-existências. Sua própria necessidade de expansão e de “internacionalização” decretaram a construção de seu paradoxo. Para se tornar internacional a arquitetura Moderna precisava superar suas restrições de base maquinista. “A manifestação nacional se internacionaliza, a internacional se nacionaliza” (COMAS, 2006, p.26). A arquitetura brasileira não corrompeu o Estilo Internacional, apenas preconizou em três décadas o desgaste do racionalismo funcionalista (CAVALCANTI, 2006).

Ao interiorizar a perspectiva internacional, olhando para sua tradição construtiva e suas condições climáticas, os arquitetos modernos conseguiram construir algo singular e próprio, não necessariamente atrelado a uma ideologia política. A arquitetura tinha sua própria dimensão, seus próprios dilemas a solucionar.

Dilemas que parecem esquecidos na contemporaneidade e em especial na arquitetura encomendada pelo Estado cearense. Os dilemas dessa arquitetura parecem estar atrelados mais a valores de mercado e da imagem do que em problemas reais da arquitetura e sua dificuldade em realmente ser construtiva na proposição de cidades mais humanas.

Poder-se-á perceber, no próximo capítulo, que a questão política/ideológica na pós-modernidade não ocorrerá somente na forma de uma apropriação. Valores de mercado, de gestão e especulativo balançarão os alicerces culturais de vários setores criativos. Ideias antes exclusivas de setores empresariais permearão o Estado e quebrarão as fronteiras entre o setor público e o privado.

É importante verificar como essas mudanças reverberam na produção arquitetônica do Estado do Ceará. A arquitetura institucional contemporânea tem promovido a mesma liberdade formal do período Moderno? Tem concedido liberdade ao arquiteto de propor sua interpretação do que ele considera uma arquitetura representativa do seu Estado? Ou ele tem escolhido deliberadamente arquiteturas que na verdade expressam seu alinhamento ideológico?

Outra questão que merece reflexão é o caráter simbólico inerente à arquitetura institucional e como ela é apropriada na modernidade e na pós-modernidade. Como se pôde perceber, apesar da apropriação política, os arquitetos modernos tiveram grande liberdade, o que garantiu que a monumentalidade perseguida fosse autorreferente ou direcionada a uma imagem progressista, apropriada com intuito de trabalhar a imagem do poder Estatal com relação a população. As relações espaciais, climáticas, programáticas e formais eram questões de âmbito apenas arquitetônico e não tinham demandas para além da perspectiva do arquiteto com relação a sua visão arquitetônica. Pode-se dizer o mesmo na pós-modernidade e da arquitetura promulgada pelo Estado cearense? O debate será aprofundado nos capítulos posteriores.

3.2 A Arquitetura na Transição Pós-Moderna Brasileira.

O final do século XX foi marcado por diversas mudanças estruturais que afetaram todas as macroestruturas da sociedade, causando uma profunda transformação nas formas de produção, sejam elas materiais ou intelectuais.

Lyotard, em seu livro *O pós-moderno*, de 1979, deixou registrado o questionamento à supremacia da razão, que dominava o campo científico desde o Iluminismo. Concomitantemente, se configuravam novas regras e forças que regeriam a economia e a sociedade a partir dali, levando a um momento de descontinuidade e ruptura no qual a esperança cega em uma totalidade unificadora caía por terra.

A modernidade então já não se apresentava capaz de fornecer os elementos e as respostas necessárias às demandas que a sociedade ansiava. O presente subcapítulo se debruça sobre o tema com o intuito de definir o termo “pós-modernidade”, que busca abarcar conceitualmente esse período de mudanças e seus impactos na arquitetura brasileira. O intuito é verificar os eventos e alterações sócio-políticas que deram origem a essa terminologia, assim como sua reverberação na produção arquitetônica nacional. O entendimento do que representa a “pós-modernidade”, e o que a define, será de crucial importância para a compreensão das transformações na qual a arquitetura institucional passou nas últimas décadas.

Para Bauman (2014), apesar de vários fatores indicarem o início da era pós-moderna, os mais emblemáticos foram as mudanças de relação e apropriação do tempo e do espaço, seu impacto sobre o território urbano e as relações sociais. O espaço perdia sua relevância estratégica diante dos avanços dos meios de transporte e de comunicação, ocasionando o que ele denominou de transição entre a modernidade sólida para a “modernidade líquida”.

A modernidade sólida seria caracterizada pela posse do território, acúmulo de riqueza material e o domínio métrico do tempo. A busca por coordenar o tempo, simplificá-lo, era crucial para a manutenção do controle da relação entre o capital e o trabalho. Essa coordenação era perceptível a partir da relativa imobilidade do capital, em muito devido à necessidade de relação física entre recursos, fábrica e mão de obra. A transição para a Modernidade Líquida se dá a partir da “aniquilação do tempo” (BAUMAN 2014, p.148), ocorrida através do avanço dos meios de comunicação e, conseqüentemente, da presença quase instantânea da informação. O espaço tornava-se então comprimido e, de certa forma, irrelevante para as tomadas de decisões.

Esse fato não sinaliza uma mudança significativa na estrutura das classes sociais da modernidade Pesada para a Leve. Quem antes detinha o poder era quem dominava o território e os meios de produção, agora quem assume esse papel de

protagonista é quem tem domínio sobre o tempo, sendo ambos relegados a uma minoria, mantendo a pirâmide social pré-existente. Essa mudança estrutural levou a formação de um capital volátil e extraterritorial, alterando completamente as relações de trabalho. O trabalhador vê seu poder de barganha completamente anulado diante das possibilidades de evasão de capital e competitividade entre mãos-de-obra, que não respeitam mais os limites territoriais e as ideologias de Estado.

Neste período, vimos então, emergir uma nova forma de desenvolvimento baseada na informação. Ao contrário do que poder-se-ia pensar, ela não veio suplantando o sistema capitalista, que sofria abalos e críticas ao seu modelo de desenvolvimento. Na verdade, a tecnologia da informação veio alçar o sistema capitalista a um novo patamar de atuação. Patamar que aumentou seus lucros e acelerou sua internacionalização, propondo uma nova agenda política baseada na dispersão da produção e na concentração das decisões e do capital, ocasionando aumento na concentração de renda (HALL, 2016).

Essa nova agenda política levou a uma dispersão geográfica das fábricas e à reorganização da indústria e de serviços financeiros, onde a informação adquiriu uma importância fundamental. Fato que elevou a necessidade de concentração desses serviços, com intuito de facilitar o controle e o acesso a esse novo bem. A partir disso, algumas cidades ressurgem como ponto chave nessa nova cadeia global de informação. Passam a disputar territorialmente a atenção desse mercado emergente.

Surge uma nova divisão de forças de trabalho, onde a produção sai em busca da localidade que lhe for mais vantajosa economicamente, a despeito das fronteiras nacionais, e cria para si, uma nova infraestrutura processual para o controle e tomadas de decisões sobre o capital dessa força produtiva. O capital não reconhece mais fronteiras. Em decorrência desse avanço, dos serviços de telecomunicações e informação, e conseqüentemente, da diminuição das distâncias operacionais, impôs-se em uma valorização dos processos sobre os produtos. A esse fenômeno, Hall (2016) denomina de globalização.

Diante de tamanhas transformações, a modernidade e seu discurso de eficácia davam sinais de esgotamento, demonstrando-se insuficiente e limitada para atender as demandas da nova ordem social que emergia. A rapidez das transformações das formas de produção, o advento da tecnologia da informação e

os impactos dessas revoluções dentro do espaço da cidade levaram ao colapso o sonho moderno de solucionar as mazelas das sociedades urbanas e a criação de uma ordem social ideal. A modernidade não tinha cumprido sua promessa. E, como consequência, estava sendo colocada em xeque sua crença no progresso linear e na padronização do conhecimento. Seria o fim das metanarrativas e sua visão utópica da existência de uma “verdade” universal (HARVEY, 2014).

O caráter genérico da modernidade, de tratar a sociedade de maneira uniforme e totalizante, independente das etnias, religiões e das fronteiras geográficas demonstrava-se então opressivo e ineficaz. A busca por uma razão totalitária exigia uma renovação constante e arbitrária, alheia a qualquer referência pré-estabelecida. Essa inconstância, a perda do sentido de continuidade e a necessidade de inovação infinita, perpetuada pelas vanguardas, revelou uma relação de instabilidade e insegurança que assombrou o homem moderno.

Se o projeto moderno almejava funcionar como um pano de fundo modelador de um projeto social, a pós-modernidade não possui tal objetivo. Suas proposições ocorrem de maneira autônoma, mais preocupadas em exprimir uma estética da diversidade desvinculada de preocupações sociais. Diversidade que é alavancada pela derrubada virtual das fronteiras dos Estados nacionais, em decorrência do desenvolvimento da era da informação e da internacionalização do capital. Essa internacionalização acentua os conflitos internos e salienta as diferenças entre etnias e localidades, elevando a questão do “lugar” a um novo patamar.

O modernismo perde então seu caráter revolucionário, tornando-se cada vez mais elitista e hedonista, desassociado da valorização cultural fragmentada que surgia. Concomitante a essa ausência de vínculo estético é que vários movimentos de contracultura e anti-modernistas surgem na década de 1960 para questionar a estética tecnocrática e burocrática, comprometendo assim a visão universalizante, agora associada ao poder institucionalizado¹⁰ (HARVEY, 2014).

Essa exaustão do ideal em comum contribuiu para o apelo a cultura que

¹⁰ O ápice expressivo da descrença no modernismo se deu com a greve geral, de maio de 1968, e os movimentos de contracultura da década de 70 (ARANTES, 2013). A escalada promovida pela contracultura tinha como alicerce não apenas a classe operária tradicional, mas uma nova conjuntura de organização de Movimentos Sociais que passariam a ser importantes atores dentro do panorama da emancipação social que acontecia. A crítica não se resumia apenas ao modelo da máquina pública e seu não cumprimento social, mas ao próprio modelo de cultura materialista.

surgia como caminho para a valorização identitária de várias camadas sociais que, até então, não se viam representadas (BAUMAN, 2014). Esse apelo cultural serviu de motor para fortalecer e auxiliar a recolocação das cidades dentro do panorama estratégico global financeiro, contrariando as previsões de Bauman (2014) com relação a perda de importância do espaço físico das cidades.

Como resposta ao freio da máquina de expansão urbana, surgiu então a valorização do “lugar” e a cultura do “fragmento”.

“Nada mais antivalor (de troca) do que o “lugar”, redescoberto e contraposto ao espaço homogêneo dos modernos e do mercado. Portanto, muito melhor reabilitar do que demolir; intervenção, só em migalhas” (ARANTES, 2013, p.44).

Baseados nessa valorização do lugar, do pré-existente, buscou-se uma linguagem que se comunicasse com a diversidade desses novos atores, dentro da complexa tarefa de “criar” identidade ao lugar. A diversidade de mundos e de visões que deveriam coexistir são a base para o entendimento da pluralidade do movimento pós-moderno (HARVEY, 2014). Surge a busca por restabelecer um retorno a valores urbanos “clássicos” e tradicionais em contraponto às ideias totalitárias e massificadas dos planejadores modernos, “[...] enquanto os pós-modernistas costumam ver o processo urbano como algo incontrollável e ‘caótico’, no qual a ‘anarquia’ e o ‘acaso’ podem ‘jogar’ em situações inteiramente ‘abertas’” (HARVEY, 2014, p.49). Na verdade, o pós-modernismo vem assumir esse véu caótico da vida moderna e atestar a impossibilidade de lidar com suas inúmeras variações e possibilidades.

Se a modernidade cultivava a ideia de transformação do espaço urbano através de grandes planos urbanos racionais, eficientes e baseados em metanarrativas universalizantes, a pós-modernidade admite o conceito de tecido urbano fragmentado, feito a partir da sobreposição de diversas camadas, pertencentes a períodos distintos que formam um palimpsesto condizente com a diversidade cultural da qual é fruto. A intervenção em tal tecido, segundo a nova forma de pensar, deve ocorrer de maneira pontual, em investidas sob medida, de forma a respeitar o tecido vernacular pré-existente.

A recusa à cidade moderna se dá com base na vitalidade dos bairros antigos que foram se perdendo à medida em que o projeto urbano moderno se

consolidava. Uma das principais críticas a esse modelo urbano foi feita por Jane Jacobs, que propôs uma nova abordagem para definir a qualidade de vida urbana. Para ela, a concentração das atenções não deveria estar em grandes obras de infraestrutura da cidade, mas na atenção aos processos de interação social e na importância da escala local (HARVEY, 2014).

A possibilidade promovida pela evolução tecnológica, de ocupações urbanas fragmentadas e dispersas, assim como a produção em massa de produtos “personalizados” abre um novo leque de mercado a ser explorado. O arquiteto agora tem uma demanda diversificada de interesses e de culturas a atender. “[...] a linguagem da arquitetura se dissolve em jogos de linguagem, altamente especializados, cada qual apropriado à sua maneira a uma comunidade interpretativa bem distinta” (HARVEY 2014, p.83).

A evolução da sociedade “pós-industrial” para uma sociedade que tem como cerne a cultura, como nova fonte de produção, fez com que se alterassem drasticamente as relações capitalistas. Harvey (2014) denominou essa evolução de “capitalismo avançado”, onde a pós-modernidade seria sua expressão máxima.

Apesar da crítica ao pensamento moderno inicialmente ter-se originado em grupos sociais e movimentos de esquerda, é no seio dessa nova classe detentora da “crítica cultural” que surge a ideia da cultura como força de consenso entre interesses até então antagônicos e dispersos. Ideia que é rapidamente absorvida pelo *establishment* como força capaz de funcionar como novo vetor de transformação urbana. Concomitantemente, no início da década de 1960, ocorrem as crises energéticas, principalmente a do setor petrolífero, marcando o fim do crescimento econômico pós-segunda guerra mundial, minando assim o financiamento das grandes reformas urbanas.

A inviabilidade da organização da cidade como objeto finito, as baixas densidades, a monofuncionalidade, a falta de escala, a pobreza formal e social das produções urbanas e dos conjuntos habitacionais, a perda de identidade e de referência diante do abstracionismo formal e processual, foram alguns dos fatores que levaram ao descrédito a capacidade de intervenção e controle, promovido até então, pelos planos diretores e os grandes projetos urbanísticos. Crítica que ressaltou o valor das pequenas intervenções: da praça, da rua, na escala do cidadão. Ocorre, então, uma valorização do desenho urbano, tendo a cidade antiga

como modelo de referência no que diz respeito à qualidade de vida urbana (LAMAS, 2014).

O Brasil, ao contrário de outros países no período, passava, no início da década de 1970, por uma época de pujança econômica. O país presenciava, no campo político/social, uma sucessão de presidentes indicados por militares, que promulgaram uma década caracterizada por tomadas de decisões tecnocráticas, intolerantes e de grande opressão a ideais e cidadãos opositores ao sistema vigente.

No campo arquitetônico, a arquitetura moderna que durante os anos de 1950-1970 tinha vivido seu período áureo de movimento inovador, baseada no vínculo da prática, vitalidade e sensibilidade local, agora se demonstrava autoritária e hegemônica. Expressão arquitetônica acrítica que mais filtrava, negava e escamoteava as diferenças, em busca de uma linguagem preconizada pelos anos épicos da arquitetura moderna brasileira, do que apresentava uma evolução ou renovação. “Canonizava-se e burocratizava-se uma postura arquitetônica” (SEGAWA, 1998, p.190).

Segawa (1998) alega que, talvez, nunca se tenha construído tanto no Brasil quanto na década de 1970. Mas, como se sabe, quantidade não significa qualidade. Os arquitetos, em grande parte, tinham os mestres (Oscar, Artigas, Reidy, etc) como referência linguística, mas expressavam uma arquitetura pobre em conteúdo. A arquitetura já dialogava pouco com o exterior e se apoiava mais em um exibicionismo estrutural de formas esculturais, em concreto armado, que geravam pouca riqueza espacial. Chegando nos anos 1980, a heroica arquitetura brasileira dava sinais da necessidade de rever seus princípios teóricos e práticos, em conjunto com a grave crise institucional que se instaurava: o período da redemocratização.

No campo internacional, se por um lado o ecletismo pós-moderno contribuía para um cenário mais favorável à aceitação das transformações sociais que se estabeleciam, por outro as várias tendências e reflexões sobre a cidade contribuía para a significativa mudança na relação entre a arquitetura, a cidade e o modo como os programas e as edificações se inserem no tecido urbano (LAMAS, 2014). Foi nesse campo onde o pensamento e a teoria arquitetônica mais evoluíram. O entendimento da cidade, suas novas demandas e escalas, a resistência e a dicotomia entre forma e função, o caráter contextualista das intervenções, o reforço

das pré-existências e, conseqüentemente, a preservação do patrimônio trouxeram uma nova sensibilidade aos projetistas, tecendo linhas para uma nova forma de pensar a cidade e a arquitetura.

Apesar da intensa discussão internacional sobre a pós-modernidade, durante a transição da década de 1970 para 1980, no Brasil, tal discussão só ocorreu de forma tímida. Questões como o fim do universalismo, maior diálogo com o meio urbano e natural na implantação das edificações, referências históricas como elemento projetual, o crescimento do simbolismo, a preocupação com uma arquitetura mais participativa e analítica só começaram a ter grande influência na arquitetura brasileira a partir da segunda metade dos anos 1980.

O que contribuiu para o crescimento desse debate foi a penetração e permeabilidade promovida pelo surgimento de diversas publicações nacionais sobre arquitetura, a partir de 1984, incrementando o coro de arquitetos anti-modernistas no Brasil. Grande parte dessa antipatia vinha em razão de uma forte oposição a ideias prioritariamente generalizantes e por demais racionalistas, tendo em vista o fim das utopias e o questionamento a modelos pré-estabelecidos (SEGAWA, 1998).

Em contrapartida, se anteriormente a questão urbana se debruçava sobre organização, controle de adensamento e crescimento urbano, surgia agora um novo tema central para a cidade: a competição urbana. Estratégias de *marketing* e administração de empresas são recomendadas a serem adotadas por administradores de cidades, tendo em vista o caráter competitivo em que agora se inseriam.

O avanço do capital especulativo não se resume a uma quebra de barreiras somente no âmbito das nacionalidades, mas também na esfera dos organismos públicos, que se transformaram em instituições híbridas, público-privadas, que atuam sobre o controle do solo urbano, buscando viabilizar um novo mercado de congestão urbana que se anunciava. Isso pode ser facilmente diagnosticado através da grande capacidade que o mercado imobiliário tem demonstrado em intervir, em parceria com órgãos públicos, em contextos locais e nacionais, remodelando a cidade através de estratégias midiáticas e de inspiração empresarial.

Segundo Vainer (2013), a competição se daria pelo investimento de capital, tecnologia, mão de obra qualificada e principalmente pela atração de novas

indústrias e negócios. A cidade transformada em mercadoria, as multinacionais do século XXI. Para o sucesso da empreitada se faz necessário municiar as cidades de infraestrutura para atrair os investidores, e é aí onde o Estado volta a ganhar protagonismo. O Estado passa a agir e tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas pelo mercado, tendo em vista que é ele o cliente a ser atendido, ocorrendo assim o fim da separação rígida entre setor público e privado.

Como em toda mercadoria, a propagação de uma imagem positiva é de grande importância para o seu sucesso. A construção da imagem é crucial para legitimar a apropriação direta de instrumentos do poder público por grupos privados. No planejamento estratégico se faz necessário que a cidade tenha que estar unificada em torno do projeto (VAINER, 2013). Esse consenso é construído através da cultura e do fortalecimento da identidade local. Sendo a cultura a força motriz para a união em torno de um patriotismo cívico que gera consenso e promulga a imagem da cidade.

Vainer (2013) crítica tal modelo e a tentativa de criar o consenso em torno de uma imagem. Tal consenso geraria uma busca por homogeneização espacial, ofuscando os conflitos e as diferenças sociais que ocorrem dentro da cidade, não deixando assim, espaço para que as minorias possam se manifestar e se expressar. Para além disso, a cidade passa a ser guiada a atender um setor empresarial em detrimento das questões mais caras às necessidades dos seus habitantes. Em um panorama mais abrangente, em relação a escala global, Vainer (2013) ainda levanta a questão: como pode ser saudável e sustentável a competição entre cidades se há apenas um comprador? Se só existe um vencedor, aos perdedores o que restará?

Já para Arantes (2001), no Brasil, as mudanças estruturais, que acabaram por afetar o campo arquitetônico, começam a operar a partir de 1964. As mudanças de direção no campo político (ascensão dos militares) e na economia, levaram o Estado a não apoiar mais projetos de emancipação nacional. Com o surgimento de um capital financeiro autônomo e o Estado menos preocupado na promoção do bem-estar nacional, retira-se da arquitetura grande parte do apoio estatal. Ao fim do milagre econômico e do “boom” construtivo, o Brasil se encontrava no mesmo local onde sempre esteve no panorama econômico/social mundial, ou seja, na periferia. Com a mudança da forma de atuação do capitalismo, exemplificada por Vainer (2013), o Brasil figura então como um dos grandes marginalizados mundiais, um dos

inúmeros competidores na corrida pelo financiamento especulativo do mercado financeiro global.

O processo de globalização não se resume a mudanças de cunho político, tecnológico e econômico, trata-se também de um processo ideológico que objetiva o desmonte do Estado de bem-estar social em busca da criação de novos mercados para o setor privado. Nas décadas de 1980 e 1990 ocorre, seguindo a cartilha neoliberal preconizada no Consenso de Washington, principalmente em países periféricos, uma pressão para a diminuição do conceito de Estado Nação, a partir de uma menor intervenção na economia, privatizações, redução fiscal e abertura comercial. Também ocorrem pressões para uma maior flexibilização da produção, do trabalho, do pleno emprego e da certeza das receitas, gerando uma instabilidade no trabalhador com relação ao seu futuro (MARICATO, 2013).

O que se tem na atualidade são governos estaduais, de forma desarticulada nacionalmente, de tempos em tempos, retornando à arquitetura e ao urbanismo como indutores de uma reforma social através de outros mecanismos, como as políticas preservacionistas e as reformas urbanas pontuais. Apesar do discurso de requalificação, apelo a preservação do patrimônio e a valores perdidos da antiga urbanidade, Arantes (2013) denuncia que em sua maioria tais projetos têm se proposto a apenas recriar cenários de uma sociabilidade duvidosa e a recuperar velhos centros degradados para voltarem a ser frequentados pela classe mais abastada. Propostas que advêm do perfeito casamento entre interesses econômicos e apropriação cultural, onde o mercado busca enaltecer uma vitalidade e autenticidade urbana de caráter bem seletivo, denominado por Arantes (2013, p. 67) de “culturalismo de mercado”.

Retomando o questionamento formulado por Vainer (2013), fica claro que em um sistema tão polarizado é impossível que todos vençam. Fica evidente o nível de concentração financeira ao se deter o olhar rapidamente nas capitais brasileiras. Arantes (2013) alerta para o nível crítico de desigualdade encontrada nas periferias das cidades, em contraste com o *skyline* dos centros financeiros e dos bairros residenciais de classe alta. Afirma que apesar do alinhamento conceitual com as propostas contemporâneas da arquitetura e urbanismo, o que se observa é a velha busca por uma modernização de fachada, sem um real desenvolvimento, destinando o país ao eterno subdesenvolvimento, com a diferença de ser refém, agora, de um

capital volátil e internacional.

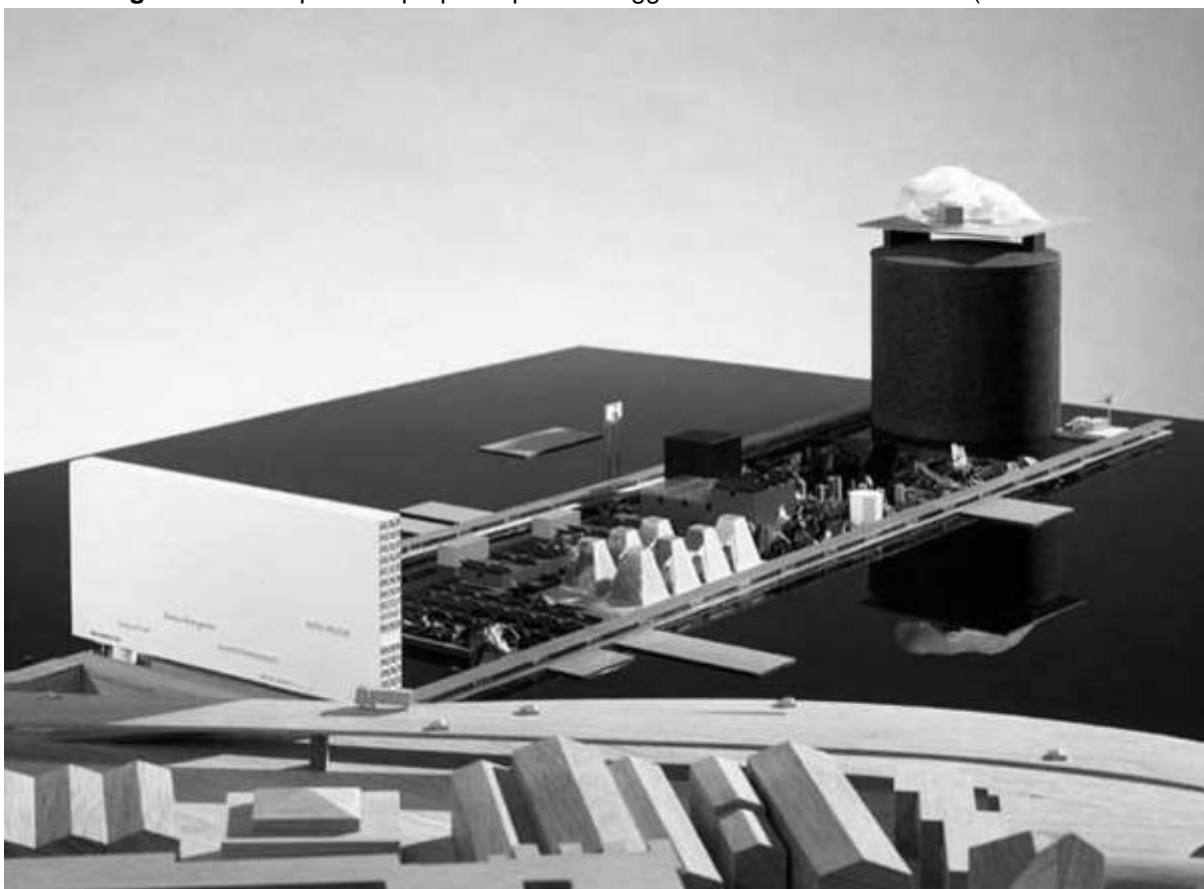
Como foi visto, a interferência do capital especulativo nas cidades, o fim da separação rígida entre o setor público e privado dentro das organizações governamentais, a adoção de estratégias de gestão de empresas por parte de governos, a competição entre cidades, a concentração de renda, a influência crescente e continuada da imagem dentro da sociedade, a invenção da cultura e o desenvolvimento crescente do consumo de massa poderiam ser elencados como algumas das características que regem a definição de pós-modernidade no presente trabalho.

Já no campo específico da arquitetura, para Arantes (2012), nas últimas décadas, o avanço tecnológico dos materiais e dos meios de produção da arquitetura permitiram que os arquitetos contemporâneos executassem obras extraordinárias no Brasil, deixando nada a desejar a arquitetura de ponta internacional. Financiando as citadas obras, encontram-se por muitas vezes, fundos públicos com interesses para além da melhoria espacial da cidade, objetivando um ganho especulativo através do efeito reverberador de atração de investimentos e público, proporcionado pela espetacularidade das obras.

Para Arantes (2012), a lógica do urbanismo planejador deu lugar a feitura de edifícios pontuais espetaculares, capazes por si só de reativar setores econômicos e trazer à tona uma vitalidade urbana esquecida, através da atração de turistas e investidores. Para tanto, os arquitetos reforçam cada vez mais a carga simbólica de suas obras em busca de lhes conferir espetacularidade e unicidade, “[...] nas quais se exprimem, a um só tempo, o novo poder da economia política da cultura e a crise dos programas de bem-estar social” (ARANTES, 2012, p. 21).

As recentes propostas da arquitetura institucional do Rio de Janeiro podem exemplificar o alinhamento dos Estados brasileiros com a arquitetura pós-moderna. Pelo Rio de Janeiro passaram propostas como a renovação urbana da área portuária do Rio, em 2003, que teria como objeto principal de intervenção a construção de uma franquía do Museu Guggenheim, projetado pelo arquiteto francês Jean Nouvel (ver figura 07). O projeto adentrava o mar, como um atracadouro, criando uma pequena cidade, parcialmente submersa, que contava com museu, restaurante panorâmico e até uma floresta tropical, que custaria de forma estimada 1 bilhão de reais aos cofres públicos (ARANTES, 2012).

Figura 07 – Maquete da proposta para o Guggenheim do Rio de Janeiro (autor: Jean Nouvel)



Fonte: https://arcowebarquivos-us.s3.amazonaws.com/imagens/20/30/arq_52030.jpg

Ao contrário do Museu Guggenheim, que não se efetivou, foram construídas outras edificações representativas desse novo alinhamento institucional no Rio, como a Cidade das Artes em 2013 (ver figura 08), do também francês Christian Portzamparc, e o Museu do Amanhã em 2015 (ver figura 09), do arquiteto espanhol Santiago Calatrava. Ambos edifícios têm em comum sua forma complexa e de difícil execução, onde não transparece nenhuma referência ao que o circunda, conotando um alinhamento com parte da lógica pós-moderna que se alicerça em criar espaços espetaculares, inusitados e inéditos, onde seu valor de uso se baseia na sua capacidade de distinção. São edificações que se calcam no ineditismo, tendo a monumentalidade como algo inerente a sua existência.

São edificações que têm em vista o retorno de seus ganhos a partir da sua capacidade de divulgação midiática e de trair investidores, turistas e fundos públicos. É uma arquitetura que possui um grande poder de penetração com a imagem e a experiência visual impactante que proporciona (ARANTES, 2012).

Figura 08 – Cidade das Artes (autor: Christian Portzamparc)



Fonte: https://images.adsttc.com/media/images/529f/dd72/e8e4/4ec0/e600/0072/slideshow/200207-RIO_201305_%28c%29Nelson_KON_1513.jpg?1386208565

Figura 09 – Museu do Amanhã (autor: Santiago Calatrava)



Fonte: https://images.adsttc.com/media/images/570d/80cb/e58e/cef2/f400/00f4/slideshow/PORTADA_P_E_967-001-E_copy.jpg?1460502718

Tendo em vista a necessidade política de se atrelar a uma imagem progressista, a ascensão da nova arquitetura pós-moderna brasileira veio preencher

o espaço da cansada e austera linguagem moderna. Os arroubos estruturais do concreto já não transmitiam o ímpeto progressista e o potencial de diferenciação almejado pelos políticos. A sofisticação técnica, a exuberância formal e a capacidade de criar cenários inéditos, aptos a atrair investimentos, da arquitetura pós-moderna, se demonstram mais adequados a essa necessidade política e ao novo papel do Estado como promulgador especulativo.

Mas, para Segawa (1998), a mudança de panorama não significou, no quadro geral da arquitetura brasileira, um total rompimento com os conceitos da arquitetura moderna, mas uma reação crítica a uma modernidade enrijecida, que resultou em uma mudança de postura projetual que não conseguiu construir uma resposta à altura do ponto de vista conceitual. “A atual contestação à arquitetura moderna brasileira atinge seus mitos, não seus princípios” (SEGAWA, 1998, p. 198). Para ele a arquitetura brasileira perdeu a oportunidade de se reavaliar, de fazer uma análise crítica sobre os conceitos e peculiaridades de sua modernidade, priorizando uma crítica passional e por demais formalista. Relegando o período heroico da modernidade brasileira a um status de paradigma inalcançável, uma constante sombra sobre a produção arquitetônica pós-moderna nacional.

Sombra não composta apenas pela produção, mas pela própria figura do arquiteto e a questão contemporânea relativa a valorização das personalidades. O governo de Minas Gerais, já em 2010, inaugura uma nova sede do governo do Estado, assinada pelo arquiteto Oscar Niemeyer (ver figura 10). O Complexo Administrativo é constituído por cinco edificações e dois lagos distribuídos em amplas áreas verdes, um dos quais se resume a uma caixa suspensa por tirantes protendidos e pórticos que perfazem até 150 metros de comprimento. Edificação na qual o traço moderno, a monumentalidade e a ousadia estrutural ainda se fazem marcantes. “É preciso não ter medo da monumentalidade” (GELINSKI, 2018).

A escolha do mais icônico arquiteto moderno brasileiro, em pleno século XXI, para projetar tal edifício institucional, corrobora com a continuidade da tese de Bruand (2002), de que a ligação entre a arquitetura Moderna brasileira e a política não teve caráter ideológico. O que ocorreu, poderia ser mais considerado como uma apropriação. A singularidade da arquitetura Moderna brasileira conferiu aos prédios institucionais caráter simbólico e imagético, que fora explorado pela categoria política. A abnegação a uma linguagem pós-moderna, no caso do complexo

administrativo do Estado de Minas Gerais, estaria mais ligada ao fato de Oscar Niemeyer ser o mais representativo arquiteto brasileiro e a busca por uma associação saudosista ao caráter heroico do período moderno, relatado por Segawa (2012). Representado, no caso do complexo administrativo, pelo seu expoente máximo, o que já conferiria por si só uma diferenciação do que um retorno ideológico por parte do Estado, a retomada de valores arquitetônicos do passado em suas edificações.

Figura 10 – Complexo Administrativo do Estado de Minas Gerais (autor: Oscar Niemeyer)



Fonte: <https://www.arcoweb.com.br/finestra/arquitetura/oscar-niemeyer-cidade-administrativa-belo-horizonte>.

Tal vinculação estaria mais próxima dos valores almejados pelo Estado com a nova arquitetura institucional pós-moderna, onde ocorre uma necessidade fetichista de combinar rentabilidade e singularidade. Onde a arquitetura faz parte da estratégia de valorização fundamentadas no caráter de unicidade, por muitas vezes através da sua forma diferenciada, e em outras, pela singularidade de seus arquitetos, sua fama e sua assinatura estilística.

O que se evidencia de forma negativa, ao analisar tal transição, mais do que a adoção formal por parte do Estado, seja ela moderna ou pós-moderna, é a falta de reflexão sobre os impactos dos edifícios institucionais e suas opções projetuais. O que se observa não é a preocupação ideológica de se associar a edificações que sejam mais sustentáveis, proporcionem um melhor conforto aos

seus usuários, tenham um melhor custo benefício ou um menor impacto no tecido urbano, mas uma predominante escolha, que se perpetua desde o Movimento Moderno, em se associar a obras que proporcionem o maior retorno imagético, político e, atualmente, especulativo.

De maneira geral, sem desmerecer o esforço de alguns arquitetos em tentar fazer uma releitura dos conceitos modernos a partir da crítica da pós-modernidade, Arantes (2001, p.111) afirma que o que se produz na contemporaneidade brasileira é

“[...] uma arquitetura medíocre, de citação, feita para embasbacar uma burguesia que persegue todas as marcas da ‘modernidade’ [...] um *novo estilo internacional* bastardo, perverso etc., de uma arquitetura perdulária, aparatosa, publicitária, que basculou de vez no campo do marketing. ”

Para Arantes (2001, p.122), cabe perguntar se não se está trocando a questão da universalização e sua face destrutiva de desertificação social pela ideologia da diversidade, da questão da identidade, de uma cidade viva onde, por fim, o que se almeja é a criação de um cenário, uma “estetização do heterogêneo”, onde os conflitos sociais não se evidenciam. O que transparece na verdadeira intenção dos novos atores urbanos é transformar as cidades brasileiras, ou pelo menos um fragmento delas, em uma grande imagem publicitária.

4. A CIDADE DE FORTALEZA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

“Não ter tanta tradição nos deixou livres para tentarmos o novo”

(CEARÁ, 1995, p.13).

Com o fim do regime militar e a promulgação da nova Constituição Federal as transformações no cenário político-econômico brasileiro possibilitaram uma autonomia dos estados federativos até então nunca experimentada. Este processo não apenas favoreceu a renovação dos quadros das lideranças políticas regionais como também possibilitou a adoção seletiva de novos programas de desenvolvimento. Este capítulo tem como foco descrever o impacto das mudanças estruturais (analisadas nos capítulos anteriores) no estado do Ceará, em particular, na sua capital. Isso porque não seria possível compreender o significado da produção da arquitetura institucional local desvinculada das drásticas mudanças que ocorriam no mundo.

O ano de 1986 é emblemático para a história política cearense. Pesquisadores apontam que nesse ano tem início o denominado “Governo das Mudanças”, quando foi eleito governador o empresário Tasso Jereissati (1997-1991), marcando a ascensão de uma nova elite no controle do Estado (GONDIM, 2006). Esse Governo das Mudanças se caracteriza por seu caráter reformista e por viabilizar obras estruturais como meio de captação de recursos financeiros através da promoção de uma imagem de Estado moderno e desenvolvimentista. É quando começa o ciclo da nova produção de arquitetura institucional pública.

Este capítulo encontra-se estruturado em três partes descritas sucintamente, a seguir:

No subcapítulo 4.1. (*Governo das Mudanças: o neoliberalismo como ideologia*) busca-se traçar uma radiografia de como a abertura econômica e política veio transformar a maneira de fazer políticas públicas no Estado cearense.

O subcapítulo 4.2 (*Fortaleza e a política de desenvolvimento urbano desigual*) recupera o quadro de desenvolvimento urbano da capital cearense, a partir da década de 1980, para constatar que o incremento de investimentos industriais e turísticos não beneficiou todos cidadãos de forma igualitária. Ao contrário, aprofundaram-se os desequilíbrios socioespaciais.

O subcapítulo 4.3 (*A nova arquitetura institucional pública cearense*) trata especificamente das proposições arquitetônicas e urbanísticas em Fortaleza, decorrentes do novo modelo de desenvolvimento. Como afirma Gondim (2006), a inserção do Ceará no processo de globalização deve ser entendida como parte de um projeto político, onde o projeto urbano adquire um papel crucial como sintetizador e difusor de imagens.

4.1 Governo das Mudanças: o neoliberalismo como ideologia.

Em âmbito nacional, o fim da ditadura militar no Brasil e, conseqüentemente, a reforma constitucional de 1988, marcam o início de uma descentralização do poder no país. Tal cenário permitiu que os estados da federação pudessem conceber suas próprias políticas de desenvolvimento regional. No Ceará, em 1986, derrotando a velha política dos coronéis, se elegia pela primeira vez para o governo estadual um empresário representante da nova fase de industrialização do Nordeste.

Dava-se início ao autodenominado “Governo das Mudanças”, sinalizado pela eleição de Tasso Jereissati (1987-1990). Eleição que marca uma fase de significativas transformações na política cearense e a ascensão de uma nova elite ao controle do Estado. Sob a bandeira da modernização e do combate ao clientelismo, Tasso busca o equilíbrio orçamentário, a eficiência da “máquina administrativa” e a probidade no trato da coisa pública (GONDIM, 1998; 2006).

Não indiferente às transformações que ocorriam no país e no mundo, o Ceará também foi impactado pelos avanços dos meios de informação e comunicação. Como aponta Barbalho (2003), o desenvolvimento de tais meios e sua evolução para se tornar um campo social autônomo, com lógica e regras próprias, possibilitou sua existência de forma desvinculada dos ditames políticos de períodos anteriores elevando a importância da mídia, seu poder perante a sociedade e, conseqüentemente, as formas como os políticos se relacionavam com ela.

Pode-se entender a publicidade como uma derivação do campo social da comunicação, no qual se tem o intuito de não apenas divulgar um produto, mas criar uma demanda por ele, onde sua maneira de atuação se caracteriza pela criação de

marcas, ou seja, a criação de personalidades, com o objetivo de quebrar as regularidades da produção em massa, objetivando destacar-se da concorrência (BARBALHO, 2003). Com tal definição, fica mais claro perceber os impactos que as absorções de tais valores tiveram no campo político.

Com os meios de comunicação assumindo o papel de protagonismo na formação da opinião pública o cidadão passa então a ser visto como consumidor. Os Governos das Mudanças passam a seguir um modo de operação midiático, buscando construir acontecimentos e personalidades. Ou seja, dá-se forma a numa política pública que incorpora, em seu âmbito administrativo, estratégias de marketing, colocando a cidade uma posição de mercadoria, fazendo uso de recursos como a construção, diferenciação e a espetacularização de marcas.

Segundo Barbalho (2003), os governos deste período se enquadram nessa definição. A prova de tal afirmação estaria nos altos gastos das respectivas administrações com publicidade e a proliferação de obras impactantes que tinham o objetivo de diferenciar cada governo dos demais.

Antes de 1988 o Brasil vinha de um modelo de desenvolvimento fortemente baseado na indústria, o que prejudicava investimentos mais maciços no setor turístico. No Nordeste ocorria uma busca pela implantação de indústrias que reforçassem a estrutura sertaneja pré-existente. Por isso o planejamento desta região era fortemente concentrado na atuação do DNOCS (Departamento Nacional de Obras de Contra as Secas) e na SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Como já citado, a Constituição de 1988 promoveu a descentralização. Os Estados agora possuíam meios de se organizarem de forma independente, em busca de captação de recursos, para gerenciarem suas políticas públicas de desenvolvimento, o que abriu a perspectiva para o intercâmbio comercial para além das fronteiras brasileiras.

A perspectiva de criar uma imagem que diferenciasses os políticos dos Governos das Mudanças não se restringiu a uma imagem de modernização da máquina pública e o fim do clientelismo; abrangeu também a necessidade de criação de uma nova imagem para o Ceará. A nova visão do Ceará partia da necessidade de contrapor a imagem trágica associada à seca com a imagem de um Estado moderno e em desenvolvimento, fundamentado na agricultura irrigada e no turismo (DANTAS, 2002). Houve um forte investimento em marketing turístico, buscando salientar as

vantagens oferecidas pela região aos investimentos privados. Para a população interna houve a preocupação na construção cultural de uma imagem de vocação do Estado à atividade turística, que pudesse ser internalizada pela população, e para o mercado internacional a perspectiva de um paraíso natural a ser explorado.

Para Dantas (2002, p.03), a ascensão dessa nova elite ao controle do Estado estabeleceu “uma política neoliberal de gestão estatal organizada por um grupo de empresários e intelectuais”. Uma política marcada pelo desenvolvimento baseado no turismo e fortemente vinculada a iniciativa privada e à incorporação na política de uma lógica midiática. Uma “espetacularização da política” (BARBALHO, 2003, p.98).

Este modelo de desenvolvimento ficou marcado por ações inovadoras como a criação do PRODETURIS (Programa de Desenvolvimento do Turismo), em especial para zona litorânea regional, em 1989, que objetivava valorizar as zonas de praia como mercadoria turística antes da existência de um programa de turismo regional, que veio somente em 1992, o PRODETUR-NE (Programa de Ação Para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste).

A política de desenvolvimento focada no turismo levou a investimentos em várias obras de infraestrutura, buscando dotar o Estado de recursos capazes de viabilizar investimentos privados voltados ao consumidor de alta renda. Tal investimento resulta em um incremento no turismo do Estado, tanto nacional quanto internacional, dobrando o número de visitantes. Apesar dos números expressivos, é importante salientar que esses investimentos se concentraram principalmente na faixa litorânea do Estado, viabilizando um tipo de turismo sazonal que se concentra nos meses de janeiro e julho (FERNANDES, 2012a). Esses investimentos levaram à reestruturação das vias litorâneas e à construção de um aeroporto internacional que transformou Fortaleza em um ponto de recepção e distribuição do fluxo turístico no litoral cearense.

Se antes a imagem da cidade se calcava em uma imagem construída com base na consciência coletiva, agora ela surgia de parâmetros de diferenciação em escala global. Habitualmente essa elaboração surge a partir da definição de uma imagem específica, baseada em características históricas, técnicas e particularidades naturais da localidade; no caso de Fortaleza, uma cidade litorânea-marítima. Nascia assim a alcunha de “Cidade do Sol”. A construção dessa imagem

parte do princípio de diferenciação adotado pelas estratégias de marketing para criação de marcas. A formatação dessa imagem, tanto atendia as necessidades do novo grupo no poder, se revelando uma importante ferramenta de propaganda política, como se demonstrava atraente à captação de investimentos internacionais (DANTAS, 2002).

A intenção era criar uma imagem do Ceará como um estado moderno, aberto e atraente para novas indústrias. Segundo Lima (2015), as matérias promocionais que eram veiculadas na mídia pelo país passavam uma imagem de avanço no setor industrial e administrativo em contraponto a uma promoção de um turismo primitivista, almejando trocar a imagem do Ceará como o estado assolado pela seca pelo estado abençoado pelo sol e mar de praias desabitadas. Fato que exemplifica tal afirmação é a crescente importância dada à cultura pelas administrações desse período.

O Ceará foi o primeiro estado brasileiro a criar uma secretaria específica para lidar com a cultura, a SECULT (Secretaria da Cultura e Desporto). Com o entendimento da crescente valorização de bens simbólicos, e que o uso da imagem passava a ter protagonismo na efetivação de uma marca política, a cultura passou a ocupar espaço de destaque no campo das políticas públicas. Sendo representativo o cargo de secretário do respectivo órgão tenha sido ocupado em duas ocasiões por publicitários no qual, um deles, declarou abertamente ser uma das missões da SECULT o reforço da imagem do governo. A ideia era tirar o Ceará do “marasmo cultural” e colocá-lo no circuito nacional e internacional de arte e cultura (BARBALHO, 2003).

A SECULT, em 1995, através de seu Plano de Desenvolvimento Cultural, destaca de maneira oficial como a cultura poderia funcionar como ferramenta para inserir o Ceará na era global de disputa por investimentos internacionais. A competição urbana se tornava o novo tema da economia regional; competição pelo investimento de capital, tecnologia, mão-de-obra qualificada e principalmente pela atração de novos negócios.

O plano detalha como as novas tecnologias reduziram a importância dos recursos naturais como fonte de riqueza ao criar novas possibilidades de acesso ao mercado internacional. Para ter acesso a tal mercado seria necessário que o Ceará investisse em pesquisa, infraestrutura pública e capacitação dos seus “exércitos de

trabalhadores” para os novos desafios impostos pelo mercado internacional. Para a SECULT a cultura possuía um papel estratégico nesse sentido. Ela se apresentava como a grande produtora de empregos, sem a necessidade de grandes investimentos de capitais, pois se tratava de tecnologias baseadas no conhecimento e no talento, enquanto a indústria tradicional vinha demitindo à medida que absorvia mais tecnologia. O objetivo era “acelerar o deslocamento do trabalho para a indústria cultural, cuja capacidade empregadora é simplesmente inesgotável” (CEARÁ, 1995, p.12).

O Plano de Desenvolvimento Cultural (CEARÁ, 1995) exemplifica o entendimento, e o alinhamento, com as mudanças conjunturais promovidas pelo processo de globalização. O texto trata das mudanças operadas na sociedade por seu caráter heterogêneo e de como a valorização da cultura poderia contribuir para uma sociedade menos massificada, apta a um ritmo mais rápido de mudanças. Mas, contraditoriamente, o texto celebra a falta de identidade cultural do estado como elemento de distinção. Isso se dava pelo fato da SECULT não detectar a presença de estruturas organizacionais culturais enraizadas no estado do Ceará, que burocratizariam o avanço pretendido, em comparação com a Bahia e Pernambuco. “Não ter tanta tradição nos deixou livres para tentarmos o novo” (CEARÁ, 1995, p.13).

Havia urgência de se fazer investimentos e capacitar o trabalhador para esta nova realidade, pois “[...] as outras necessidades, como capital e indústria, estavam cruzando as fronteiras e viriam instantaneamente para quem tiver os recursos prioritários” (CEARÁ, 1995, p.12). Tal feito seria conquistado através de investimentos em saúde, transportes de massa e educação, acompanhados de contínuo crescimento econômico e de uma política de democratização de bens simbólicos. Tal democratização somente poderia ocorrer através do fomento a cultura.

A concentração de bens simbólicos contribuiria para um maior distanciamento entre pobres e ricos. Somente o setor de serviços poderia trazer a desconcentração de renda e absorver trabalhadores rapidamente. Não seria a educação formal que proveria tal adaptação a esse novo panorama mercadológico, mas a educação somada aos processos de comunicação da indústria cultural por serem “agentes de educação mais fortes e mais rápidos” (CEARÁ, 1995, p.17). A

partir desta perspectiva, podemos concluir que a cultura passava a ser encarada como fator de desenvolvimento econômico e social para os Governos das Mudanças.

Os investimentos em cultura buscaram mudar o perfil cultural do Estado, objetivando criar a imagem de uma Fortaleza mais moderna, flexível e heterogênea. A publicidade se destinava a divulgar a imagem de um Estado dinâmico, que tinha especial atenção à produção cultural e seu papel no desenvolvimento do estado. A publicidade funcionou como catalisador da política cultural, que objetivou agregar uma marca diferencial ao governo. Mas é importante salientar que se a SECULT funcionou como ferramenta de propaganda política foi porque produzia matéria-prima que a legitimava (BARBALHO, 2003).

As campanhas publicitárias objetivaram a criação de uma Fortaleza pós-moderna, visando “o ambicioso projeto político de tornar Fortaleza uma cidade global, projetando-a pelo seu papel no circuito produtor, distribuidor e consumidor da cultura” (GONDIM, 1998, p.17). Fica patente o início de uma política calcada na construção da imagem, onde os empreendimentos e transformações promovidos pelas obras do Estado funcionam como catalizadores da imagem do político como personagem capaz e provedor, que está sempre em exposição na mídia.

Os governadores¹¹ deste novo período, que se estende até os dias de hoje, adotam esse modelo de gestão político-econômica sem alterações significativas, convergindo na intenção de transformar o Ceará em um estado moderno, urbano, aberto e atraente para os investimentos econômicos. O título do plano de governo de Cid Gomes (2007-2011) – *Um grande salto. O Ceará merece* – exemplifica perfeitamente esse objetivo de transformar o Ceará em um competidor turístico de nível internacional. “Operacionalizar o turismo como uma expressão econômica da cultura com base em dados cientificamente levantados” (CEARÀ, 2005, p.46).

De maneira geral se poderia caracterizar os governos do período “mudancista” pela racionalização da administração, otimização do serviço público, a centralização das decisões sem a necessidade de apoio dos setores da sociedade civil, uso do setor público como indutor de investimentos, implantação de políticas de

¹¹ Tasso Jereissati (1987-1991; 1995-1999; 1999-2002), Cid Gomes (1991-1994), Lúcio Alcântara (2003-2007), Cid Gomes (2007-2011/2011-2015), Camilo Santana (2015-2018).

desenvolvimento econômico seguindo a lógica da modernização, fazendo uso da imagem para a efetivação de uma marca política de diferenciação e ineditismo, através de forte investimento em publicidade, a fim de criar a imagem de um estado avançado e progressista

Em seu conjunto as iniciativas de políticas públicas desse período privilegiam a concentração de recursos no desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza, buscando transformar a capital em um centro de serviços com destaque para a indústria e o turismo. Para Gondim (2006, p.137), a busca por tentar transformar Fortaleza em uma cidade “global” deve ser entendida como parte integrante de um projeto político, “[...] no qual a produção de novas imagens é elemento central”.

Neste sentido, por mais que a inserção da cidade nesse circuito global tenha se efetivado de forma ineficiente, não se pode ignorar o impacto da adoção de uma postura neoliberal para o planejamento urbano e seus respectivos impactos no tecido urbano da cidade. Os efeitos de tal ideologia já podem ser sentidos na cidade, já geraram frutos e transformaram o espaço urbano. É sobre essas transformações e seus impactos o assunto a ser tratado no próximo subcapítulo.

4.2 Fortaleza e a Política do Desenvolvimento Urbano Desigual.

A ascensão ao poder do Governo das Mudanças representou uma mudança significativa no setor administrativo do Estado do Ceará. Dados relativos a esse período de governo sempre remontam para o sucesso econômico de sua trajetória, iniciada em 1986 (BONFIM, 2004). O sucesso na captação de recursos se fez refletido no PIB (Produto Interno Bruto) do Ceará, que em relação ao PIB brasileiro, passou de 1,83% em 1980 para 2,41% em 1990 (GONDIM, 1998) e ter, nos anos de 2002 a 2009, praticamente dobrado, saindo de R\$ 56,67 bilhões para R\$ 105,74 bilhões, tornando o estado cearense na terceira economia da região Nordeste (CEARÁ, 2014).

Nesse período, o município de Fortaleza sofreu um forte incremento populacional (ver gráfico 01). No início da década de 1990 a cidade contava com 1,7 milhões de habitantes. O principal incremento populacional se deu entre 1997 e 2006 onde Fortaleza cresceu a uma taxa 19,97%, maior que a média nacional de

17%, no mesmo período. Mesmo com a desaceleração entre 2006 e 2016, demonstrada no gráfico 01, a população da RMF (Região Metropolitana de Fortaleza) chega em 2016 a ultrapassar a barreira de 2,5 milhões de habitantes, chegando à marca de 2.609.716 moradores.

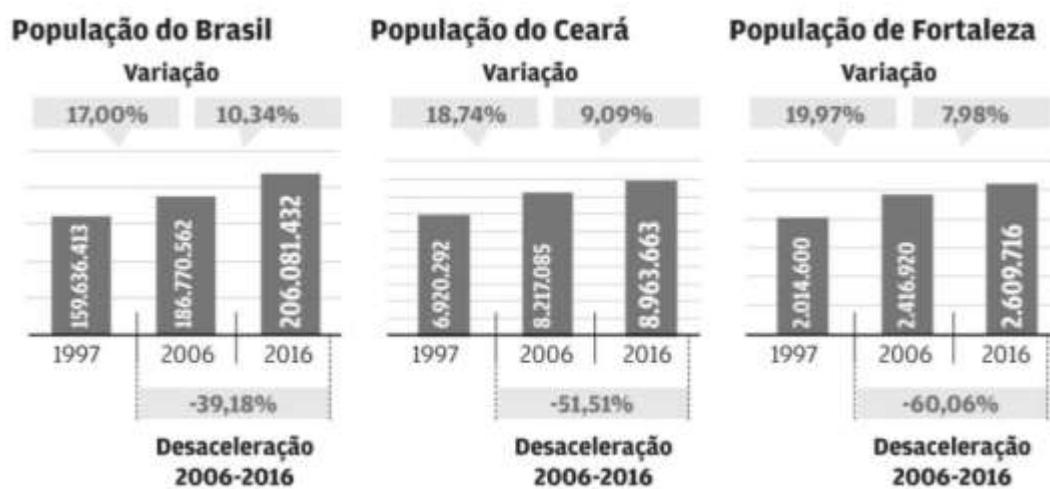
Os incrementos populacionais na RMF se devem, em muito, ao processo de industrialização iniciado na década de 1990 e no turismo em núcleos litorâneos, onde essa atividade econômica predomina. Fatos que, se por um lado configuraram a concentração populacional no município sede, por outro estimularam a dispersão urbana dentro da RMF. Quando se observa a evolução da ocupação urbana em Fortaleza (ver mapa 01) é possível verificar como, em 1985, a ocupação da cidade se dava de maneira dispersa, tendo nas décadas seguintes, a ocupação, se concentrado em preencher esses vazios urbanos, ilustrando a falta de planejamento diante da rapidez da expansão intraurbana.

A questão principal se faz relativa aos impactos da evolução urbana da cidade e o incremento do PIB do estado com relação a melhoria de qualidade de vida dos cidadãos da capital cearense. O Plano Fortaleza 2040¹² cita o relatório da Organização das Nações Unidas, “*State of the World Cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide*”, para firmar Fortaleza na quinta posição de cidade mais desigual do mundo. Fortaleza apresenta um elevado nível de pobreza, uma limitada oferta de saneamento básico, números acentuados de assentamentos subnormais, bairros e áreas de interesse social com limitações de prestação de serviço público. Trinta e três por cento dos 119 bairros da cidade apresentam renda média abaixo do salário mínimo e 75,6% renda pessoal média menor que dois salários mínimos, de acordo com o censo do IBGE de 2010.

Apesar dos mapas georreferenciados sinalizarem a diferença entre a precariedade do setor oeste da cidade e a melhor qualidade do setor leste, a realidade denota que nenhuma região de Fortaleza está isenta de áreas segregadas. Em toda cidade convivem, lado a lado, bolsões de riqueza e de pobreza como poderá ser aferido nos mapas a seguir.

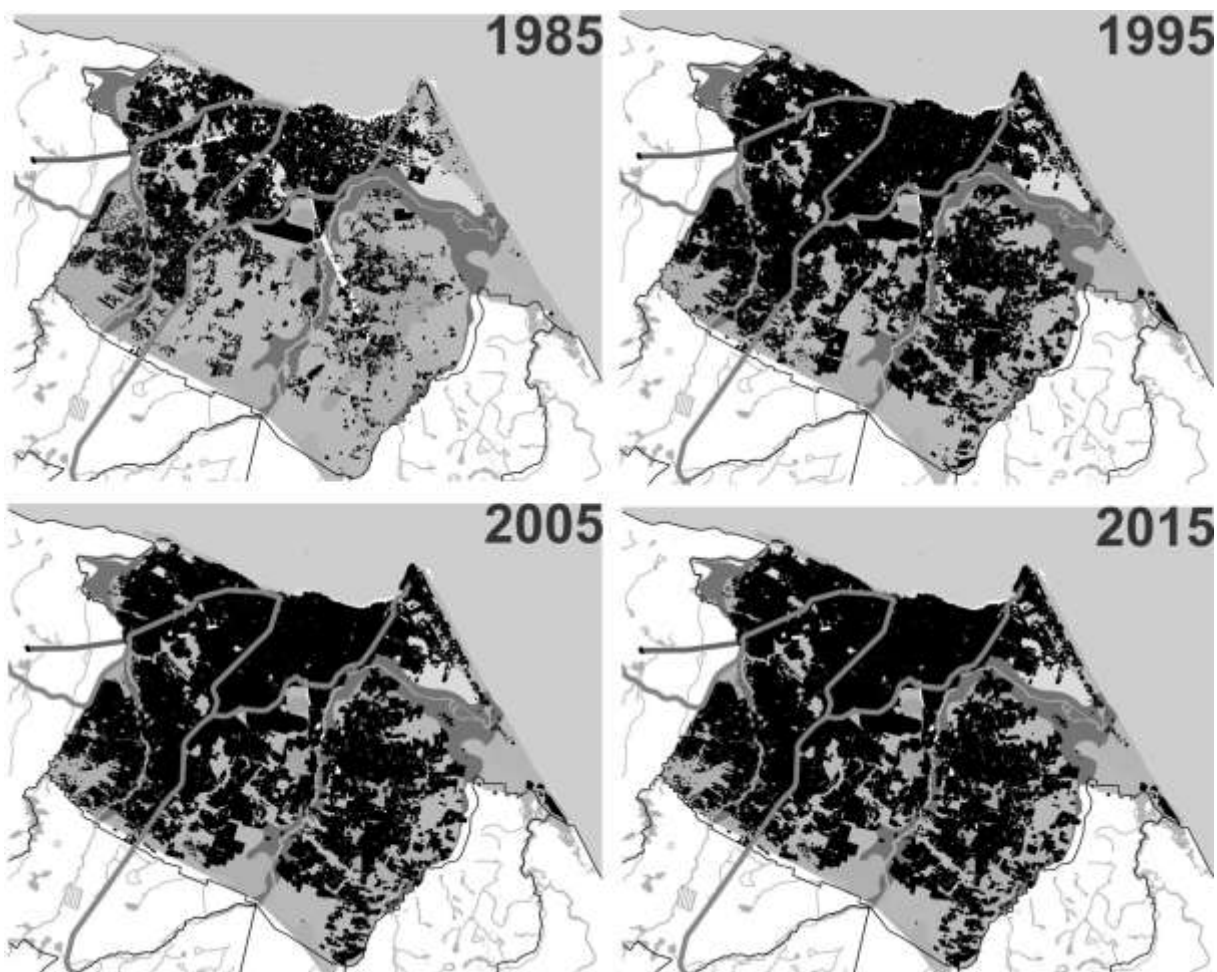
¹² Os dados foram retirados de trabalhos de levantamento realizados na década de 1990 e do relatório elaborado no Plano Fortaleza 2040, em seu segundo volume, Equidade Social, Territorial e Econômica, tendo em vista que esse relatório se demonstra o mais atual compêndio de informações sobre a condição territorial de Fortaleza, até o presente momento (FORTALEZA, 2016).

Gráfico 01 – Crescimento populacional de Fortaleza.



Fonte: Andrade, Sena (2016).

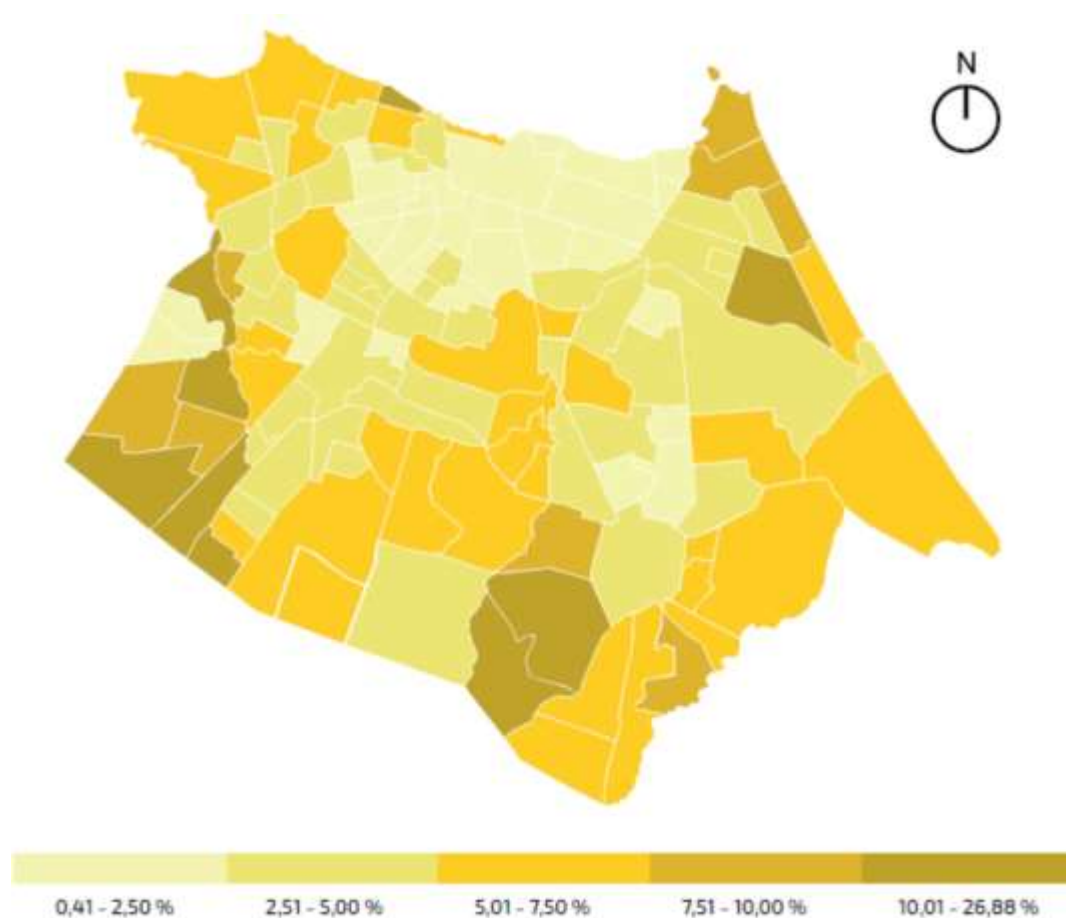
Mapa 01 – Evolução da Ocupação Urbana em Fortaleza



Fonte: Plano Fortaleza 2040.

A desigualdade territorial pode ser identificada quando analisamos o mapa relativo a porcentagem de pessoas em extrema pobreza (população com renda familiar abaixo de R\$70,00) em cada bairro. Tendo seu maior índice incidindo nas regionais V e VI (ver Mapa 02), que são também as mais populosas. Cinco dos bairros com maior índice de extrema pobreza encontram-se na regional V, enquanto os dez bairros com menor índice de pobreza encontram-se na Regional II (ver mapa 03), o que demonstra a disparidade de concentração de renda nas regionais.

Mapa 02 – População extremamente pobre %. 2000

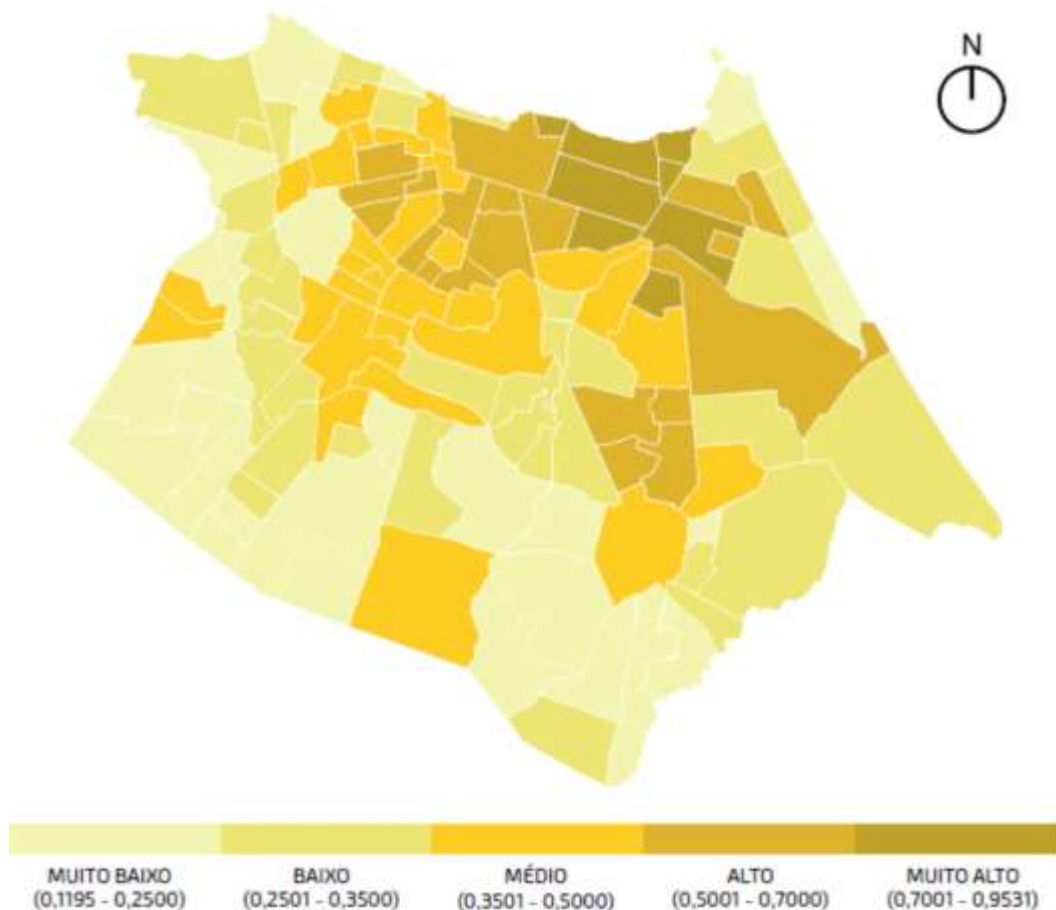


Fonte: Fortaleza 2040. Ipece, 2015.

Com relação ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) Fortaleza apresentou uma ascensão durante os últimos 20 anos que acompanhou o desenvolvimento do IDH da região Nordeste do país. O IDH de Fortaleza saiu de 0,54, em 1991, classificado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) como de baixo desenvolvimento para 0,75, em 2010,

considerado de médio desenvolvimento. Crescimento que não se distribuiu de maneira equilibrada no território de Fortaleza, como pode-se verificar no mapa 03.

Mapa 03 – Distribuição do IDH por bairro.



Fonte: Plano Fortaleza 2040. Pnud, 2010/SDE, 2015.

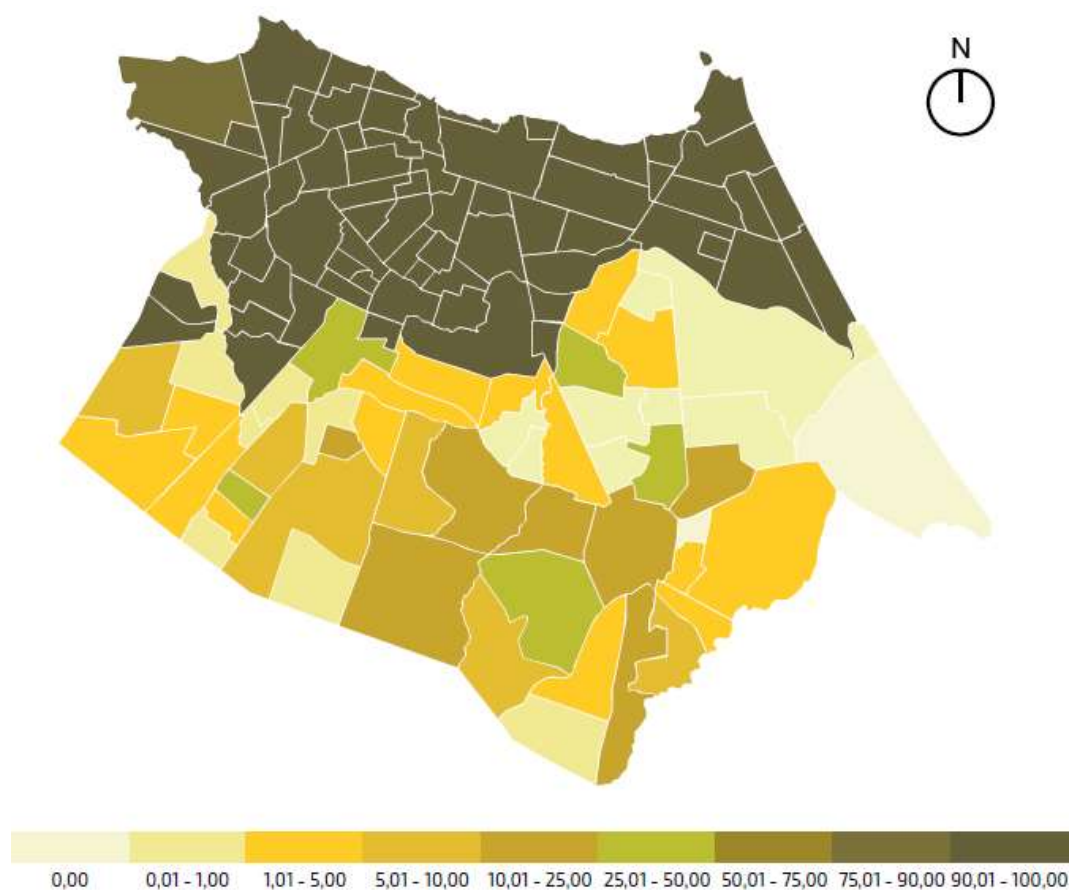
O IDH se distribui de maneira muito desigual em Fortaleza, tendo em vista que apenas três bairros têm índices acima de 0,80 (considerado de alto desenvolvimento): Meireles, Dionísio Torres e Aldeota, enquanto que sete possuem IDH acima de 0,70, e treze têm baixíssimo desenvolvimento, com índices abaixo de 0,20.

Quando se trata de serviços básicos pode-se afirmar que em 2010 apenas 69,2% das residências da capital tinham habitação e saneamento adequados, segundo o IBGE (FORTALEZA, 2016), ou seja, habitações com abastecimento de água e saneamento ligados a rede geral ou por fossa séptica e coleta de lixo (direta ou indiretamente). Sobre o abastecimento de água pela rede geral, apesar de 90% das residências da cidade estarem ligados a rede geral, nove

bairros têm índices de acesso abaixo de 85% e vários bairros apresentam carência de abastecimento devido a irregularidades de disponibilidade em decorrência de interrupções de abastecimento e da baixa pressão do sistema.

Com relação ao esgotamento sanitário, pode-se afirmar que ele se apresenta de maneira desequilibrada no tecido urbano da cidade (ver mapa 04). Ao mesmo tempo que a cidade possui bairros com 98% dos domicílios ligados a rede geral de esgoto, existem bairros como o Parque Santa Rosa, Parque Manibura, Presidente Vargas e Pedras com menos de 5%.

Mapa 04 – Percentual de cobertura da área do bairro pelos serviços de esgotamento sanitário (%)

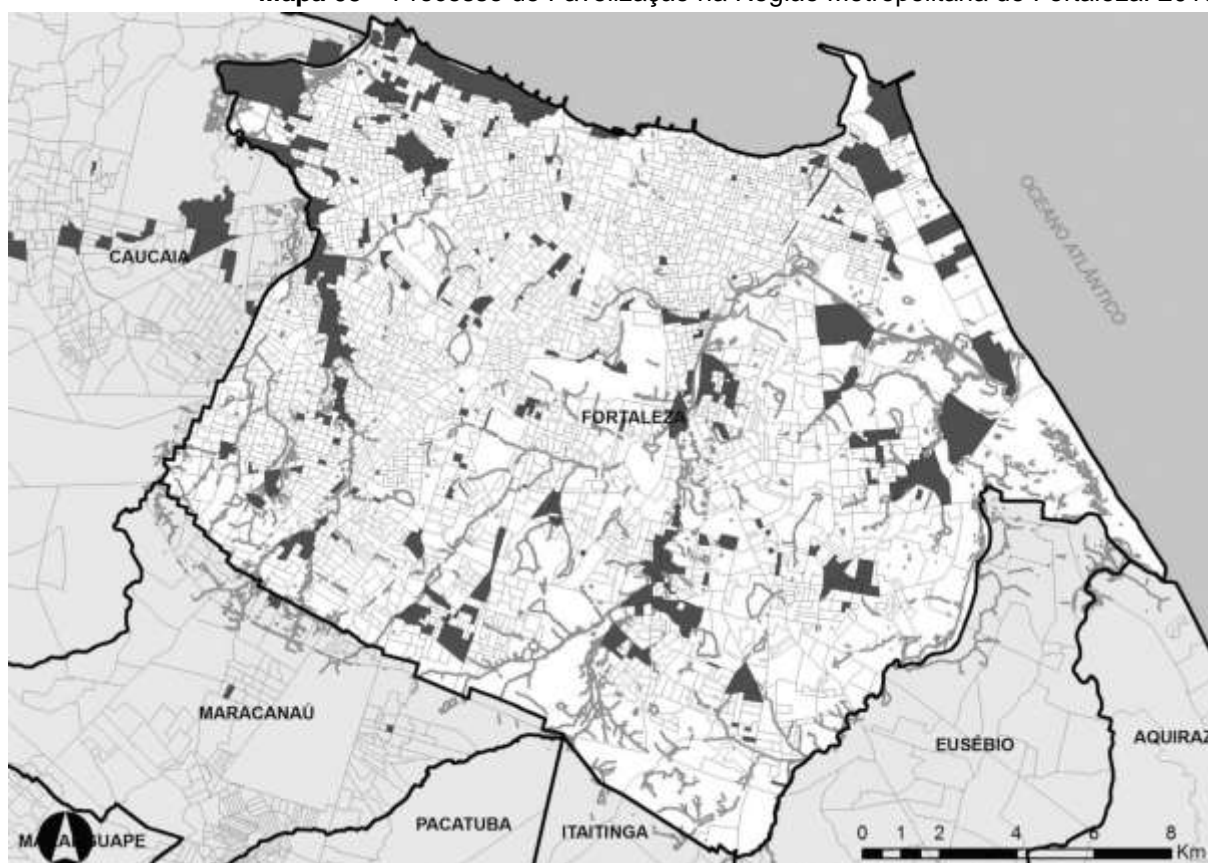


Fonte: Plano Fortaleza 2040.

Com relação à habitação, Fortaleza, em 1991, tinha aproximadamente um quarto da população da cidade residindo em 313 favelas (GONDIM, 1998). Em 2010 a COHAB-CE detectou a existência de 314 assentamentos precários, totalizando mais de 108 mil domicílios em toda Fortaleza. Já dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social, encaminhado pela Fundação de Habitação Popular de

Fortaleza, indicam a existência de 619 favelas ocupadas por mais de 200 mil domicílios. Tal situação não se restringe apenas ao município de Fortaleza, o processo de favelização junto aos demais municípios da RMF já havia se iniciado no começo da década de 1990. O trabalho relata dados do censo, referindo-se a aglomerados subnormais, realizados em 2010 pelo IBGE, sinalizando a expansão das áreas de ocupação para os municípios vizinhos (ver mapa 05). Segundo esta pesquisa, foram apontados setores censitários com aglomerados subnormais em 8 dos 15 municípios da RMF (PEQUENO, 2015).

Mapa 05 – Processo de Favelização na Região Metropolitana de Fortaleza. 2010

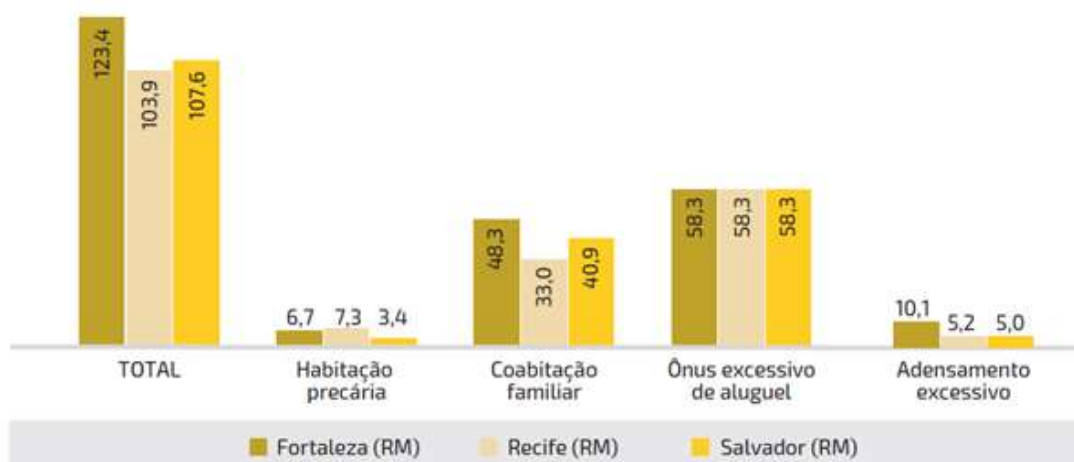


Fonte: Pequeno (2015). IBGE, 2010.

Em 2012 Fortaleza possuía um déficit de 123,4 mil residências, o que representa 10,9% do total de residências do município, tendo como principal componente desta porcentagem elevada o “ônus excessivo de aluguel” (ver gráfico 02), pago pela população mais carente, composta por 50,3 mil famílias em Fortaleza. Outro fator de peso é a coabitação familiar que responde por 48,3 mil famílias. A maioria desses déficits habitacionais encontra-se concentradas em aglomerados

subnormais¹³. O IBGE identificou a existência de 509 deles em Fortaleza, nos quais residem quase 400 mil pessoas em aproximadamente 3.244 hectares.

Gráfico 02 – Déficit habitacional em Fortaleza (mil unidades) – 2012

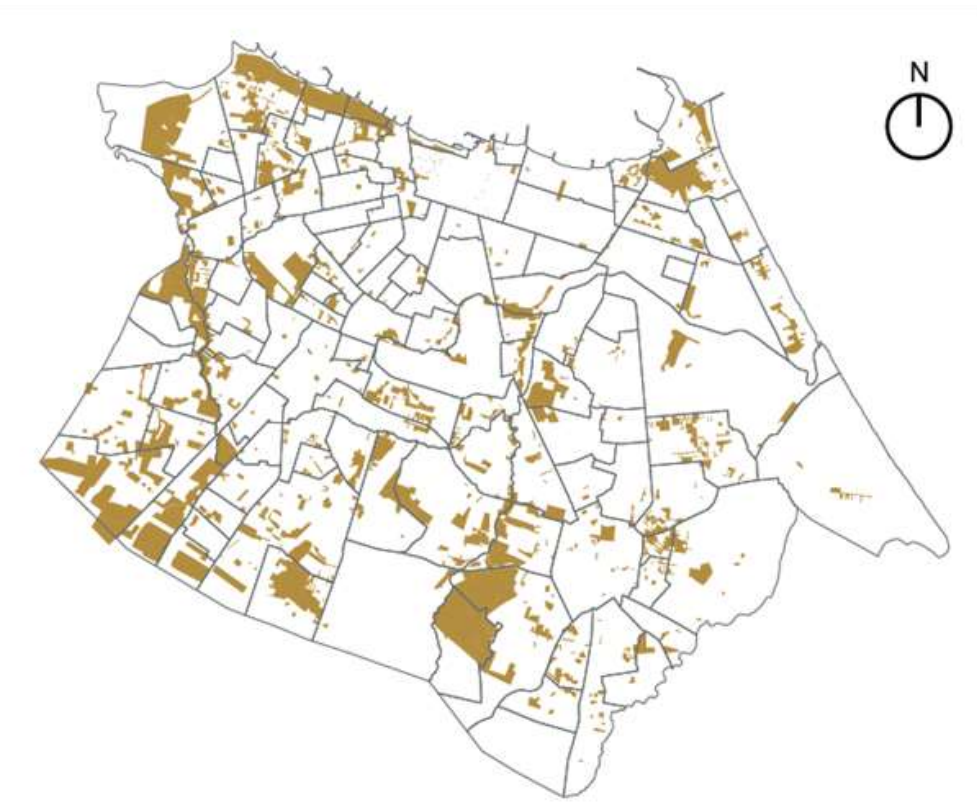


Fonte: Plano Fortaleza 2040. IBGE/Fundação João Pinheiro, 2015.

Utilizando um conceito mais amplo que o IBGE, o Plhis (Plano local de habitação de interesse social) já diagnostica a existência de mais de 856 assentamentos precários, onde residem mais de um milhão de pessoas, cerca de 42% da população, que vivem em um território que representa 12% da área de Fortaleza (ver mapa 06).

Apesar do sucesso em captação de recursos, refletidos no PIB do Ceará, a concentração de renda continua a ser uma das mais marcantes características sociais do Ceará. Tal incremento de recursos não repercutiu em melhoria de qualidade de vida de maneira equilibrada em todas as parcelas sociais da população. Apesar das melhorias do IDH se faz evidente a discrepância entre as diferentes regiões da cidade, assim como a concentração de bolsões de alta densidade urbana atrelados a baixa qualidade de moradia e déficit habitacional. Parâmetros que denotam a persistência de uma alta concentração de renda em determinados bairros da cidade.

¹³ IBGE classifica como aglomerados subnormais o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade.

Mapa 06 – Assentamentos precários em Fortaleza.

Fonte: Plano Fortaleza 2040 com base em dados do Plhis-For, 2012.

Mesmo com as estratégias de marketing, os investimentos em cultura e infraestrutura, contribuindo para que Fortaleza se tornasse cada vez mais na “Miami do Nordeste”, foram incapazes de sanar o quadro de pobreza e desigualdade social em que se encontra a capital cearense (GONDIM, 2001). Para Pereira e Costa (2015), a cidade de Fortaleza, assim como as demais capitais nordestinas, é marcada pela concentração de renda e pela segregação socioespacial. Desigualdade que não se encontra marcada apenas em tabelas e dados estatísticos, mas principalmente na paisagem urbana da cidade.

4.3 A Nova Arquitetura Institucional Pública Cearense

Com a ascensão dos “Governos das Mudanças” a capital cearense torna-se então alvo do pensamento neoliberal, sob o qual os gestores urbanos passam a agir e tomar decisões em decorrência das informações e expectativas geradas pelo mercado, decorrendo em uma forte articulação entre o público e privado, visando investimentos através de uma gestão pública com preceitos e formulas da gestão

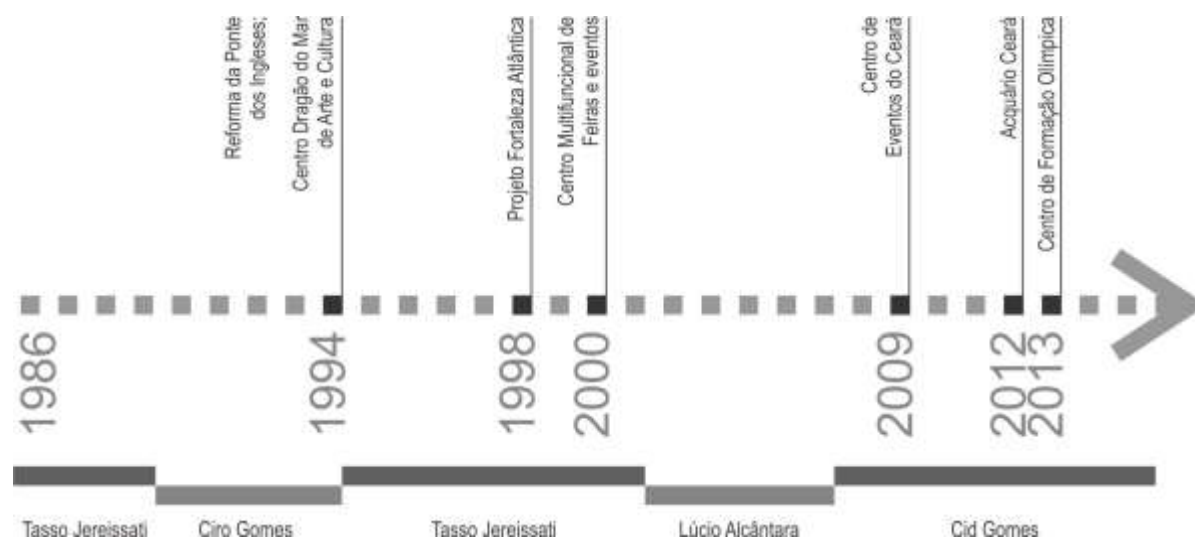
privada. Destaca-se que esse discurso político-econômico está perfeitamente alinhado com a nova abordagem dos principais financiadores internacionais, incluindo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que veem as reformas institucionais (liberalização de serviços, saneamento das contas públicas, luta contra a corrupção, luta contra a pobreza, etc.) como necessárias à boa governança.

Os impactos ideológicos reverberaram no espaço da cidade. Quando se trata de tentar entender a criação de uma nova imagem para Fortaleza, mais “competitiva”, melhor do que estudar as estratégias de marketing é se debruçar sobre as intervenções urbanas propostas pelo Estado a partir da década de 1990 (GONDIM, 2001).

Tais ideais foram traduzidos em diversos projetos arquitetônicos, elaborados neste período, com a finalidade de dar suporte à construção dessa nova imagem no decorrer dos Governos das Mudanças (ver figura 11), como a reforma da Ponte dos Ingleses, o ‘Fortaleza Atlântica’ e o ‘Centro Multifuncional de Feiras e Eventos do Ceará – CMFEC’, que em sua maioria não chegaram a se concretizar por motivos diversos que não serão esmiuçados aqui, ou em outros, que serão objetos de estudo de caso, como o CDMAC, o Centro de Eventos do Ceará e o Acquário Ceará.

Para Gondim (2001) o número de intervenções urbanas propostas pelo Estado, no tecido urbano de Fortaleza, simboliza uma tentativa de reconquistar a hegemonia política no poder municipal da capital, interrompido nas eleições de 1992 e 1996, vencida por opositores aos políticos dos Governos das Mudanças. Essas intervenções projetuais, ocorreram em importantes marcos espaciais da cidade, citando a praia de Iracema como exemplo, e representam uma busca pela construção de uma identidade de núcleo urbano importante para a conquista do apoio político do cidadão (ver mapa 07).

Figura 11 - Grandes projetos de arquitetura institucional pública concebidos pelos governos do Estado do Ceará após 1986



Fonte: Linha de tempo elaborada pelo autor.

O primeiro movimento nesse sentido se deu com a reforma da Ponte dos Ingleses. A Ponte dos Ingleses, elevada em meados de 1920, foi edificada para receber o atracadouro da antiga ponte metálica, que já não atendia as demandas da época. A construção nunca foi concluída e em 1994 surge a proposição do Governo do Estado para sua reforma, executada a partir do projeto idealizado pelos arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon. Com apelo historicista, a reforma além de prever o restauro da estrutura, iluminação, guarda-corpos e bancos, dota a ponte de infraestrutura turística como bar, restaurante, sorveteria, espaço para exposição da vida marinha, etc.). Fernandes (2012a) aponta a reforma como ponto nevrálgico da transformação da Praia de Iracema em um polo de atração turístico de Fortaleza, que rivalizaria com a Beira-Mar, até a edificação do CDMAC.

Mapa 07 – Localização das intervenções urbanas no mapa das regionais administrativas do Município de Fortaleza



Fonte: Elaborado pelo autor

No início da década de 1990 o Estado propõe o projeto Fortaleza Atlântica (ver figura 12), concebido com o propósito de reconquistar uma paisagem marítima urbana açodada por uma ocupação caótica. O “Portal para o Atlântico” daria início a uma série de intervenções urbanas ao longo dos 23km de orla da cidade de Fortaleza. Seu objetivo era criar um ícone tão forte a ponto de induzir a mudança do quadro social e econômico especialmente das áreas litorâneas ocupadas por populações de baixa renda. Essa gentrificação era necessária na procura de atrair novos investimentos em empreendimentos imobiliários (FERNANDES, 2012a).

Figura 12 – Perspectiva da implantação geral do projeto do Concurso Símbolo Ícone de Fortaleza



Fonte: Nasser Hissa arquitetos associados. <http://www.nasserhissa.com.br/icone-de-fortaleza.php>.

Já no início do novo milênio, a fundamentação para a construção de um centro de feiras e eventos (CMFEC) se sustentava na demanda para acomodar o crescimento de um tipo de turismo que poderia ser fomentado em todos os períodos do ano, não apenas na chamada “alta estação”, capaz de incrementar significativamente a economia regional; o turismo vinculado a negócios como congressos e feiras. Essa proposta exigia a construção de um novo equipamento de grande porte com as características requeridas pelo mercado. O programa do projeto do CMFEC então evoluiu para a proposição de um acréscimo de marinha de aproximadamente 19ha, em uma área com usos e ocupação do solo complexos (ver figura 13).

Figura 13 – Área do aterro para a viabilização do CMFEC



Fonte: Fernandes (2012a). Texto inserido pelo autor.

Às dificuldades técnicas de um aterramento marítimo somavam-se aos incontáveis impactos no tecido construído e na paisagem. O autoritarismo da proposta sofreu forte crítica de ambientalistas e urbanistas, que duvidaram da sua viabilidade técnica e das soluções relativas às mobilidade e acessibilidade no entorno do empreendimento. Mesmo com os estudos de prospecção da área já realizados e os projetos executivos parcialmente concluídos, cujo dispêndio não foi totalmente esclarecido, o governo estadual se viu obrigado a abandonar a proposta.

As proposições do Portal do Atlântico e do CMFEC refletem essa busca pela criação de espaços de síntese, mesmo que a um alto custo social e urbanístico. Com essa exemplificação fica claro que não é possível, portanto, compreender a política urbana no Ceará desvinculada das drásticas mudanças promovidas por essa agenda política e econômica. A cidade de Fortaleza converte-se, ao mesmo tempo, em cenário e laboratório de experimentações com a finalidade de inserir o território no processo de globalização. Os investimentos públicos visam dotar a cidade de infraestrutura e diferenciais urbanos que lhes dê vantagens competitivas frente a concorrência de outras capitais nordestinas. Essas vantagens competitivas se traduzem principalmente no estímulo à concepção de ostensivos projetos turísticos e culturais, que colocam a imagética arquitetônica como crucial para o sucesso do empreendimento.

Visto assim, pode-se concluir que a arquitetura contribuiu para a síntese da cidade como mercadoria, propagando uma imagem positiva para legitimar a apropriação direta de instrumentos do poder público por grupos privados e, vá lá, pela população de um modo geral. Pelo menos no nível do discurso oficial isso poderia induzir outras políticas públicas de desenvolvimento social e econômico em favor das necessidades coletivas dos grupos sociais mais vulneráveis.

Do ponto de vista da democratização, tais projetos são concebidos à margem do debate público, reduzindo a responsabilidade da sociedade civil e centrando o ônus na administração estadual, no que se refere à gestão dos empréstimos e execução das obras; e na administração municipal, no que se refere ao reparo dos seus impactos no tecido urbano.

Essa ausência da sociedade civil reflete a falácia do discurso da boa governança local, pois até mesmo o manual do Banco Mundial recomendava o seu empoderamento no controle das decisões e dos recursos. A falta da participação

democrática na definição da localização, do programa de necessidade e dos projetos complementares distanciaram essas obras daquelas soluções em favor das necessidades coletivas mais urgentes.

Esses projetos expressam não apenas as tendências de conteúdo estético (como os padrões de materialidade), mas repercutem as noções caras a uma logística midiática manipulada a favor de um empreendedorismo urbano. Em Fortaleza, para criar uma imagem idealizada, rotulada e “vendável”, os gestores públicos buscam a valorização paisagística e cultural da orla marítima da cidade, recorrendo a projetos grandiosos que exemplificam claramente essa manipulação da arquitetura em favor do “resgate da identidade” através da imagem.

Parte desta estratégia exige a criação de falsas representações identitárias que escondam a existência das profundas diferenças sócio espaciais que persistem na cidade (GONDIM, 2001). O remédio aparente é a rotulação e a tematização da identidade, que se apresenta contraditória e compulsiva, pois ignora os imensos desafios que a cidade real impõe à política urbana.

5 ARQUITETURA INSTITUCIONAL PÚBLICA: UMA AVALIAÇÃO

“É a cidade sem história. É suficientemente grande para toda gente. É fácil. Não necessita de manutenção. Se se tornar demasiado pequena simplesmente expande-se. Se ficar velha, simplesmente autodestrói-se e renova-se. É igualmente emocionante – ou pouco emocionante – em toda parte. É <<superficial>>”

(KOOLHAS, 2014, p.35).

Partindo do entendimento de que já foram estruturadas as bases conceituais e demarcado o contexto histórico da pesquisa, este capítulo se dedica à investigação empírica através da avaliação de três projetos de arquitetura institucional pública, concebidos para a cidade de Fortaleza, a partir dos anos 1990. O capítulo encontra-se estruturado em cinco partes conforme descrição resumida a seguir:

No primeiro subcapítulo foi detalhada a estrutura metodológica adotada, com destaque para os critérios de avaliação, distribuídos em quatro etapas. Esses critérios foram construídos durante o processo de pesquisa, tendo em vista a perspectiva de verificação da hipótese proposta na presente dissertação. Diversas ferramentas foram usadas para o levantamento e análise dos dados, tais como: entrevistas, diagramas, mapas mentais, registros fotográficos e construção de simulações digitais. As informações resultantes do uso de tais ferramentas foram dispostas em uma matriz de resultados, proporcionando assim a visualização do conjunto de dados no formato de tabela.

Os três subcapítulos seguintes são dedicados sequencialmente à análise dos projetos selecionados, a saber: (5.2) Um edifício para a cultura - CDMAC; (5.3) Um edifício para os negócios - CEC; (5.4) Um edifício para o lazer - Acquário Ceará. Cada projeto arquitetônico é estudado a partir da sequência analítica estabelecida na metodologia da pesquisa. Assim, temos primeiramente a análise da conjuntura político-institucional, ou seja, busca-se compreender as condições históricas que confirmaram a escolha do projeto arquitetônico e como se deu a sua inserção na estrutura organizacional pública. Em seguida foi realizada a análise de conteúdo dos projetos com destaque para os critérios de localização, implantação e o discurso dos arquitetos. Por fim, foi avaliada as repercussões socioespaciais na pós-ocupação,

tendo como critérios o contexto urbano e a paisagem, os impactos no entorno e a valorização imobiliária.

O capítulo se encerra com a consolidação e discussão de uma matriz de resultados (5.5), considerando a mesma sequência analítica adotada para a compreensão dos projetos arquitetônicos. Salientamos, uma vez mais, que no caso do projeto do Acquário Ceará efetivamos apenas as duas primeiras etapas de avaliação, já que este edifício não foi concluído até a data de encerramento desta pesquisa.

5.1 Sobre o método de avaliação

Para a metodologia de análise dos projetos de arquitetura institucional pública foram definidas três etapas de investigação, seguindo as etapas cronológicas de concepção, construção e uso/repercussão espacial dos edifícios. Essas etapas foram analisadas conforme os seguintes eixos temáticos: (I) Análise da conjuntura político-institucional; (II) Análise de conteúdo; (III) Avaliação da pós-ocupação. Cada eixo temático demandou ferramentas de análise distintas para a melhor apreensão dos resultados, sendo, portanto, separadas por suas respectivas especificidades. O cruzamento dos dados levantados nas três etapas permitiu a concepção de uma matriz de resultados (IV).

Para o registro dos dados levantados em cada etapa, elaboramos uma tabela de fichamento com as sínteses das informações de modo a deixar mais evidente a análise comparativa entre os projetos. Essas tabelas de fichamento encontram-se registradas em sua totalidade no Apêndice A da dissertação. A seguir, detalhamos essa estrutura metodológica.

I - Análise da conjuntura político-institucional.

Esta etapa tem como objetivo reconstituir o momento político em que se deu a concepção dos projetos e compreender o grau de coerência/dispersão desses projetos ao longo do seu trânsito institucional. Procuramos levantar o discurso oficial em defesa da obra bem como verificar os procedimentos adotados para viabilizá-la na máquina administrativa pública. Esta análise está referenciada em dois critérios:

- a) Momento Político: apreensão do momento político e socioeconômico

em que se deu a concepção do projeto;

b) Trajetória Institucional: Levantamento da estrutura gerencial pública do projeto, com atenção para a articulação entre as instâncias político-administrativas e a escalas espaciais de intervenção.

O registro desses dados levou em conta a análise de documentos oficiais, artigos de jornais e entrevistas com representantes das instituições envolvidas. Tendo em vista a grande quantidade de material levantado, no que se refere a entrevistas de jornais, dissertações e teses, concernentes aos projetos do CEC e CDMAC, sendo encontrada nas mesmas entrevistas com os arquitetos e gestores, só se fez a necessidade de realizar mais duas entrevistas, gravadas em áudio, com os arquitetos Delbergue Ponce de Leon (2017) e Joaquim Cartaxo (2018). As categorias de dados levantados encontram-se descritas no quadro 01.

Se faz importante ressaltar, para a composição das etapas de implementação do Acquário Ceará, a importante contribuição do movimento “Quem me dera ser um Peixe” como fonte de dados para a composição do percurso. Sendo encontrado junto ao mesmo o registro de datas e artigos referentes às etapas projetuais, assim como os processos e resistências a implementação do projeto.

Quadro 01 – Fichamento da Análise da Conjuntura Político-Institucional

PROJETO	SINTESE DA ANÁLISE DA CONJUNTURA POLÍTICO-INSTITUCIONAL
	Conjuntura política e socioeconômica regional.
	Órgão responsável pelo projeto.
	Gestor responsável.
	Orçamento inicial da Obra.
	Custo total da Obra (concluída).
	Caracterização do órgão responsável pela obra
	Objetivos da edificação previstos em planos governamentais e/ou memoriais justificativos.
	Políticas públicas e outros programas e ações correlacionados ao projeto.
	Critérios definidos para a escolha dos arquitetos responsáveis pelo projeto.
	Verificação do trâmite legal do projeto governamental.
	Descrição das etapas de implementação do projeto.

Fonte: elaborado pelo autor.

II - Análise de conteúdo.

Esta etapa se atém ao conteúdo intrínseco de cada projeto arquitetônico. Para esta investigação foi realizado um levantamento de documentos normativos

(leis, portarias), documentos administrativos e técnicos (plantas técnicas, relatórios, memoriais, dados estatísticos), matérias de jornais e entrevistas com os agentes responsáveis. Tomou-se como referência os seguintes critérios:

a) Preferência de Localização e Implantação: nesta análise procurou-se identificar os motivos que levaram às escolhas de localização das obras no espaço urbano de Fortaleza, de modo a caracterizar os contextos físico-espaciais pré-existentes. Em seguida, avaliou-se sobre os critérios técnicos que balizaram as escolhas de localização.

b) Discurso de Concepção: trata-se da análise dos memoriais justificativos elaborados pelos arquitetos e órgãos oficiais que informam valores e conceitos-chave dos projetos. O objetivo é identificar a aderência e alcance dessas obras tendo em vista as demandas expressas pelo agente público contratante. Nesta investigação foram utilizadas como fontes de informação as matérias de jornais e entrevistas com os atores envolvidos publicadas na época. Para fins de análise do conteúdo o levantamento foi condensado no quadro 02.

Quadro 02 – Fichamento da Análise de Conteúdo

PROJETO	SÍNTESE DA ANÁLISE DE CONTEÚDO
	Objetivos a serem alcançados
	Diretrizes projetuais
	Programa
	Crítérios para definição da localização

Fonte: elaborado pelo autor.

III - Avaliação da Pós-Ocupação.

Nesta etapa de análise, procurou-se apreender as repercussões físico-espaciais, socioeconômicas e ambientais na área de influência imediata de cada projeto. Essa investigação foi subdividida em três momentos: (a) contexto da paisagem urbana pré-existente à implantação; (b) impactos no entorno pós-ocupação; (c) averiguação da valorização imobiliária na pós-ocupação (ver quadro 03).

Para a avaliação da pós-ocupação objetivou-se analisar o contexto da paisagem urbana anterior à implantação do projeto. Para uma leitura da paisagem, Cosgrove (2012) salienta que a questão da linguagem se faz fundamental, posto que

isso é feito majoritariamente de maneira textual e, conseqüentemente, carregado de valores, crenças e teorias do analista. Em busca de amenizar tal viés, em favorecimento de um maior distanciamento crítico, procurou-se utilizar o suporte de maquetes digitais. Inicialmente foi recuperado o contexto urbano com o qual os arquitetos se depararam ao projetar as edificações. As maquetes apresentam os terrenos escolhidos livres de ocupação, de maneira a deixar mais evidente a leitura da paisagem pré-existente. Essa medida permitiu estabelecer diretrizes paisagísticas para uma posterior confrontação com a relação espacial encontrada na pós-ocupação.

Quadro 03 – Fichamento da Avaliação Pós-Ocupação

PROJETO	SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA PÓS-OCUPAÇÃO
	Contexto da paisagem urbana pré-existente à implantação.
	Impactos no entorno.
	Valorização imobiliária.

Fonte: elaborada pelo autor.

Como não se trata de um levantamento quantificável foi analisada qualitativamente a paisagem, a partir da perspectiva do desenho urbano, através do uso das técnicas de Visão Serial e do Mapeamento Visual. Segundo Rheingantz e Alcântara (2007), a Visão Serial de Cullen (2010)¹⁴ tem o intuito de identificar os elementos estruturais que conformam o espaço urbano, assim como sua legibilidade e identidade. Assume-se a necessidade de abertura do analista para a absorção de estímulos não quantificáveis a partir da observação do ambiente urbano permeado pelos valores culturais, experiência de vida e sentidos de quem realiza a análise.

A percepção do espaço pela Visão Serial resultaria em um Mapeamento Visual do entorno da edificação. O Mapeamento Visual é um mecanismo que permite registrar em um ambiente determinado, a partir da percepção de um indivíduo, apropriações, demarcações, adequações e inadequações, pontos positivos e negativos, assim como determinar hierarquicamente a importância paisagística de

¹⁴ A partir da dedução de que a percepção da cidade não é apreendida estaticamente, Cullen (2010) desenvolveu o seu conceito de Visão Serial. Tal conceito parte da perspectiva de que embora um transeunte possa atravessar uma suposta cidade de forma linear, a mesma teria sua paisagem descortinada de forma sequencial, podendo assim revelar surpresas. Grande parte do que confere identidade à cidade derivaria da riqueza desse sequenciamento e de como ele é percebido pelo transeunte.

eixos visuais e perspectivas no espaço urbano. O Mapeamento Visual possibilita estabelecer parâmetros que norteiam a identidade de um ambiente e, conseqüentemente, partindo da interação entre homem e ambiente, a construção da imagem ambiental de um lugar específico, podendo funcionar como ponto de partida para as análises de APO's (RHEINGANTZ *et al*, 2009).

Por ter uma abordagem mais lúdica e tridimensional o Mapeamento Visual permite com melhor eficácia a transmissão dos dados levantados e uma melhor percepção e confluência dos mesmos para a análise paisagística. No presente trabalho foram demarcadas como relevantes as visadas, a partir de várias perspectivas distintas, que contribuiriam para uma melhor percepção e valorização de edifícios de interesse patrimonial histórico (identificadas nas figuras 14 e 56) e na percepção de contextos paisagísticos construídos e naturais (ver figuras 20 e 57).

É importante ressaltar que o Mapeamento Visual por si só não basta para a completude das informações. Ele pode ser usado para identificar situações de territorialidade, sondar características de um determinado ambiente ou algum aspecto mais específico, mas trata-se de desenhos, esquemas e diagramas que necessitam ser complementados para sua efetividade e análise.

O registro das informações colhidas no trabalho de campo, expresso em maquetes, possibilita uma visão continuada do ambiente e uma correlação entre diferentes dados do ambiente analisado. O registro na escala de entorno imediato destaca os seguintes elementos:

- a) valorização de edifícios de interesse histórico ou de relevância institucional no entorno imediato a edificação;
- b) valorização de espaços livres, equipamentos públicos e recursos naturais paisagísticos;
- c) valorização dos circuitos pedonais e acessibilidade;
- d) valorização do transporte individual.

No segundo momento de análise verificou-se os impactos socioespaciais na pós-implantação. Buscou-se confrontar as decisões projetuais com as diretrizes apontadas na etapa de diagnóstico para averiguar como o projeto edificado se relacionou espacialmente com tais diretrizes. A confrontação se dá com o uso da maquete virtual, utilizada na etapa de análise do contexto da paisagem, agora com a presença física da edificação. A articulação dos argumentos e das percepções se

valem das vantagens relativas a utilização do mapeamento visual e dos contrastes apresentados na pré e pós-ocupação.

No terceiro momento, identificamos as repercussões relativas à valorização imobiliária do entorno próximo na pós-ocupação. Esta verificação se efetivou através de análise cartográfica dos usos e ocupação do solo em momentos temporais distintos, destacando-se as mudanças ocorridas em face das estimativas previstas nos memoriais de projeto. A valorização imobiliária é aferida a partir da intensificação da ocupação e da diversificação de usos de solo, tendo em vista as melhorias urbanas esperadas nas proximidades dos novos projetos. Com a sobreposição da planta cartográfica do entorno, anterior a implantação da edificação (definida em vermelho), à foto aérea mais atual foi possível verificar a ocorrência do aumento ou não da densidade na ocupação do solo e conseqüente valorização imobiliária ao contexto.

Um dos parâmetros que poderia ser utilizado para análise da valorização imobiliária da área é a verificação da evolução do preço venal do metro quadrado antes e depois da implementação das edificações. Mas o pesquisador não conseguiu tais dados devido a não disponibilização dos mesmos pela SEFIN (Secretaria Municipal de Finanças).

Outro fator de verificação foi a visita de campo. Foram feitas visitas, em períodos e datas distintos, com o intuito de sondar a vitalidade do entorno da edificação, sendo feito, também, registro fotográfico em uma delas, para ilustrar a realidade diagnosticada. Para tal, foi definido como mais adequado, para o registro fotográfico, um sábado à tarde às 16 horas, tendo em vista que se trata de um dia da semana e horário nos quais espera-se, em se tratando de um espaço público de agradável permanência e atratividade, encontrar seu entorno ocupado e dinâmico. Por meio desta dimensão analítica procuramos apreender a configuração temporal e territorial do percurso dos edifícios projetados, de forma a confrontar as propostas/objetivos gerais com as especificidades locais e sua historicidade.

IV – Matriz de Resultados.

Com o intuito de facilitar o cruzamento dos dados levantados nas etapas anteriores, concebemos um quadro-matriz objetivando auxiliar a tabulação dos resultados da investigação. Esta matriz encontra-se desenhada no quadro 04. A

intenção é que a partir de tal análise se possa aferir o conjunto dos dados e informações levantadas.

As questões elaboradas na Matriz de Resultados procuram sintetizar os dados do percurso metodológico adotado. São questionamentos que têm sua origem conectada ao objetivo geral da dissertação de investigar a produção da arquitetura institucional pública que se efetivou, a partir da última década do século XX, em Fortaleza.

Quadro 04 – Matriz de Resultados

MATRIZ DE RESULTADOS						
	CDMAC		CEC		ACQUÁRIO	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Conjuntura Político-Institucional						
O projeto foi concebido em decorrência de justificativas político-econômicas?						
O projeto seguiu os trâmites legais para sua implantação?						
O projeto foi objeto de concurso público?						
O projeto e sua localização é fruto de uma previsão do Plano diretor ou de um Planejamento estratégico que abranja um bairro ou a cidade?						
O projeto se articula a outras políticas, programas e ações públicas?						
Análise de Conteúdo						
Os autores dos projetos levam em consideração as pré-existências para sua concepção formal?						
O discurso projetual pressupõe a edificação como ferramenta de transformação urbana?						
Os projetos possuem conteúdo programático diversificado?						
Os projetos atendem a condicionantes pré-existentes no seu entorno imediato?						
A escolha de localização e implantação seguiu critérios estritamente técnicos?						
Houve algum processo de participação popular na tramitação dos projetos?						
Avaliação da pós-ocupação						
A paisagem urbana foi valorizada após a implantação do edifício?						
Os fluxos e acessibilidade foram incentivados com perspectiva de dinamizar os usos do solo no entorno?						
Houve acréscimo de espaços públicos?						

Houve uma dinamização econômica na área do entorno?						
---	--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor

Para identificar a Conjuntura Político-institucional dos projetos é necessário contextualizar o momento político do qual se originaram, assim como a visão política de seus gestores e as particularidades dos órgãos de onde foram gestados, sendo necessário averiguar, também, o grau de participação democrática do processo, podendo ocorrer por meios de participação direta ou através de estudos técnicos urbanos mais amplos e plurais, tendo em vista que processos autocráticos de decisão acentuam a influência do viés ideológico.

Com referência aos questionamentos apontados na Análise de Conteúdo, o intuito é averiguar o discurso dos projetistas, tanto através dos memoriais quanto através da análise crítica de seus desenhos. Tendo em vista as características apontadas no subcapítulo 4.1, de um período político fortemente marcado pela influência do marketing e por uma nova imagem de distinção política, as questões colocadas se direcionam para averiguar se as obras levaram em conta outros fatores para sua concepção, como as pré-existências, seu entorno e conteúdo programático.

Com relação a análise de pós-ocupação os questionamentos se referem aos impactos dessas edificações no espaço urbano de Fortaleza, tendo como perspectiva o fato de que edifícios públicos devem ter como atributo a oferta e acessibilidade de bens e serviços coletivos com o intuito de melhorar a qualidade de vida urbana e em especial daquelas populações mais desfavorecidas, objetivando reduzir as desigualdades (MONTANER, MUXÍ, 2015). A ideia é que a síntese e a estruturação em forma de uma Matriz de Resultados seja capaz de traduzir visualmente as similaridades dos processos dos projetos estudados.

5.2 Um edifício para a cultura: CDMAC

O Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC) foi concebido durante a gestão do Governador Ciro Gomes (1991-94). Ele teve uma gestão caracterizada pelo discurso de eficiência empresarial no trato da coisa pública e pela

imagem personalizada de realizador, construída a partir do intenso uso da mídia (GONDIM, 1998). A obra, entretanto, não se concretiza em sua gestão, mas na administração seguinte, de Tasso Jereissati (1995-99). Esse momento político pode ser descrito como de pouca competitividade, tendo as duas eleições para governador, consecutivas, sendo decididas no primeiro turno e o Legislativo refletindo a hegemonia eleitoral governista (MORAES, 2018).

As receitas superaram as despesas durante todo o Governo de Ciro Gomes (1991-94). Entre 1995-97 ocorrem déficits, ou seja, durante quase todo o primeiro mandato do Governo de Tasso (1995-98), sendo importante salientar que o período perpassa o momento mais rigoroso de implantação do plano real, voltando a ter superávit entre 1998-99 e déficit novamente em 2000. Ocorreram elevadas taxas médias anuais de crescimento econômico do Ceará, nesse período, que se traduziram em incrementos na arrecadação tributária. A preços de 2000, a receita tributária praticamente triplicou entre 1980 e 2000. Aplicações financeiras oriundas de privatizações contribuíram para esse incremento, principalmente no triênio 1998 a 2000 (SOUSA, 2007).

No âmbito nacional, nos anos de 1990, com o Plano Collor, o Brasil passa paulatinamente a adentrar o mundo neoliberal. O país abre sua economia comercial e financeira, provocando um processo de desnacionalização da indústria. Período de grande recessão, com altas taxas de desemprego e confisco de poupança de correntistas (CAVLAK, 2016). Época turbulenta, política e economicamente, que culmina com o Impeachment do Presidente Collor, assumindo então Itamar Franco.

Em 1994 é lançado o Plano Real, que se caracterizou pelo controle da inflação via ancoragem cambial e desregulamentação da economia e das finanças, o que gerou um aumento no consumo de bens duráveis, deterioração das contas públicas, desadensamento industrial e um déficit na balança comercial, a partir de 1995, em decorrência da abertura da economia e do aumento do déficit das transações comerciais até 1998 (ROMÃO, 2003). Período marcado pela tentativa de controle de gastos públicos, privatização de empresas estatais e atrelamento da moeda brasileira ao dólar norte-americano (CAVLAK, 2016). Com o fim do governo Itamar Franco, para o quadriênio 1993-98 acontece a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) à presidência do Brasil.

O governo de FHC marcou o ápice das políticas neoliberais e da

reestruturação do setor produtivo brasileiro. Com a crise financeira internacional em 1999, o governo se vê obrigado a abandonar a paridade entre o dólar e o real, ocasionando a saída de vários investidores internacionais (CAVLAK, 2016), levando-o a reiniciar a negociação de empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a estabelecer metas fiscais de investimentos. Período de recessão, alto desemprego, aumento da informalidade, da dívida pública, redução de fontes de financiamento, de políticas sociais e de fomento de emprego formal (ROMÃO, 2003).

O PIB da década 1991-00 cresce a taxa de 2,5% (ROMÃO, 2003). O Brasil segue de forma subalterna ao processo de globalização. Sendo fortemente ligado às determinações e imposições de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial (ROMÃO, 2003).

Retornando ao Ceará, durante a primeira gestão de Ciro Gomes, é nomeado o publicitário Paulo Linhares para presidir a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT). A SECULT cresce em importância durante o governo de Ciro na perspectiva de promoção de um “efeito de distinção”, tornando-se estratégica para garantir a integração social e o consenso em torno do projeto mudancista. Paulo Linhares declara como umas das missões da SECULT reforçar a imagem do Governo do Estado (BARBALHO, 2003 e 2007). Sob sua direção, a SECULT executa a formulação de um Plano de Ação Cultural, que tinha o objetivo de criar uma política cultural racional e objetiva que tirasse o Ceará de um provincianismo cultural e o lançasse dentro do mapa cultural nacional e internacional (BARBALHO, 2007). A proposição do CDMAC se apresenta como crucial para a concretização desta política.

Localizado no bairro da Praia de Iracema, em Fortaleza-CE, o CDMAC, inaugurado em 1999, é um espaço cultural de referência na cidade. Projetado pelos arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon, a edificação possui 13.500,00m² de área construída, sendo equipada com dois museus, um teatro, dois cinemas, um planetário, um anfiteatro, um auditório e locais para a realização de cursos.

O CDMAC foi criado, como solicitado em carta convite, para abrigar atividades culturais que pudessem influir na requalificação da zona urbana em que se inseria (EDIFÍCIOS... 1999). Os estímulos definitivos referentes ao uso do solo, do entorno imediato, viriam através de projetos complementares inferidos pelas

gestões municipais. Tais projetos deveriam estimular alguns usos específicos, como arte, artesanato, gastronomia, vida noturna, recreação, informação, moda e moradia multifamiliar.

O projeto se configuraria em “[...] um esforço de atrair novos moradores, principalmente de classe média e jovens profissionais de serviços com seus ateliês” (CEARÁ, 1995 p.74). Funcionaria como elemento articulador entre espaços públicos e privados, que objetivava restaurar o tecido urbano mediante a adoção de uma implantação desarticulada e indutora de ligação entre parte da área central de Fortaleza e o bairro da Praia de Iracema.

A SECULT previa articular o CDMAC a outros programas públicos como o Programa de Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, o Programa de desenvolvimento de Ações Culturais, o Programa de Promoção e Difusão de Ações Culturais, o Programa de Modernização Administrativa (CEARÁ, 1995), o Projeto Cores da Cidade e a proposição da criação do Quarteirão dos Artistas (SMITH, 2006).

Um dos projetos correlatos ao CDMAC, o Cores da Cidade, era vinculado ao patrimônio histórico da região. O projeto chegou a restaurar 56 fachadas de imóveis de interesse patrimonial. Segundo Smith (2006), a SECULT teria indicado uma área de intervenção que abrangia um grande trecho do centro histórico de Fortaleza, mas a Fundação Roberto Marinho deu preferência ao entorno imediato do CDMAC. Já o projeto Quarteirão dos Artistas foi elaborado dois anos após a escolha do projeto vencedor do CDMAC e se referia à compra de diversos imóveis de uma quadra vizinha ao CDMAC para promover a diversificação de usos através da ocupação dessas edificações por livrarias, ateliês, galerias de arte, restaurantes e papelarias, por meio de concessões.

Smith (2006) relata que esse plano se encontra detalhado em um documento denominado Relatório Técnico Justificativo da Inserção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura dentro do Prodetur de 1995. Esse projeto viria com o intuito de frear a especulação imobiliária da área e trazer lazer ao público, seguindo os moldes da Rua 24 horas existente em Curitiba. Em entrevista a Pedro Smith (2006), Paulo Linhares afirma que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) daria suporte a empreitada, mas que Tasso considerou o custo deveras elevado e vetara o desenvolvimento do projeto.

Para a escolha dos profissionais (arquitetos) que viriam a projetar o CDMAC, a SECULT estabelece a concorrência pública, mediante carta convite, aos cinco maiores escritórios de arquitetura de Fortaleza (SMITH, 2006). A contratação de serviços pelo Estado é regida pela Lei 8.666/1993, de 21/06/1993, que estabelece:

[...] normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Prevendo em seu Art. 22 a modalidade de carta convite, sendo definida em seu inciso 3º como [...] modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa.

A seleção foi feita por membros do Governo Estadual encabeçados por Paulo Linhares. O processo licitatório, período de concepção e escolha da proposta, se deu em um prazo de aproximadamente seis meses (SMITH, 2006). O início da obra aconteceu em 1995 e levou quatro anos para ser concluída, sendo orçada, inicialmente, em 11 milhões de reais e custando, ao fim da empreitada, 20 milhões de reais aos cofres públicos (CEARÁ, 1995).

Em setembro de 1998 o CDMAC começou a funcionar em caráter experimental, apenas com suas áreas externas liberadas, sendo totalmente inaugurado somente em 28 de abril de 1999. A obra foi marcada por inúmeros atrasos, muitos em conta da construtora responsável pela obra, que veio a falência, tendo que ser substituída, e devido às mudanças de mandatos em decorrência da saída de Ciro Gomes (1991-94) do Governo do Estado para assumir o Ministério da Fazenda, sendo concluída parcialmente em 1998, durante a gestão de Tasso (1995-99) (GONDIM, 2006). Em todo esse período não encontramos indicativos de consulta popular relativas ao projeto ou mesmo de resistência durante sua fase de concepção e edificação por parte de entidades de classe ou de manifestação popular.

A decisão, de onde se implantaria o CDMAC, perpassou diferentes prédios históricos antes de ser tomada a decisão de fazer uma nova edificação. Inicialmente, a ideia era que o centro cultural se instalasse no prédio do Forte de Nossa Senhora da Assunção, edifício tombado pelo Iphan, mas que não se demonstrara viável devido o custo da construção de outro quartel e da reforma do

Forte para abrigar o Centro Cultural (GONDIM, 2006).

A outra edificação aventada foi o edifício da família Boris, localizado vizinho ao próprio CDMAC, na rua Boris. Prédio eclético de 1868, com mirante, que funcionou como sede da fábrica dos irmãos Boris. Em entrevista concedida por Paulo Linhares, a Pedro Smith (2006), ele esclarece que sondou o Forte e a Praia de Iracema¹⁵ para instalar o CDMAC devido ao fato de a região ser o local de nascimento da cidade e que, para tanto, solicitou na licitação que o projeto partisse daquela localidade. A citada licitação em sua carta convite requiritava:

[...] a reordenação física e revitalização de parte do setor urbano compreendido entre a avenida Leste Oeste (Praça Cristo Redentor), rua Boris, rua Almirante Jaceguay [sic] e avenida Almirante Barroso, (...) tendo como foco de irradiação programática o 'Centro de Cultura do Estado do Ceará' e como consequência contextual o uso das áreas livres com atividades de lazer (Estado do Ceará, 1993b: 1 apud GONDIM, 2006, p. 156).

Na mesma entrevista, Paulo Linhares confirma que pendia para a decisão de revitalizar edifícios existentes, mas diante da proposta dos arquitetos resolve adotar uma solução que partisse de algo novo.

Quando apareceu na licitação o projeto do Fausto, eu me convenci que realmente deveria ser uma coisa que integrasse o novo com o velho. E eu já tinha tentado negociar com o cara lá e ele era muito complicado (referindo-se ao dono do edifício Boris). Uma hora ele dizia que vendia, outra que não. [...] Aí o Fausto disse que 'não, vamos deixar isso de lado' [...] Aí partimos daquele prédio para começar a construção do Dragão do Mar. (Paulo Linhares, em entrevista concedida em 21 de novembro de 2005 (SMITH, 2006, p. 141).

Já em entrevista com o arquiteto Delberg Ponce de Leon, quando questionado sobre a escolha do terreno, se ele foi pré-determinado pelo Estado, se não houve interferência por parte deles na escolha, ele coloca que:

A ideia começou, em fazer salas multiplex, que tinha muito naquela época.

¹⁵ A Praia de Iracema é um bairro que contém, em seu tecido urbano, parte da história do desenvolvimento da cidade de Fortaleza. Sua ocupação se dá em meados do século XIX, associada ao deslocamento das atividades portuárias, que ocorriam de forma improvisada na praia do Mucuripe, para um porto mais próximo a antiga vila de Fortaleza (GONDIM, 2001). A área foi alvo de inúmeras intervenções nas últimas décadas, mas pode-se considerar, como intervenção mais significativa na área, a realizada durante a administração do prefeito Juraci Magalhães, no início da década de 90, que promoveu uma intervenção urbanística e paisagística que favoreceu o uso da faixa litorânea no bairro, com exceção do Poço da Draga, que permaneceu esquecido e decadente (GONDIM, 2001).

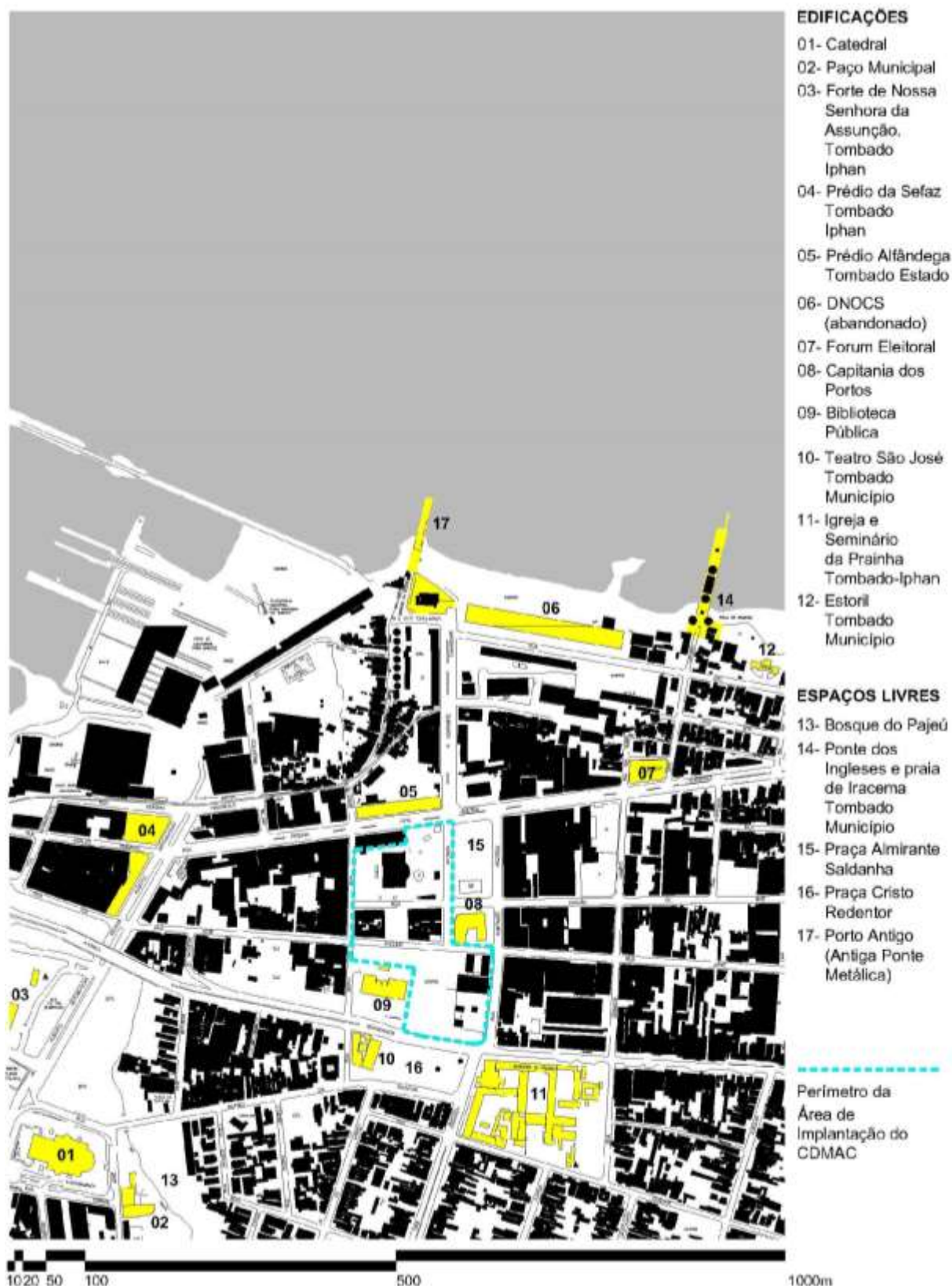
Então talvez comprar aquele prédio¹⁶ lá, atrás do Boris e adaptar aquilo ali para se tornar em um cinema Multiplex. [...] foram as primeiras conversas que tinham com o Fausto e o Paulo Linhares..., mas aí existia a ECOA (Escola de Arte e Ofícios). Que foi uma das matrizes do projeto. [...] e o programa foi crescendo, num lugar de um cinema, uma exposição, um museu, um cinema e um museu. [...] chegamos até a fazer um teatro, quando foi feito...decidido, o processo, foi feito uma espécie de licitação, praticamente com arquitetos locais aqui, não lembro como eles chamaram, se foi de carta convite..., então foram vários escritórios, alguns trouxeram gente de fora, se eu não me engano até o Joaquim Guedes participou de uma equipe. As equipes eram lideradas, uma liderada pelo Hissa, pela Ania Ribeiro.... Se eu não me engano José Sales (Ponce de Leon, 2017).

Como aferido, a escolha do terreno se deu em grande parte por uma decisão de Paulo Linhares, em discussão e consonância dos arquitetos vencedores do projeto, na perspectiva de que o prédio teria que se inserir em uma área com apelo memorial, objetivando uma requalificação desta área a partir da intervenção da edificação. A decisão de realizar uma nova edificação parece ser tomada diante da proposta aprovada em detrimento da desapropriação dos galpões desocupados da antiga área portuária da cidade, no entorno da Praia de Iracema.

O CDMAC se insere, então, em uma região cara, no que tange à memória da cidade e seu surgimento. O terreno se encontra no limite entre o bairro do Centro e o da Praia de Iracema. Dentro do raio de 500m ainda se encontram importantes prédios institucionais da cidade, como o Paço Municipal, a Catedral, o Seminário da Prainha, entre outros (ver figura 14). Área ocupada por antigos edifícios do período eclético e por galpões abandonados, remanescentes da tradição portuária da localidade (ver figuras 15, 16 e 17), circundada por dois espaços públicos: a praça Cristo Redentor e a praça Almirante Saldanha. O terreno também se localiza em uma área que faz o elo entre a antiga área central da cidade e a Praia de Iracema, importante reduto boêmio da cidade.

¹⁶ O prédio referido, que também é citado na entrevista de Paulo Linhares, é um prédio desocupado onde funcionou a antiga SOERC, que se localizava onde hoje se encontra o bloco do teatro do CDMAC (SMITH, 2006).

Figura 14 – Edifícios e espaços públicos relevantes (raio 500m) – CDMAC



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 15 – Edifícios do entorno, fotos anteriores a edificação do CDMAC



Fonte: acervo do arquiteto Fausto Nilo

Figura 16 – Edifícios do entorno, foto da rua José Avelino anteriores a edificação do CDMAC



Fonte: acervo do arquiteto Fausto Nilo

O prédio do CDMAC foi então inserido em um contexto rico e complexo no que se refere a importância dos prédios, seja por motivos patrimoniais ou institucionais, espaços livres, paisagem natural e memória afetiva dos cidadãos. Para melhor ilustrar tal afirmação foi elaborada uma maquete tridimensional onde se poderá apreender melhor espacialmente tal complexidade (ver figuras 19, 20 e 21).

Figura 17 – Edifícios do entorno, vista da passarela do CDMAC



Fonte: acervo do arquiteto Fausto Nilo

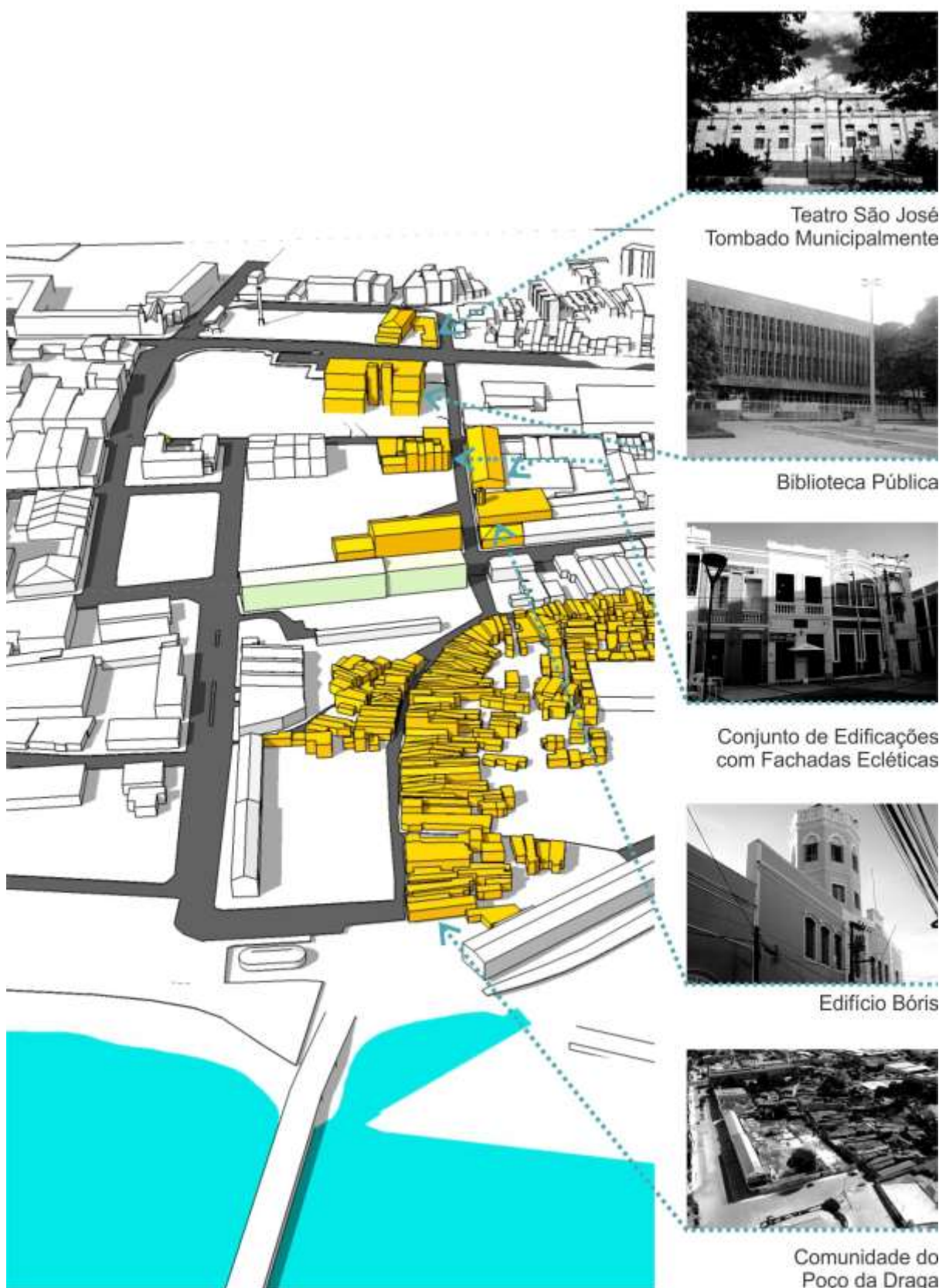
Para lidar com esse contexto é relatado pelos arquitetos que existia uma disponibilidade por parte do Estado de que o projeto desenvolvesse justificativas e propostas meio urbanas; que havia terrenos disponibilizados para a ocupação da edificação e que a licitação dava a liberdade para a desapropriação, caso justificado (MOTA, 2017). Elogiam o estímulo a requalificação urbana presente no edital, apesar de não se dar de forma explícita. “O edital tinha uma coisa positiva que eu considero, que ele dizia que qualquer que fosse a hipótese de desenho, seria interessante que o edifício cumprisse um papel de estímulo a vizinhança, de estímulo a requalificação” (Fausto Nilo, em entrevista concedida em 21 de novembro de 2005, SMITH, 2006, p. 146).

Ainda sobre o edital, Gondim (2006) relata que a previsão do dimensionamento e programa do CDMAC era bem mais modesto do que o que foi edificado. Não estavam previstos o planetário, museu ou anfiteatro. O edital relatava uma área de implantação de aproximadamente 16.450m², que, pela proposta vencedora, acabara por ocupar mais de 30mil m², sendo 13.500m² de área construída.

Como verificado pelas fotos do entorno, o edifício do CDMAC é proposto em uma área caracterizada por galpões e edificações ecléticas, muitos em estado de abandono ou subutilizados, em um contexto urbano degradado e de baixa dinâmica

urbana. Também é importante ressaltar a existência de relevantes edificações institucionais e históricas, caras à cidade, como o Teatro São José, o Seminário da Prainha, a Biblioteca Pública e o prédio da antiga Alfândega, que se traduzem nos registros mais relevantes do passado da localidade, como antiga região portuária, assim como o tecido urbano ortodoxo, de lotes estreitos e edificações fortemente ligadas ao nascimento e desenvolvimento da cidade (ver figuras 18 a 20).

Figura 18 – Caracterização do entorno do CDMAC. Edificações de interesse patrimonial e relevância institucional a oeste do terreno CDMAC



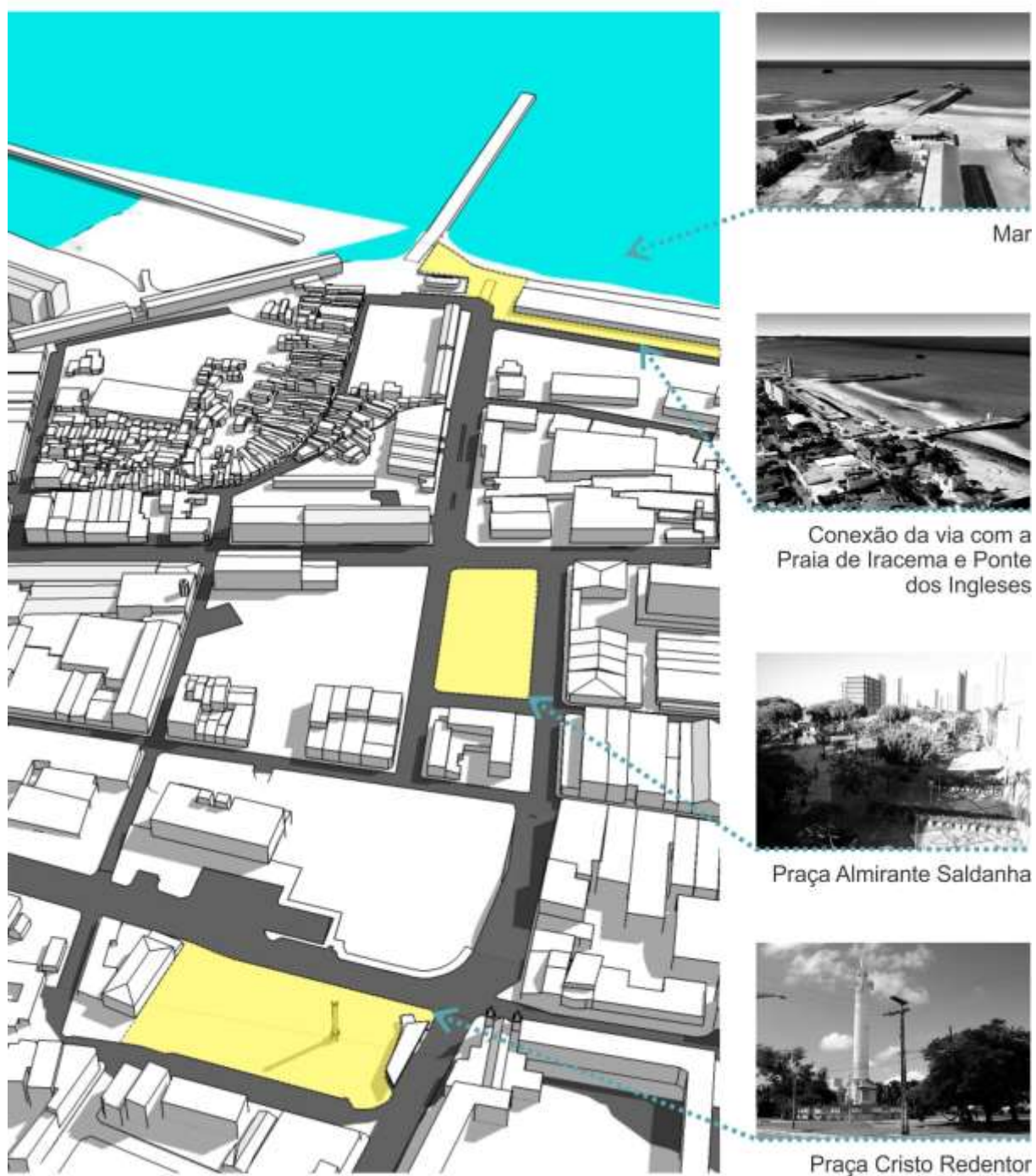
Fonte: Maquete elaborada pelo autor. Fotos: 1 Divulgação/Secult; 2; 3 e 4, pelo autor; 5 Google Earth.

Figura 19 – Caracterização do entorno do CDMAC. Edificações de interesse patrimonial e relevância institucional a leste do terreno do CDMAC



Fonte: Maquete elaborada pelo autor. Fotos: 1, 2 e 3 pelo autor; 4 Google Earth; 5 pelo autor.

Figura 20 – Caracterização do entorno do CDMAC. Áreas de interesse e relevância paisagística



Fonte: Maquete elaborada pelo autor. Fotos: 1 e 2 Google Earth; 5 pelo autor.

A implantação da edificação representou um grande impacto no tecido urbano ao romper com o traçado reticulado tradicional do entorno, apropriando-se de dois antigos quarteirões. Para tal, foi demolida uma antiga edificação do Estado, que se encontrava abandonada. Foram adquiridos alguns lotes, que funcionavam no período como depósitos e oficinas mecânicas, e foram demolidas algumas residências para dar a lugar a uma passarela metálica. Residências que, segundo os arquitetos, já se encontravam descaracterizadas e subutilizadas (SMITH, 2006).

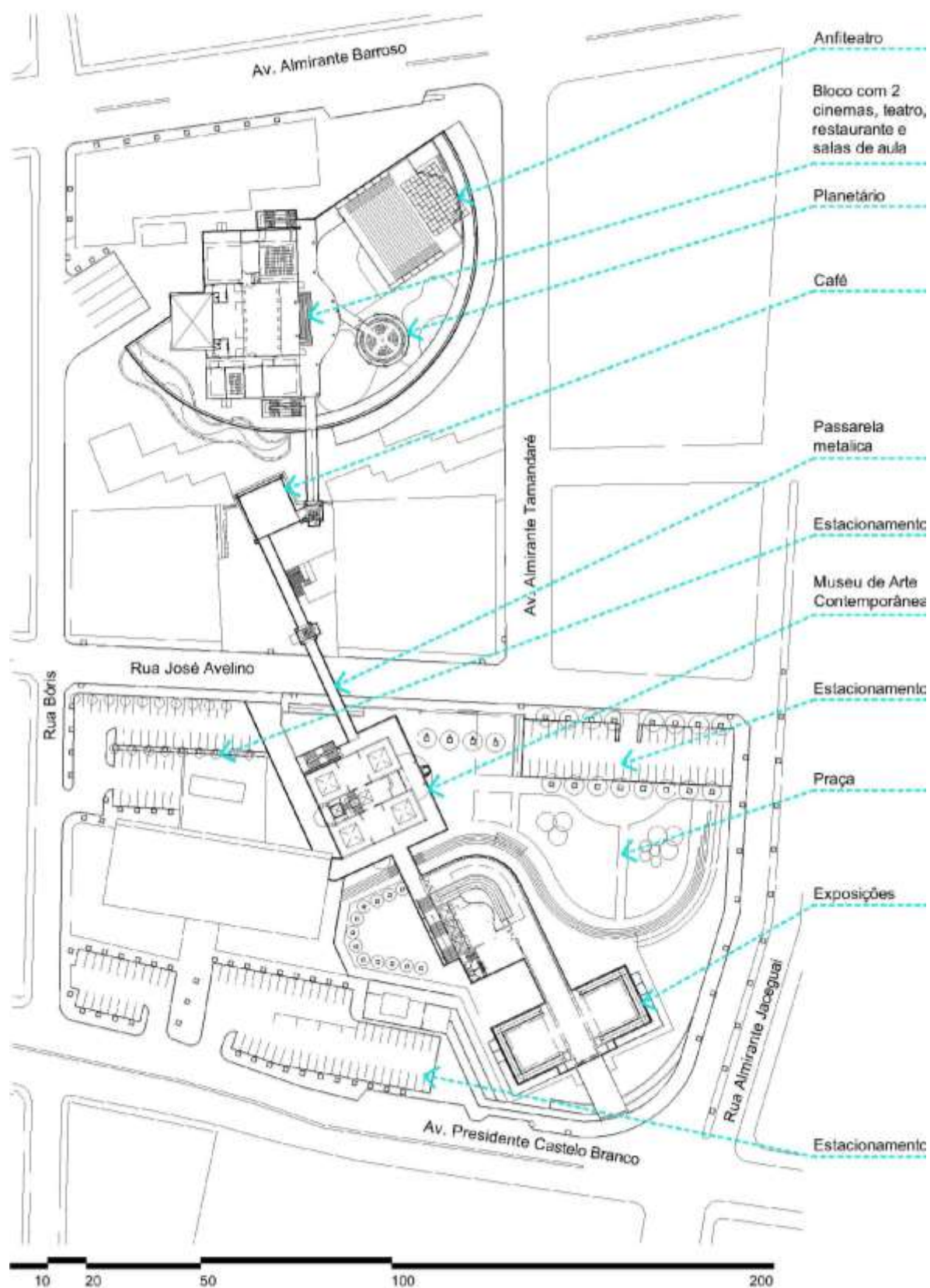
A edificação, por fim, se distribui nos dois quarteirões em três blocos distintos, interligados por uma passarela metálica que transpassa sobre a rua José Avelino (ver figuras 21 e 22). Seus 13.500m² foram distribuídos em dois museus, um teatro, dois cinemas, planetário, anfiteatro ao ar livre, auditório e locais para cursos, como podemos apreender na planta de implantação (EDIFÍCIOS... 1999).

Figura 21 – Foto CDMAC



Fonte: www.dragãodomar.org.br

Figura 22 – Planta de implantação CDMAC



Fonte: Desenho fornecido pelo DAA (Delberg Arquitetos Associados). Nomenclatura acrescentada

pelo autor.

O CDMAC, assim como o Acquário Ceará, tem alinhado à sua justificativa projetual, a necessidade do resgate urbano das localidades onde se inserem. Segundo os autores do projeto do CDMAC, o Centro de Fortaleza vinha sofrendo nas últimas décadas um solapamento de seu caráter institucional e cultural e, como requisitado no edital do concurso, o CDMAC vem com intuito de frear esse diagnóstico através de um conjunto de atividades culturais que contribuíssem com a requalificação da área em que seria inserido.

O Plano de Desenvolvimento Cultural de 1995 traduz em parte a lógica por trás da proposição do CDMAC. O Plano alertava para necessidade de investimentos no setor de serviços com foco na cultura como alternativa à captação de investimentos e à necessidade de mudança do perfil do trabalho diante da crise do setor industrial. Mas, para participar do jogo, se fazia necessário, por parte do Estado, uma grande competência competitiva em pesquisa, capacitação de recursos humanos e de infraestrutura pública (CEARÁ, 1995). O CDMAC viria tanto ajudar a dotar o Ceará de infraestrutura pública como contribuir para implementação de uma ação cultural.

A ideia era que, ao invés de uma obra no contexto urbano, o CDMAC fosse a “[...] renovação do contexto urbano da obra” (CEARÁ, 1995, p.74). Enxergava-se no projeto a possibilidade de que através da criação de uma dinamização cultural se teria o início de um processo de revitalização do velho Centro de Fortaleza.

Mais que um edifício cultural ele seria um esforço na tentativa de atrair novos moradores, principalmente de classe média e profissionais do setor de serviço. Para conseguir tal feito o projeto foi concebido como “[...] arquitetura urbana contextualizada”, indutiva de interação urbana ao propor espaços públicos de contato que privilegiavam o pedestre de tal modo que funcionariam como catalizador do desenvolvimento e de renovação da área (PONCE DE LEON E NILO, 1995, p. 79). O processo de dinamização do uso do solo se complementaria com a vinda de estímulos concedidos pelo poder municipal, que se concretizaria construtivamente, através dos investimentos da iniciativa privada.

Apesar de não se apresentar de maneira explícita as ideias que norteiam a concepção do CDMAC vão de encontro aos conceitos de Planejamento

Estratégico, que se alicerça em dois níveis de intervenção e planejamento: pequenas operações em espaços urbanos, seguidas de projetos estratégicos¹⁷ (HALL, 2016). Para ARANTES (2002), o discurso dos principais promulgadores do Planejamento Estratégico Urbano se estrutura paradoxalmente na articulação de três analogias constitutivas que sintetizam o que é a cidade globalizada: uma mercadoria, uma empresa e uma pátria.

Como mercadoria, passa a ser função dos governos locais vender a cidade ao passo em que é destinado aos especialistas em marketing urbano compreender quais seriam os mercados interessados nas características locais de cada cidade através de um diagnóstico. No caso de Barcelona, por exemplo, apontam a necessidade da criação de centros de feiras e eventos, infraestrutura de comunicação, parque industrial, estrutura de segurança etc. Em Fortaleza isso se expressa na necessidade de uma edificação para a cultura, outra para o lazer e mais uma para negócios.

Como empresa, a cidade abandona seu papel de objeto e passa à condição de sujeito ativo, que compete para atrair investimentos e tecnologia. Seu planejamento busca inspiração na gestão empresarial e, como consequência, se abre para a participação direta da iniciativa privada na definição de objetivos e programas. Como pátria, em Barcelona ocorre o fortalecimento da cultura Catalã; no caso de Fortaleza tal conceito é alterado para uma tipificação cultural alicerçada no fortalecimento turístico da “Cidade do Sol”, que será aprofundado mais adiante.

Esse modelo de urbanização foi replicado em diversas cidades industriais, tendo como referência a cidade americana de Baltimore¹⁸, sempre buscando criar um novo papel de serviços para as áreas centrais misturados a ofertas de lazer. Uma busca por uma sintetização de uma área dinâmica, onde os moradores do monótono subúrbio poderiam usufruir de uma cidade estruturada e com qualidade

¹⁷ O Planejamento Estratégico nasce a partir do entendimento de que as cidades, dentro da nova economia mundial — flexível, globalizada e complexa (CASTELLS, 1990 apud ARANTES et al., 2002) — devem adaptar-se, fazendo uso de técnicas e conceitos oriundos do planejamento empresarial, de maneira a gerar respostas competitivas aos desafios da globalização. O debate da questão urbana passa a ser, então, centrado na competitividade.

¹⁸ Baltimore, antes de Barcelona, com anuência pública, promoveu uma reurbanização comercial em grande escala. Baseou-se em um novo conceito de reutilização adaptável, através do uso de galpões então abandonados, em uma espécie de reciclagem de estruturas físicas pré-existentes. A urbanização incorporava várias atividades: recreação, cultura, compras, habitação para diversos tipos de classes sociais, recuperou e propôs novas edificações e usos em sua área central.

de vida; onde o setor público funcionaria como empreendedor ao articular investimentos de caráter especulativo em cooperação com o setor privado (HALL, 2016). Que se exemplifica, no caso de Fortaleza, pelo número de intervenções, por parte do Estado, somente na região da Praia de Iracema, em detrimento do resto da cidade (ver mapa 07).

A referência a esses dois projetos não tem o objetivo aqui de estabelecer um viés comparativo de qualidade ou abrangência, mas exemplificar, que na medida em que os arquitetos têm amplo conhecimento dos fatos também têm a percepção de que seu sucesso não seu deu apenas através da inserção de uma edificação. É importante salientar que as cidades citadas, que fizeram as reformulações urbanas de suas áreas degradadas, seguindo esses preceitos, partiram de um planejamento macro, buscando dotá-las de bem mais que edifícios icônicos¹⁹.

O memorial do CDMAC frisa a necessidade de complementaridade no que tange às políticas públicas de uso do solo e de projetos complementares, que são apenas mencionados, mas não detalhados. O que se verifica é que os projetos em Fortaleza não se originam mediante um amplo planejamento estratégico da cidade que diagnosticasse suas necessidades, localidades ou indicasse suas etapas de ação. Tem-se consciência prévia de que dificilmente os objetivos almejados se efetivariam, tendo em vista o descompasso entre as administrações estadual e municipal.

São fatos que reforçam o argumento de que as obras aqui analisadas, principalmente o CDMAC, têm o intuito de demarcar territorialmente a presença da administração pública Estatal no tecido urbano de Fortaleza, diante de sua oposição presente na política Municipal. Então, não é de se admirar o abandono das políticas públicas complementares às obras, após a implantação das edificações. Seu retorno já fora efetivado, e ele é imagético e político.

Do o ponto de vista formal, sob a égide de um discurso historicista, o CDMAC tenta restabelecer na cidade uma escala esquecida pelo urbanismo

¹⁹ Barcelona, por exemplo, teve suas intervenções concebidas em um processo de planejamento estratégico de longo prazo, ocorrendo um investimento significativo no incremento de infraestrutura urbana. O Plano buscou diagnosticar a identificação prévia das áreas de nova centralidade. Sobre esse estudo, que previa doze áreas, foram realizadas intervenções urbanas almejando-se criar um equilíbrio entre elas, tendo em vista que muitos bairros se encontravam em desvantagem com relação aos demais. O estudo orientou as ações futuras permitindo pensar a cidade em conjunto. (ULTRAMARI e REZENDE, 2007).

moderno. A tipologia do edifício é pensada de forma a conotar uma simplicidade arquitetural que remonta à arquitetura vernácula, “[...] utilizando como linguagem o redesenho da poética arquitetônica cearense, que se origina da simplicidade da arquitetura sertaneja e seus elementos de decoração ibero-orientais” (EDIFÍCIOS... 2009, p. 64). A intenção é fazer “um prédio sertanejo na metrópole”, no qual o jogo pesado de suas colunas, somado às inclinações de suas cobertas, remetesse o observador a rememorar as antigas casas de farinha do interior do Ceará. Por fim, “[...] um edifício pós-moderno baseado na arquitetura popular” (PONCE DE LEON, 2017).

Apesar do discurso historicista, o projeto do CDMAC parece dar indicativos de uma preocupação para além da mera formulação de uma imagem, quando propõe uma implantação dividida em volumes dispersos, ligados por uma circulação aberta, que conferiu porosidade ao edifício, acrescentando uma dinâmica volumétrica que não seria possível através de uma implantação tradicional de edifício em bloco único. A ideia é apontada pelos autores como uma tentativa de rearticulação do tecido urbano, com o intuito de restabelecer antigas conexões de circulação, como a ligação entre a Praia de Iracema e o Centro, em busca de uma reestruturação do espírito do lugar e o reforço das conexões de identidade do cidadão, chegando a reivindicar mitos cívicos como o da ágora greco-romana.

A edificação foi concebida como uma arquitetura urbana contextualizada, que buscaria ser a síntese entre:

Abertura e identidade
Objeto único e contextualidade histórica
Flexibilidade futura e eficiência atual
Percurso e centralidade (CEARÁ, 1995, p. 79).

O CDMAC apresenta o aspecto positivo de propor uma edificação que prioriza, em suas circulações, a ventilação cruzada e o seu uso como uma “varanda urbana”. Criando uma permeabilidade saudável, na medida em que se dissolve, de maneira gradual, as relações entre o espaço público e o privado, o que torna possível que algumas das principais áreas de atividades aconteçam em espaços abertos, mas vê a necessidade de justificá-los por meio de uma metáfora à história do antigo porto, através da criação de uma “ponte metálica nova” (passarela). Tal passarela funcionaria como “rua urbana”, conectando as duas quadras em que o

edifício se dispersa, ajudando a solucionar o desnível, de 10,50m do terreno, ao ser finalizado em uma rampa que contorna anfiteatro (ver figura 23).

Figura 23 – Passarela CDMAC

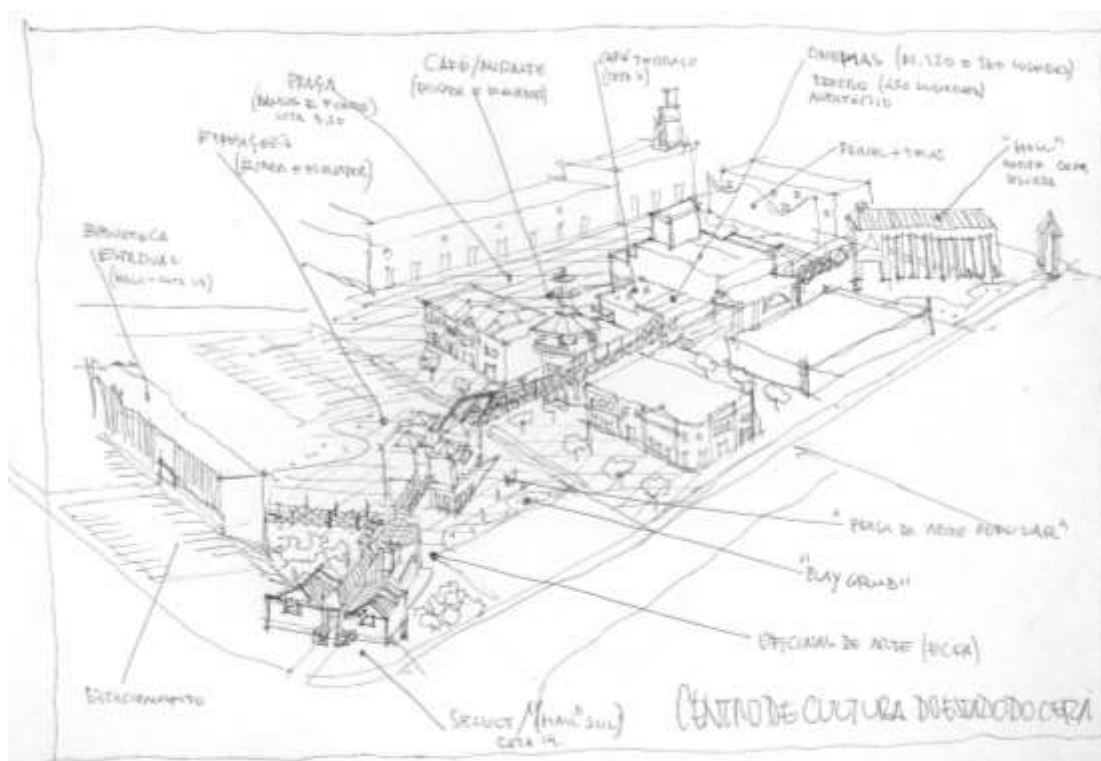


Fonte: Registro do autor.

Essa implantação dispersa e o rompimento da ortodoxia do lote tradicional são contrapontos ao discurso de contextualização defendido pelos autores, tendo em vista que desconstrói a tradição de ocupação do solo e rompe com a escala do entorno de edifícios tombados pelo Estado. O outro seria a própria afirmação de Fausto, com relação a necessidade de que “os edifícios públicos precisam ser provocativos” (MOTA, 2017, p. 02). Talvez por isso, se possa identificar tão claramente, desde os croquis iniciais de concepção da edificação, o protagonismo espacial perseguido pelos arquitetos (ver figura 24 e 25). Se conota então a necessidade de se criar “o fato novo”, a formulação da imagem a ser promulgadora do empreendimento. A questão requer aprofundamento, a partir da ponderação do que se apreende das palavras “provocativo” e “contextualista”.

Não necessariamente, a criação de um fato novo pode ser vista como a única saída para a criação de um edifício provocativo. A modernidade brasileira, apesar de seu caráter abstrato, deu indicativos da criação de prédios bem icônicos e personalistas.

Figura 24 – Croqui geral de concepção do CDMAC



Fonte: Material do acervo da exposição A palavra e o Traço, cedido por Escócia (2017)

Figura 25 – Croqui de concepção da praça dos cinemas do CDMAC



Fonte: Material do acervo da exposição A palavra e o Traço, cedido por Escócia (2017)

Se faz importante recolocar a afirmação de Pinõn (2006), ao identificar a diferença entre a concepção formal estilística e a concepção original da forma. Deslocar o âmbito da forma para a imagem afetiva, seja ela um “traço” estilístico do modernismo ou um retorno ao mimetismo, sinaliza uma fuga para a não concepção

de uma forma legítima. Tal abandono apenas aponta para uma perda da capacidade de abstração dos arquitetos. Segundo o autor, arquiteturas que não se orientam pela experiência do júzo, mas pela persuasão do espectador, recorrem no erro da imposição interpretativa fixa e impositiva, digna do classicismo, pretendendo apenas uma relação de cumplicidade e sedução do espectador, condenando-o a uma perpétua submissão estética.

O projeto do CDMAC demonstra preocupações para além de sua composição formal ao sugerir uma arquitetura que busca ser “conectiva”, ao propor dar continuidade ao tecido urbano através da passarela, objetivando a diminuição do processo de exclusão pelo qual a área passava a partir da perspectiva do estabelecimento de vínculos espaciais. A proposição fragmentada, para os arquitetos, tinha a intenção de proporcionar uma troca sinérgica com o contexto da edificação, pois na medida em que a edificação fosse percorrida, se descortinaria os pináculos do Seminário da Prainha, da Catedral, da torre da Praça do Cristo Redentor em um percurso que contextualizaria os sobrados e o edifício Boris, ligando a Monsenhor Tabosa à Praia de Iracema (PAULA, 2003).

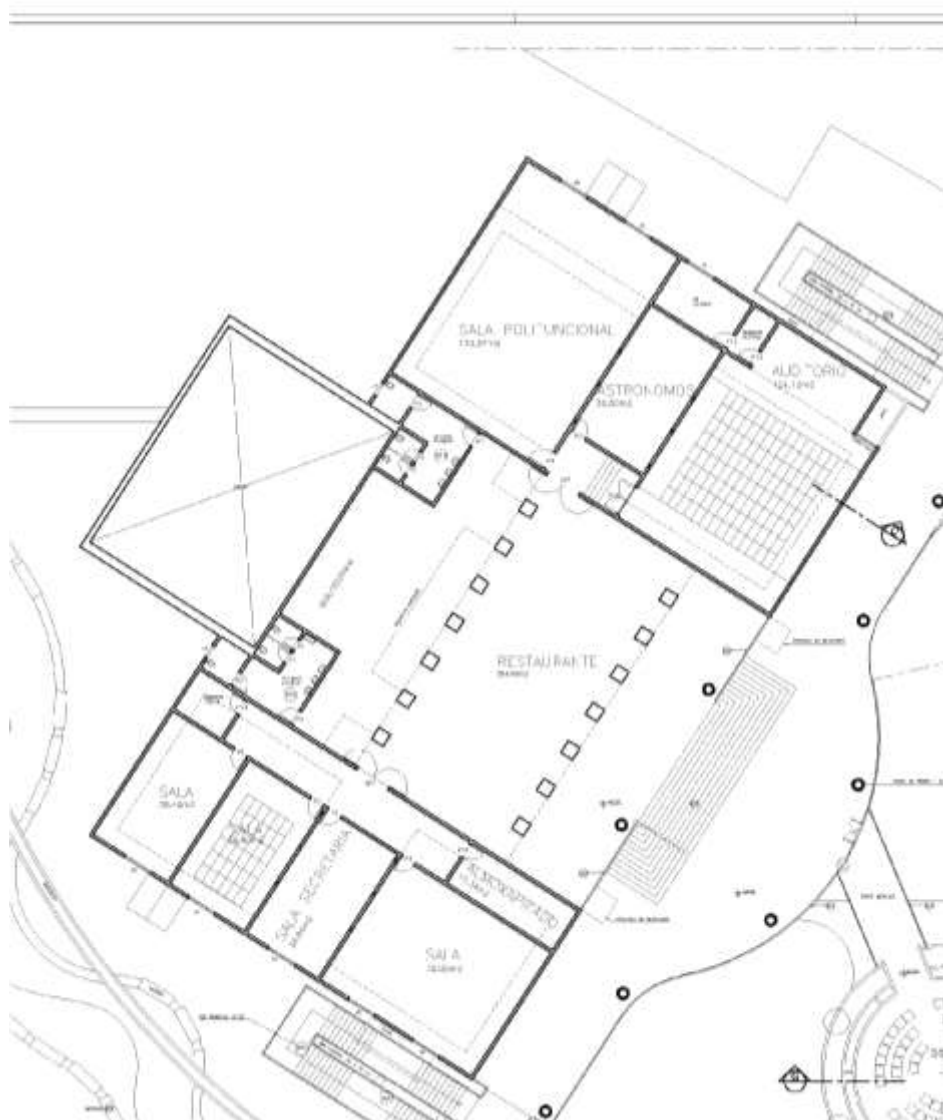
A questão é que o CDMAC se impõe no espaço a que tanto se referencia, de maneira a tornar as edificações do entorno em meras peças de museu a serem admiradas, enquanto se torna o protagonista espacial em uma localidade onde deveria apenas funcionar como elo articulador. Essa questão da contextualização será melhor aferida ao se analisar as repercussões socioespaciais da edificação.

O CDMAC, das edificações estudadas, é a que apresenta o programa mais diversificado, apesar de ser uma edificação predominante voltada ao serviço e ao lazer. Seu projeto foi muito vinculado a concepção de uma Escola de Comunicação e Artes (ECO), tendo em vista que o programa citado pode ser encontrado descrito no conteúdo programático do memorial justificativo (CEARÁ, 1995). A efetivação da escola poderia ter sido um potencial dinamizador do entorno e da diversificação do uso da edificação. Mas o que se percebe, ao analisar o gráfico de áreas (ver quadro 11, no apêndice A), é que tal uso perdeu protagonismo diante dos usos culturais, sem motivo aparente, considerando-se o porte da edificação.

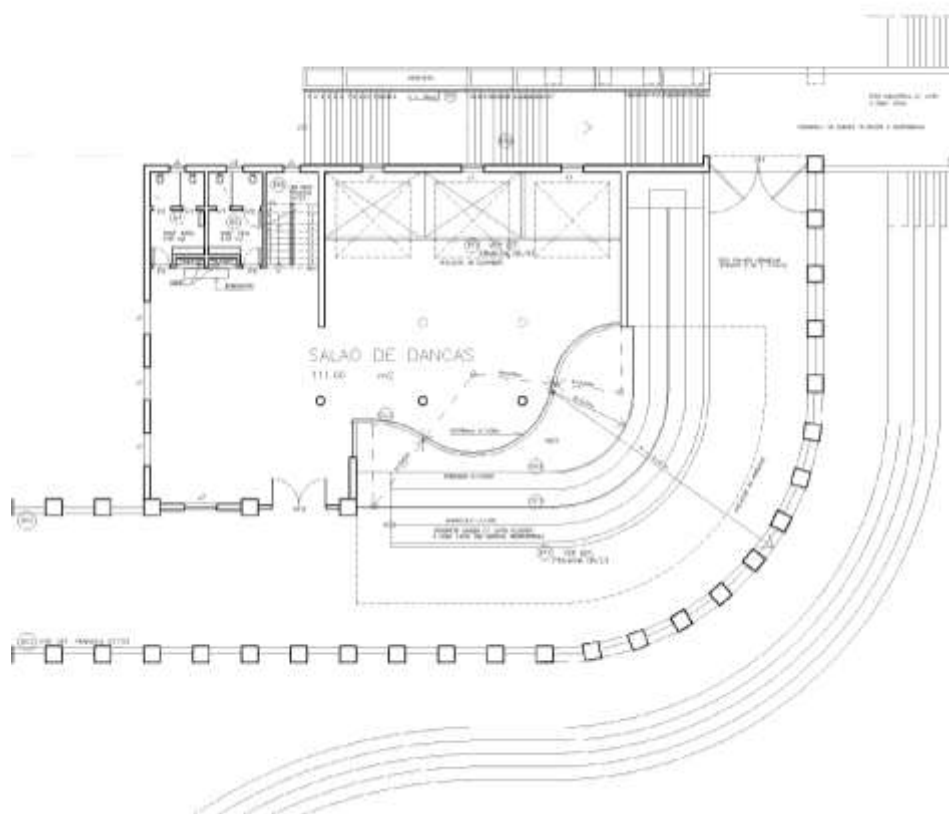
Analisando as plantas do projeto com mais atenção também se percebe um certo descaso com sua setorização. As salas de aula e o auditório se abrem para uma área que é descrita como destinada a um restaurante, o que demonstra uma

incompatibilidade de usos (ver figura 26). A sala de dança se encontra em outro bloco (bloco das exposições), desvinculada das outras salas e com um formato muito pouco indicado para o uso a que se propõe (ver figura 27), demonstrando um certo nível de descrédito com a efetivação de uma escola no empreendimento.

Figura 26 – Planta das salas de aula, projeto CDMAC



Fonte: Desenho fornecido pelo DAA (Delberg Arquitetos Associados)

Figura 27 – Planta da sala de dança, projeto CDMAC

Fonte: Desenho fornecido pelo DAA (Delberg arquitetos associados)

Outra questão a ser debatida é o não aproveitamento dos imóveis desocupados no entorno do Dragão para parcialmente serem ocupados com alguns dos programas propostos. O arquiteto Fausto Nilo alega em entrevista que

Essa ideia é muito boa, mas desconsidera coisas práticas. Por exemplo, desapropriações, questões na Justiça que podem rolar por 20 anos. As coisas não são assim: chego para o Governo dizendo que quero utilizar todos esses galpões, aí o Governo, compra rapidamente aquilo, não é tão fácil... (PAULA, 2003 p.05).

Mas, como foi referenciado, o próprio edital previa a possibilidade de desapropriações, que foram efetuadas, inclusive a demolição de algumas residências e galpões usados como depósitos para a consolidação da proposta do CDMAC. Afirmativa que demonstra uma contradição ao argumento apresentado por Fausto Nilo, assim como o fato de que, apenas cinco anos após a construção do CDMAC, alguns galpões foram ocupados para usos institucionais (ver figura 51) e, na atualidade, facilmente esses galpões, que passaram anos desocupados, estão

sendo ocupados para usos comerciais advindos da expansão do comércio do Centro da cidade. O CDMAC poderia ter funcionado por alguns anos com um programa parcial, ou somente o previsto no edital, prevendo sua ampliação a partir da ocupação desses espaços na medida em que ocorressem as desapropriações.

Se a questão principal da implantação do CDMAC era o uso de edifícios de interesse patrimonial do entorno e sua revitalização, uma obra de restauro dos mesmos devia ser o principal foco da proposta, assim como previu inicialmente Paulo Linhares, ao sondar a possibilidade do mesmo se instalar no edifício Boris.

A resposta a essa especulação pode ser encontrada dentro da reflexão sobre os conceitos que regem o pensamento pós-moderno. Tal intervenção não geraria uma nova “imagem”, uma que pudesse ser associada ao grupo político que promovia a empreitada; nem uma imagem que pudesse ser vendida para além das fronteiras da cidade. Os interesses parecem se inverter nesse caso.

Uma vez analisado o conteúdo do projeto do CDMAC²⁰, se fez necessário, para se viabilizar a avaliação da pós-ocupação, a realização do Mapeamento Visual do contexto urbano e da paisagem do entorno do CDMAC, anterior à sua implantação, tendo seu registro e análise crítica sido efetuados através de uma Matriz de Resultados (ver figuras 28 a 31).

A partir do Mapeamento Visual foi possível identificar doze contextos paisagísticos relevantes:

Quadro 05 - Tabela descritiva do Mapeamento Visual do CDMAC

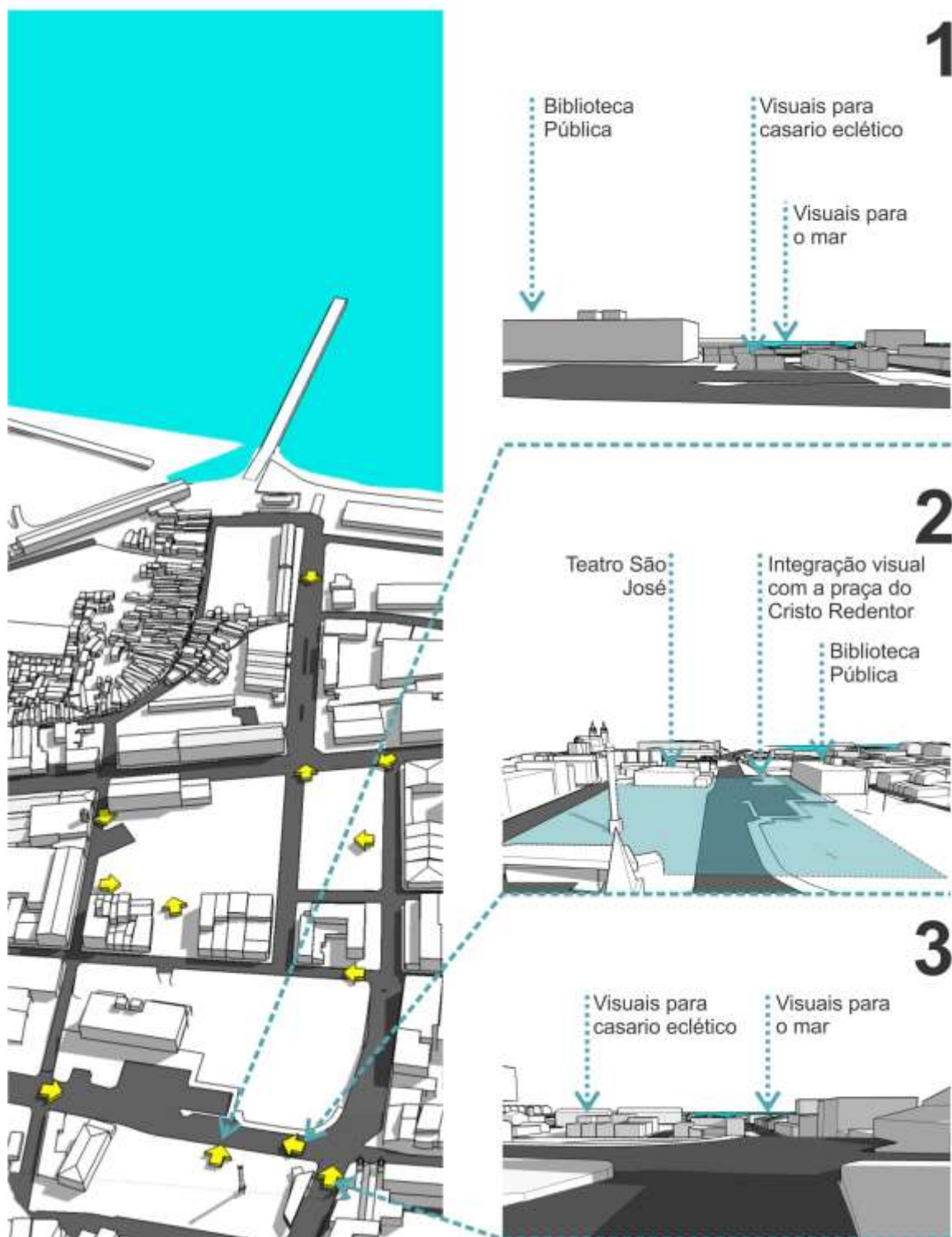
Nº DA IMAGEM	DESCRIÇÃO DO CONTEXTO PAISAGÍSTICO PRÉ-IMPLANTAÇÃO
1	Visuais a partir da Praça do Cristo Redentor, tendo como visuais relevantes a Biblioteca Pública, e devido a diferença do relevo topográfico, do mar e do casario eclético na cota menos elevada;
2	Perspectiva de se criar uma integração espacial com a Praça do Cristo Redentor, com a Biblioteca Pública e o Teatro São José;
3	Perspectiva da chegada pela avenida Dom Manuel, onde se verifica a perspectiva para o mar, os visuais para o conjunto eclético e o prédio da Alfandega;
4	Visual proporcionado a partir da demolição de edificações existentes, possibilitando a criação de perspectiva para o edifício Boris, prédio pertencente a SEFAZ e Alfandega;
5	Contexto do casario eclético, em perspectiva com a rua José Avelino;
6	Perspectiva da avenida Monsenhor Tabosa conformando contexto paisagístico entre a

²⁰ Os dados levantados e percorridos até o presente momento podem ser melhor aferidos na ficha analítica do conteúdo do CDMAC (ver quadro 11, no apêndice A).

	Praça do Cristo Redentor, Biblioteca Pública, Teatro São José e Seminário da Prainha;
7	Visual de quem sai da Av. Pessoa Anta, e entra na rua Boris, podendo apreender a paisagem conformada pelo casario eclético e de fundo o Seminário da Prainha;
8	Contexto da praça Almirante Saldanha, de onde seria possível visualizar todo um conjunto singular, no qual se torna clara a identificação da formação de uma “figura-plano de fundo”, devido a uma manutenção de características similares a vários elementos como escala, estilo, densidade, forma, etc. Os mesmos poderiam ser lidos como um só (LYNCH 1997);
9	De outro ângulo do vazio que se proporcionaria com a desapropriação das edificações existentes, novamente se poderia ter a leitura do entorno salientado por Lynch (1997);
10	Perspectiva de quem chega ao local pela Praia de Iracema, descortinando a rica paisagem conformada pela tipologia dos armazéns da antiga ponte metálica, Alfandega, Seminário da Prainha, e monumento da Praça do Cristo Redentor;
11	Perspectiva da avenida Almirante Tamandaré, que se abre para ser finalizada com vista para o mar;
12	Perspectiva conformada por conjunto de casario eclético, edifício Boris, edificação pertencente à SEFAZ, Alfandega e, ao fundo, as torres da Catedral de Fortaleza.

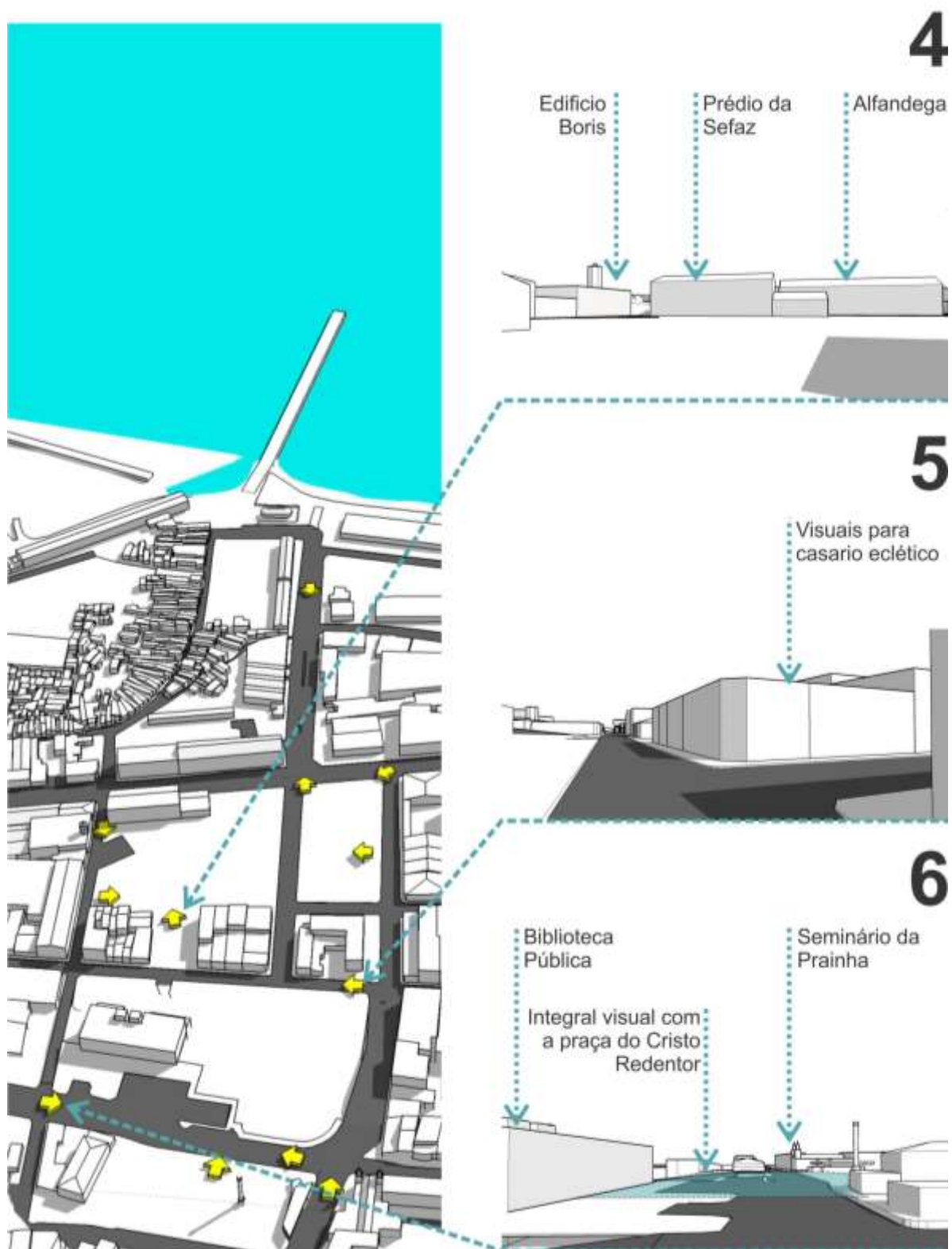
Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 28 – Elementos visuais a serem incentivados, de 1 a 3, no contexto do CDMAC



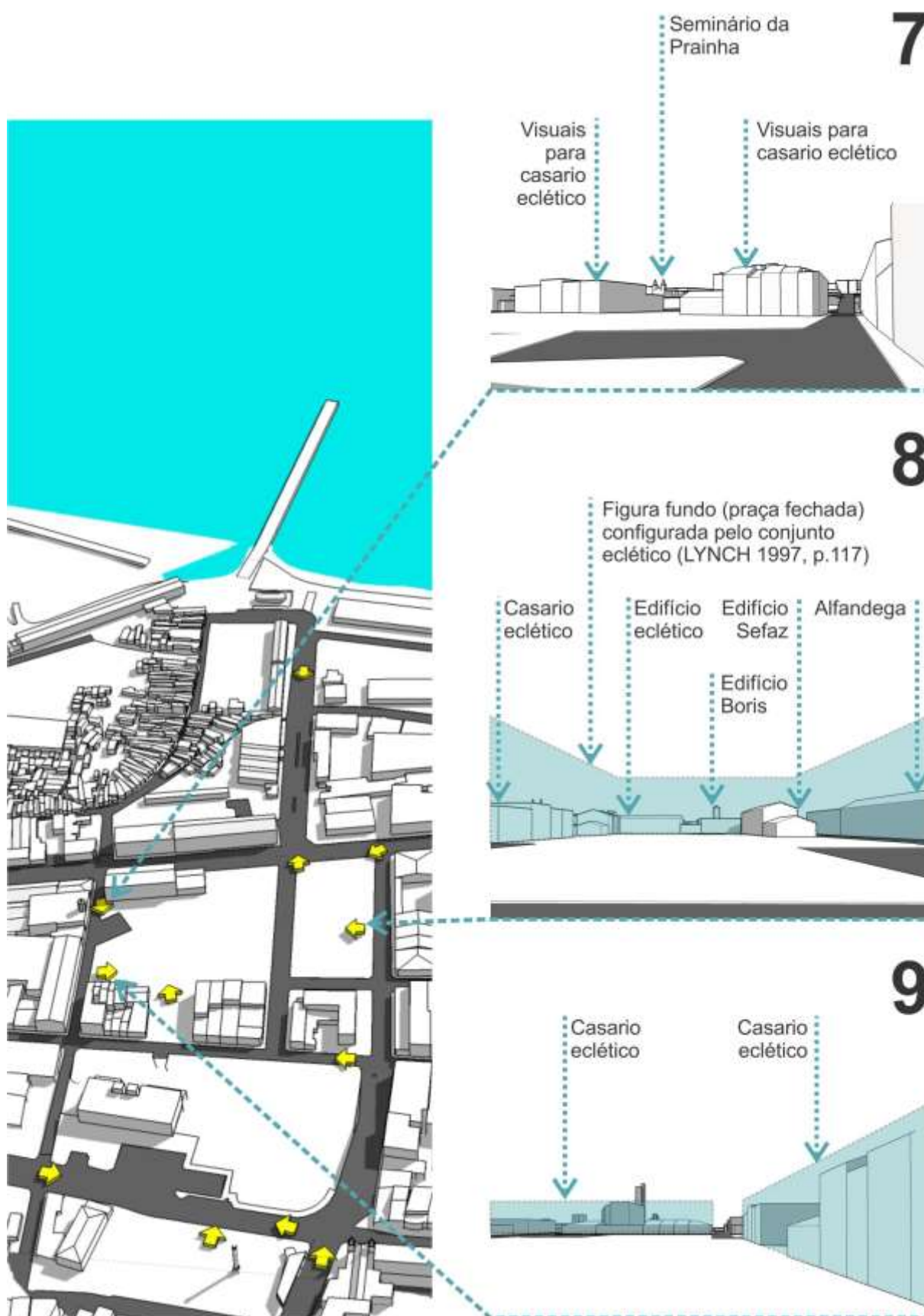
Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 29 – Elementos visuais a serem incentivados, de 4 a 6, no contexto do CDMAC

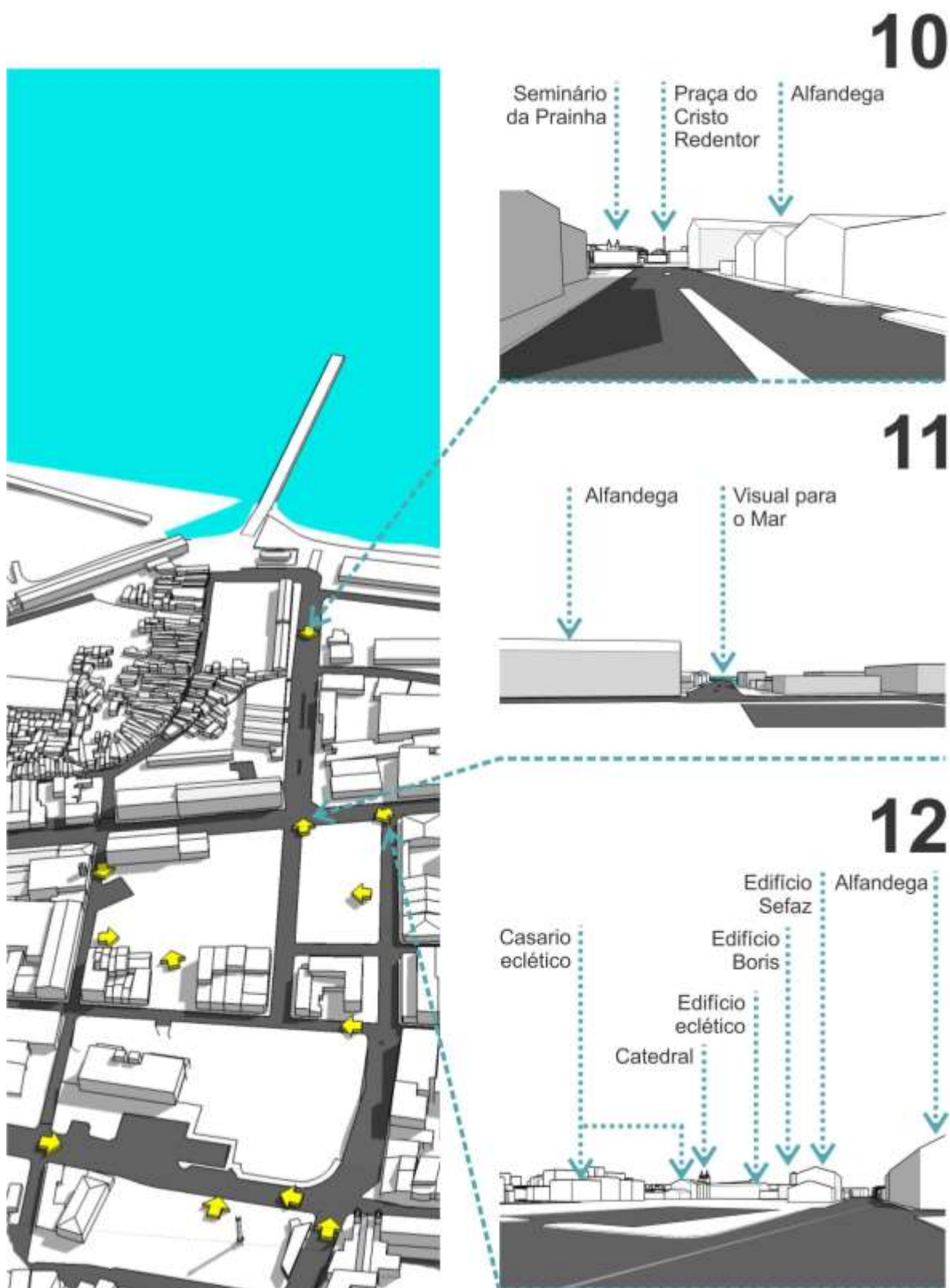


Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 30 – Elementos visuais a serem incentivados, de 7 a 9, no contexto do CDMAC



Fonte: Elaborada pelo autor
Figura 31 – Elementos visuais a serem incentivados, de 10 a 12, no contexto do CDMAC



Fonte: Elaborada pelo autor

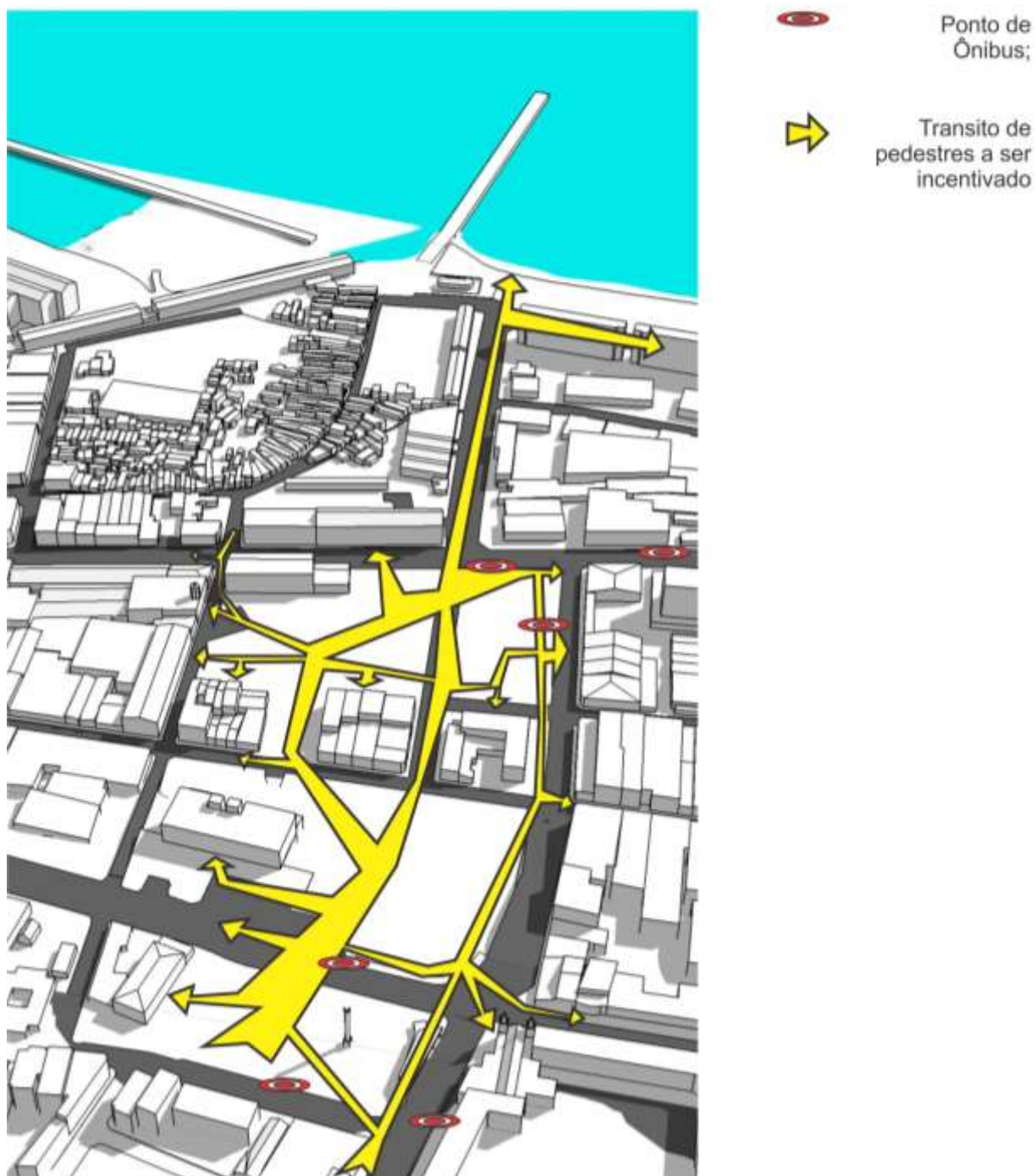
A análise do contexto paisagístico, onde se insere o CDMAC, salienta a dificuldade em se erigir um edifício desse porte em um tecido tão tradicional. Não perpassa aqui a intenção de defender a não intervenção, sendo natural da prática arquitetônica a hierarquização de determinadas demandas em detrimento de outras. Mas em uma arquitetura que se autodenomina contextualista em seu discurso espera-se que a maioria dos eixos visuais identificados fossem incentivados, preservados, ou se aferisse a necessidade de insistir na desapropriação e utilização de edificações existentes, tendo em vista que essa possibilidade estava prevista no edital.

Prosseguindo a análise, foi feito o levantamento dos acessos físicos a serem incentivados ao pedestre e do sistema viário motorizado (ver figuras 32 e 33).

Devido à grande área desapropriada para a implantação do CDMAC, criou-se a possibilidade de intensa permeabilidade no contexto urbano da área, o que acabou por liberar facilmente o acesso tanto visual quanto físico a praticamente todas as edificações relevantes, menos à comunidade do Poço da Draga, que continuou relegada ao confinamento espacial.

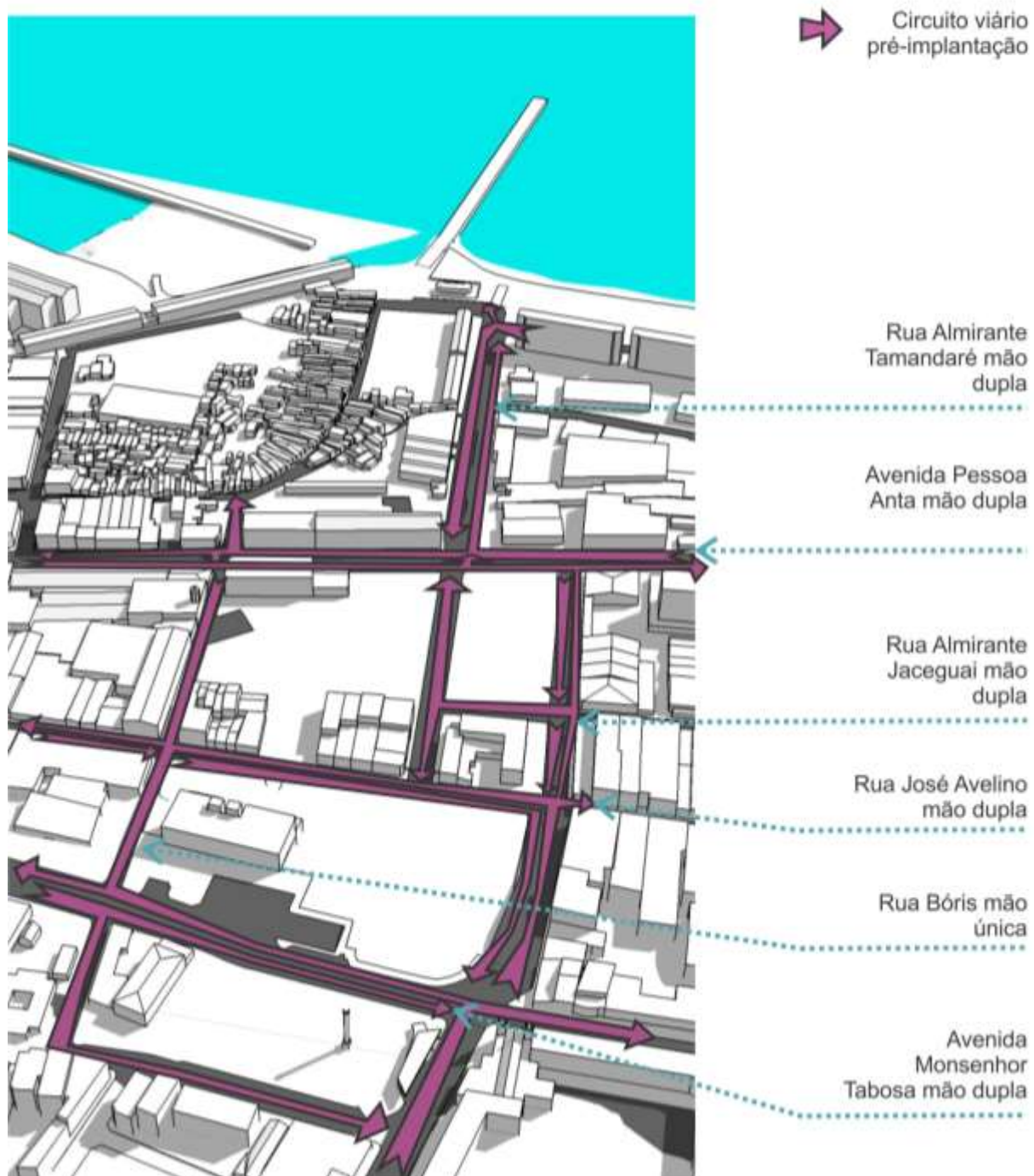
Grande parte das vias ainda se consistiam em mão dupla, em razão da baixa densidade de veículos na área. Existiam três vias arteriais no contexto da edificação: a Av. Monsenhor Tabosa, a Av. Dom Manoel e a Av. Pessoa Anta, que garantiam o fácil acesso à edificação por pessoas advindas de outros bairros da cidade.

Figura 32 – Maquete virtual identificando os acessos físicos a serem incentivados do CDMAC



Fonte: Elaborada pelo autor

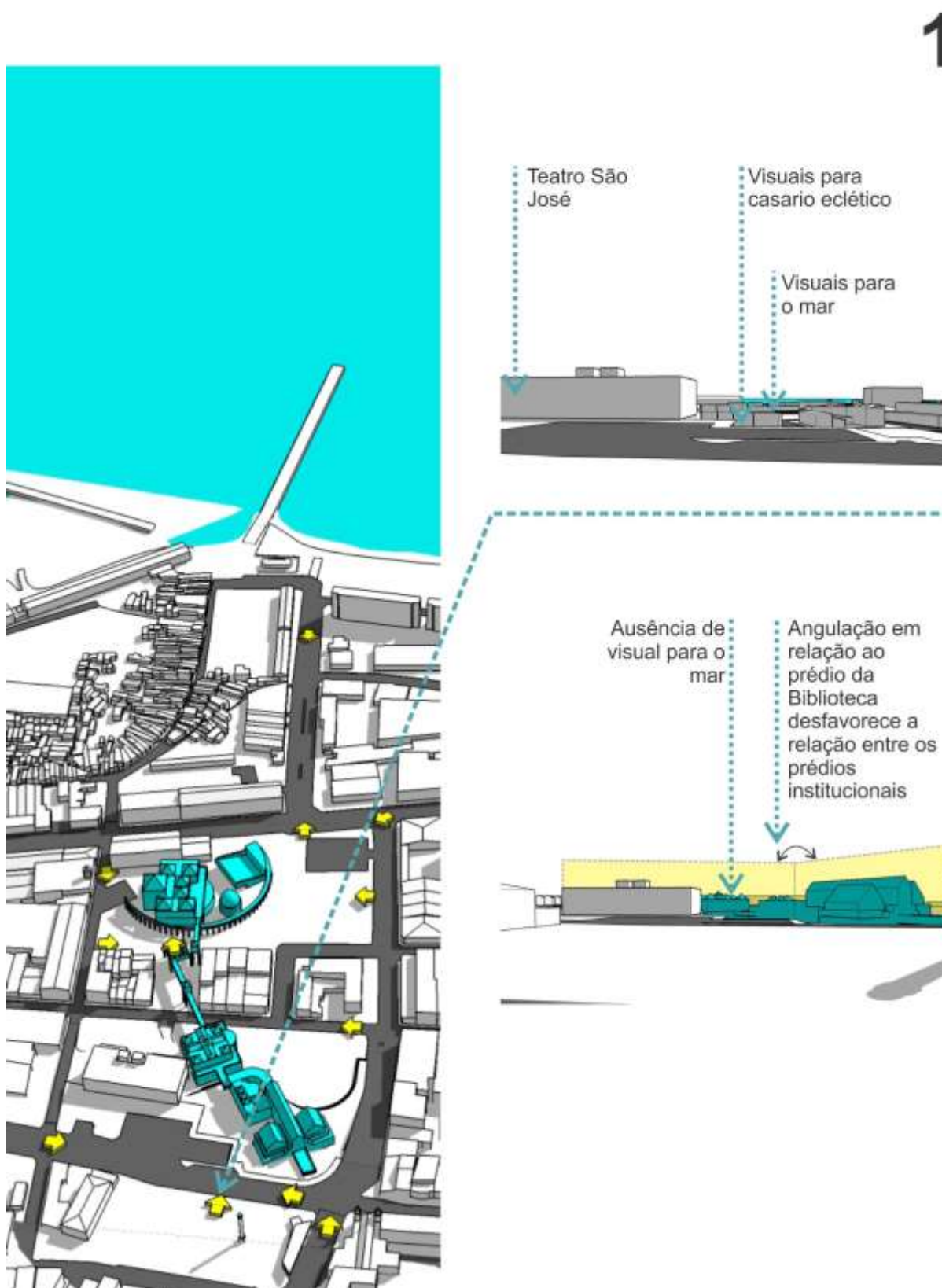
Figura 33 – Maquete virtual identificando o circuito viário do entorno anterior a implantação do CDMAC



Fonte: Elaborada pelo autor

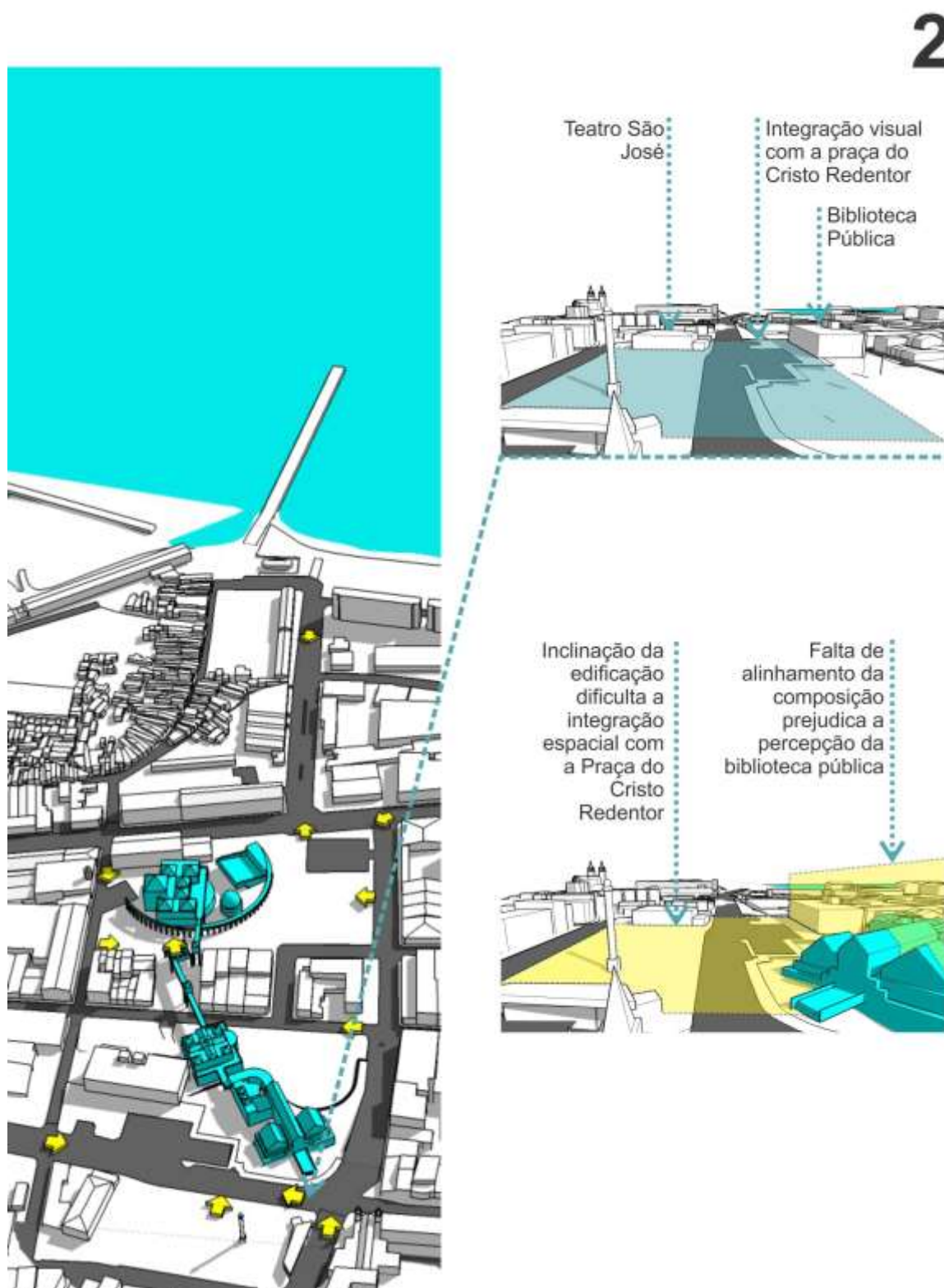
Tendo-se executado a etapa de levantamento do contexto paisagístico pré-implantação, se dará, a partir das mesmas composições, o confronto com a presença da edificação, procurando analisar o que ficou evidenciado no entorno após a implantação das edificações. Diferente da outra etapa, todas as considerações relativas a esses impactos encontram-se descritas nas próprias imagens, seguindo a lógica da Matriz de Resultados, com o intuito de que as considerações se demonstrem mais elucidativas do que apenas de forma textual (ver figuras 34 a 50).

Figura 34 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 1/CDMAC



Fonte: produzido pelo autor

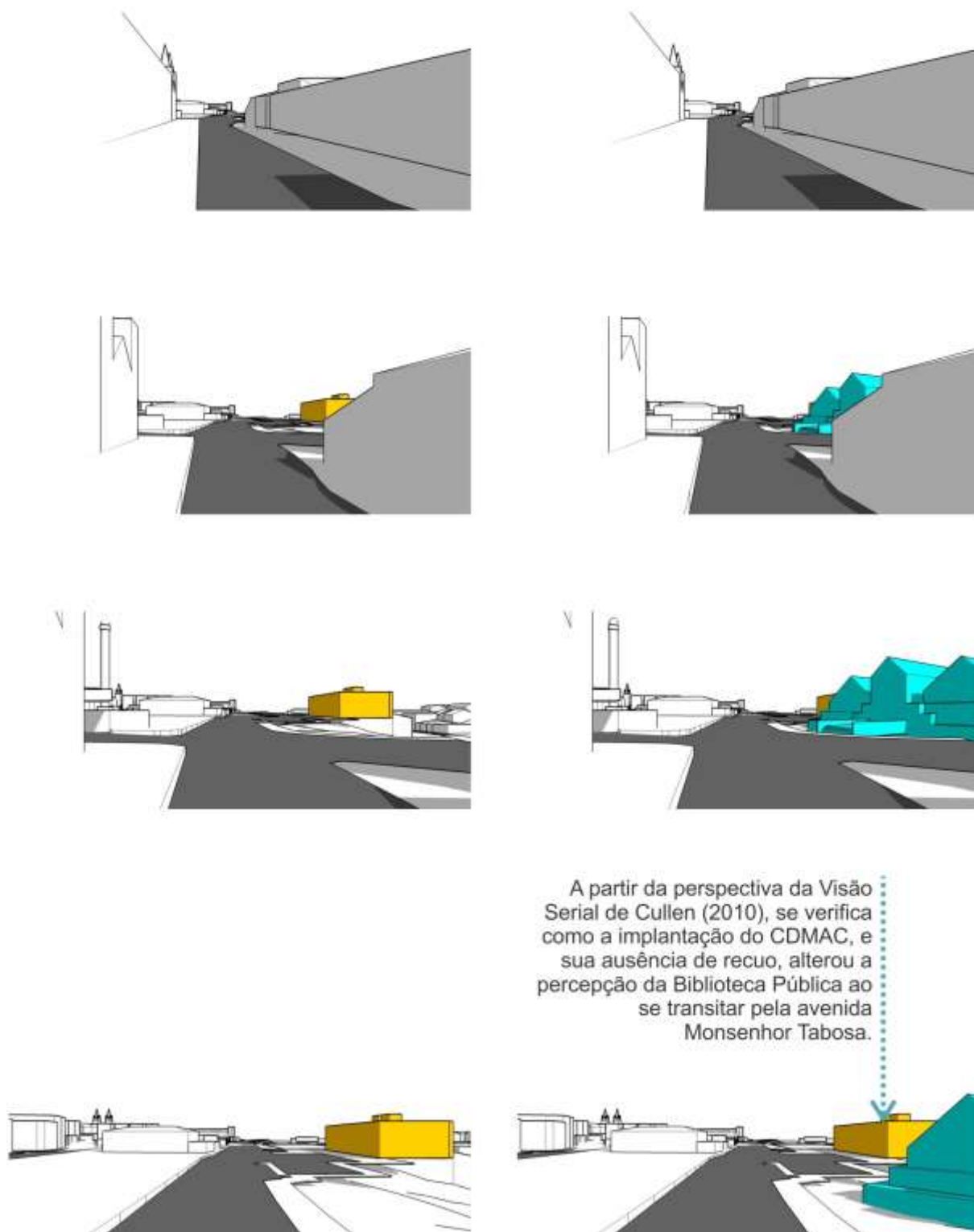
Figura 35 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 2/CDMAC



Fonte: produzido pelo autor

Figura 36 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, visão serial biblioteca/ CDMAC

2



Fonte: produzido pelo autor

Figura 37 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 3 / CDMAC

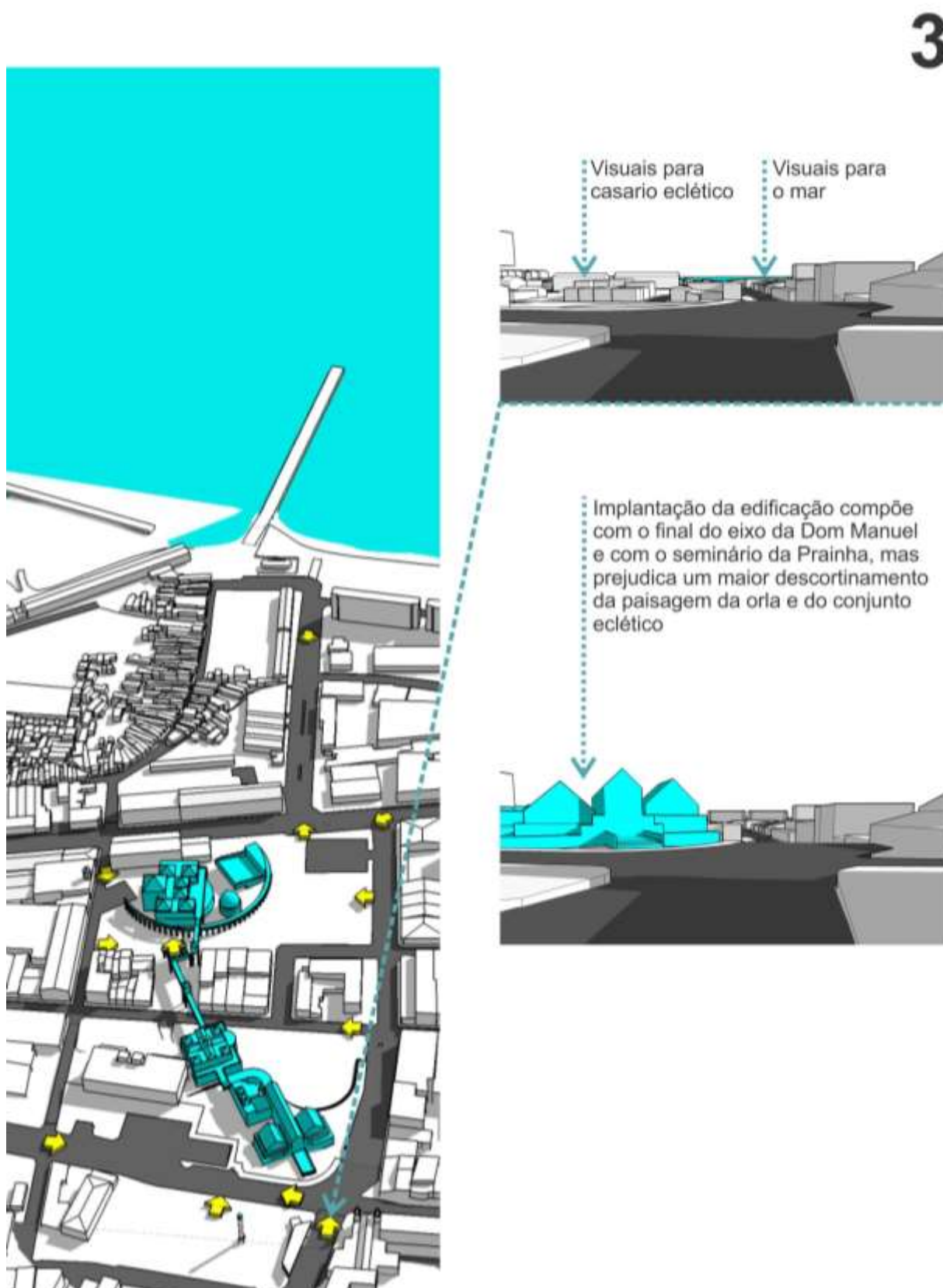
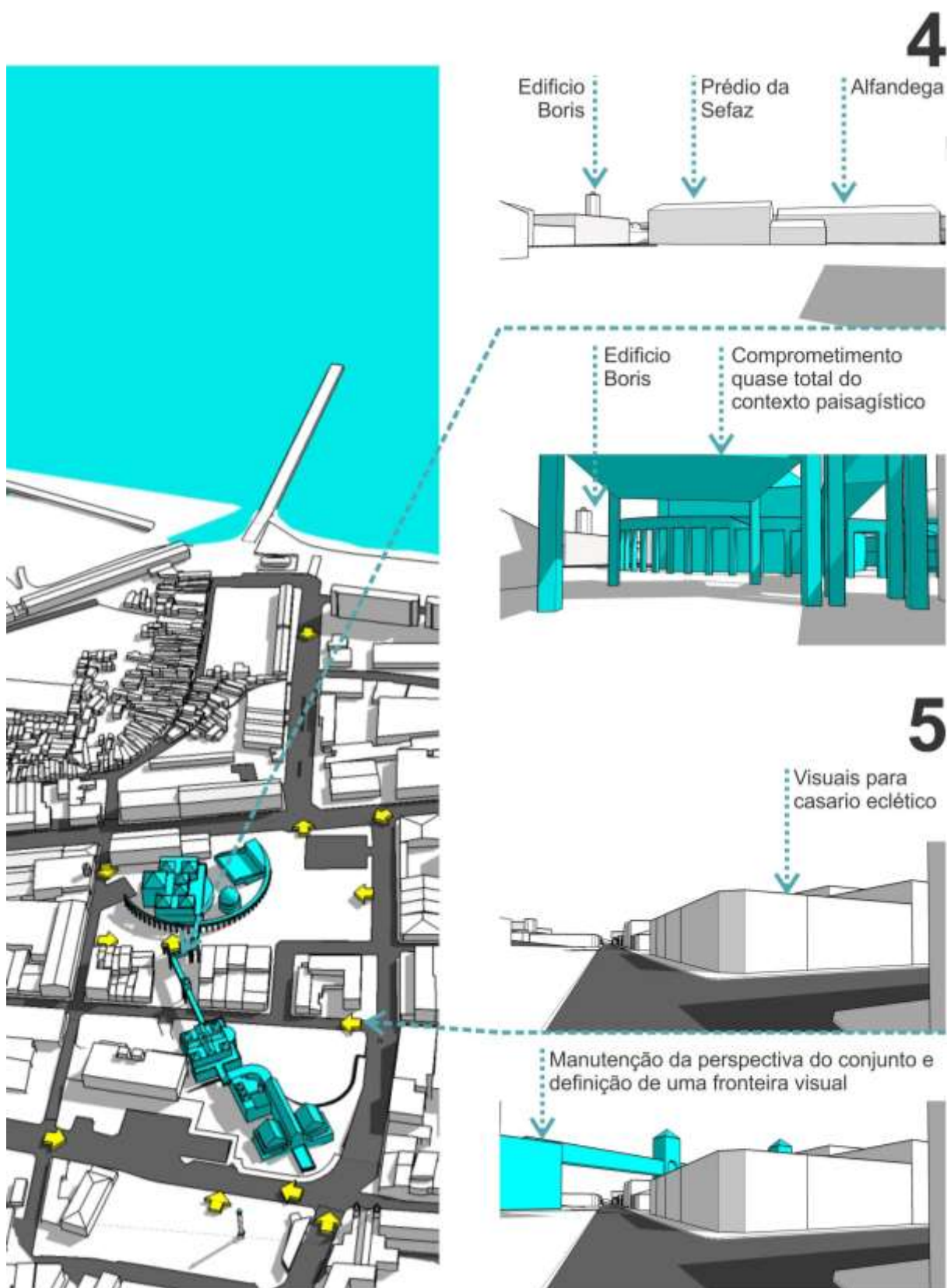


Figura 38 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 4 e 5/ CDMAC



Fonte: produzido pelo autor

Figura 39 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 6/CDMAC

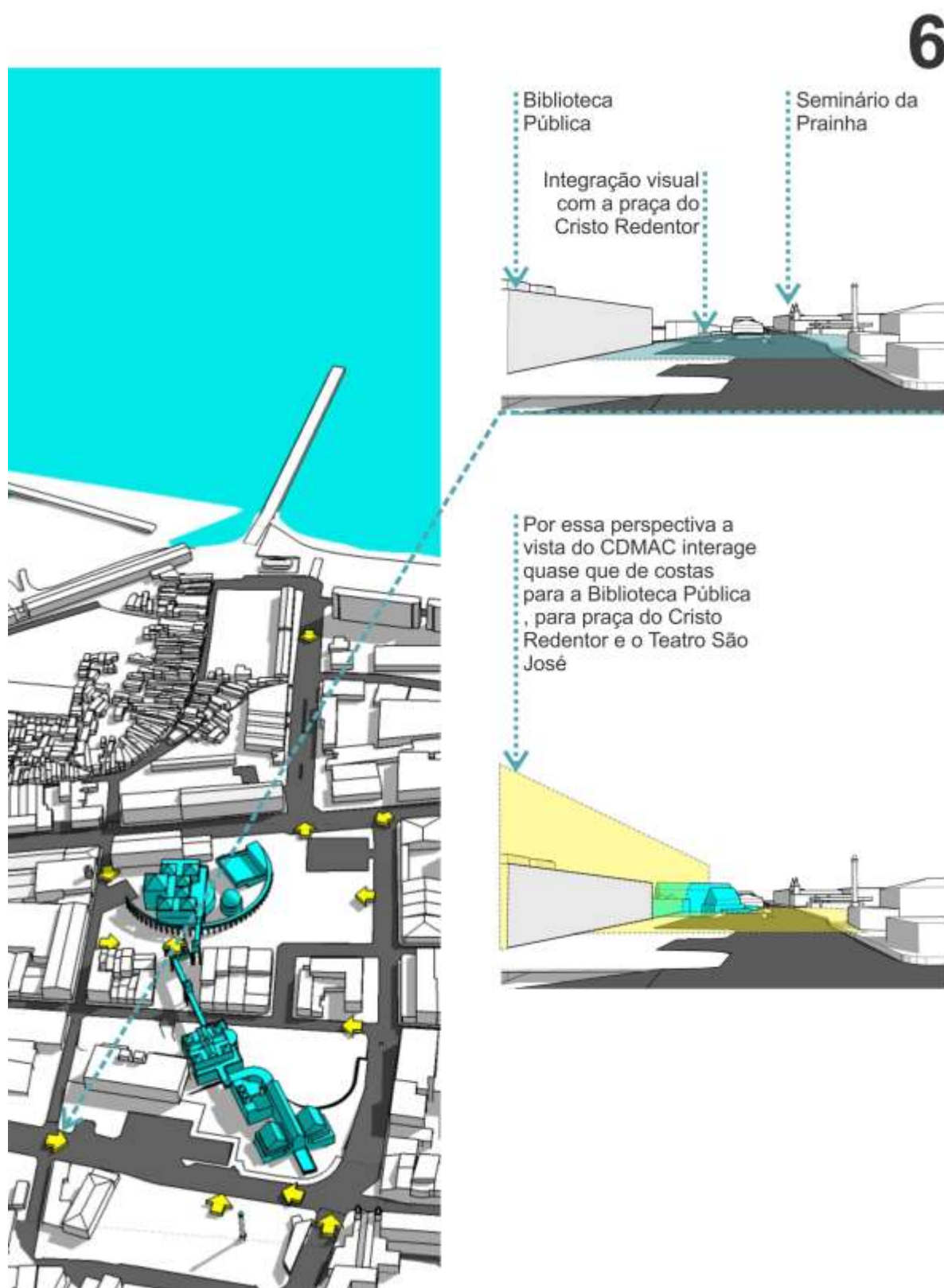
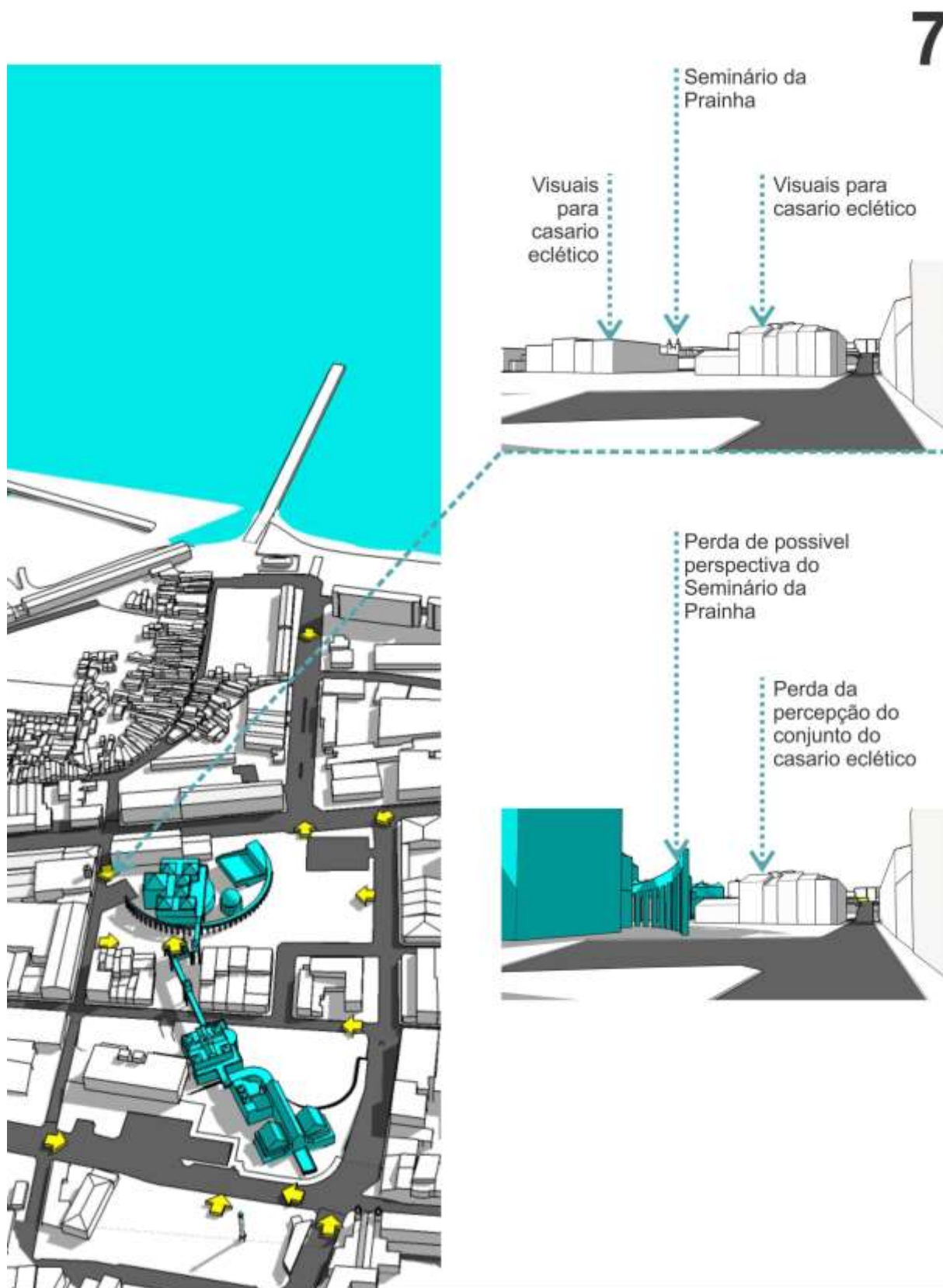


Figura 40 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 7/ CDMA



Fonte: produzido pelo autor

Figura 41 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 8/CDMA



8

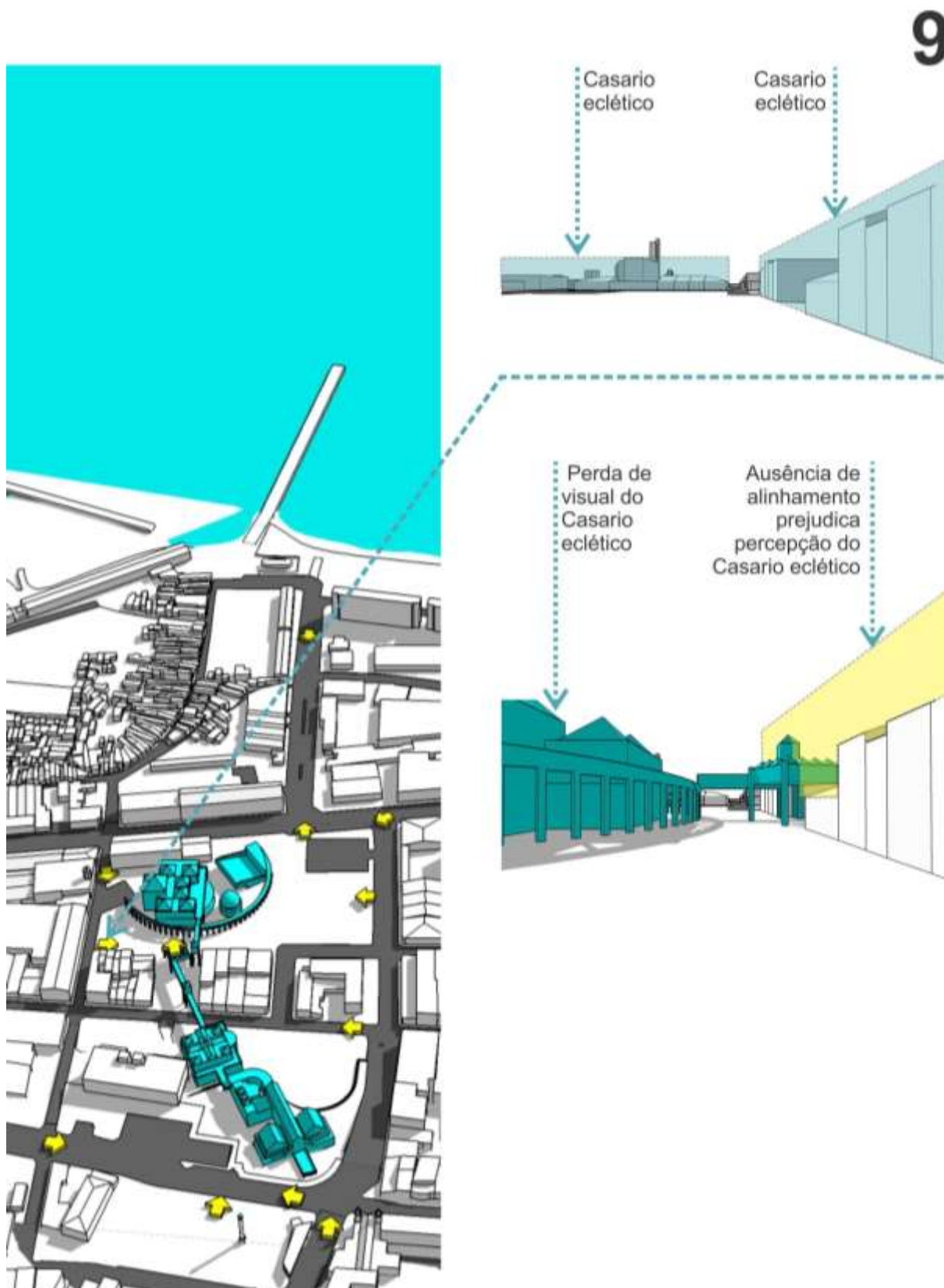
Figura fundo (praça fechada)
configurada pelo conjunto
ecléctico (LYNCH 1997, p.117)



Perda da percepção da
configuração de figura fundo. A
percepção de praça fechada
permanece, tendo agora o
CDMAC como elemento de fundo
da composição.



Figura 42 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 9/CDMA



Fonte: produzido pelo autor

Figura 43 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 10/CDMA

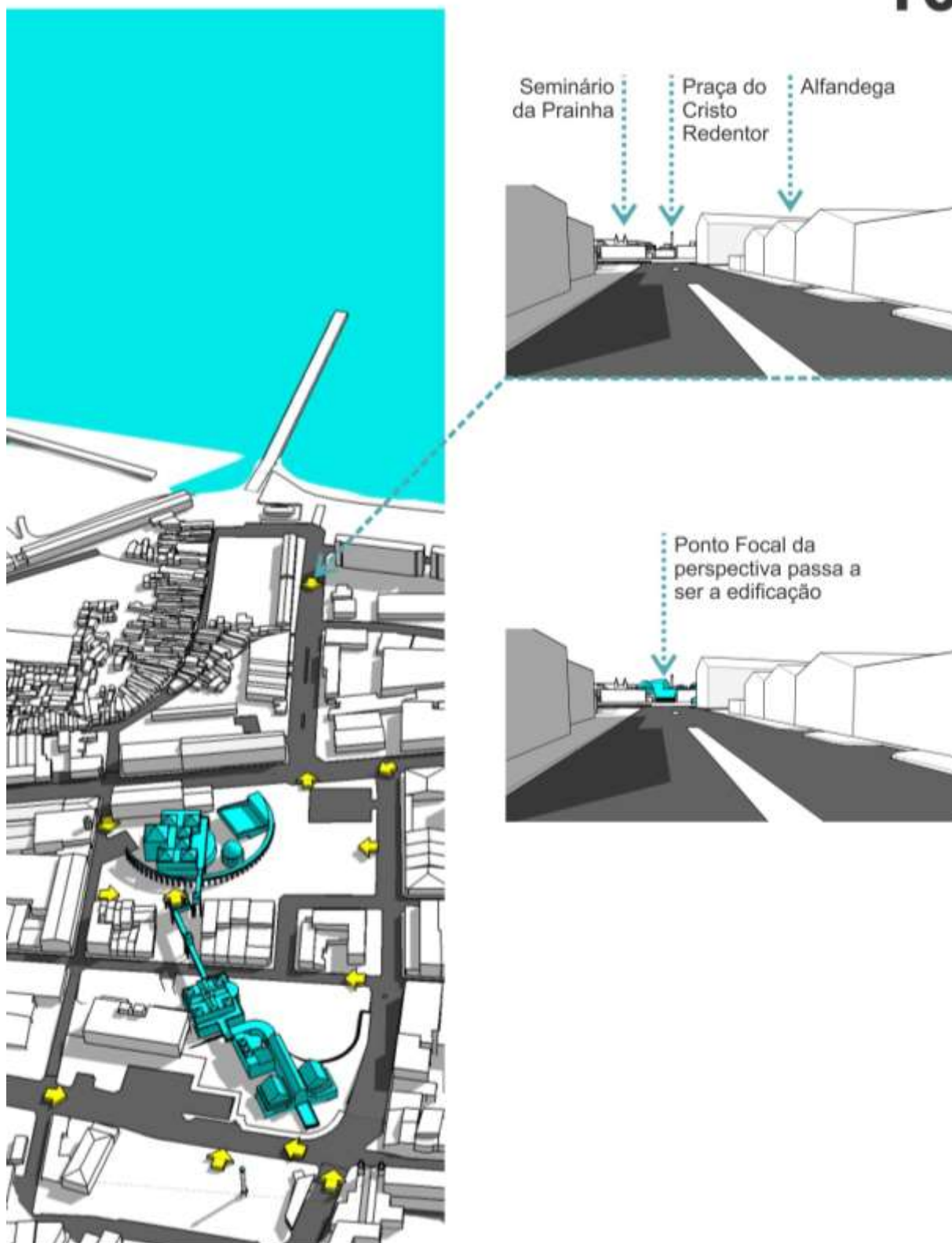


Figura 44 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 11/
CDMA

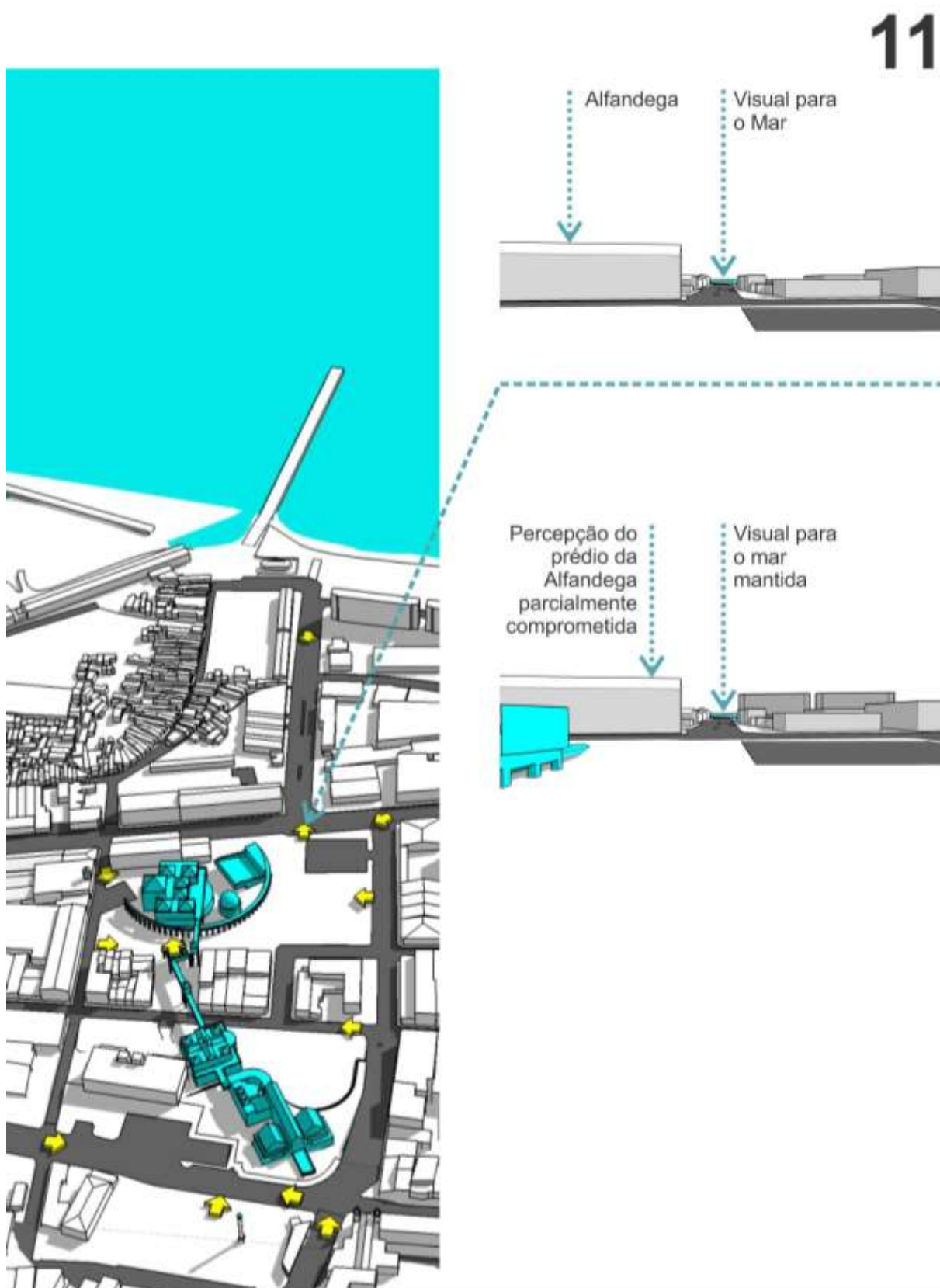


Figura 45 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, 12/CDMA

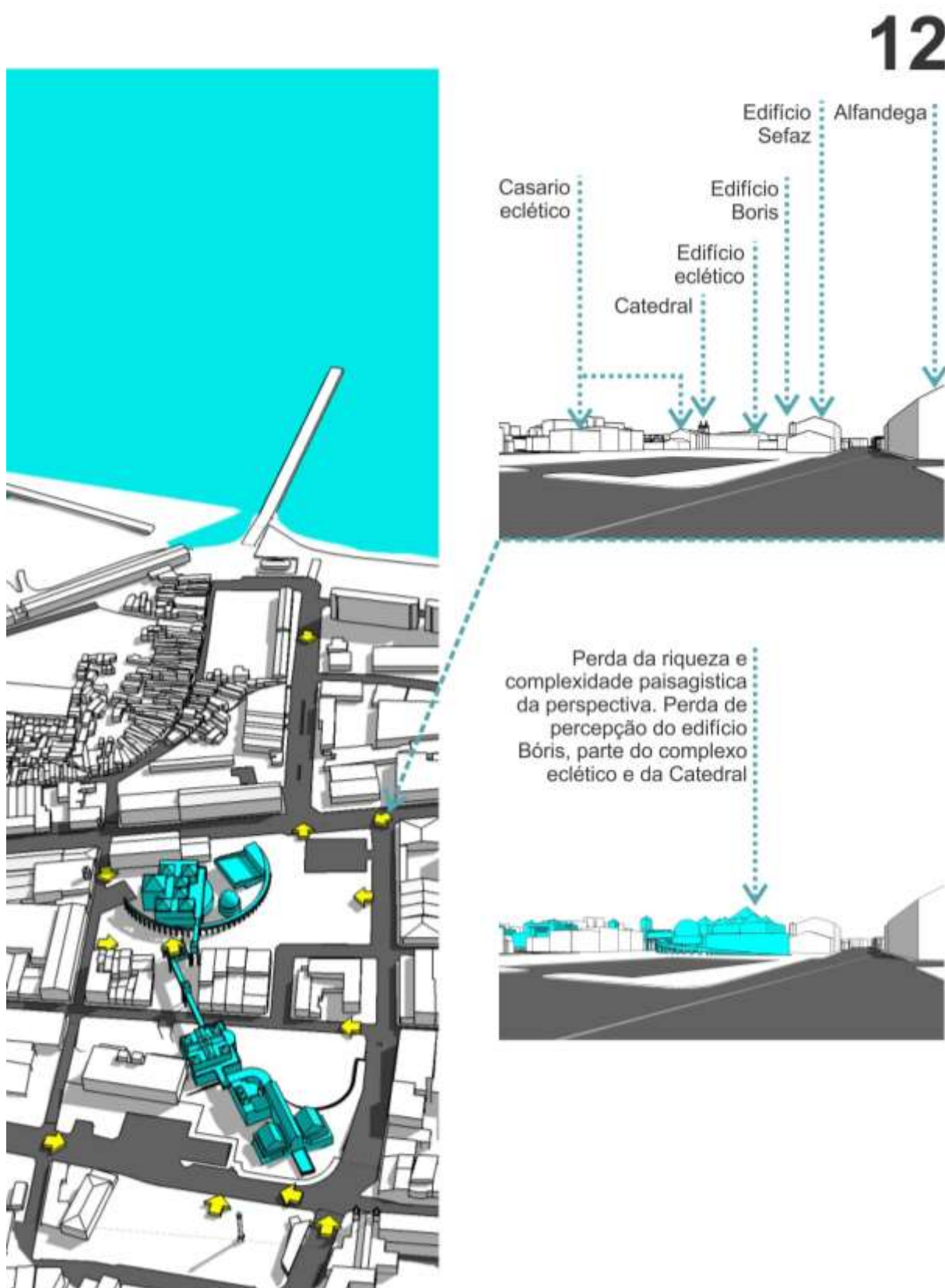
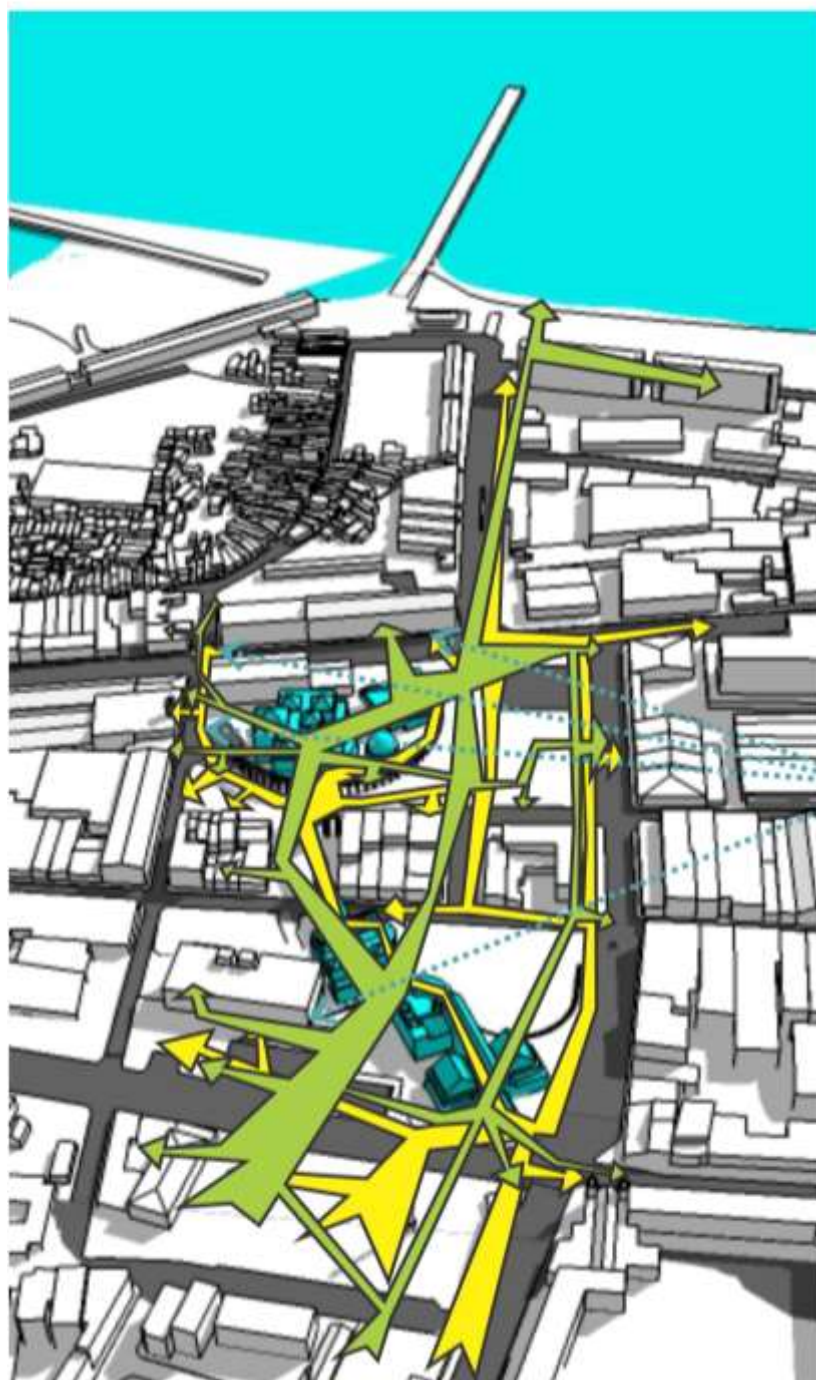


Figura 46 – Percursos pedonais e acessos físicos incentivados na pós-implantação do CDMAC



Fonte: produzido pelo autor.

Figura 47 – Percursos pedonais e acessos físicos incentivados, contraposição /CDMAC



➔ Circuito pedonal pré-implantação

➔ Circuito pedonal pós-implantação

Sob a perspectiva do trânsito físico dos pedestres, praticamente todas as perspectivas de acessos a serem incentivadas foram mantidas.

Mas se tomarmos a acessibilidade, não só pelo aspecto físico, mas visual, pode-se afirmar que, algumas edificações como: Biblioteca Pública, edifício Bóris, a Comunidade do Poço da Draga e parcialmente a Alfândega, não tiveram seus acessos salientados ou incentivados

Figura 48 – Circuito de veículos pós-implantação do CDMAC

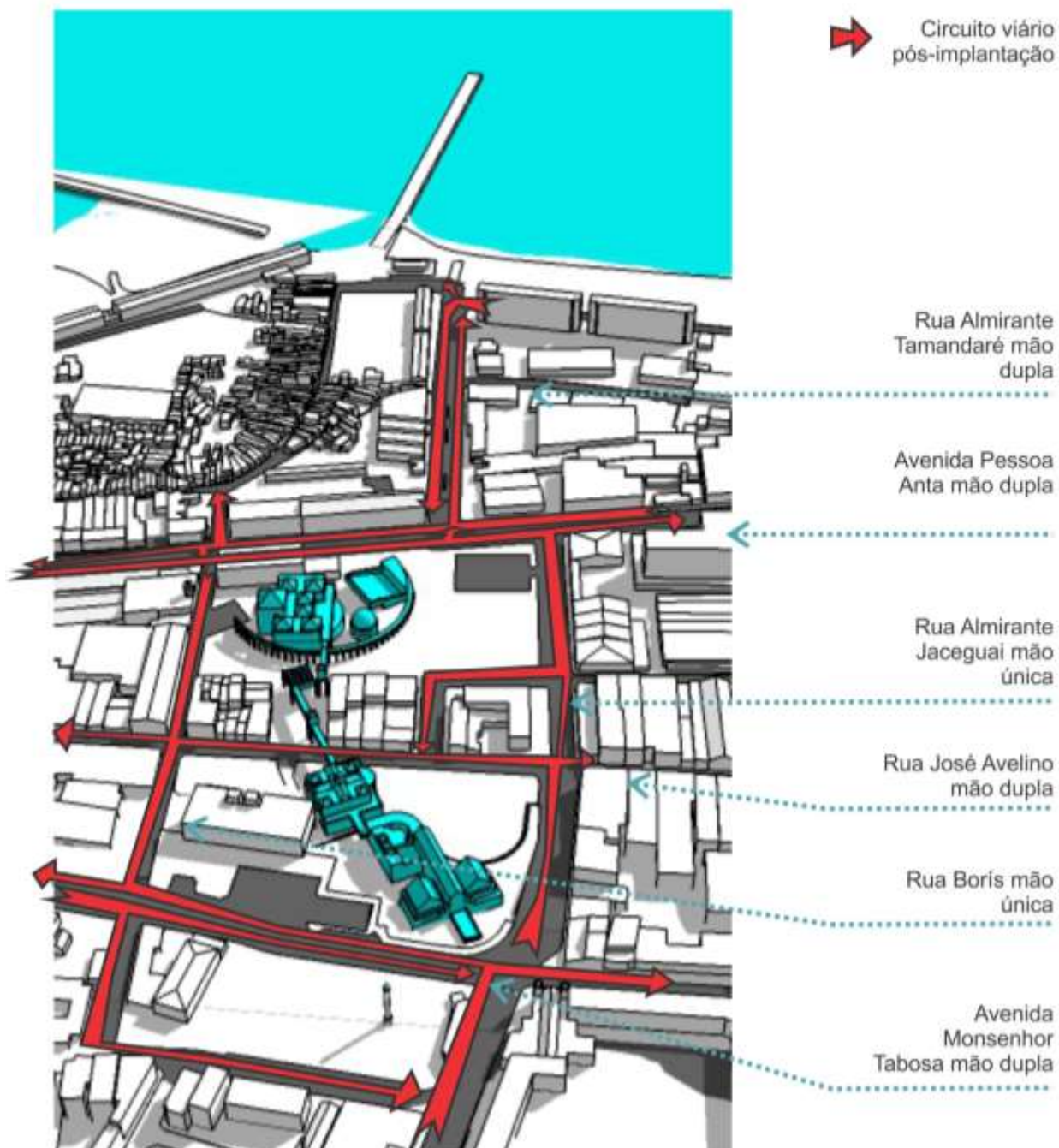
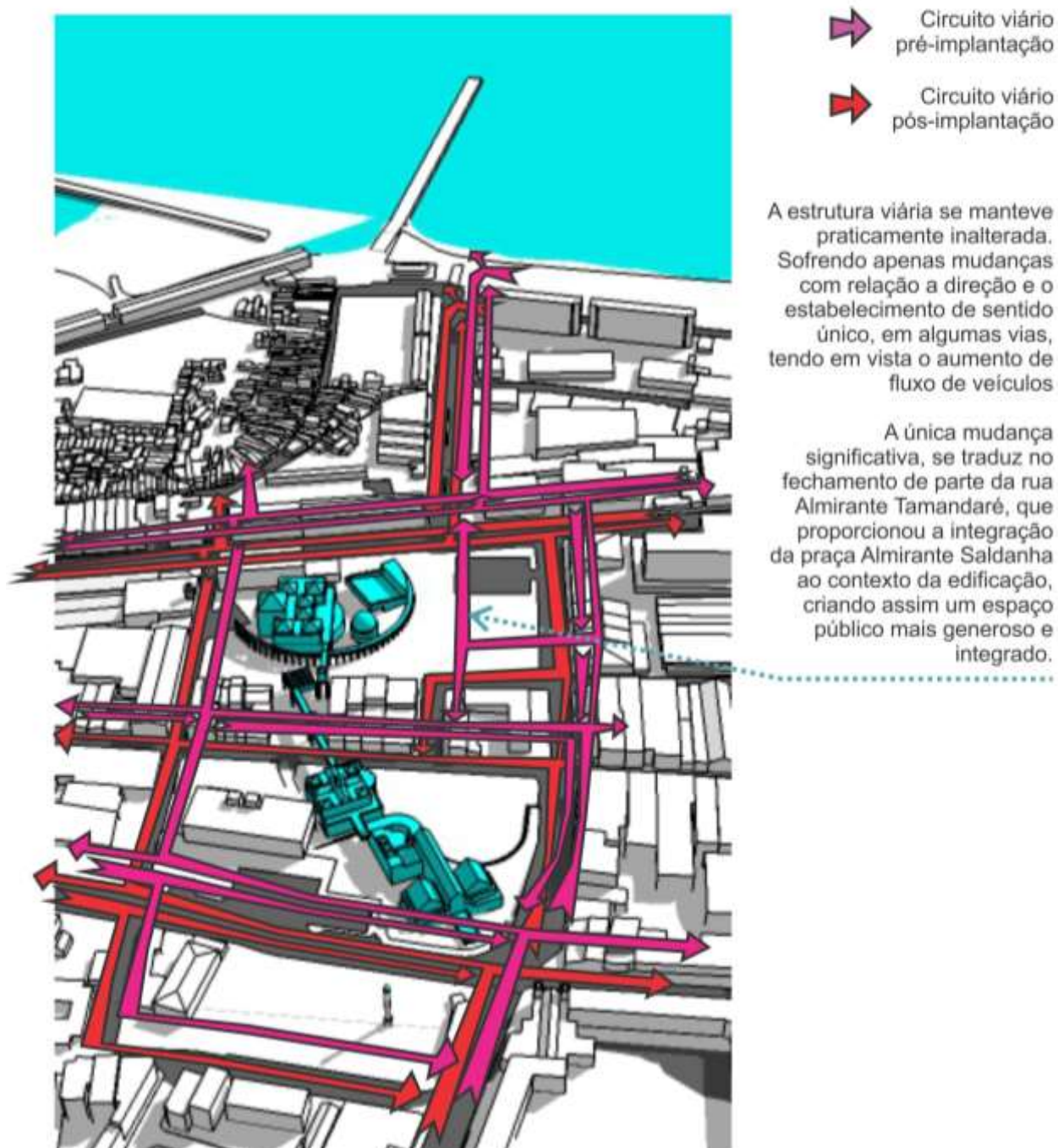
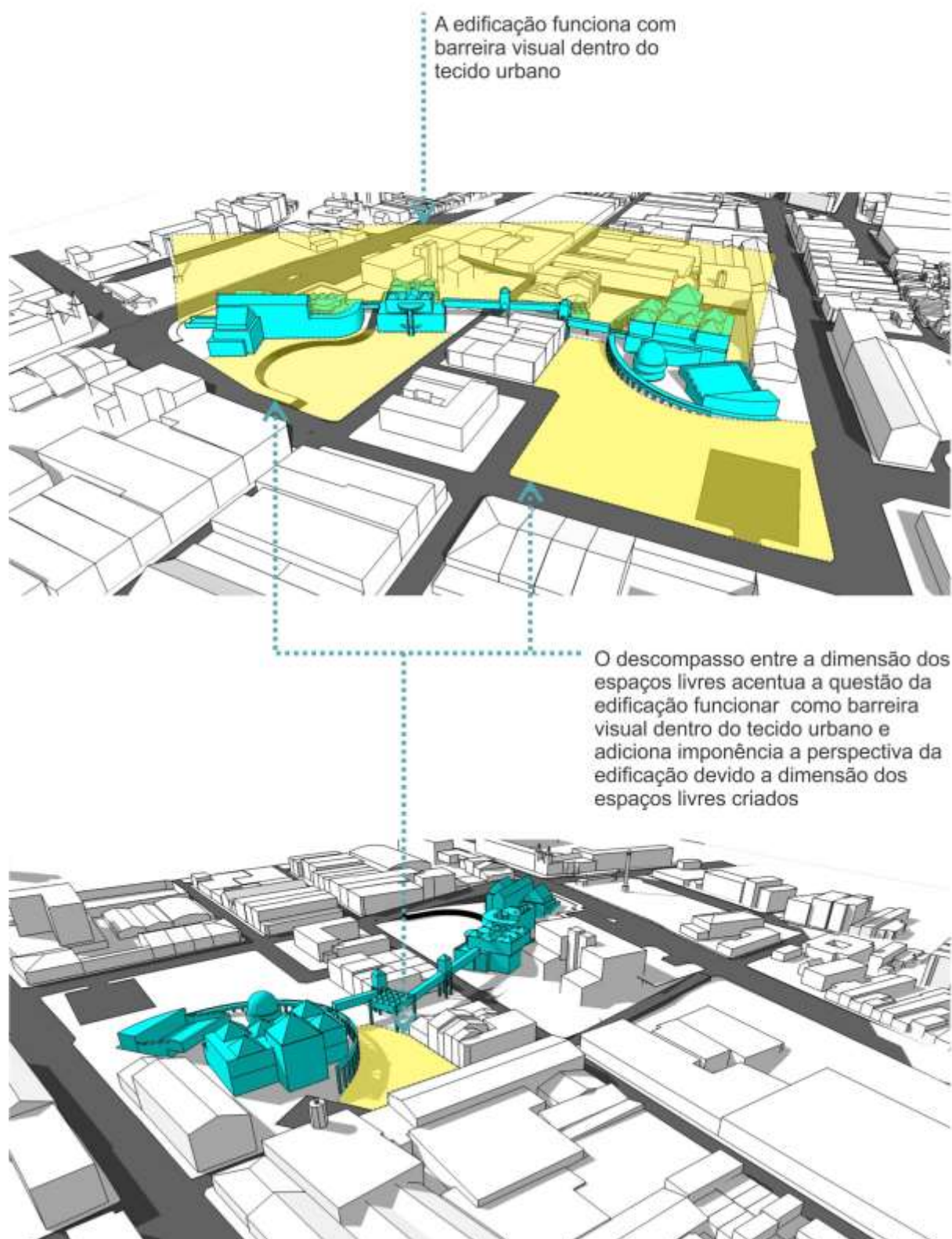


Figura 49 – Circuito de veículos, contraposição /CDMAC



Fonte: produzido pelo autor

Figura 50 – Considerações gerais sobre a pós-implantação do CDMA



Fonte: produzido pelo autor

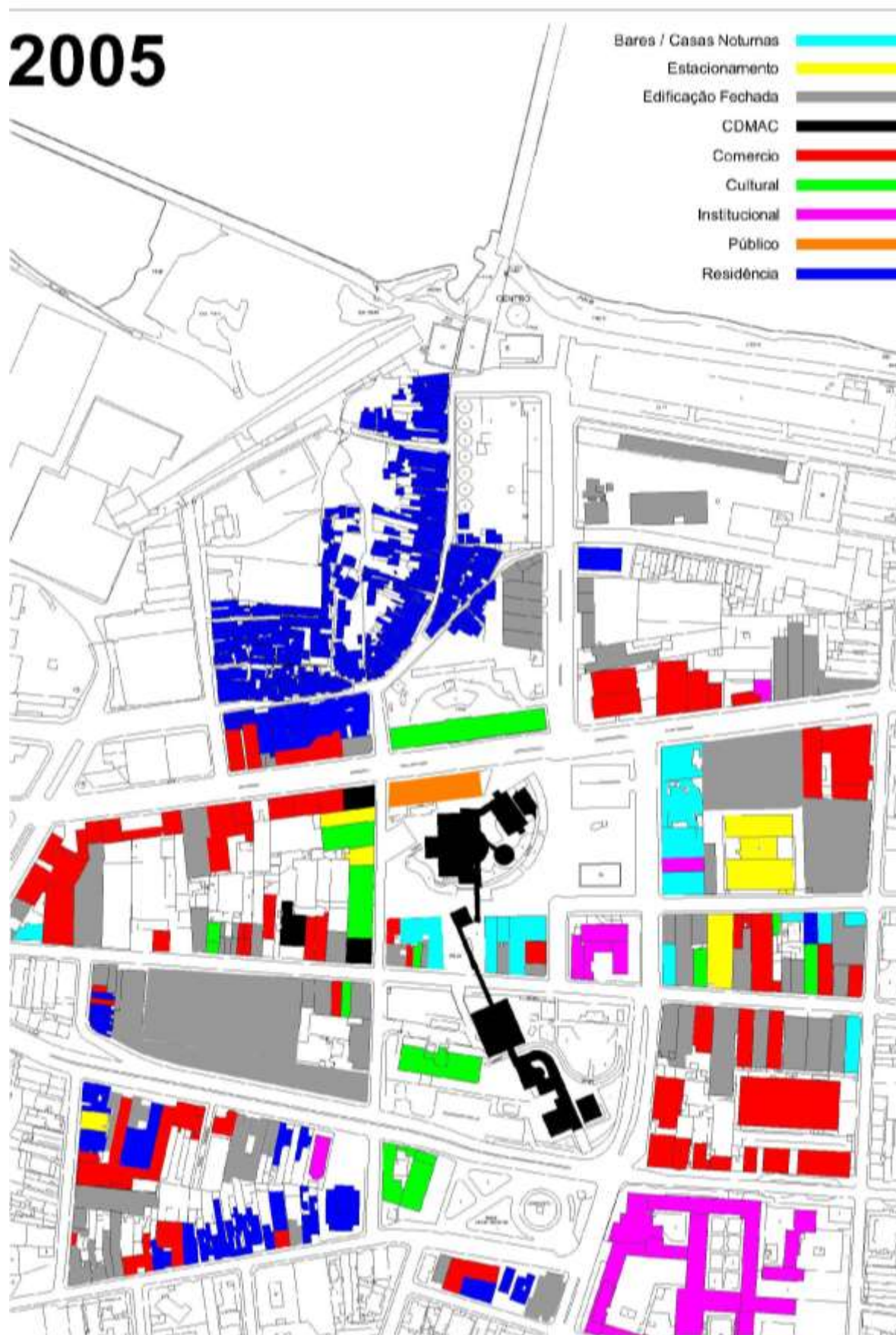
Em uma última instância de análise sobre as repercussões socioespaciais da pós-ocupação, será verificado se a implementação do empreendimento do CDMAC foi positiva à valorização imobiliária da região.

A verificação se dará por meio de análise cartográfica. Primeiramente, será analisado o uso do solo do entorno da edificação, utilizando como base o levantamento efetuado em 2005 por Pedro Smith (2006). A partir desse levantamento foi possível estabelecer o comparativo com o levantamento atual, realizado pelo autor, e avaliar as mudanças ocorridas no tipo de ocupação do entorno do CDMAC nos últimos treze anos.

Dois fatores chamam a atenção ao se analisar o levantamento de uso do solo feitos em 2005 e 2018 (ver figuras 51 e 52). O primeiro é o número de imóveis do entorno desocupados, seis anos após a inauguração do CDMAC, principalmente do lado oeste do CDMAC. O segundo é o fato do uso preferencial de bares se demonstrar ativo apenas na periferia do Dragão, tendo o lado oeste, mais prejudicado espacialmente, sendo ocupado por edificações de cunho cultural. Verificações que corroboram com a percepção de que o prédio funciona como uma fronteira visual no tecido urbano.

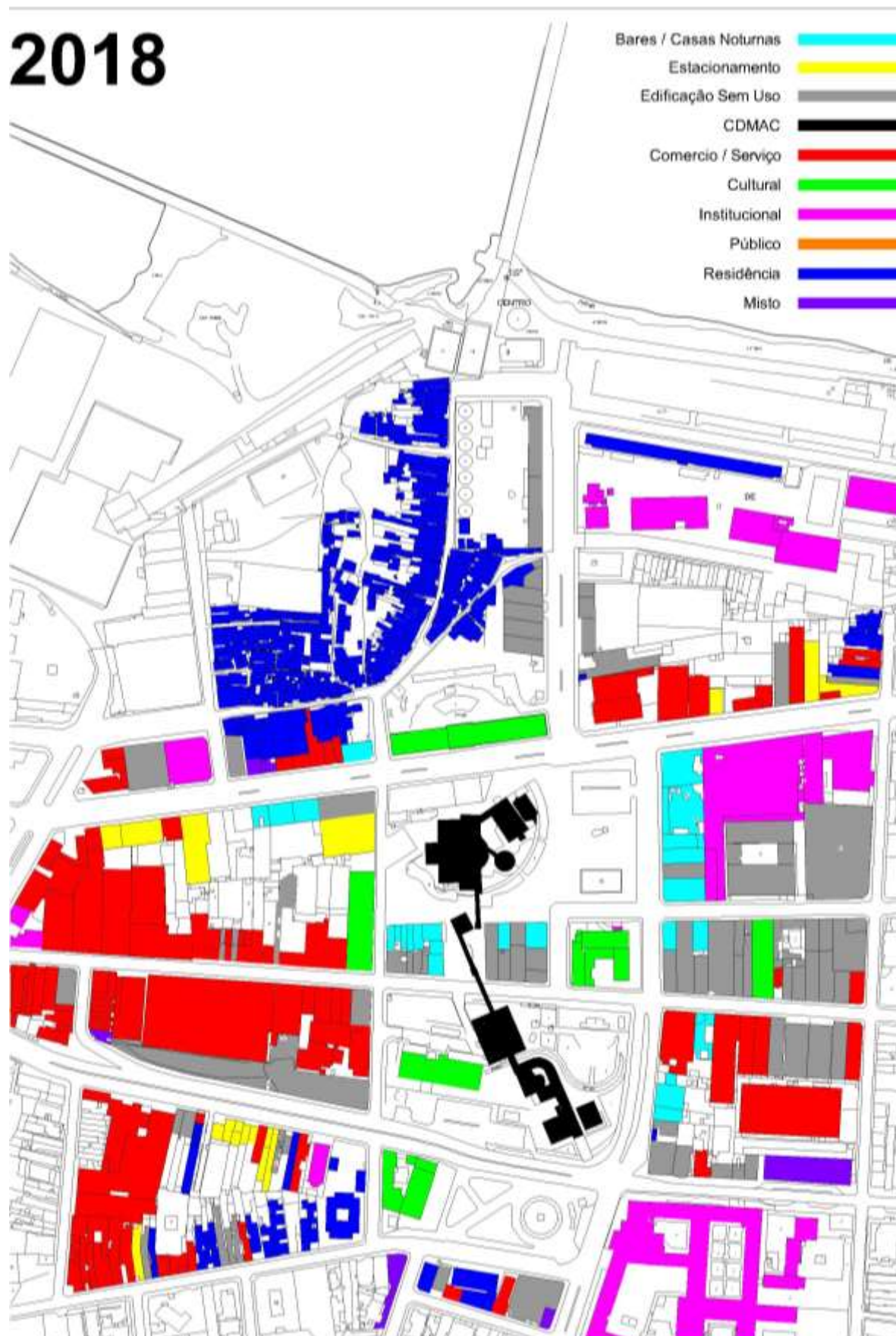
A ocupação dessas edificações por programas de cunho cultural contradiz a justificativa, dada por Fausto Nilo em entrevista, sobre a dificuldade do próprio CDMAC em ocupar as edificações desocupadas, tendo em conta que sua ocupação se deu somente cinco anos após a inauguração do mesmo.

Figura 51 – Levantamento do uso do solo do entorno do CDMAC em 2005



Fonte: Dados Levantados por Smith (2006). Desenho executado pelo autor

Figura 52 – Levantamento do uso do solo do entorno do CDMAC em 2018



Fonte: Produzido pelo autor

Estabelecendo um comparativo, o que primeiramente se observa na planta de uso do solo de 2018 é que o número de prédios desocupados se acentuou quando comparado com 2005. O outro fator que chama a atenção é o número de edifícios, em 2018, ocupados pelo comércio, em sua grande maioria pelo mercado atacadista e varejista de tecidos, que muito tem contribuído para evitar o completo esvaziamento do entorno do CDMAC e que se acentuou com o passar dos anos.

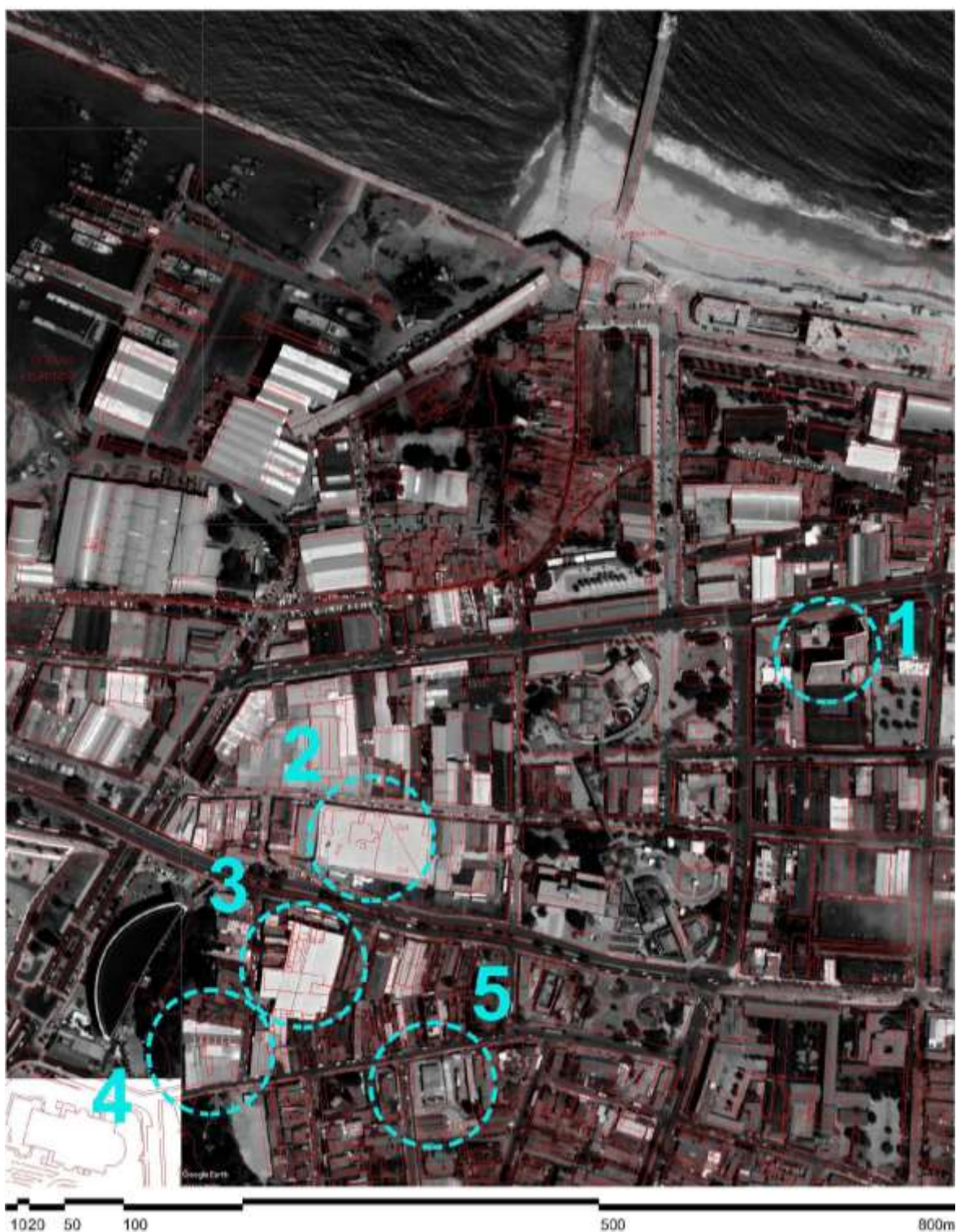
A expansão do mercado atacadista e varejista vem, com muita facilidade, ocupando as edificações, a partir do Centro de Fortaleza, no sentido oeste-leste da planta, com especial concentração na Rua José Avelino. Não se verifica, durante esse período, aumento de moradias ou do setor de serviços, que poderiam indicar uma maior dinamização do entorno.

Ao se contrapor a planta cadastral de 2009 com a foto aérea de seis de junho de 2018 (fonte Google Earth) se apreende poucas mudanças no tecido urbano da região e a maioria dos adensamentos ocorrem em vista da expansão do mercado atacadista de tecidos (ver figura 53).

A visita de campo veio apenas para confirmar o levantamento de uso do solo. Foi verificado que escassas pessoas usam o Centro Cultural como espaço público. As ruas do entorno próximo se apresentavam desertas, com muitos veículos estacionados, mas aparentemente, de pessoas que usam alguns dos galpões do entorno para ensaios de blocos de carnaval. Pôde-se verificar o constante perfil de edificações fechadas e subutilizadas no entorno. A localidade que contrastava com essa afirmação era a rua José Avelino, que apresentava relativo movimento devido ao mercado atacadista e varejista de tecidos (ver figuras 54 e 55).

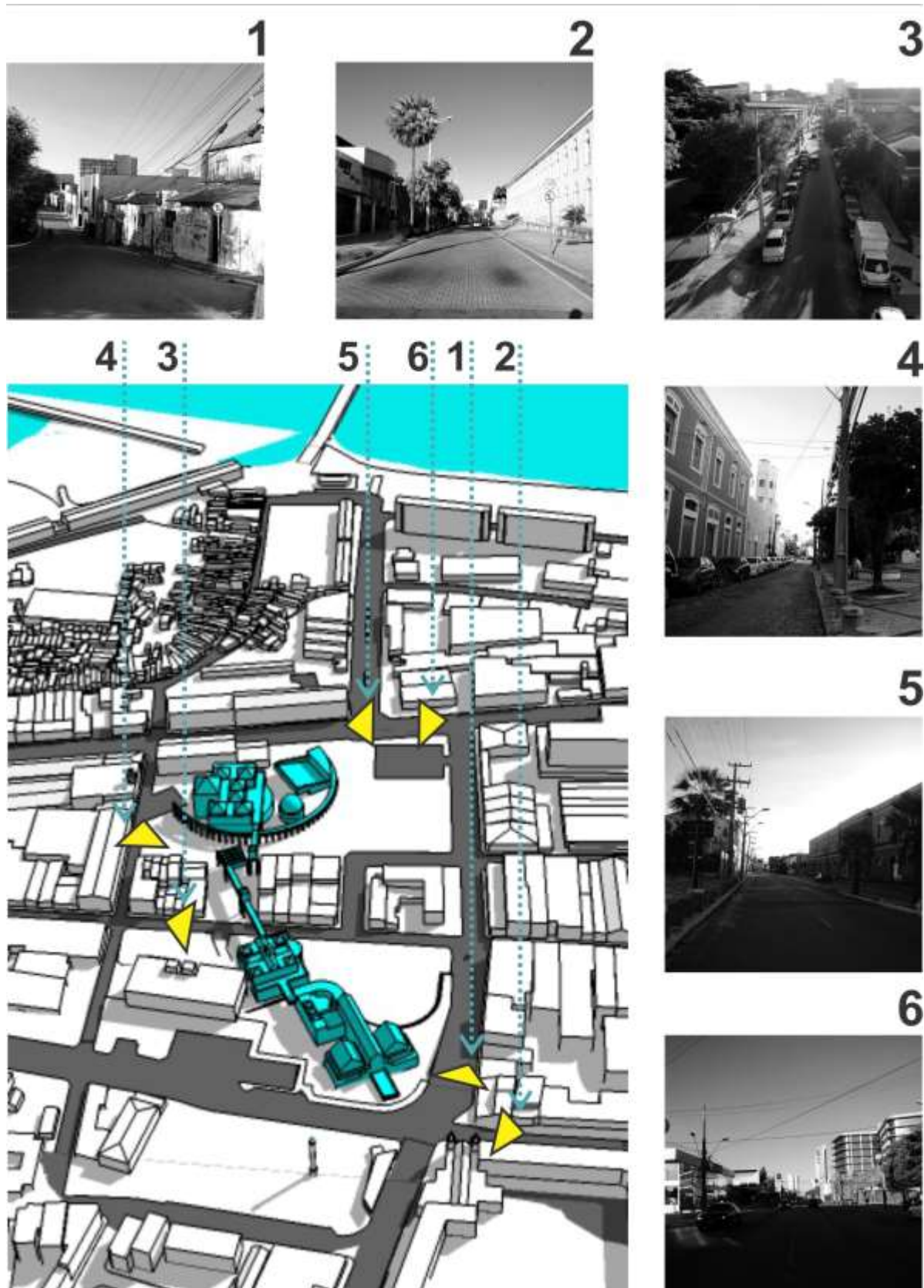
Figura 53 – Comparativo planta cadastral de 2009 com foto aérea de 2018 – CDMAC

- | | | |
|--|---|---|
| <p>1 Construção de prédio para abrigar a Justiça do Trabalho (5 pavimentos)</p> <p>2 Construção de galpão para abrigar comércio atacadista de tecidos.</p> | <p>3 Construção de edificação para abrigar comércio atacadista de tecidos.</p> <p>4 Adensamento de edificações para o abrigar comércio atacadista de tecidos.</p> | <p>5 Construção de subestação de energia</p> |
|--|---|---|



Fonte: Foto aérea Google Earth (2018); texto e planta cadastral inserido pelo autor

Figura 54 - Registro fotográfico visita técnica, 1 a 6 – CDMAC



Fonte: registros fotográficos e maquete virtual elaborados pelo autor

Figura 55 - Registro fotográfico visita técnica, 7 a 11 – CDMAC



Fonte: registros fotográficos e maquete virtual elaborados pelo autor

O que se apreende da análise²¹ é que o CDMAC não conseguiu, sozinho, funcionar como catalizador da renovação urbana da área. Não pertence aos dias atuais a discussão e a apreensão sobre o entorno do Centro Cultural. Mesmo o CDMAC sendo um edifício público, que tinha como viés promover a cultura e a requalificação da área central, Gondim (2006, p.93) salienta que “as transformações acarretadas contribuíram mais para acirrar, do que superar as faltas de espaços públicos na cidade”. Aponta que o surgimento de bares e casas de shows no seu entorno tem promovido apenas uma vitalidade noturna, e não a requalificação e heterogeneidade de usos almejada.

Segundo Fernandes (2012a), apesar da implantação do CDMAC romper com a estrutura morfológica existente, tal impacto foi incapaz de influenciar seu entorno, continuando com a mesma ocupação fundiária pré-CDMAC. Apesar da justificativa do empreendimento estar fortemente apoiada na ideia de criação de uma nova centralidade urbana, o que foi relegado ao entorno se resumiu a uma valorização volátil das edificações ligadas à especulação imobiliária mais voltada ao entretenimento. Salienta que devido ao sucesso de seu uso, primordialmente noturno, a locação de bares e boates no seu entorno ocasionou, ao contrário do que pretendia, uma homogeneização do mesmo.

Zonas próximas, de moradia populares, além de continuarem com falta de serviço de infraestrutura básico, têm que conviver com o caos que acontece no seu entorno em dias de grandes shows. Gondim (2006) afirma que a poluição sonora, a privatização da rua pelos bares e os conflitos causados pelo enorme número e diversidade de público, atraídos pelo CDMAC, na verdade, só tem contribuído para a não ocupação das edificações por outros usos, deixando o espaço no seu entorno cada vez mais degradado. Esses fatos transformaram o CDMAC em uma ilha cultural, dentro de um contexto degradado, fazendo com que ele perca toda a carga simbólica que buscava restaurar para a cidade, restando nada além de uma “imagem” a ser reproduzida em panfletos de agência de turismo.

O próprio arquiteto, Fausto Nilo, quando questionado sobre o Centro Cultural não ter tido sucesso na restauração da vitalidade do entorno responde de

²¹ Os dados levantados e percorridos até o presente momento, referente a análise de pós-ocupação, podem ser melhor aferidos na ficha analítica de pós-ocupação CDMAC (ver quadro 14, no apêndice A).

forma enfática em entrevista:

[...] nós sabemos, no urbanismo, que uma reabilitação de zona urbana se dá em décadas. É um projeto difícil de realizar, muito demorado, não é uma coisa muito rápida. Eu digo isso para esclarecer que o Dragão do Mar, como projeto, nunca em nenhum documento dele, colocou que ia reabilitar a zona da Praia de Iracema. Ele ia se colocar como algo a colaborar, quando isso fosse planejado. Que a rigor nunca foi até hoje (FAUSTO, 2017).

A rigor, o que realmente consta no memorial justificativo do projeto é uma afirmação sobre ele propor um estímulo à requalificação. O que se pode argumentar é que diante da consciência de tal dado, por que o Estado propôs o empreendimento se ele não estava vinculado a nenhuma política pública neste sentido? Na esperança que um dia ela se viabilizasse por outro gestor?

O que se apresenta nos jornais da atualidade é a preocupação em resgatar o entorno daquele que deveria ser, se não o resgatador, seu fomentador. A matéria com a chamada perguntando “Quem salva o entorno do Dragão?” (LIMA, 2017), exemplifica essa afirmação. A matéria trata de relatar uma apresentação do arquiteto Fausto Nilo sobre medidas para a Praia de Iracema com a ideia de articular Estado e sociedade civil em um debate de propostas para o planejamento urbano do bairro, em busca de retirar a localidade do quadro deteriorado em que se apresenta.

Diante da verificação do insucesso de requalificar a região através da intervenção do Centro Cultural, atestada pela fuga retórica dos arquitetos, quando questionados sobre o tema, admira que o Aquário Ceará, anos depois, busque sustentar o argumento de sua instalação na localidade, justamente por se autodeterminar capaz de tal proeza²².

5.3 Um edifício para negócios: CEC

O Centro de Eventos do Ceará (CEC), inaugurado em 2012, encontra-se no Bairro Edson Queiroz, em Fortaleza-CE. Trata-se do segundo maior do Brasil, com área construída de 76 mil metros quadrados, destinada a receber feiras, eventos, shows e exposições. Projetado pelo arquiteto Joaquim Cartaxo, a edificação é distribuída em dois grandes blocos em que se situam os salões de exposições, com dois mezaninos cada, onde se encontram dezoito salas modulares

²² Ver subcapítulo (5.4) relativo a análise de conteúdo do Acquário Ceará.

cada um, podendo ocorrer eventos de menor porte, sendo capazes de serem adaptadas para auditórios, exposições, palestras, conferências, reuniões e salas de apoio.

O Projeto e Obra do CEC ocorreu durante as gestões do Governador Cid Gomes (2007-2011/2011-2015), que foi eleito e reeleito em primeiro turno, vencendo na primeira ocasião o candidato Lúcio Alcântara, que objetivava a reeleição. Apesar de Lúcio Alcântara ter sido apoiado por Tasso, a vitória de Cid Gomes não necessariamente representou uma mudança de mentalidade política, tendo em vista que o mesmo já foi filiado ao PSDB, chegando a atuar em 1989-90 como coordenador político regional e líder do PSDB na assembleia Legislativa no período entre 1991-93 (G1, 2006).

O início do novo Governo não significou, portanto, uma mudança no panorama político, nem um rompimento com as lideranças que dominaram o cenário político nos últimos dez anos. E muito menos alterou o padrão de relacionamento entre o Executivo e o Legislativo (CUNHA, 2012). Alegação que fica evidente diante da tentativa de Tasso convencer Lúcio a desistir da reeleição e se candidatar ao Senado, o que liberaria o PSDB para se coligar a Cid Gomes (MONTE, 2016). A não mudança da candidatura de Lúcio para o Senado leva Tasso, durante a campanha, a rachar com Lúcio e apoiar informalmente Cid Gomes (CUNHA, 2012).

Cid Gomes, durante a campanha, adotou um discurso focado na mudança de atitude dentro do projeto mudancista, e não de crítica, em uma atuação que buscava criticar Lúcio Alcântara mas deixava aberta a possibilidade de aproximação de políticos do PSDB. Cid Gomes advinha de uma enorme popularidade como prefeito de Sobral, onde tinha conseguido a proeza de costurar alianças improváveis, como entre PSDB e PT (Partido dos Trabalhadores). Naquele momento se apresentava como um dos prefeitos mais bem avaliados do Ceará. Seu plano de Governo buscava destacar a ideia de um novo jeito de fazer política, com participação popular e apoio de importantes parceiros, como o governo Federal, tendo como prioridades o desenvolvimento econômico e a inclusão social (MONTE, 2016).

Após a eleição de 2006 o PSDB continuou hegemônico no Legislativo e no interior, enquanto Lula, apoiador de Cid, ganhava na esfera Federal. O apoio da bancada tucana, somado aos demais partidos da coalizão garantiram ampla

vantagem de apoio para a aprovação das propostas do Governo (CUNHA, 2012).

O Governador Cid Gomes pautou suas gestões pela busca de criar uma “imagem” de político “que faz”, eficiente, através da viabilização de diversas obras pelo Estado. Apesar da imagem de administrador eficaz, vários opositores questionaram as prioridades da gestão de CID Gomes, enxergando em suas obras um descompasso com a realidade social do Estado, que no período sofria com a estiagem e com índices sociais ainda aquém da média nacional. Assim, obras como o Centro de Eventos, Centro Olímpico e Acquário Ceará foram taxadas, pela oposição e por parte da opinião pública, como “faraônicas” (MONTE, 2016).

Na esfera federal, em 2006, era reeleito em segundo turno, para presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, e embora ainda inserido em um sistema neoliberal, os anos 2000 no Brasil ficaram marcados pelo fortalecimento das políticas sociais, melhora de redistribuição de renda e um processo de desindustrialização em favor de uma maior valorização de produtos primários e commodities (NETO, 2015). O aumento das exportações de commodities permitiu o equilíbrio das contas externas e possibilitou o incremento da produção e aumento do emprego doméstico (MATTEI; MAGALHÃES, 2011);

Entre 2003 e meados de 2008 ocorreu uma conjuntura internacional favorável em termos de créditos, transações comerciais e fluxo de investimentos, que foi interrompida pela crise internacional de 2009. Apesar da crise o governo decidiu manter seus gastos, especialmente no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), inclusive aumentando os atendimentos do Programa Bolsa Família, bem como procurando reduzir tributos indiretos em vários setores, o que fez com que o Brasil fosse um dos países emergentes menos afetados pela crise. A dívida externa, que em 2003 equivalia a 15% do PIB, é zerada, possibilitando ao Brasil fazer empréstimos ao FMI em 2008 e 2009 (MATTEI; MAGALHÃES, 2011);

Na década de 2000 a região Nordeste bateu recordes sucessivos na redução de desemprego, aumento de consumo, ampliação do setor industrial e das exportações (MONTE, 2016). Durante esse período o país apresentou taxas médias de crescimento do PIB de 3,46% (MATTEI; MAGALHÃES, 2011). Já na economia cearense registrou-se um crescimento acima da média brasileira no período de 2008 a 2014. O PIB do Estado saltou de R\$50,3 bilhões em 2007, para R\$100 bilhões em 2014, mas a porcentagem de participação no PIB brasileiro ainda se registrou tímida,

apenas 2% (MONTE, 2016).

É nesta conjuntura que a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR), presidida por Bismark Maia, propõe a criação do CEC. A pasta administrada por Bismarck Maia foi a de maior visibilidade do governo de Cid Gomes, tendo as obras do Acquário Ceará e do CEC como carros-chefes do “[...] que ficará como um outdoor “vivo” de grande impacto para o turismo no Estado” (BISMARCK, 2014).

O plano de governo da coligação “Ceará vota para crescer” preconizava a intenção de tornar o Ceará um dos principais destinos de eventos e negócios do Brasil, usando o turismo como vetor de desenvolvimento econômico para o Estado. Tinha como um dos objetivos gerar oportunidades para todas as regiões, com a proteção e o uso dos ecossistemas naturais, assim como “[...] promover o desenvolvimento turístico sustentável com inclusão social e a promoção da gestão territorial participativa, como modelo de gestão pública” (DIRETRIZES, 2006, p.37). Outro objetivo estratégico do plano previa o turismo como expressão econômica de nossa cultura “[...] com base em dados cientificamente levantados” (DIRETRIZES, 2006, p.46);

Segundo Bismarck Maia, a partir de 2007 o turismo passa a ser prioridade do Governo de Cid Gomes, resultando em fortes investimentos como dois novos aeroportos, Centro de Eventos, Acquário, duplicação de estradas, restauração de patrimônio histórico e saneamento de praias (WALRAVEN; PEIXOTO, 2014). Durante essa gestão a pasta esteve envolta em investigação pelo Ministério Público do Ceará (MPCE) e houve embargos relativos ao processo de licitação da obra do Acquário Ceará. Quanto ao CEC ocorreram questionamentos relativos à diferença de mais de 30% no orçamento previsto para sua construção. A justificativa da SETUR, para a discrepância de valores, se apoia em diferenças do projeto original e inclusão de outras despesas como desapropriações, escadas, elevadores e revestimento (FERNANDES, 2012b).

A edificação tinha como alguns dos objetivos a serem alcançados com sua materialização a promessa de que o segmento de Congressos e Eventos, até 2020, viria a contribuir com a criação de uma identidade turística própria, a partir do reposicionamento de produtos e destinos da região, e de uma melhora dos indicadores econômicos e sociais do turismo, através da redução da taxa de

sazonalidade do setor em períodos de baixa estação. (LIMA, 2015). Esses objetivos se originam do PRODETUR Nacional CE, que estabelece um perfil do turismo de lazer e de eventos no Ceará, a ser almejado, ao mesmo tempo em que traça estratégias de marketing para o fomento do setor, a partir do Plano de Marketing Turístico do Estado.

O processo de idealização do empreendimento se inicia em 2007, quando Cid Gomes (2007-2011/2011-2015) promove, na cidade de Beberibe, conferência para discutir estratégias e ações para o Centro de Eventos. Ainda em 2007, o Secretário das Cidades Joaquim Cartaxo é convidado por Bismarck Maia para projetar o novo empreendimento. A escolha do arquiteto para idealizar o CEC parte de uma ação deliberada e pessoal de Bismarck Maia que, pertencendo ao quadro de funcionários do governo do Estado, vê dispensada a necessidade de processo licitatório para a concepção do projeto.

Em 21 de novembro de 2008, através do edital de Concorrência Pública nº 125/2008, é selecionado a construtora, Galvão Engenharia e Andrade Mendonça para a construção da edificação (LIMA 2015). A obra começa a ser construída em agosto de 2009, a um custo inicial de R\$ 363,8 milhões de reais, e é inaugurada em junho de 2012 a um custo total de R\$ 486,51 milhões (O POVO, 2012).

Não foram encontrados, na pesquisa, indicativos de resistência durante sua fase de concepção e edificação, seja por parte de entidades de classe, seja por manifestações de cunho popular.

A implantação do CEC, ao contrário do CDMAC, atravessou um caminho mais longo, mas não menos unilateral. A necessidade de um Centro de Eventos em Fortaleza, em diversos momentos, já foi especulada. Inclusive nos Planos Diretores, sendo locado por eles em diversos locais na cidade. Após o fracasso, durante o mandato de Tasso Jereissati, de viabilizar o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos, Cid Gomes ao ser eleito, assume o compromisso de viabilizar o Centro de Eventos, que somente é efetivado em seu segundo mandato (2011-2014).

Como já citado, em 2007, é promovida na cidade de Beberibe, conferência para discutir estratégias e ações para o Centro de Eventos e os possíveis locais de sua implantação. Para participar do evento são convidados políticos, empresários de hotelaria, setor imobiliário, serviços, transportes e universidades. Após a conferência e realização de estudos técnicos, são definidas

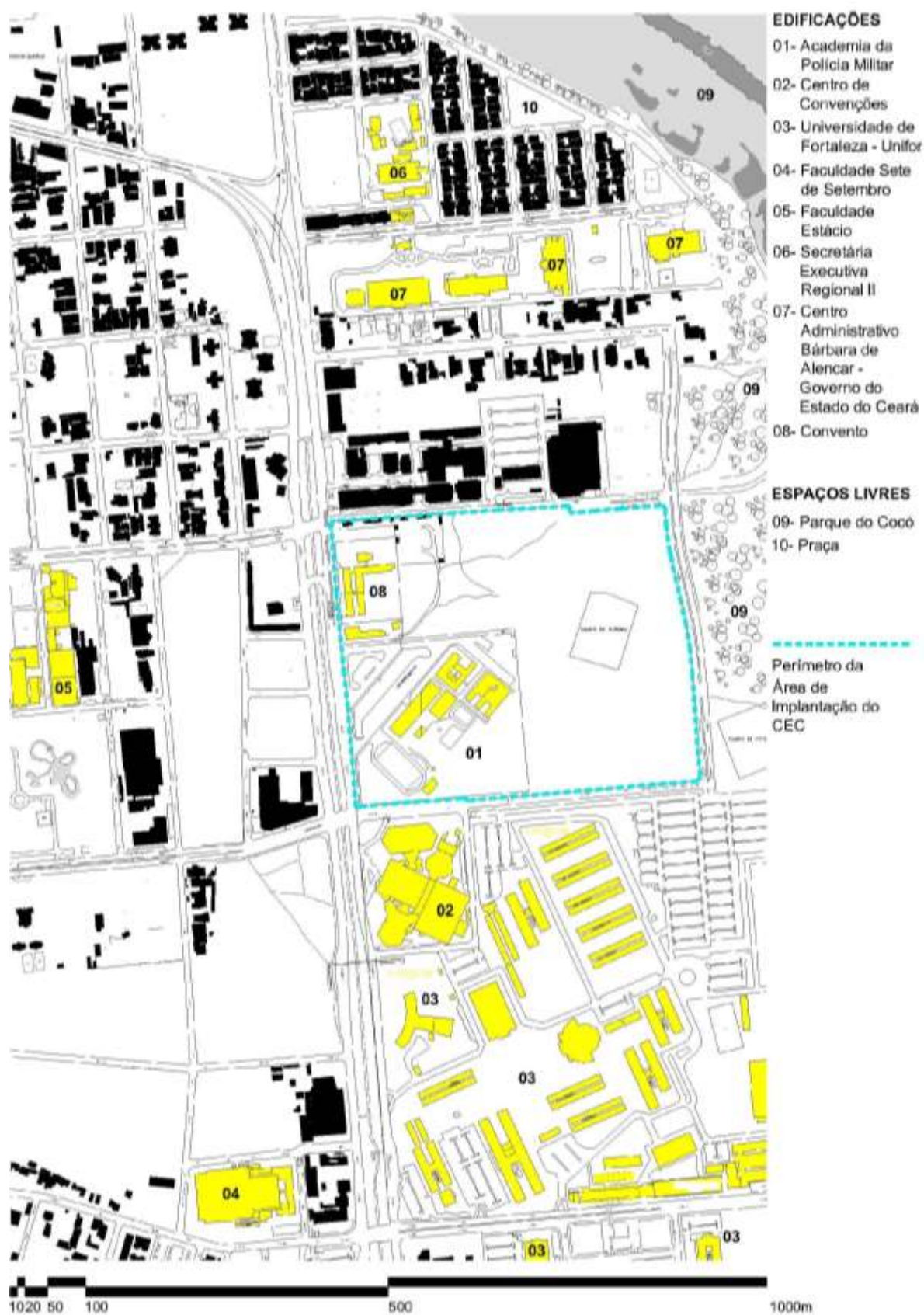
algumas localidades passíveis de implantação do CEC; seriam elas: Poço da Draga, na Praia de Iracema, a Praia Mansa, próximo à Companhia Docas, e o Centro da cidade, nas proximidades da Estação João Felipe (LIMA, 2015). Em todas essas localidades se verificariam difíceis contextos urbanos para a implantação de uma edificação com o porte requerido pelo Estado, devido as desapropriações, problemas viários e o tempo que isso requereria. O Estado, então, toma uma decisão unilateral e escolhe uma quarta localidade.

O terreno escolhido era ocupado, até então, pela Academia da Polícia Militar e escassas edificações privadas, decisão que simplificou o custo de implantação do empreendimento. O local definido era limítrofe a uma das principais vias de Fortaleza, que funciona como vetor de expansão urbana, ligando a cidade às principais praias da costa oeste do Ceará: a avenida Washington Soares (ver figura 56).

Como pode-se verificar na figura 56 o entorno da edificação é caracterizado por um tecido urbano disperso, com quadras extensas, pouco adensadas e vários vazios urbanos que fomentam a especulação imobiliária. Se faz importante ressaltar o fato de estar vizinho ao maior parque da cidade, o Parque do Cocó, zona de preservação ambiental de forte apelo paisagístico, e vizinho a maior universidade privada de Fortaleza.

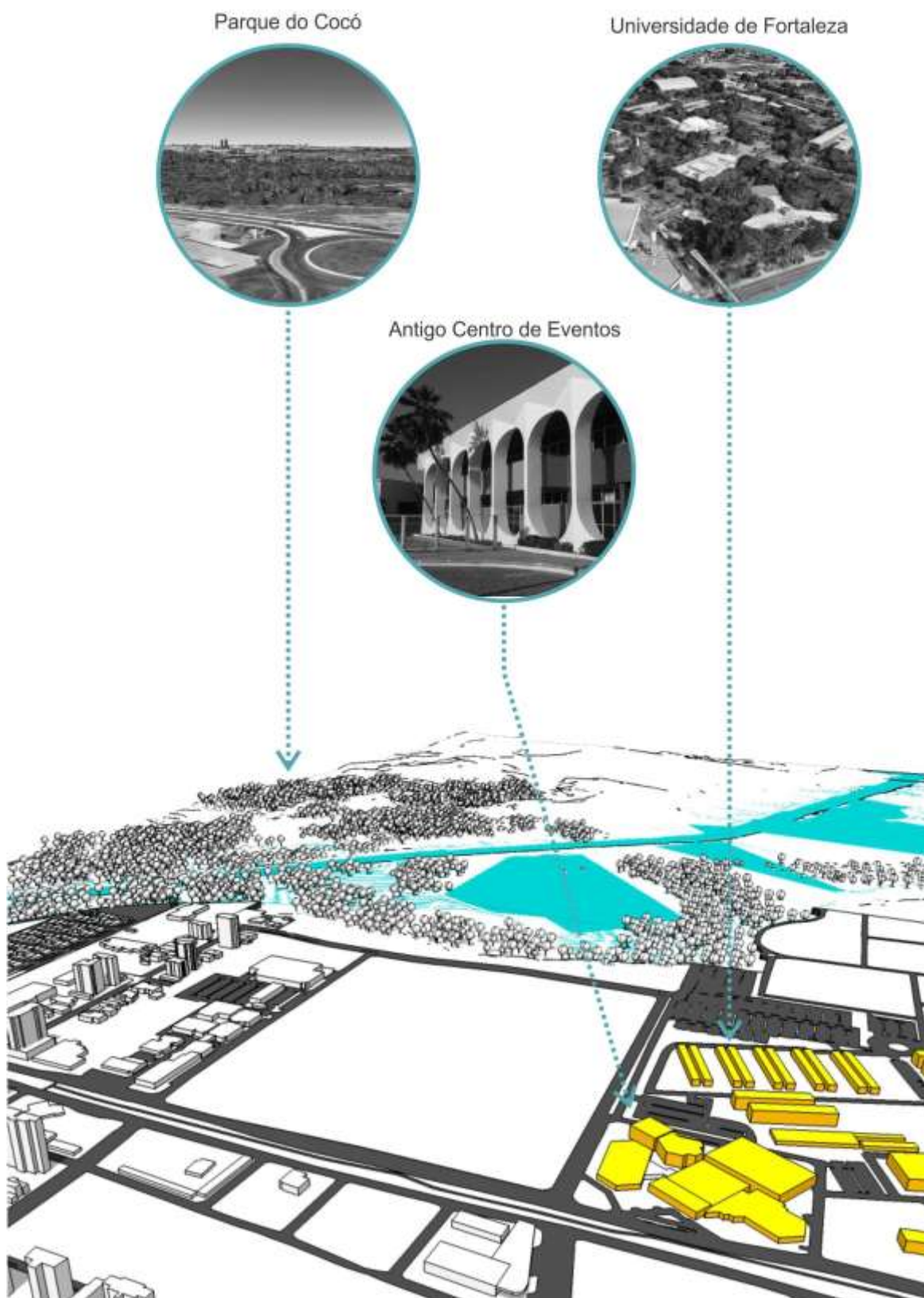
É notória, assim como no caso do CDMAC, a riqueza de edifícios institucionais em seu entorno, como a Secretária Executiva Regional II (órgão municipal) e três faculdades: Estácio, Sete de Setembro e a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), fato que conota o potencial de vitalidade urbana diante do número de estudantes que se deslocam para essa localidade diariamente, nos três turnos, mas que não se faz notório no contexto urbano, em muito devido a relação de escala entre as edificações, as caixas das vias e a falta de cuidado com a concepção de um desenho urbano que incentive o uso das vias como espaço público (ver figura 57).

Figura 56 – Edifícios e espaços públicos relevantes (raio 500m) – CEC



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 57 – Caracterização entorno do CEC. Edificações de interesse patrimonial e relevância institucional e paisagística



Fonte: 1 e 2 Google Earth, 3 <http://www.fortalezanobre.com.br/2013/05/centro-de-convencoes-do-ceara.html>

É diante desse contexto que em 2007 o então Secretário das Cidades, arquiteto Joaquim Cartaxo, é convidado por Bismarck Maia para projetar o novo empreendimento.

[...] então, um dia ele (Bismarck Maia) entrou na minha sala e disse: rapaz, você precisa me ajudar. Aqui tem o projeto do Centro de Eventos, já apresentei duas propostas para o governador Cid e ele não gostou de nenhuma (CARTAXO, 2018).

Cartaxo alega então estar ocupado com suas atribuições do cargo de secretário, mas diante da insistência de Bismarck aceita propor as ideias conceituais da edificação.

[...] Bismarck a única coisa que eu posso fazer aqui para você é uma ideia, uma concepção, um estudo preliminar; daí para frente você tem que se virar. [...]. Eu preciso aí, de pelo menos de 15 a vinte dias. Não, não pode. Não, mas não tem jeito...como é que faz um projeto desses? A gente tem que discutir um pouco a concepção com você, o programa de necessidades, e assim foi feito (CARTAXO, 2018).

Quando questionado sobre a escolha do terreno e a realização do seminário, Cartaxo salienta que Bismarck já chegou com tudo resolvido, seu envolvimento se ateve apenas à concepção do estudo preliminar. Foi elaborado então o programa de necessidades, o levantamento dos principais centros de eventos concorrentes do Nordeste, dos projetos referenciais internacionais e o levantamento do entorno, onde foi pontuado como elementos relevantes o Centro Comercial Salinas, a UNIFOR, a avenida Washington Soares e o antigo Centro de Eventos (ver figura 58). Se faz importante salientar a ausência de indicação do Parque do Cocó no diagnóstico, denotando sua irrelevância ao se empreender edificação de tamanho porte em suas margens bem como sua total desconsideração paisagística para concepção da edificação.

[...] isso foi em dez, doze dias que a gente fez esse trabalho. Depois teve o estudo para fazer o túnel. Nada disso no entorno foi...isso tudo foi pensado depois, quando foi feito o estudo de viabilidade de tráfego, de polo gerador de tráfego... (CARTAXO, 2018).

Posteriormente, através de licitação, o escritório Nasser Hissa arquitetos associados é contratado para o desenvolver o detalhamento do projeto. Em 21 de novembro de 2008, através do edital de Concorrência Pública nº 125/2008, é

selecionado a construtora Galvão Engenharia e Andrade Mendonça para a construção da edificação (LIMA 2015). A obra começa a ser construída em agosto de 2009 e é inaugurada em junho de 2012.

O CEC é então concebido como “[...] o mais moderno espaço do gênero na América Latina e o segundo maior do Brasil em área útil, com 76 mil m²” (QUEM... 2018). A edificação consiste em dois volumes curvos, os pavilhões de exposições, que se conectam através de um volume central, o hall e praça de alimentação, culminando em um formato de “H” (ver figura 59 e 60).

Figura 58 – Caracterização do entorno feita pela SETUR



Fonte: Material de divulgação SETUR

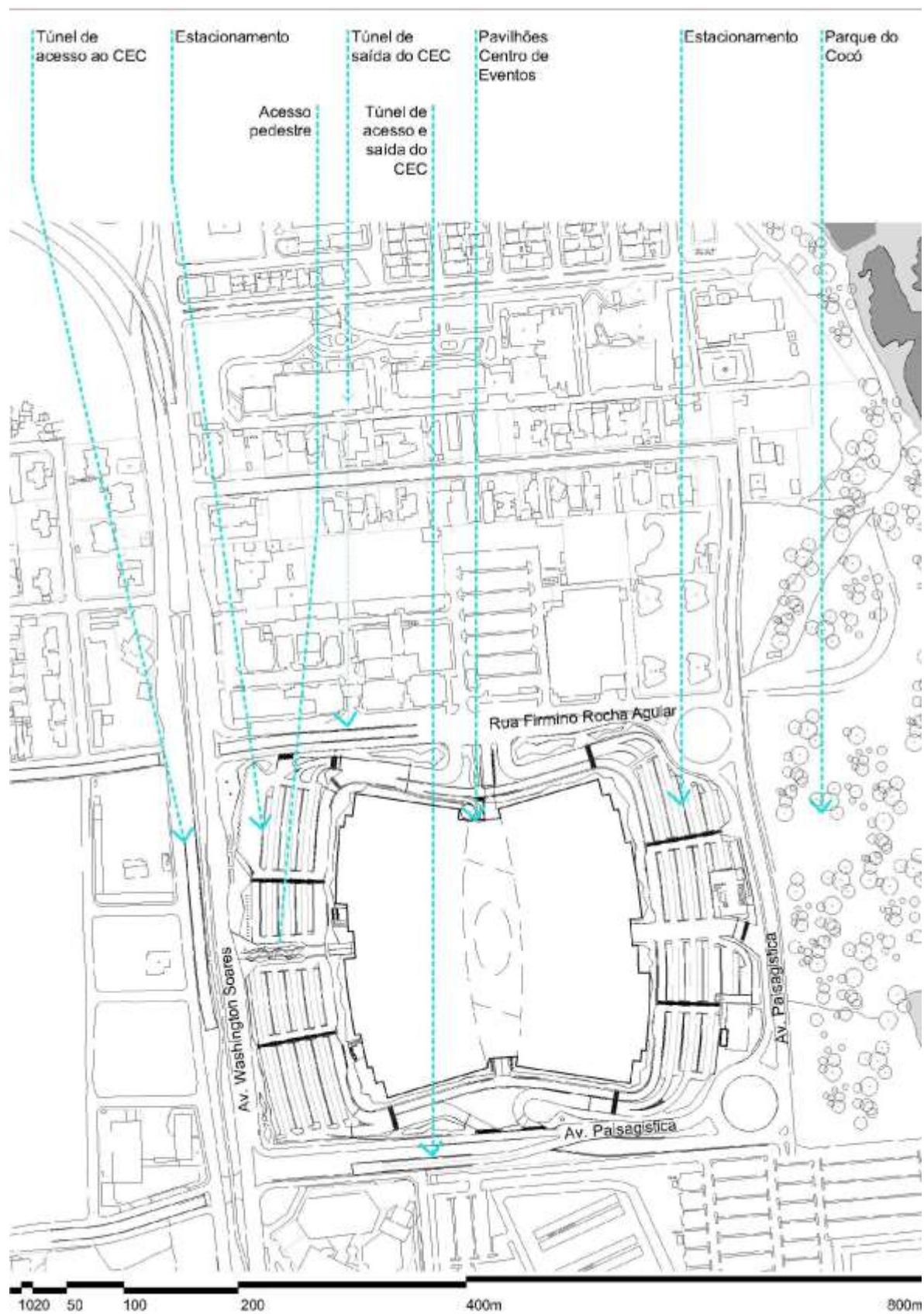
O CEC, em seu prenúncio de implantação, deu indicativos de seguir com a linha de pensamento perseguida pelo Planejamento Estratégico e seu viés de usar a arquitetura como revitalizador de áreas degradadas, como apelo ao fomento da especulação imobiliária.

Figura 59 - Foto CEC



Fonte: Google Earth

Figura 60 – Planta de implantação CEC



Fonte: Planta cedida pela SETUR. Nomenclatura inserida pelo autor

Ao promover conferência para discutir estratégias e ações o CEC segue o exemplo do Plano Estratégico de Barcelona²³, que conclamou diversos setores da sociedade em busca de construir um consenso em torno do Plano Estratégico que se estruturava para a cidade. Esse consenso se daria através de uma espécie de coesão pactuada, conseguida por meio de uma consciência ou sensação de crise, que faria com que os diferentes atores abdicassem de seus interesses particulares em prol de um projeto “unitário, coeso e legítimo” (ARANTES, 2013 p. 93). Partindo desta condição, seria possível e necessária a construção de um sentimento de patriotismo para com a cidade, reforçando questões de pertencimento e identidade.

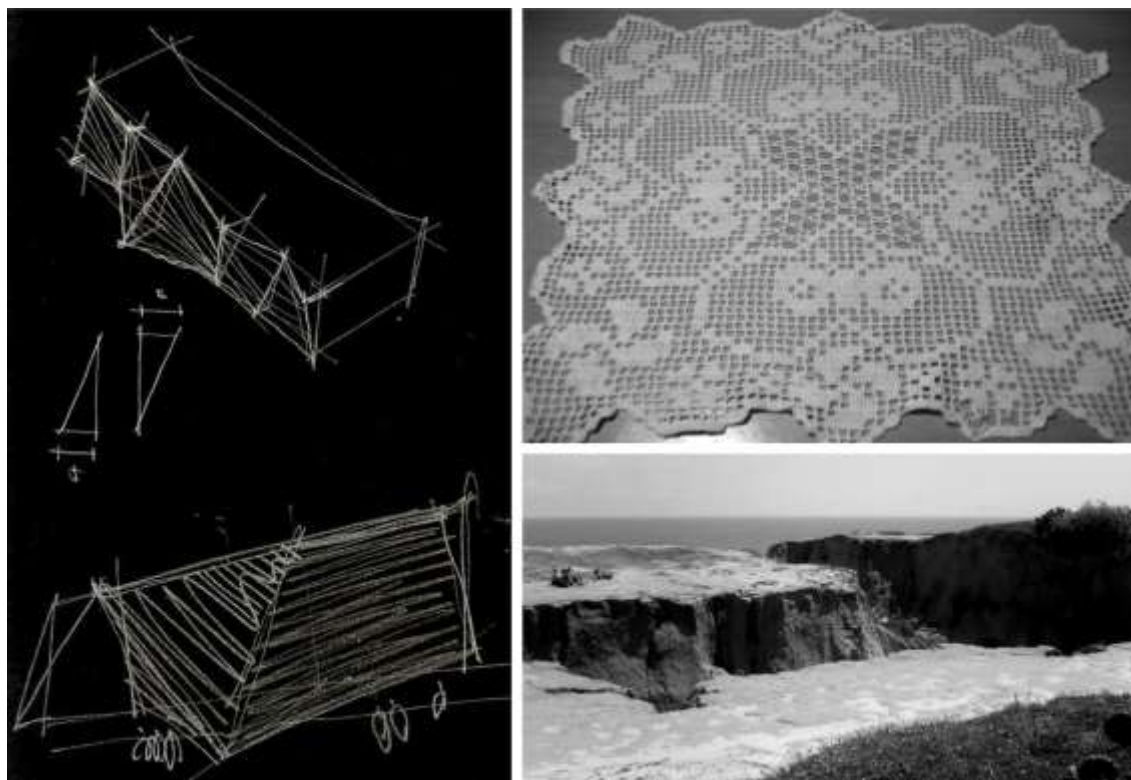
O contexto do CEC diverge, mas a intenção é a mesma diagnosticada por Vainer (2013), que atesta que esse consenso é construído através da cultura e do fortalecimento da identidade local, sendo a cultura a força motriz para a união em torno desse patriotismo cívico que gera consenso e promove a imagem da cidade. No caso de Fortaleza, a busca por esse consenso se faz através da propagação da ideia de cidade que nasce com a vocação turística, sob a alcunha de “Cidade do Sol”, com o objetivo de viabilizar empreendimentos que viriam a fortalecer essa tendência. O CEC, apesar de se apresentar sem as pretensões de funcionar como mecanismo de requalificação urbana, tendo em vista que se implanta em uma área nobre, pelo menos no que diz respeito ao valor da terra, alicerça seu discurso em valores culturais e econômicos para se justificar, deixando de lado questões de ordem política urbanas e socioespaciais.

No caso do CEC, a questão a ser respondida pelo arquiteto idealizador do empreendimento, para além da preocupação funcional, se resume à de ordem imagética. A premissa se detém em uma necessidade de “desmaterializar” a forma tipológica de *container*, comumente adotada a esse tipo de edificação (CARTAXO, 2018). A solução adotada foi recorrer “a dois marcantes elementos da paisagem litorânea e do artesanato cearenses: as falésias, no que se refere a forma e a cor, e as rendas, através da textura”. Ambas conseguidas pelo uso da chapa de metal perfurado de cor ocre, que deveria circundar toda a edificação (ver figura 61). O forro

²³ No qual foram convidados para participar do Plano Estratégico a Câmara de Comércio, Indústria e Navegação, o Círculo de Economia, a Feira de Barcelona, o Porto Autônomo de Barcelona, a União Geral dos Trabalhadores (U.G.T.) e a Universidade de Barcelona, entre outros.

entre a chapa e o edifício seria em material espelhado, que contribuiria para essa desmaterialização (ver figura 62).

Figura 61 – Croqui e referências visuais para a concepção do CEC



Fonte: Material de divulgação do CEC/Setur.

Figura 62 – Maquete eletrônica CEC



Fonte: Material de divulgação do CEC/Setur.

Saindo da questão do discurso e adentrando a questão do programa, assim como nos demais projetos analisados, o CEC apresenta um caráter deveras monofuncional e específico (ver quadro 12, no apêndice A). No caso do CEC e do Acquário, soma-se o agravante do programa ter pouca referência com as características e as necessidades do uso do solo e de seu entorno. A crítica se fundamenta no fato de que uma das características marcantes, e mais criticadas da modernidade, foi seu desenvolvimento monofuncional, voltado predominantemente ao uso do automóvel.

O discurso da sustentabilidade, que evoca desse período, remete ao adensamento das cidades em busca de uma alternativa a monofuncionalidade, dando origem a conceitos como os de Cidade Compacta ou Densa²⁴. A sustentabilidade é um conceito muito citado nos atuais Planos de Governo, como o de Cid Gomes, por exemplo (CEARÁ, 2015), mas que se percebe muito pouco sua aplicação, tendo em vista que os dois projetos de sua gestão, o CEC e o Acquário, não apresentam nenhuma preocupação em diversificar seus usos, não indo além da necessidade de atender sua demanda funcional primária. O argumento encontra validade e exemplificação, na medida em que, na atualidade, tem funcionado nas instalações do CEC, a própria Secretária do Turismo do Estado do Ceará (SETUR). Não de maneira previamente estudada, mas por meio de um arranjo efetuado após a construção da edificação.

Tendo-se analisado as questões relativas a escolha do local, implantação, discurso e programa²⁵, se dará prosseguimento ao percurso metodológico adotado. Segue análise do contexto paisagístico de implantação do CEC (ver figuras 63 e 64).

Em um contexto menos complexo que o CDMAC, pode-se identificar seis contextos paisagísticos relevantes:

²⁴ Tal conceito partiria da perspectiva de que as cidades deveriam crescer em volta de centros de atividades sociais e comerciais, localizados em pontos nodais de transporte público, onde se formariam redes de vizinhança, cada qual com seus espaços públicos, parques e diversidades de uso, públicos e privados sobrepostos. Partindo desta perspectiva, edifícios com usos mais diversificados seriam mais benéficos a sustentabilidade das cidades.

²⁵ Os dados levantados e discorridos até o presente momento, referente a análise de conteúdo, podem ser melhor aferidos na ficha analítica do conteúdo do CEC (ver quadro 12, no apêndice A).

Quadro 06 - Tabela descritiva do mapeamento visual do CDMAC

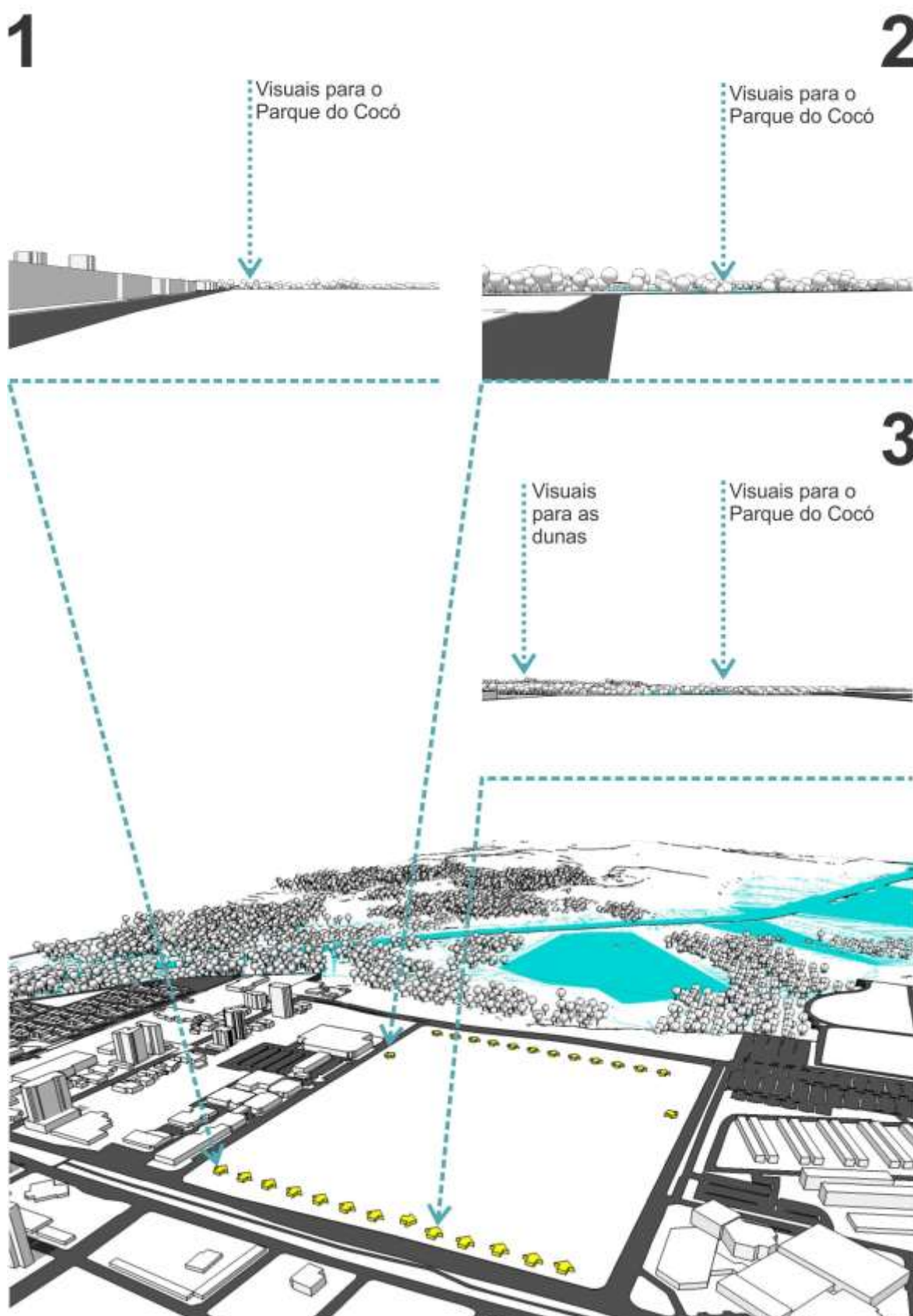
Nº DA IMAGEM	DESCRIÇÃO DO CONTEXTO PAISAGÍSTICO PRÉ-IMPLANTAÇÃO
1	visuais de quem chega ao lote do Parque do Cocó, trazendo a presença de sua existência a via Washington Soares;
2	visuais do Parque do Cocó, devido a sua proximidade;
3	a perspectiva de relação visual por todo o perímetro do lote com o Parque do Cocó;
4	visuais do Parque do Cocó, devido a sua proximidade;
5	perspectiva do parque e, dependendo da cota da edificação, visuais para as dunas da Sabiaguaba;
6	relação com o antigo Centro de Eventos, projeto do arquiteto Neudson Braga.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Prosseguindo a análise, foi executado o levantamento dos acessos físicos a serem incentivados ao pedestre e do sistema viário motorizado (ver figura 65 e 66).

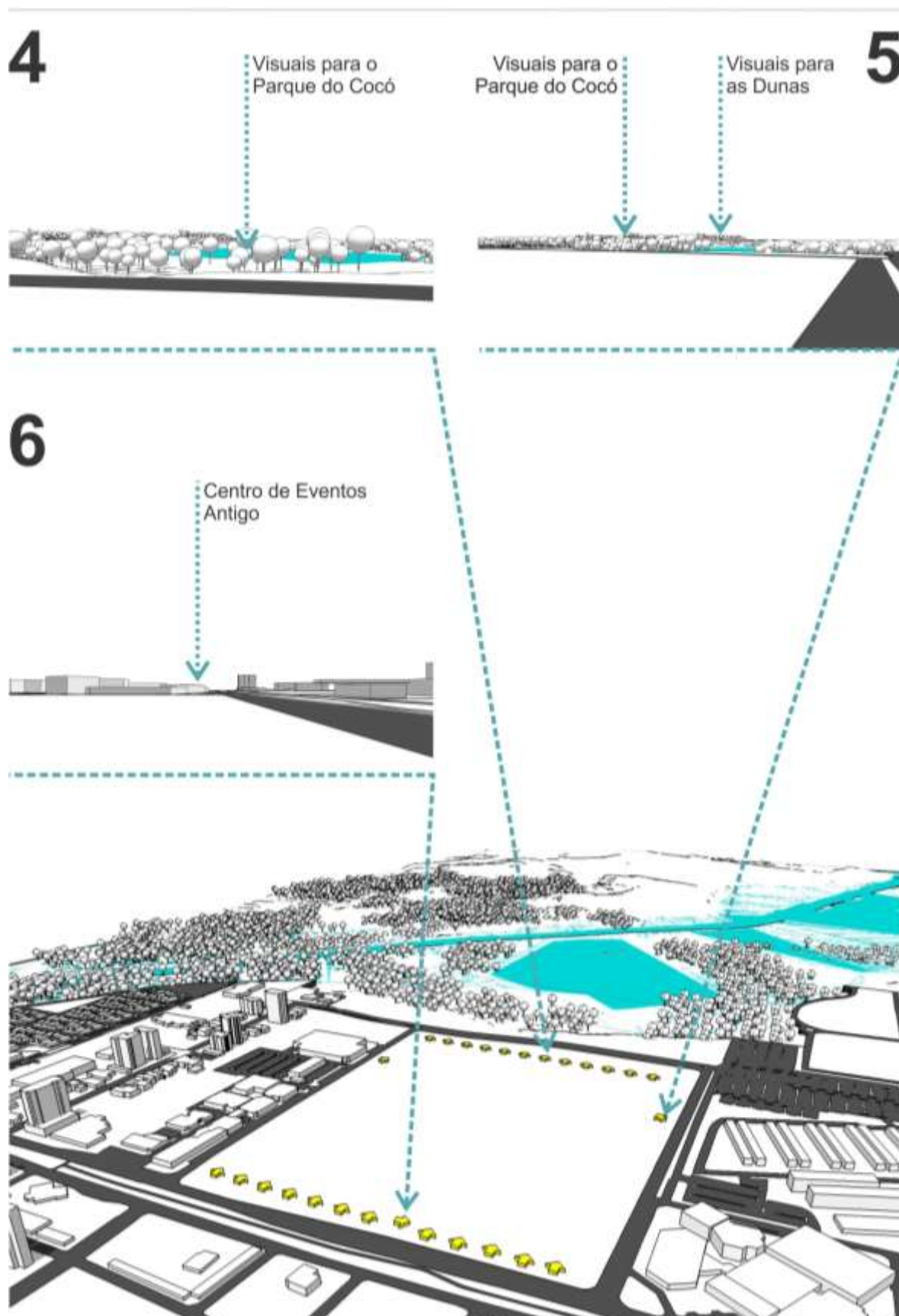
Os percursos pedonais, dentro do terreno do CEC, partem ao encontro do parque do Cocó tendo em vista a possibilidade de uma futura urbanização do mesmo e do seu potencial para funcionar como área de lazer do bairro, que é carente de espaços públicos. Outros pontos relevantes são a demanda de acessos às entradas da UNIFOR e a continuidade do passeio da Washington Soares

Já o sistema viário segue a caracterização do bairro, principalmente a avenida Washington Soares, muito em parte por ser uma via de ligação a uma área de expansão da cidade, com vias largas, de mão dupla, grandes recuos das edificações e pouca movimentação de pedestres (ver figura 66).

Figura 63 – Elementos visuais a serem incentivados no contexto do CEC, de 1 a 3

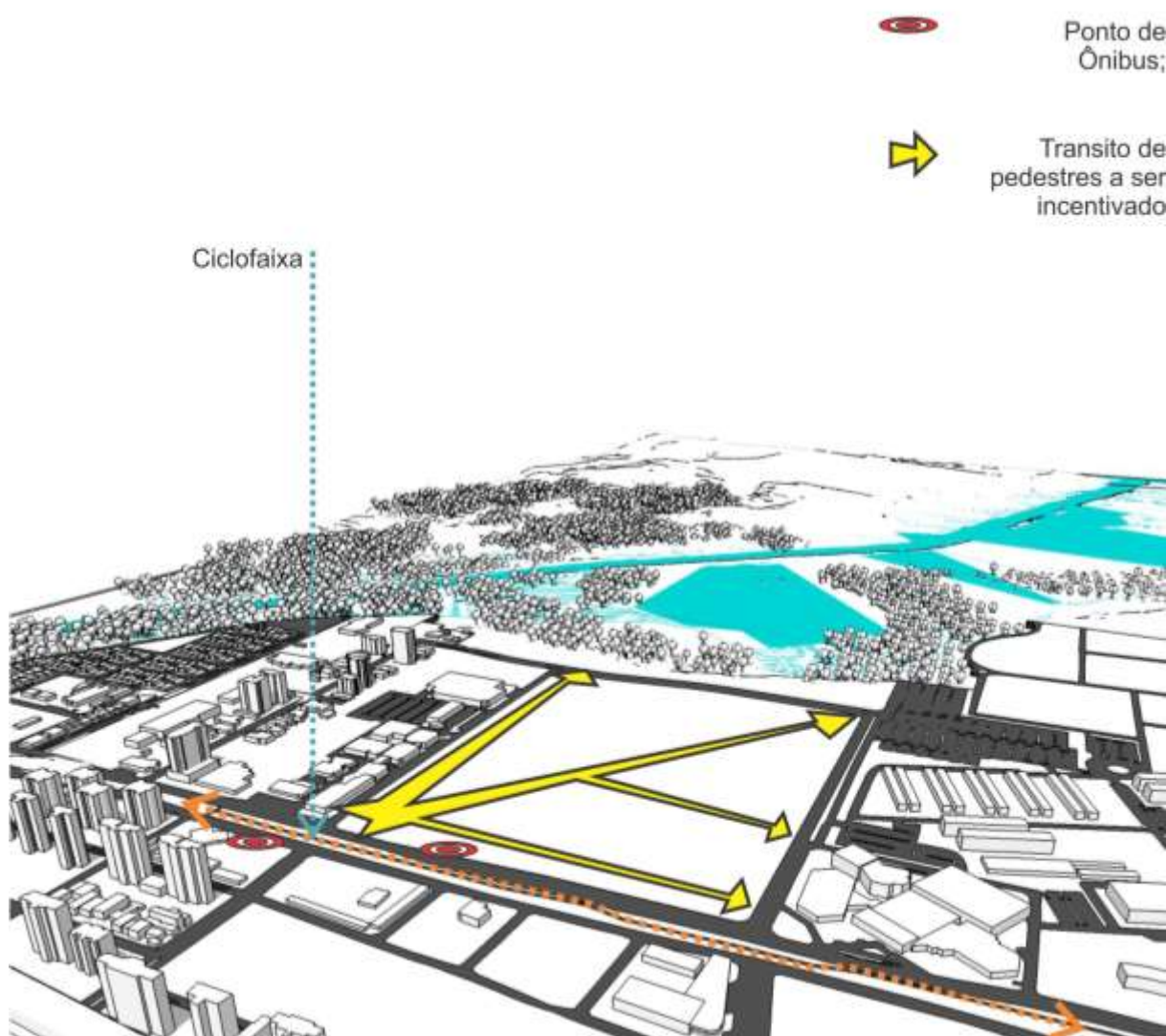
Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 64 – Elementos visuais a serem incentivados no contexto do CEC, de 4 a 6



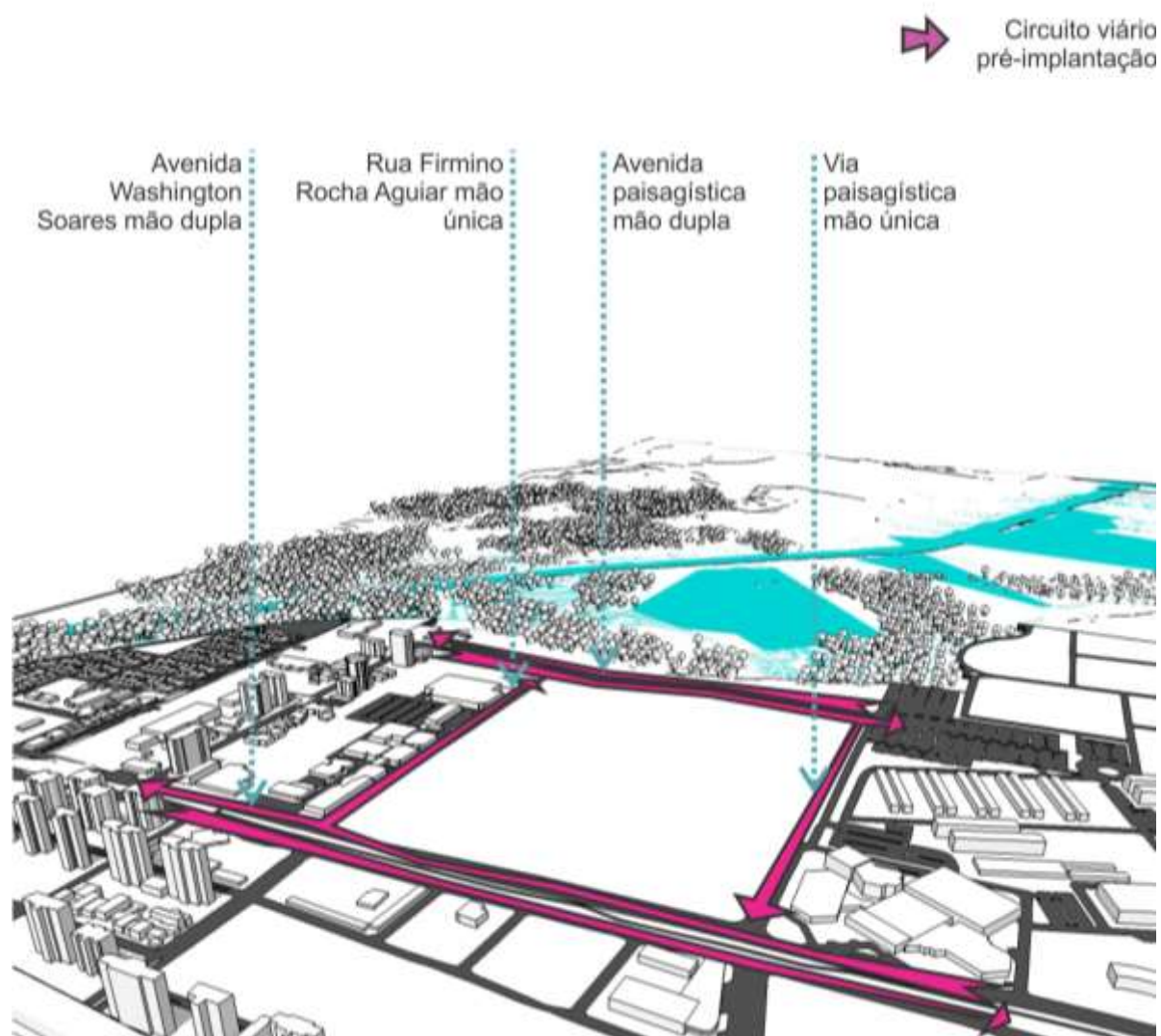
Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 65 – Percursos pedonais e acessos físicos a serem incentivados no contexto do CEC
Fonte: Elaborada pelo autor



Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 66 – Circuito Viário no contexto do CEC

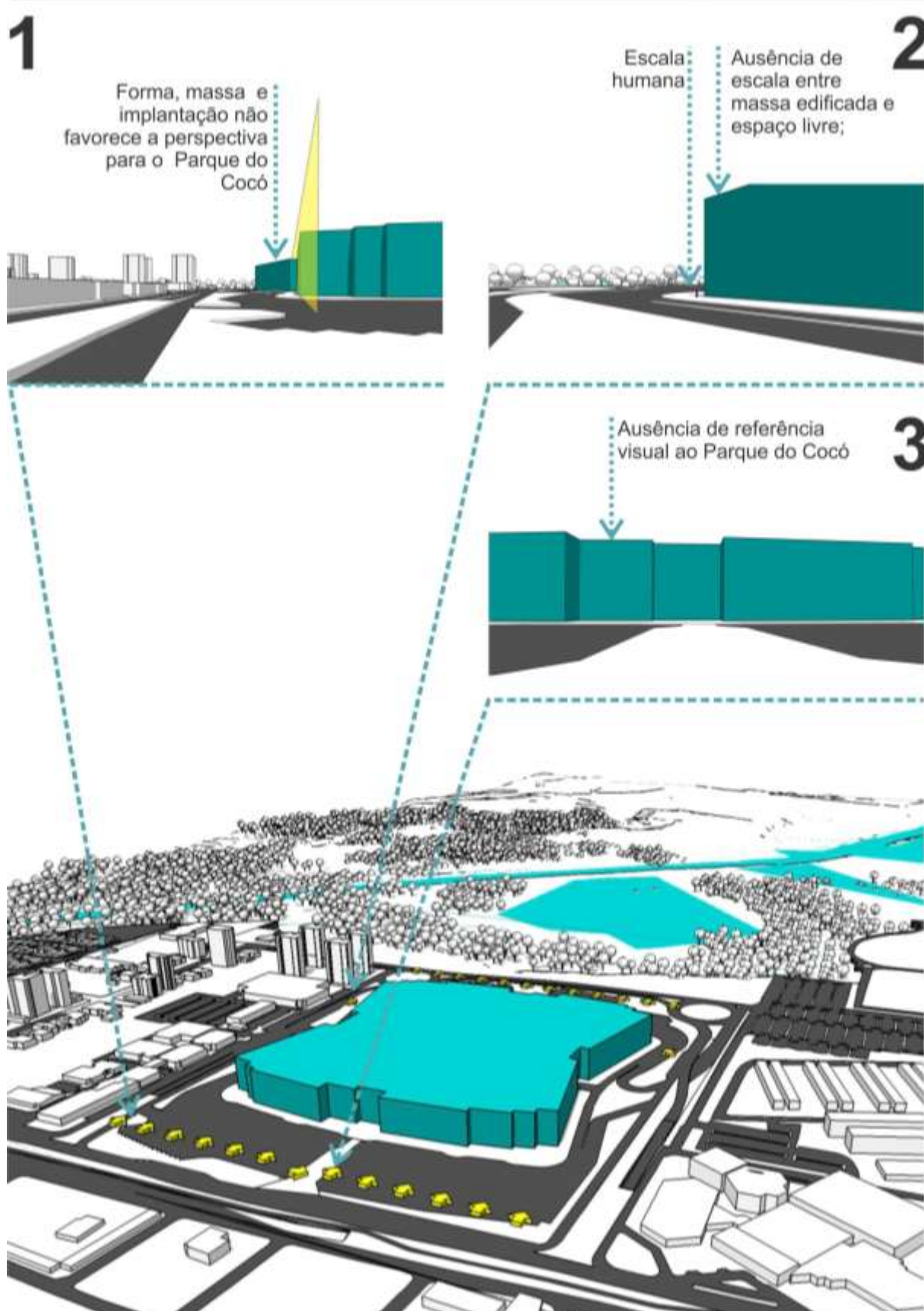


Fonte: Elaborada pelo autor

Tendo sido registradas as diretrizes espaciais e paisagísticas do entorno imediato do terreno, será apresentada a análise de como a proposta da edificação se relaciona espacialmente com as mesmas.

Seguindo a tipologia de análise aplicada ao CDMAC, segue a contraposição entre o levantamento do contexto paisagístico, na pré-implantação do CEC com a realidade após sua implantação (ver figuras 67 a 72).

Figura 67 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, de 1 a 3/CEC



Fonte: produzido pelo autor

Figura 68 - Contraposição com os elementos visuais a serem incentivados pós-implantação, de 4 a 6/CEC

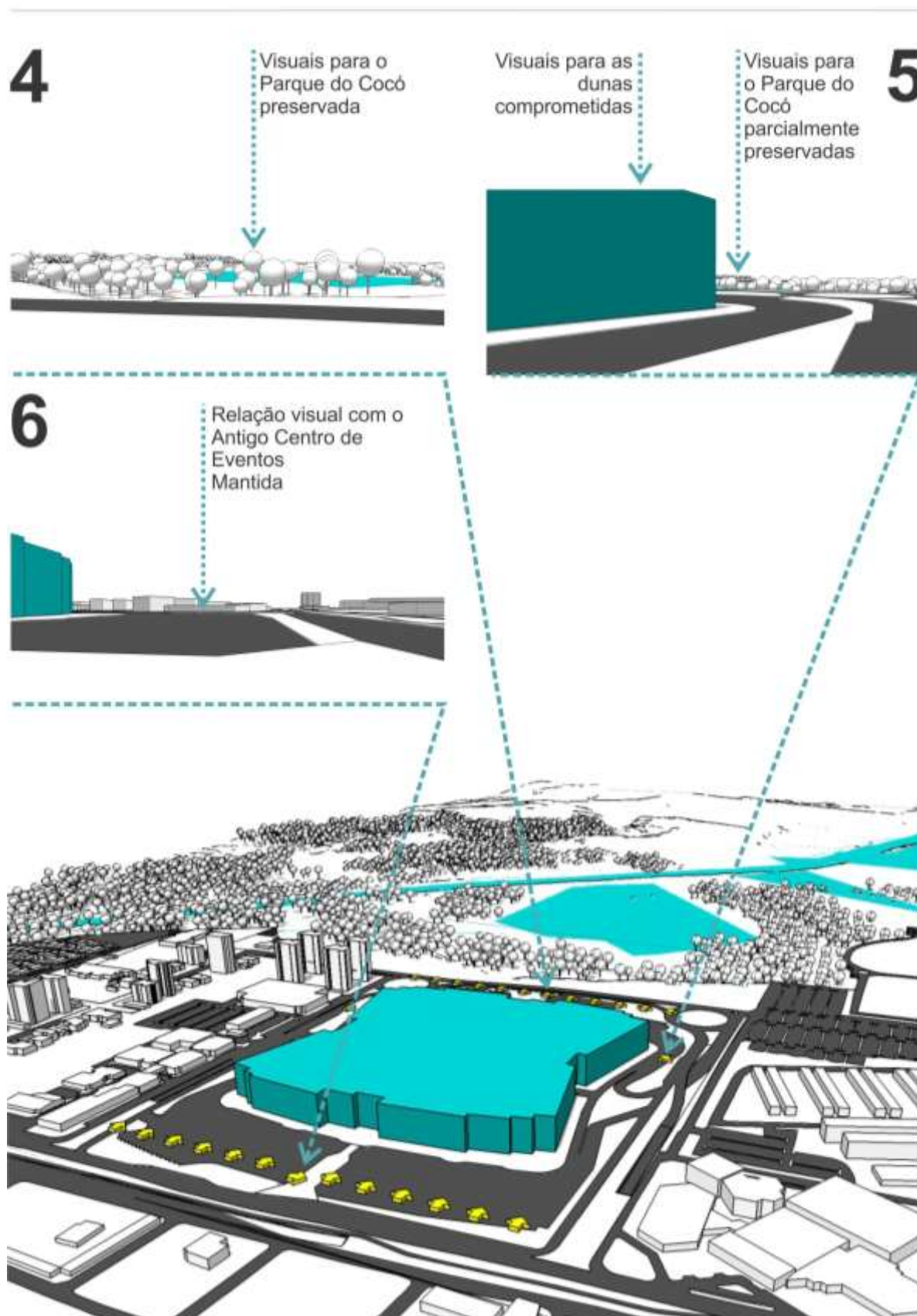
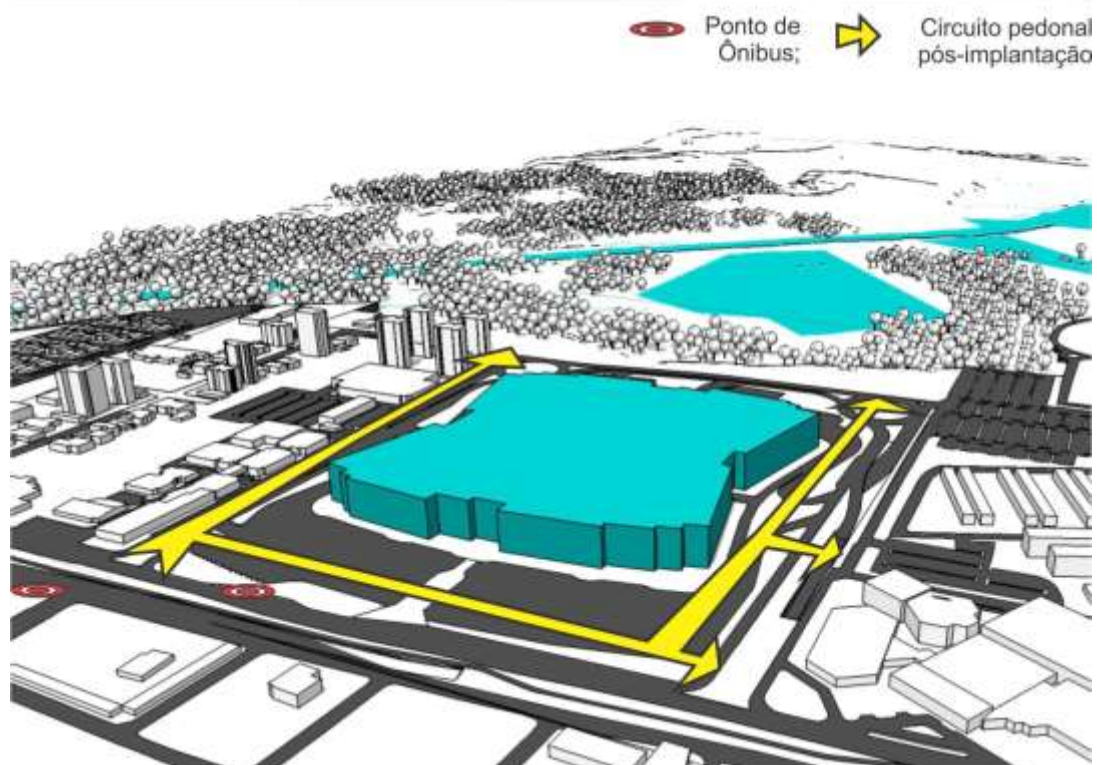


Figura 69 – Percursos pedonais e acessos físicos incentivados na pós-implantação do CEC



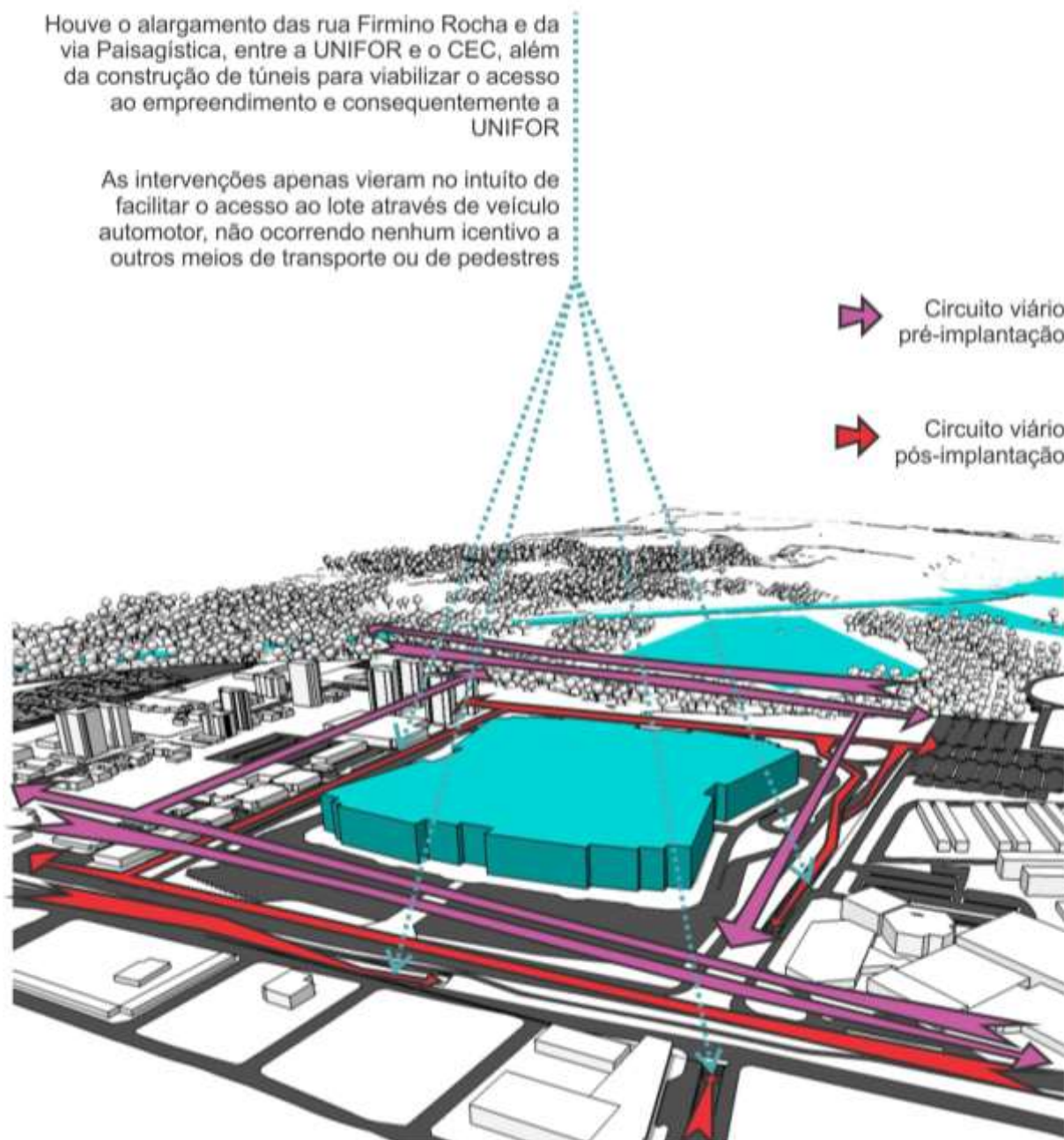
Fonte: produzido pelo autor

Figura 70 - Contraposição dos percursos pedonais e acessos físicos do CEC

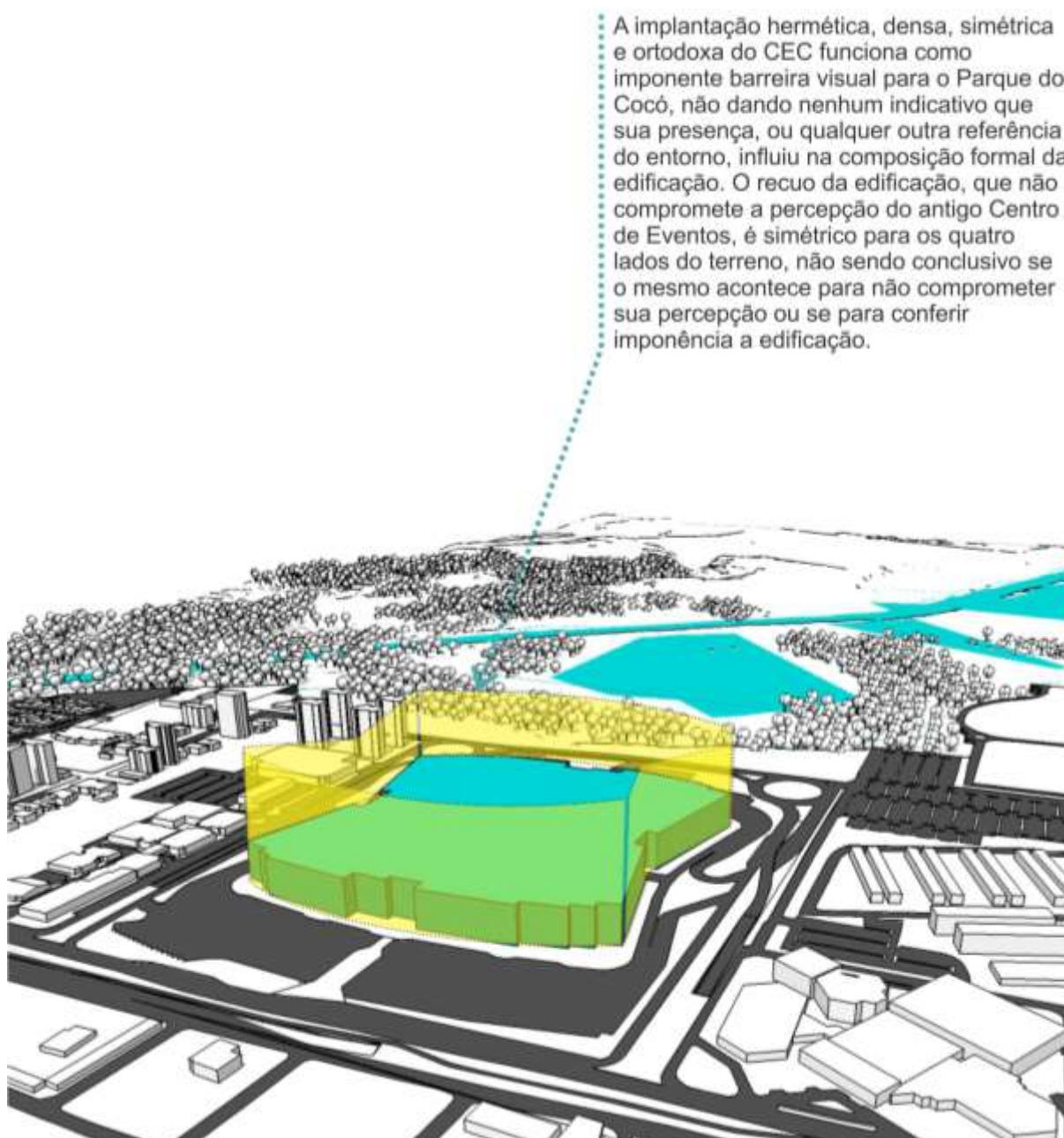


Fonte: produzido pelo autor

Figura 71 – Contraposição circuito de veículos do CEC



Fonte: produzido pelo autor

Figura 72 – Considerações gerais sobre a pós-implantação do CEC

Fonte: produzido pelo autor

Para a última instância de análise, a avaliação da valorização imobiliária do entorno do CEC, foi realizada uma análise do uso do solo do entorno da edificação antes de sua implantação. Para tal, foi utilizada como base uma foto aérea de dez de abril de 2009, para se identificar, através da análise da tipologia de cobertura, o uso do terreno, a forma da edificação e a identificação da existência de estacionamento de fim público, os usos das edificações do entorno do CEC. Se faz importante ressaltar a possibilidade de erro interpretativo em algumas edificações,

tendo em vista que podem ter existido comércios de pequeno porte em tipologias identificadas como habitacionais.

O que se apreende, ao analisar a evolução do uso do solo, é a relativa imobilidade dos usos e a permanência de vários vazios urbanos. Chama a atenção o fato dos terrenos, que já se encontravam como canteiro de obras em 2009, não terem se efetivado em edificações (ver Figuras 73 e 74). Em um panorama mais amplo, partindo da análise comparativa da planta cadastral de 2009 com a foto aérea de 2018, percebemos a consolidação de alguns edifícios verticais habitacionais, naturais à uma área que já se apresentava como de expansão imobiliária, tendo em vista seus vários vazios urbanos e a relativa infraestrutura urbana existente (ver Figura 75).

Figura 73 – Levantamento do uso do solo do entorno do CEC com base em foto aérea de 2009

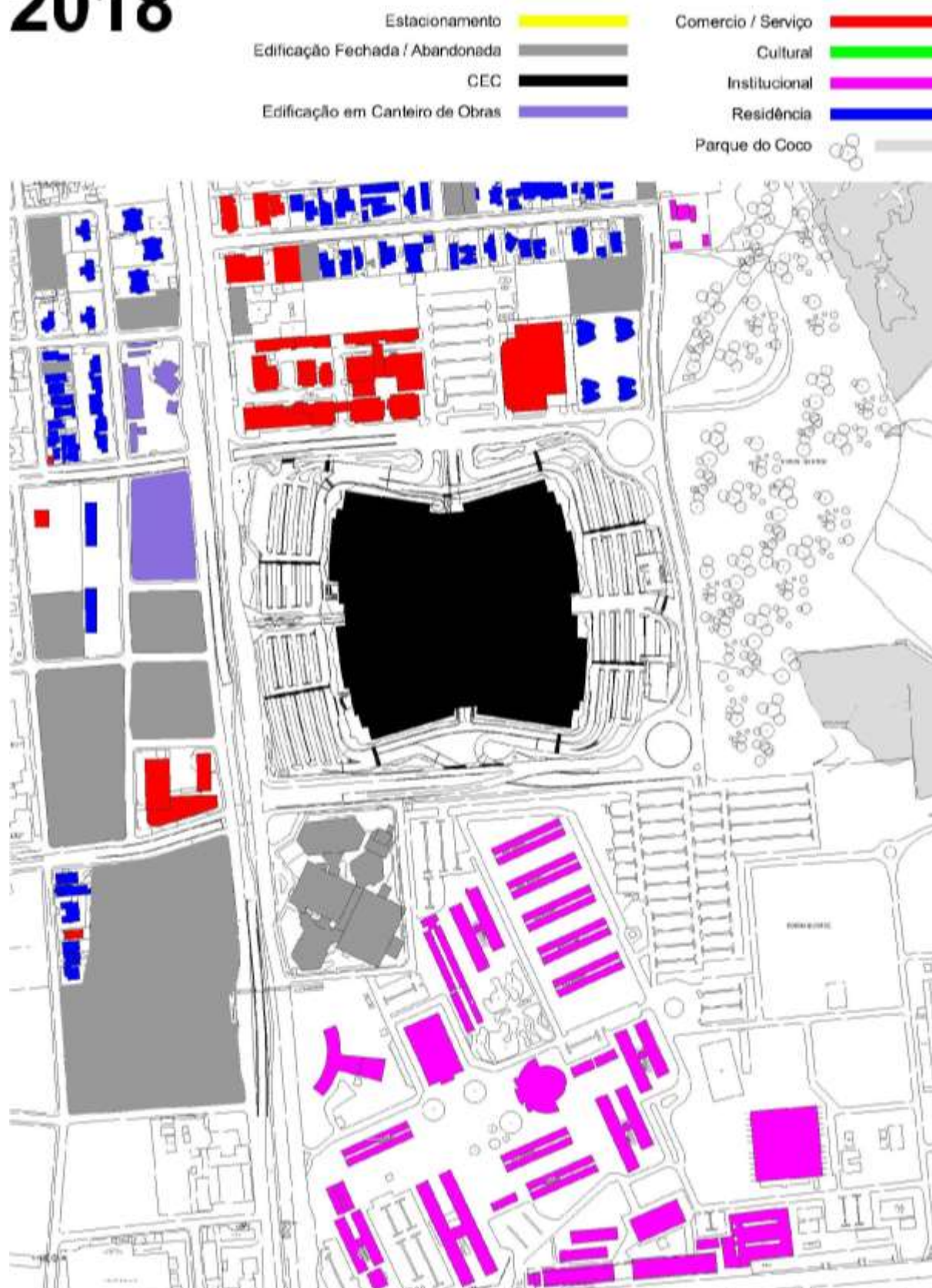
2009



Fonte: elaborado pelo autor

Figura 74 – Levantamento do uso do solo do entorno do CEC

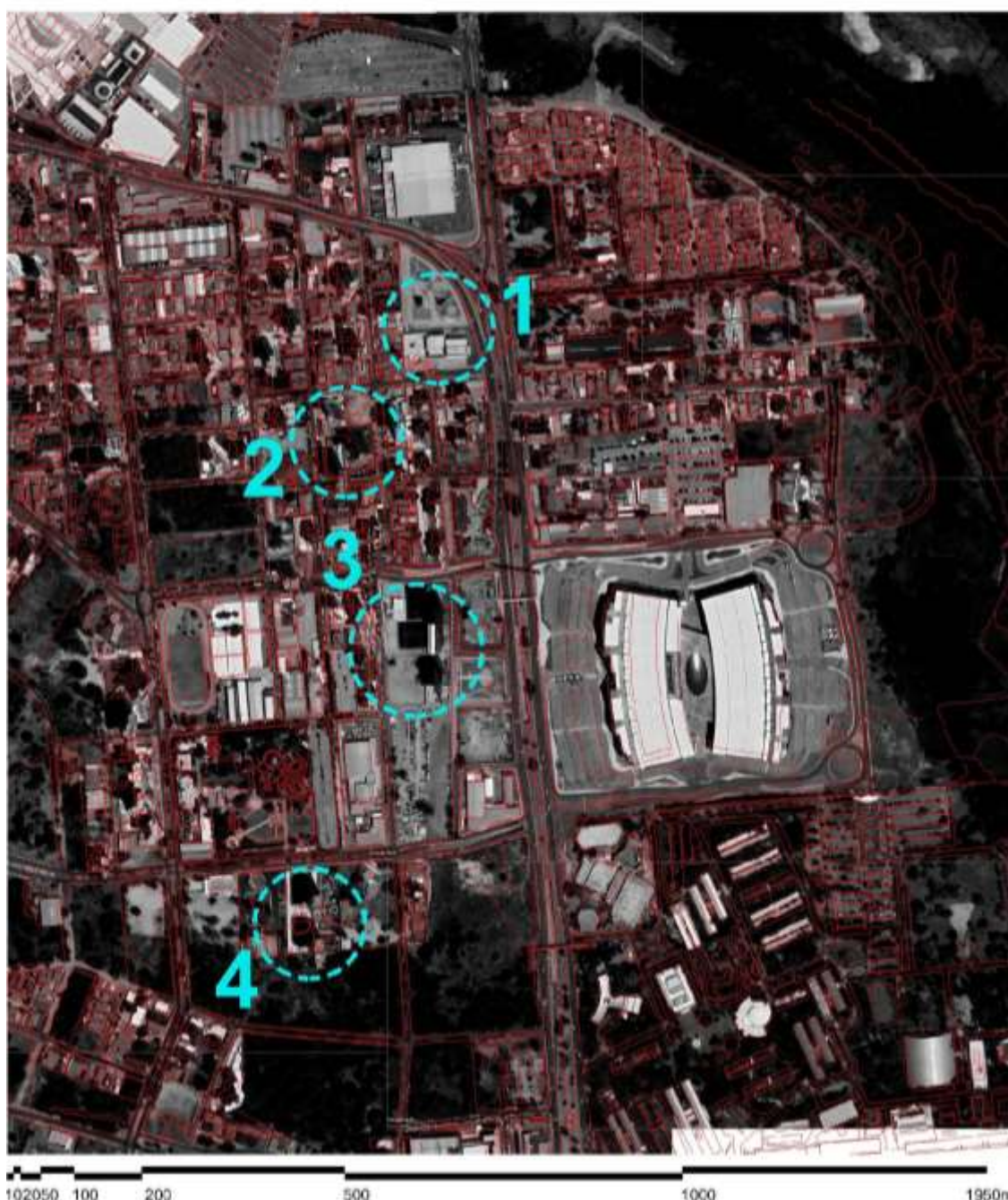
2018



Fonte: elaborado pelo autor

Figura 75 – Comparativo planta cadastral de 2009 com foto aérea de 2018 – CEC

- | | |
|--|---|
| 1 Construção da sede da OAB - CE (Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Ceará), Edificação de espaço público anexo a edificação. | 3 Construção de dois edifícios residenciais verticais. |
| 2 Construção de dois edifícios residenciais verticais. | 4 Construção de dois edifícios residenciais verticais. |



Fonte: Foto aérea Google Earth (2018); texto e planta cadastral inserido pelo autor

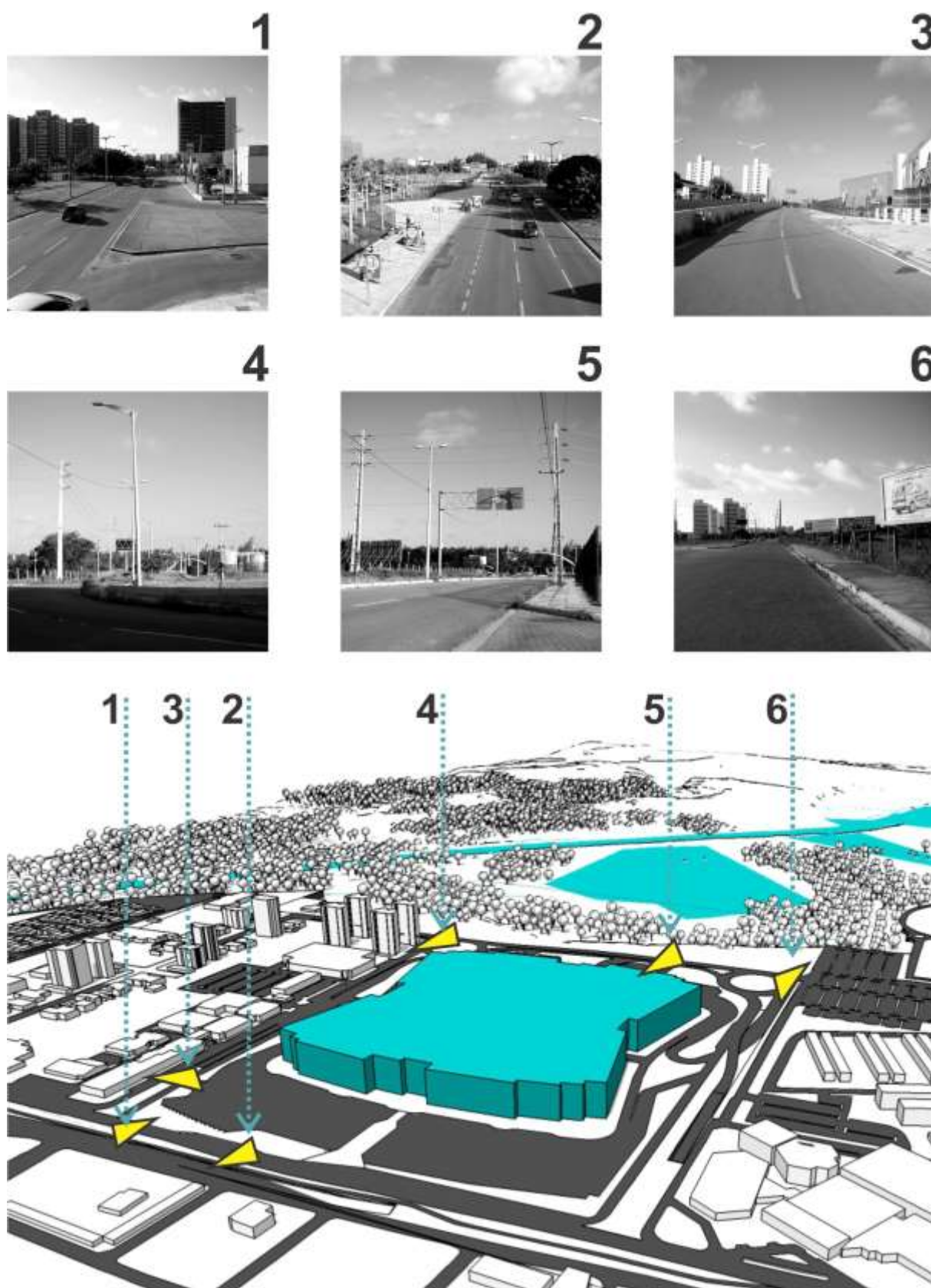
O que se pode deduzir da pouca mobilidade de usos, manutenção de vários vazios urbanos, concretização de algumas edificações verticais mais à periferia da edificação, e a completa falta de dinâmica em torno da edificação é que a inserção do CEC teve pouco, ou nenhum impacto, na dinâmica imobiliária da região.

Vale ressaltar o caso da implantação da sede da OAB (ver item 1 da Figura 75), no qual a Prefeitura Municipal de Fortaleza, ao conceder doação de área verde à OAB, o faz sobre a obrigação da criação e manutenção permanente de uma praça para a cidade (OAB-CE, 2014). Obrigação que o próprio Estado não se atribui ao propor sua intervenção em uma área da cidade predominantemente residencial e institucional e que possuía até então somente uma área pública destinada ao lazer, em um raio de 500m (ver figura 56).

Com relação a visita técnica ao entorno, o que se pôde verificar foi a completa ausência de pessoas. Inclusive o completo abandono em que se encontram as calçadas que divisam o Parque do Cocó e a via Paisagística. Não se pôde identificar um único pedestre em seu entorno imediato (ver figuras 76 e 77).

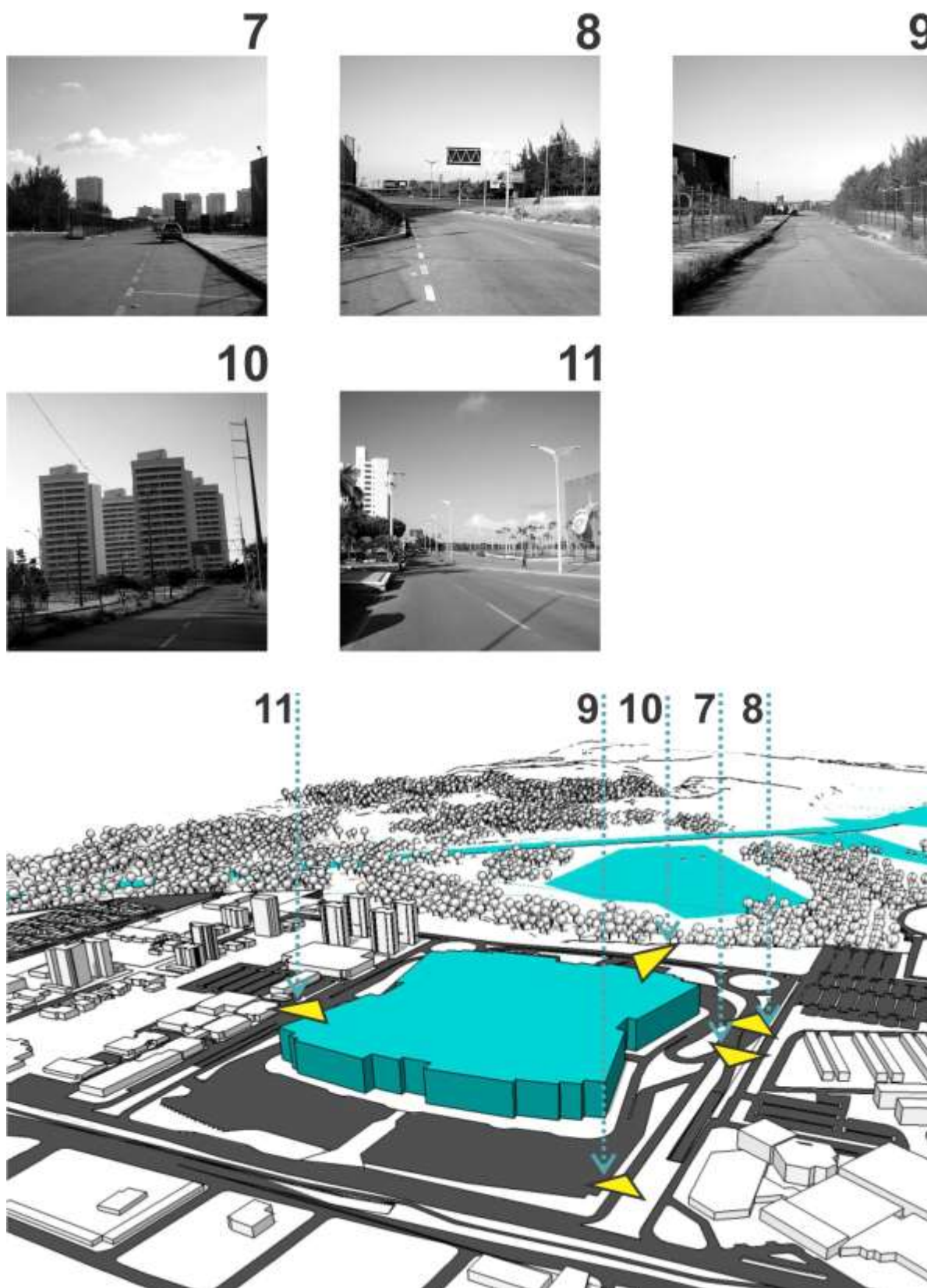
Pode-se alegar que a intenção do prédio do CEC é somente atender uma atividade fim e que, como atesta Rogers e Gumuchdjian (2015), edificações de uso misto são consideradas pelo poder público de difícil gerenciamento, devido as questões de propriedade e de inquilinato. Mas a proposição de um espaço público, em conjunto com a edificação, não conotaria esse tipo de conflito. Além disso, se pôde atestar que hoje a edificação teve que se adequar a um inquilino, a SETUR. Rogers e Gumuchdjian (2015) ressaltam, que apesar da dificuldade administrativa, o Estado tem que buscar olhar para um contexto maior, ou seja, para além dos parâmetros estabelecidos nos programas, em busca de atender as demandas do entorno, objetivando gerar novas formas de espaços públicos e de arquitetura.

Figura 76 – Registro fotográfico visita técnica, de 1 a 6 /CEC



Fonte: registros fotográficos e maquete virtual elaborados pelo autor

Figura 77 – Registro fotográfico visita técnica, de 7 a 11 /CEC



Fonte: registros fotográficos e maquete virtual elaborados pelo autor

O que se verifica é que os impactos da implantação²⁶ do CEC não dão indicativos de uma tentativa de mudança da estrutura física urbana já existente. Questiona-se o porquê de colocar tal edifício, de perfil de uso monofuncional, indutivo de tráfego pontual e de horário específico, tendo em vista o caráter dos eventos, onde se prioriza apenas o acesso por veículos, em uma zona residencial e institucional, carente de espaços públicos.

A negação ao caráter urbano e público da edificação chega ao ponto de a mesma ser construída sem passarela para pedestres, apesar do equipamento estar previsto em projeto. Quando questionado sobre o assunto o então secretário de Turismo do Ceará “[...] justificou a ausência do equipamento dizendo que o público para o qual o centro de eventos é voltado ‘não pega ônibus de linha’ e nem ‘anda a pé’” (ADERALDO, 2012).

A questão é: uma edificação desse porte, com demanda de veículos tão pontual, deveria se encontrar nesse contexto específico se não fosse para quebrar o paradigma urbano no qual o bairro se encontra? Não seria mais adequado localizá-la em um contexto de necessidade de requalificação urbana, ou mais periférico da cidade, com o metro quadrado menos valorizado, deixando o terreno, que já era de propriedade do Estado, para a construção de uma edificação com uso que atendesse melhor as necessidades do entorno e que pudesse trazer o Parque do Cocó mais à vista no contexto urbano da cidade?

Localidade essa, que já tivesse uma infraestrutura rodoviária adequada, não requerendo a construção de quatro viadutos e inserida em uma zona menos residencial, considerando o caráter dos eventos e shows realizados no empreendimento. A réplica a esses questionamentos direciona para uma resposta de âmbito político: o caráter de visibilidade que tal obra impõe em uma via de indução de expansão urbana da cidade e de grande valorização imobiliária. Visibilidade que, em se implantando em uma zona periférica, não se consolidaria.

²⁶ Os dados levantados e percorridos até o presente momento, referente a análise de pós-implantação, podem ser melhor aferidos na ficha analítica de pós-implantação do CEC (ver quadro 15, no apêndice A).

5.4 Um edifício para o lazer: Acquário Ceará

O projeto Acquário Ceará é uma proposição do Governo do Estado do Ceará para a edificação, no bairro da Praia de Iracema, Fortaleza-CE, do terceiro maior aquário do mundo. Projetado pelo escritório Imagic!, de propriedade do arquiteto Leonardo Fontenele, o projeto prevê a edificação de um “mega-aquário” com capacidade para 15 milhões de litros d’água distribuídos em 38 tanques, com a exposição de aproximadamente 35 mil espécies marinhas. O projeto ainda prevê tanques submersos, tanques oceânicos, domos do mar, estação submarina, lojas, espaço para eventos e cinema interativo.

A idealização do Acquário Ceará ocorre dentro da mesma gestão política que concebeu o CEC, em períodos similares, tendo uma separação de apenas três anos entre eles. Foram gestados dentro da mesma secretária, a SETUR, sob a supervisão do mesmo Secretário, Bismark Maia. Por essa razão a descrição das etapas relativas ao momento político e a caracterização do órgão responsável pelo projeto e do gestor responsável, não serão replicadas aqui, podendo ser acessadas no capítulo relativo a análise do CEC.

Com relação aos objetivos da edificação previstos em Planos Governamentais ou Memoriais Justificativos, podemos apontar que a construção do Acquário faz parte dos planos do Governo para a promoção do Turismo no Estado. O governo entende que essa indústria é um importante elemento de incremento econômico do desenvolvimento local, reconhecendo a importância de encarar mais competitivamente a inserção do Estado nesse mercado.

Em um cenário considerado moderado, o IPECE (2015) prevê que 30% dos turistas que visitam o Ceará vão passar mais tempo para conhecer o Acquário, e 10% (156 mil) virão com este fim, gerando renda direta de R\$ 478 milhões e impactos de R\$ 687,1 milhões na economia cearense, além de 74,2 mil empregos indiretos. A edificação vem no intuito de fortalecer o desenvolvimento do turismo de eventos, cultura e lazer, em conjunto com os demais empreendimentos, como o Centro de Feiras e Eventos, Arena Multiuso resultante da reforma do estádio Castelão, e do CDMAC;

“O Acquário Ceará será construído bem próximo ao mar e estimulará a revitalização de um dos principais cartões postais de Fortaleza, a Praia de Iracema,

bastante próxima da comunidade do Poço da Draga” (IPECE, 2015, p.40). A intenção é transformar a Praia de Iracema em um “complexo urbano moderno” com diversidade de usos comerciais, turísticos e residenciais (IPECE, 2015, p.41). Por parte do Estado, existe também, a perspectiva da melhoria das moradias e infraestrutura das residências do entorno da edificação, além das comunidades ampliarem o leque de negócios, proporcionando a ampliação de emprego e renda aos moradores da Praia de Iracema e do Poço da Draga (IPECE, 2015).

Sua construção ensejará a criação de um novo espaço que reestabeleça a valorização da relação homem/natureza, através da reconstrução de modos de vida urbana ligados ao mar. Proporcionando impactos expressivos no setor educacional devido ao seu potencial, a ser explorado, de educação ambiental e pesquisa marinha. A ideia é criar um conjunto de atrações capaz de rivalizar com os maiores aquários e oceanários do mundo (IPECE, 2015).

As Políticas, outros programas e ações correlacionados ao projeto em estudo, encontrados nos documentos oficiais, se resumem a vários projetos já executados, ou em andamento no período, nos quais muitos só podem ter sua conexão estabelecida com o projeto por seu caráter de proximidade, ou por seu caráter cultural e de lazer, e não por fazerem parte de um planejamento estratégico, ou de políticas públicas, como o Centro Cultural da Caixa Econômica Federal, a Indústria Naval do Ceará (INACE), a Reforma da Ponte dos Ingleses, o Aterro da Praia de Iracema, o Projeto Vila do Mar, o Projeto de Requalificação da Avenida Beira Mar, o Centro de Feiras e Eventos do Estado do Ceará, a Restauração do Palácio da Abolição e o Estádio Governador Plácido Castelo (Castelão) (SETUR, 2011).

A análise se complexifica ao se debruçar sobre os critérios de escolha dos arquitetos. A SETUR, estabelece critérios de inexigibilidade para a não realização de uma licitação, sendo apontada a empresa do arquiteto Leonardo Fontenele, Imagic!, como a única com capacidade técnica e experiência necessária para a concepção do projeto. Segundo o MP-CE, a SETUR teria feito um convênio com a empresa cearense Fortaleza Convention Bureau (FCB) para a elaboração do projeto, que na época não possuía quadro técnico para tal empreita, tendo que mudar então seu próprio estatuto e firmar contrato sem licitação com a empresa Imagic! (NARLLA, 2013).

A questão é que contratação de serviços pelo Estado é regida pela Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, que

[...] estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

“§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12” (BRASIL, 1993).

Discorrendo de maneira cronológica, o que se pôde apurar foi que no dia 4 de fevereiro de 2009 o governo Federal e a Prefeitura Municipal firmaram contrato de permuta relativo ao terreno do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), na Praia de Iracema. Já no dia 17 de fevereiro o Governo anuncia em coletiva a construção do maior Acquário da América Latina (MAIA, 2011).

Em novembro de 2010 o antigo prédio do DNOCS é demolido para dar lugar a obra do Acquário Ceará (PRÉDIO... 2010). Sem contrato com o Governo a Imagic! apresenta lista de seis empresas capazes de executar o projeto Acquário-CE, das quais quatro pertencem a um grupo de entretenimento temático vinculadas a ICM. Mesmo com duas outras empresas aptas a execução apenas a ICM é procurada pelo governo (NARLLA, 2013).

A empresa ICM é contratada mediante a alegação de inexigibilidade de licitação²⁷. A ICM orça a obra em U\$ 150 milhões de dólares. Segundo representantes do MP tal cifra foi apresentada sem qualquer composição de custos e especificações, oferecendo como contrapartida empréstimo do banco norte-americano Ex-Im Bank (NARLLA, 2013).

Segundo o movimento Quem Dera Ser Um Peixe, o Ex-Im Bank é uma agência governamental que atua viabilizando empréstimos que contribuam com o fomento de exportações de produtos norte-americanos. Ao menos 50% do dinheiro

²⁷ Procedimento que dispensa a necessidade de licitação quando há inviabilidade de competição, tendo em vista que um dos participantes reúne qualidades tais que o tornam único, exclusivo, inibindo os demais pretensos participantes

emprestado tem que ser utilizado na importação de produtos norte-americanos (materiais, serviços, produtos, etc.), fato que fere a lei de licitações, como já citado anteriormente. Apesar disso o empréstimo é votado e aprovado na Assembleia Legislativa cearense (BARROS; DIP, 2013);

O início da construção do Acquário Ceará se dá junho de 2012, mas ela é embargada pelo Iphan, que cobra estudo arqueológico como pré-requisito para a liberação da licença de instalação do empreendimento, a ser concedida pela Superintendência do Meio Ambiente (SEMACE) (ALVES; TEIXEIRA, 2012).

O Movimento Quem Dera Ser Um Peixe entrega, em 7 de abril de 2012, denúncia com as irregularidades encontradas no processo de contratação ao Ministério Público e Tribunal de Contas do Ceará (BARROS; DIP, 2013). Em 20 de agosto de 2013 os órgãos apresentam o resultado da investigação, que aponta ilegalidade no processo de contratação da empresa *International Concept Management* (ICM), executora do projeto Acquário Ceará. O Procurador afirma que o contrato firmado pela SETUR viola a Constituição Federal e a Lei de Licitações. Aponta que a inexigibilidade não se justifica no caso, pois a empresa ICM não era a única empresa habilitada para a execução do projeto do Acquário, não podendo, portanto, a SETUR ter se absterido do processo licitatório. Através de contrato firmado, a SETUR ainda garantiu empréstimo do banco americano Ex-Im Bank sem ter a devida aprovação da União e do Senado Federal. Fato que fere a constituição. O MPCE entra então com ação para anular contrato feito entre a SETUR e a ICM (NARLLA, 2013).

Ainda em 2013, a Assembleia Legislativa do Ceará arquiva proposta de plebiscito para consulta a população sobre a continuidade da obra do Acquário Ceará. Manifestantes acampam nos arredores da obra para evitar sua continuidade (GAMA, 2013). O MPCE entra então com ação contra o governo do Estado e a SEMACE, pedindo anulação de licenças ambientais tendo em vista que as mesmas foram emitidas por servidores terceirizados da SEMACE e não por servidores públicos concursados (GAMA, 2013). O estudo de EIA-RIMA é contestado pelo Movimento Quem Dera Ser Um Peixe por inconsistência e imprecisão ao usar como base de estudo tabelas de mares desatualizadas, podendo a edificação sofrer mistura acidental de águas e correr um risco de bioinvasão, ausência de informação sobre a fonte de abastecimento hídrico do empreendimento e descarte de águas

utilizadas e animais mortos (BARROS; DIP, 2013).

Em dezembro de 2014 o Diário Oficial do Estado publica os decretos de desapropriação de terrenos e do condomínio Vila do Mar, situados no entorno e em frente ao Acquário Ceará (LIMA, 2014). Apesar disso a obra é suspensa a pedido do então secretário de Turismo Arialdo Pinho, em fevereiro de 2015, para realização de auditoria pela Secretária de Infraestrutura (SEINFRA) (ACQUÁRIO, 2015). A Justiça do Ceará, em março de 2015, concede liminar que decreta a suspensão dos repasses do Estado para a empresa ICM (LIMINAR... 2015). Em julho de 2015 o MP-CE reabre processo criminal que investiga a contratação da empresa norte-americana *International Concept Management* (ICM), sem licitação (COLAÇO, 2015).

Até fevereiro de 2016 a aprovação do financiamento pelo o Ex-Im Bank estava aguardando a análise e aprovação da Procuradoria Geral da Fazenda (EX-IM... 2016). Em dezembro de 2016 o então Governador Camilo Santana declara que não investirá mais “nenhum centavo” na edificação, que seria repassada à iniciativa privada (LIMA, 2016). Apesar da declaração de Camilo, é lançada licitação, em abril de 2017, na ordem R\$ 38 milhões, para a retomada das obras do Acquário. A obra apresenta apenas 18% dos equipamentos instalados e 65% da estrutura construída. Já em junho de 2017 é lançado edital de concessão a iniciativa privada do Acquário Ceará. (GOVERNO... 2017). A situação da obra se encontra inconclusa até o fechamento da dissertação.

Como se pode ver na análise da conjuntura política do período, os processos de contratação, escolha do local, financiamento e construção, se deu de forma bem atribulada. Tendo sua legalidade sendo questionada em vários momentos. No que tange a escolha do terreno a decisão não se apresentou em nenhum momento do processo partir de algum diagnóstico ou planejamento urbano, mas de uma oportunidade que surgia diante da viabilização da posse do terreno do antigo DNOCS.

Oficialmente, por parte do Estado, a escolha da localidade se deve ao caráter da edificação fazer parte de uma estratégia governamental de promoção do turismo, partindo do reconhecimento da necessidade de explorar de forma mais competitiva o setor. Considerando assim o empreendimento como um importante impulsionador do desenvolvimento local; de tal forma que o mesmo “[...] estimulará a

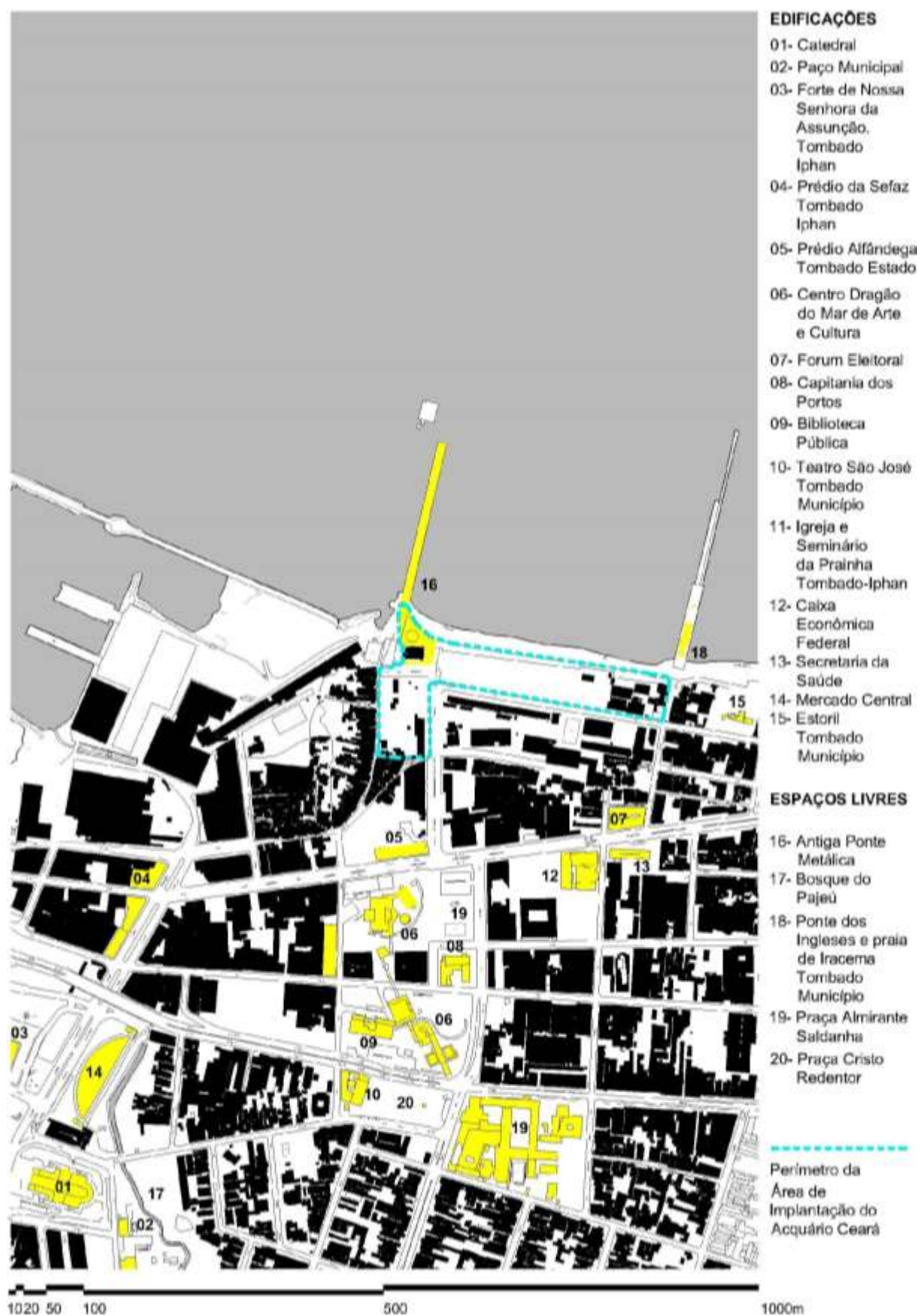
revitalização de um dos principais cartões postais de Fortaleza, a Praia de Iracema [...]” (IPECE, 2015, p.40), tendo em vista a necessidade de tal revitalização, mediante a ocorrência de um turismo inadequado aos objetivos estratégicos estabelecidos pelo planejamento turístico do governo, na localidade.

O Plano de Negócios do empreendimento alerta para a necessidade de uma intervenção mais pungente por parte do Estado no bairro da Praia de Iracema. Intervenção que seja capaz de “[...] transformá-lo em um complexo urbano moderno, com uma diversidade de usos turísticos, comerciais e residenciais” (IPECE, 2015, p.41). Tal condição somente se daria através de ações de natureza pública que almejassem a reconstrução de estruturas sociais, econômicas e culturais. Mas no mesmo documento não é detalhado, ou pelo menos citado, que políticas e ações seriam essas. Segundo o documento, a justificativa da implantação na referida localização se daria não somente pelas benesses concedidas aos residentes da Praia de Iracema e do Poço da Draga, mas pela consolidação de um corredor turístico formado pela integração entre o Terminal Marítimo de passageiros, o Porto do Mucuripe, a orla da Beira Mar e o CDMAC. Corredor turístico que proporcionaria a revalorização da orla marítima do estado do Ceará (IPECE, 2015).

Devido a proximidade com o CDMAC, o entorno da edificação e suas características são bem similares. Entorno fortemente marcado pela existência de prédios institucionais e históricos, muitos se não por seu caráter patrimonial físico, por pertencer a memória da formação da cidade, como é caso da antiga Ponte Metálica e da tipologia ainda existente dos antigos armazéns que conferem um conjunto arquitetônico com o prédio da Alfândega (ver figura 78).

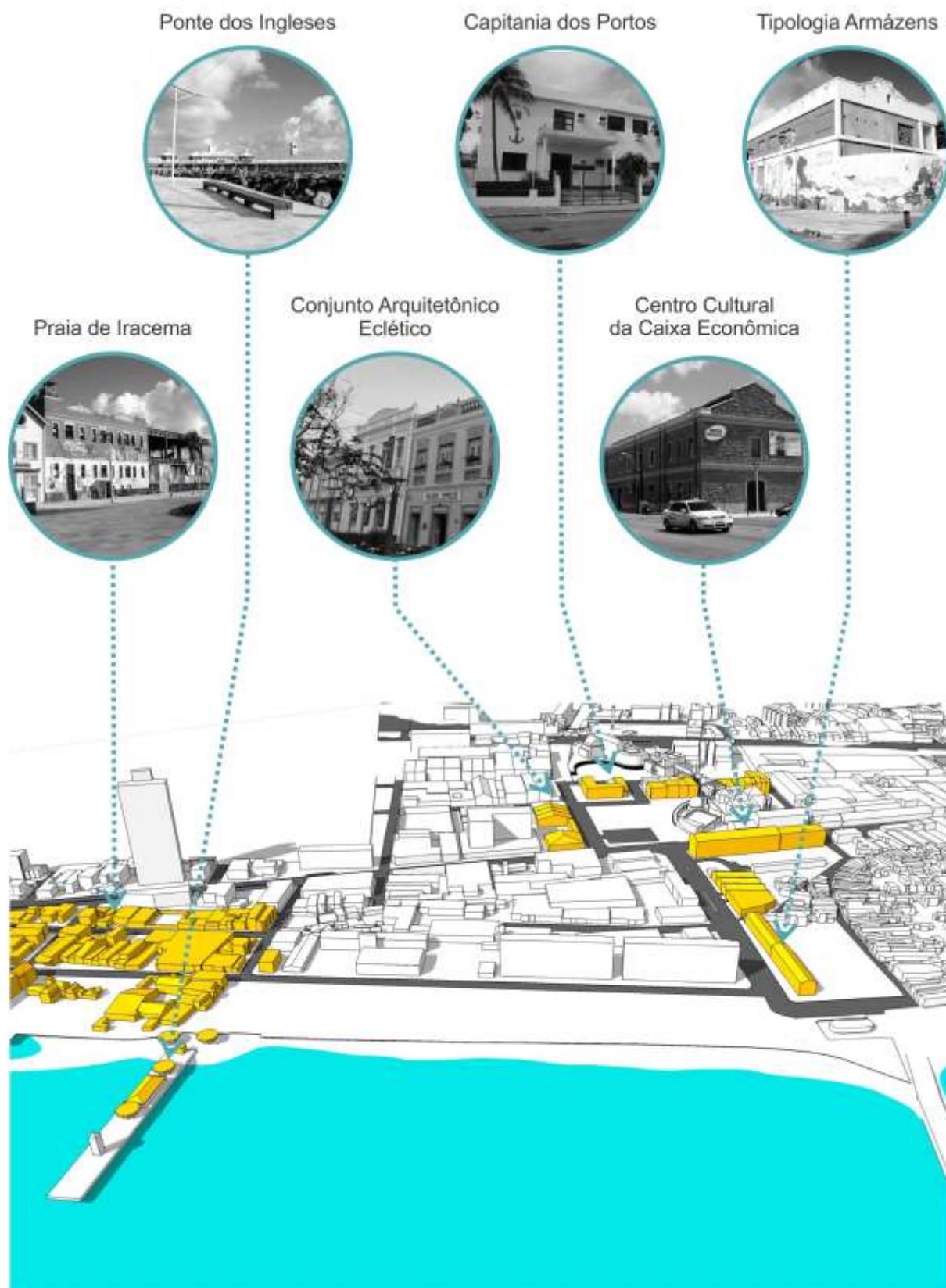
Se faz necessário chamar a atenção do potencial paisagístico advindo da proximidade da edificação com o mar, assim como sua relação de vizinhança com a comunidade do Poço da Draga e ao fato de funcionar como elo de ligação paisagística entre o CDMAC e a Praia de Iracema (ver Figuras 79 a 81).

Figura 78 – Edifícios e espaços públicos relevantes (raio 500m) – Acquário Ceará



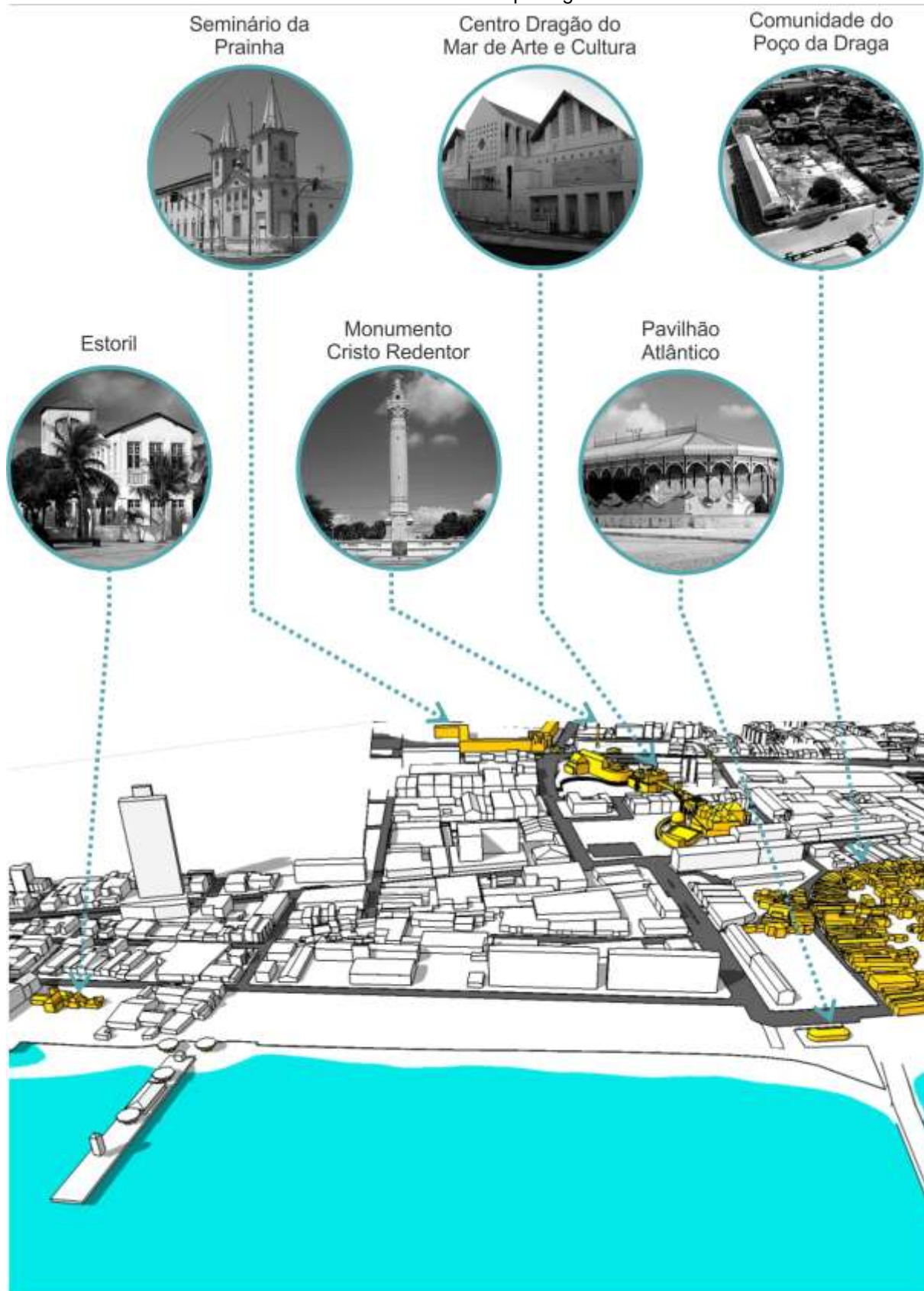
Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 79 – Caracterização entorno do Acquário Ceará. Edificações de interesse patrimonial e relevância institucional 01



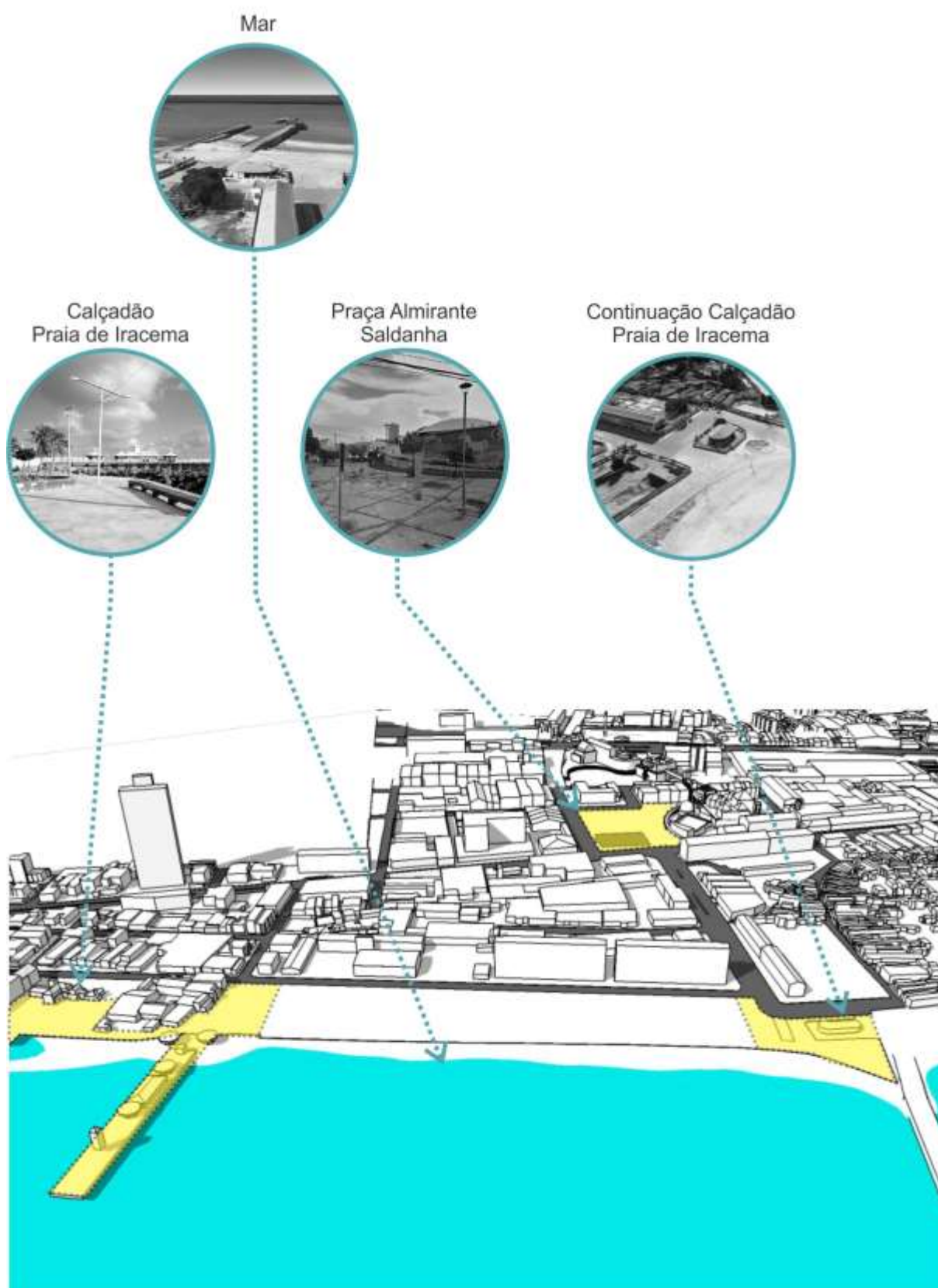
Fonte: Da esquerda para a direita, de cima para baixo; 2 Google Earth, 1,3,4,5 e 6 registros do autor

Figura 80 - Caracterização entorno do Acquário Ceará. Edificações de interesse patrimonial e relevância institucional e paisagística 02



Fonte: Da esquerda para a direita, de cima para baixo; 3 Google Earth, 1,2,4,5 e 6 registros do autor

Figura 81 - Caracterização entorno do Acquário Ceará. Áreas de relevância institucional e paisagística



Fonte: Da esquerda para a direita, de cima para baixo; 1 e 4 Google Earth, 2 e 3 registros do autor

No dia 17 de fevereiro de 2009 o Governo anuncia em coletiva a construção do maior Acquário da América Latina (MAIA, 2011). Com área total construída de 21.500,00m² o Acquário Ceará possuirá 15 milhões de litros de água, distribuído em 38 tanques, sendo 26 deles recintos de exibição que abrigarão 500 espécies diferentes de animais com uma população final de 35.000 espécimes. A edificação ainda será dotada de área de alimentação, loja de *souvenir*, auditório, foyer, salão de exposições e área para *stands* de instituições de preservação ambiental (IPECE, 2015) (ver figura 82).

Figura 82 – Perspectiva implantação do Acquário Ceará



Fonte: IPECE, 2015

O Acquário Ceará, assim como o CDMAC, tem como um de seus objetivos a recuperação e dinamização de uma área degradada urbanisticamente, com intuito de tipificá-la e torná-la mais acessível ao turismo. Sobre esse aspecto o memorial do Acquário Ceará é bem mais direto do que o do CDMAC.

“Existem diversas experiências mundiais bem-sucedidas de intervenção pública motivada por problemática semelhante à da Praia de Iracema, cujos resultados positivos podem atestar a elevada possibilidade de êxito do empreendimento cearense. Sabe-se que a implantação dos grandes projetos de reabilitação urbana teve origem nos Estados Unidos, no final dos anos 1950, nas cidades de Baltimore e Boston” (CEARÁ, 2014, p.43).

Sendo mais específico, o Plano de Negócios do Acquário Ceará (CEARÁ, 2014) usa como exemplo a requalificação da área central de Boston, que atraiu diversos empreendimentos imobiliários e complexos de uso misto de alta qualidade. Relata o sucesso de Baltimore e de outras intervenções que resgataram suas áreas degradadas a partir de ações calcadas em Planos Estratégicos para justificar a viabilidade de sua intervenção.

O projeto do Acquário Ceará surgiria para introduzir essa “nova” concepção de intervenção espacial, que privilegia a redescoberta do valor paisagístico e ambiental em áreas próximas ao mar. Nesse sentido o projeto se apresenta como uma oportunidade de “[...] melhoria das moradias e da infraestrutura urbana do entorno do empreendimento, além de estas comunidades vislumbrarem um vasto leque de possibilidades para geração de novos negócios, que vão garantir-lhes a ampliação da renda e do emprego” (CEARÁ, 2014, p.43).

O que não se compreende é como isso se daria, tendo como parâmetro, a análise da planta de implantação do empreendimento, que evidencia seu caráter agressivo, de pouca integração com o entorno, a sua relação afrontosa com a escala da Praia de Iracema, a interferência nos visuais para o mar e a completa falta de relação paisagística e espacial com a comunidade do Poço da Draga.

Como no caso do CEC, o potencial paisagístico e a complexidade do tecido histórico e social da área de intervenção são completamente ignorados ao se conceber a edificação. Os relatos sobre a complexidade espacial da região se resumem a citações sobre geração de emprego e benesses oriundas do turismo. O que relega as decisões projetuais a serem reduzidas a questões de mimese e metáforas arquitetônicas arrojadas que buscam fazer uma direta referência ao caráter progressista do Estado.

O Acquário Ceará pode então ser resumido, formalmente, a uma “metáfora elegante de formas marinhas” (IPECE, 2015, p. 37) através da adoção de elementos orgânicos e escultóricos em sua fachada. O arrojado dessa fachada seria “a tradução física dos princípios defendidos pelo Governo do Estado: o Ceará do século 21” (IPECE, 2015, p. 38).

“O desenho é um prédio turístico, tem que se destacar. Não existe outro igual. Não poderia ser convencional. Aqui, descartamos a caixa de sapato, de vidro, formato de navio ou de baleia. Ao bater o olho nele (no Acquario), você vê uma metáfora marinha. Isso é uma lagosta? Uma baleia? Não é nada. É uma fusão de formas marinhas. Como se fosse uma arraia, um

coral, uma união de formas. Como se fosse um exoesqueleto. Essa é a ideia. Esse vai ser um dos prédios mais intrigantes da América” (FREITAS, 2015).

Para Fontenele, o Ceará precisa de um equipamento turístico símbolo, e o aquário é o símbolo do que ele representa, devido sua mimese formal, pois “[...] o turismo adora polêmica, o turismo adora o diferente”. Não adianta fazer um igual ao de outras localidades, se for feito, tem que ter um diferencial (FREITAS, 2015).

O contexto não poderia fornecer esse diferencial, sendo um contexto paisagístico ímpar? Ele no caso, pode ser entendido com as pré-existências contidas no entorno dessas edificações. O projetista pode se colocar em duas situações diante das problemáticas do entorno. Ignorá-las, partindo assim para o jogo abstrato das idealidades e das imagens pré-formatadas ou, a partir do entendimento do contexto, procurar fazer as perguntas necessárias a serem respondidas pela arquitetura.

Sendo mais específico, como conceber, no caso do Acquário, um projeto que ao mesmo tempo crie espaços privativos aos aquários e tanques e ao mesmo tempo vise a integração espacial e visual da paisagem existente, através da criação de espaços de transição agradáveis à permanência? É possível conceber um projeto, naquele terreno, que atenda tais demandas sociais? As demandas não existem somente das funcionalidades da edificação, mas também do espectro social da cidade, que deve estar sempre no radar do arquiteto ao se projetar. A arquitetura deve nascer dos questionamentos e não das respostas impositivas da imagética.

A negação à realidade do entorno e suas carências, ainda se faz presente no caráter monofuncional da edificação. Sua arquitetura é quase toda dedicada às exposições e ao apoio necessário a elas. Ocorre um predomínio de áreas privativas. O espaço de transição entre o que é público e o que é privado é muito bem definido, sem apresentar espaços flexíveis a novas dinâmicas ou usos (ver Tabela 08). O arquiteto pode até alegar a intencionalidade em fugir da tipologia de caixa de vidro, mas se abstrairmos as formas alegóricas da edificação é bem isso a que ela se resume. Tendo sua monofuncionalidade explicitada pelo predomínio em seu perímetro de um fechamento alegórico que pouco contribuí para a dinamização do seu entorno.

Para além do discurso contido no memorial e nas entrevistas, e uma vez que para o projeto Acquário não será feita a parte de análise, relativa às

repercussões socioespaciais na pós-ocupação, se faz importante tecer alguns comentários diante da planta de implantação e o quanto ela revela em relação ao seu desenho em frente aos argumentos apresentados em seu discurso (ver figura 83).

Na planta de implantação, que data de 2009, podemos ressaltar primeiro a escolha de um terreno que não é adequado ao porte da edificação, tendo em vista a altura da edificação, entre 18 e 25m, e sua relação de proporção entre as caixas da via, seu porte e passeio paisagístico. Gabarito que contrasta com a escala do bairro da Praia de Iracema, assim como sua forma ímpar, que viria a contribuir para diminuir a ambiência peculiar ao bairro. O único respiro que permite apreender o edifício em sua totalidade é possibilitado pela proposta da Praça das Águas, que tece o elo entre a edificação e a Ponte dos Ingleses.

Mesmo a retirada do prédio do DNOCS, que simboliza ironicamente a troca de um prédio institucional de características modernas por um de pós-modernas, não simboliza uma mudança de mentalidade por parte do Estado e dos arquitetos, no que tange a relação da edificação com a paisagem. O novo edifício, mais uma vez, funciona como uma barreira entre a conexão do bairro com o mar²⁸.

Se devido ou não ao exíguo terreno, o prédio volta totalmente sua integração à Ponte dos Ingleses; só restou à antiga Ponte Metálica e à comunidade do Poço da Draga se relacionar com o pátio de cargas e descargas, que se localiza exatamente no final da perspectiva da avenida Almirante Tamandaré, demonstrando novamente um completo descaso com as relações visuais e paisagísticas do entorno. Vale chamar a atenção que, para viabilizar o estacionamento, serão derrubados os antigos armazéns que atualmente encontram-se em abandono e não possuem mais valor patrimonial físico, devido a sua intensa descaracterização, mas em conjunto com o prédio da Alfandega sua tipologia contribui para contar uma parte da história da localidade.

²⁸ Argumento que foi utilizado como justificativa para a grande intervenção urbana feita no bairro, na época do prefeito Juraci Magalhães, reestabelecendo a relação paisagística do bairro com o mar, só que em uma escala mais ampla.

Figura 83 – Planta de implantação do Acquário Ceará



Fonte: Planta cedida pela SETUR. Nomenclatura inserida pelo autor

À comunidade do Poço da Draga só restou, novamente, ficar à margem das melhorias urbanas propostas pela urbanização do empreendimento. Escondida atrás de um estacionamento que, pela planta de implantação e detalhamento identificada no projeto, é circundado por um muro, negando à comunidade qualquer tipo de integração ao empreendimento, seja ela de forma urbana ou visual.

A relação da edificação com a comunidade do Poço da Draga, aqui representada pela planta de implantação, traduz de maneira clara os anos de negligência que transpassam várias intervenções na Praia de Iracema, que apenas relegaram a comunidade ao esquecimento, e de como lhe é negada qualquer tipo de melhoria. De tal forma, que fica clara a mensagem transmitida a seus habitantes, por parte do Estado, de que não são bem-vindos naquela localidade. Outro ponto que vale ressaltar é a completa ausência do Pavilhão Atlântico na planta de implantação para dar lugar ao acesso a carga e descarga, o estacionamento de ônibus e o estacionamento privativo.

Em dezembro de 2014 o governo cearense requisita por decreto (CEARÁ, 2014) a desapropriação de um prédio de sete andares e mais algumas edificações e terrenos, que perfazem quase a totalidade da quadra, entre a localização do futuro Acquário e o CDMAC. O resto da quadra pertence aos Correios que permutaria o terreno com o Estado por uma outra localidade (ver Figura 84). A justificativa, dada por Bismark Maia, é de que “a medida será necessária para a construção de estacionamentos e para aumentar a visibilidade do equipamento. Além disso, uma área será destinada para operações consorciadas para construção de hotéis” (ACQUARIO, 2014).

A desapropriação, ocorrida praticamente cinco anos depois do início da obra da Acquário, só demonstra, uma vez mais, a falta de organização e planejamento urbano prévio dos empreendimentos estatais. A desapropriação da quadra, se acontecesse de maneira planejada, proporcionaria ao próprio Acquário um terreno para sua implantação mais condizente com seu porte, aliviando a necessidade de aumento do gabarito, podendo assim liberar a área do edifício do DNOCS para a integração paisagística com o calçadão da Praia de Iracema, o Pavilhão Atlântico, a comunidade do Poço da Draga e a orla marítima.

Figura 84 – Terrenos sob decreto de desapropriação para a viabilização do Acquário Ceará



Fonte: Elaborado pelo autor com base no decreto de desapropriação (CEARÁ, 2014)

A concisa análise da planta de implantação do Acquário Ceará, que ainda não se materializou, e as considerações relativas a análise de conteúdo²⁹ já conferem uma demonstração da relevante afirmação de Lefebvre (2006), de que toda forma traz consigo a marca dos produtores e da sua produção, de que o espaço não é um objeto abstrato, derivando, portanto, de um conjunto de operações que deixam rastros capazes de narrar as ideologias que permeiam todo o processo de concepção espacial. O terreno escolhido, a ausência de planejamento urbano, o modo como a edificação se relaciona com os edifícios existentes, a paisagem e a completa omissão a comunidade existente, traduzida no desenho da planta de implantação, ajudam a construir uma narrativa que conduzem ao esboço das ideias que caracterizam o Estado cearense do período.

5.5 Matriz de resultados: repercussões socioespaciais

Seguindo o processo metodológico adotado até o momento, as considerações relativas à Matriz de Resultados se destringem nos mesmos eixos temáticos de análise: (a) conjuntura político-institucional; (b) análise de conteúdo; (c) avaliação da pós-ocupação. Os resultados iniciais encontram-se consolidados na tabela abaixo.

Quadro 07 – Matriz de Resultados do estudo de caso dos projetos: DMAC, CEC e Acquário Ceará

MATRIZ DE RESULTADOS						
	CDMAC		CEC		ACQUÁRIO	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Conjuntura Político-Institucional						
O projeto foi concebido em decorrência de justificativas político-econômicas?						
O projeto seguiu os trâmites legais para sua implantação?						
O projeto foi objeto de concurso público?						
O projeto e sua localização é fruto de uma previsão do Plano diretor ou de um Planejamento estratégico que abranja um bairro ou a cidade?						

²⁹ Os dados levantados e percorridos até o presente momento, referentes a análise de conteúdo, podem ser melhor aferidos na ficha analítica do conteúdo do Acquário Ceará (ver Tabela 13, no apêndice A).

O projeto se articula a outras políticas, programas e ações públicas?					
Análise de Conteúdo					
Os autores dos projetos levam em consideração as pré-existências para sua concepção formal?					
O discurso projetual pressupõe a edificação como ferramenta de transformação urbana?					
Os projetos possuem conteúdo programático diversificado?					
Os projetos atendem a condicionantes pré-existent no seu entorno imediato?					
A escolha de localização e implantação seguiu critérios estritamente técnicos?					
Houve algum processo de participação popular na tramitação dos projetos?					
Avaliação da pós-ocupação					
A paisagem urbana foi valorizada após a implantação do edifício?					
Os fluxos e acessibilidade foram incentivados com perspectiva de dinamizar os usos do solo no entorno?					
Houve acréscimo de espaços públicos?					
Houve uma dinamização econômica na área do entorno?					

Fonte: Elaborado pelo autor

5.5.1 Considerações sobre a conjuntura político-institucional

A conjuntura política identificada na concepção de cada obra apresenta diversas similaridades. Os três projetos são decorrentes de um mesmo modo de fazer política, carregando consigo o viés empresarial no trato da coisa pública e o uso da imagem como catalisadora da ação do político realizador e personalista. É possível afirmar que não houve grande ruptura com aquele programa de governo proposto por Tasso Jereissati em 1986.

Todos os governadores desse período tiveram amplo apoio para o desenvolvimento de seus projetos junto ao Poder Legislativo. Cid Gomes (2007-2011/2011-2015), apesar de pertencer a um partido de oposição ao Governo Mudancista, não apresentou em sua gestão uma alteração significativa em relação às diretrizes institucionalizadas. Tal afirmação se confirma através do apoio velado

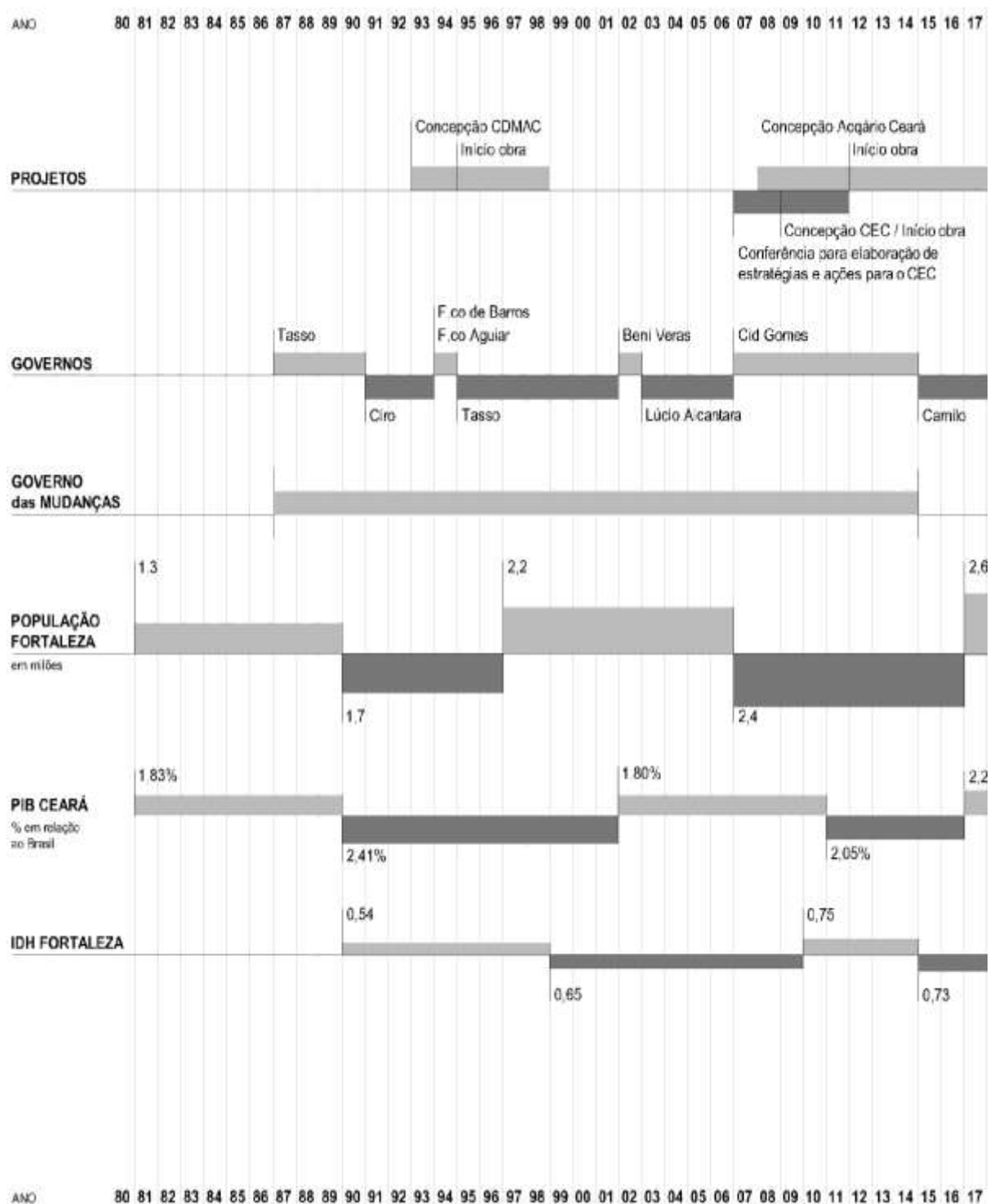
de Tasso Jereissati a sua candidatura, assim como o apoio do PSDB, no Legislativo, na aprovação de seus projetos.

O que se difere, em relação as administrações, é a situação política e econômica do país. Ciro e Tasso contornam a situação instável da economia do país através do saneamento da máquina pública e do dinheiro arrecadado pelas privatizações. Já Cid atravessa em suas duas gestões um período de estabilidade econômica e de boa relação com o Governo Federal. Mas de maneira geral pode-se afirmar que os governos passaram por um período de relativo equilíbrio com relação as contas públicas, tendo o governo de Cid, um período mais estável e farto no que diz respeito a investimentos públicos. O que se traduz, em parte, na efetivação de projetos no governo de Cid, pois ele viabiliza o início da construção do CEC, do Acquário e do Centro de Formação Olímpica, enquanto que Ciro e Tasso realizaram a reforma da Ponte dos Ingleses, a obra do CDMAC, mas não conseguem viabilizar o projeto Fortaleza Atlântica e o CMFE, se nos atermos apenas aos projetos institucionais públicos em Fortaleza.

Apesar do objetivo da pesquisa não ser a identificação das razões e do porquê da não viabilização desses projetos, fica o registro de que os mesmos talvez não tenham sido efetuados pelo porte, abrangência e impactos urbanos gerados por eles. Fato que Cid Gomes aparentemente consegue contornar ao propor projetos mais pontuais e de menor impacto urbano, mas não menos polêmicos. Afirmação que pode ser mais facilmente verificada em linha do tempo feita do período, na qual foram colocados em destaque os três projetos objetos de estudo, desde o momento da concepção até sua conclusão: os mandatos dos governadores e a evolução de alguns índices de Fortaleza (ver gráfico 03).

No gráfico 04 também é possível identificar o curto período entre a concepção e o início das obras, assim como a relativa rapidez da execução das mesmas no governo de Cid. Em comparação ao CDMAC, que levou quatro anos apesar de possuir uma área construída bem inferior aos demais, o CDMAC possui 13.500m² e o CEC 176.899,67m². Fato que se deve, em parte, a falência da empreiteira que inicialmente se tornou responsável pela construção do CDMAC (SMITH, 2006).

Gráfico 03 – Linha de tempo projetos, governantes e índices, Ceará pós 1986.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Outro ponto a ressaltar na linha de tempo (ver gráfico 03) é o constante crescimento da população de Fortaleza e o contraponto entre o momento das obras

do governo Cid Gomes, que mesmo em um período de grandes investimentos, registra pela primeira vez um decréscimo no IDH, depois de duas décadas e meia de crescimento. O que justifica as críticas, por parte da parca oposição, ao caráter “faraônico” de suas obras em contraponto com a realidade social do Estado, que passava na época por um grave período de secas.

Como de hábito, nas obras públicas brasileiras, tanto o CDMAC quanto o CEC excederam o orçamento inicial. O CDMAC, inclusive, chegou a custar próximo do dobro do seu valor e o CEC rendeu uma diferença de mais de 30%, tendo como justificativa a inclusão de outras despesas como desapropriações, escadas elevadores e revestimentos. Diferença significativa tendo em vista que ainda assim o projeto não chegou a ser executado em sua totalidade. A segunda pele que reveste a edificação, que resume toda a sua resolução formal, somente foi implantada na fachada leste e oeste, e não como prevista em projeto, circundando toda a edificação, deixando notória a discrepância entre o material de divulgação do projeto e o resultado formal final (ver figuras 85 e 86).

Não se atendo a questão linguística, com relação as referências nordestinas referidas ao adorno, ao se analisar a edificação implantada, percebe-se que a estrutura anexa ao corpo do edifício contribuiria para um efeito menos agressivo de escala a quem circunda a edificação. A questão é que ela não fora executada em sua totalidade, o que contribuiu para que a calçada que contorna a edificação se tornasse ainda menos convidativa ao uso. Apesar de larga, a escala da edificação oprime o transeunte entre a elevada fachada sem reentrâncias e o estacionamento, condição que poderia ter sido amenizada se o adorno da fachada tivesse circundado toda a edificação como previsto no projeto (ver figura 85 e 86).

[...] quando pensamos o projeto, era assim: Dinheiro não é problema! Rapaz...dinheiro não é problema! Mas eu estava no sufoco, assim... a minha tarefa foi fazer uma concepção, e depois ela foi sendo ajustada, integrada...” (CARTAXO, 2018).

Caso que remete à reflexão sobre a boa relação entre as edificações institucionais e o viés tecnicista da arquitetura moderna, assim como ao papel da visão crítica do arquiteto com relação ao sistema econômico em que se sustenta a obra proposta. Apesar do acesso a recursos financeiros, a arquitetura moderna institucional tinha como uma de suas principais características o incentivo ao despojamento das formas. Os arquitetos modernos entendiam, que através da

diversidade de soluções dos programas, da interpretação do terreno e das soluções técnicas da edificação poderiam se derivar as resoluções formais³⁰ (CAVALCANTI, 2006).

Figura 85 – Maquete de apresentação do CEC



Fonte: Material de divulgação Setur

Figura 86 – Foto do CEC



³⁰ Alvo de muitas críticas pelos pós-modernos, esse despojamento, esse aspecto “brutalista” das soluções formais, que muitas vezes eram solucionadas com a própria estrutura ou a partir da distribuição do programa, com circulações amplas que correlacionavam interior e exterior, onde praticamente a riqueza do espaço já podia ser apreendida antes da aplicação dos acabamentos da edificação, é por muitos críticos, apontada como um dos motivos do sucesso da arquitetura institucional do período.

Fonte: Registro do autor

Conceito construtivo que deixava pouca margem para que o prédio fosse vilipendiado por falta de verbas, visto que a riqueza do espaço advinha do levantamento da estrutura e do posicionamento dos ambientes e das circulações, ao contrário de parte da postura pós-moderna de concepção, onde se confere toda a resolução formal a uma “pele” ou acabamento, em uma espécie de adorno “*high-tech*”, que dá margem para o que aconteceu com o CEC. Não que isso justifique a ausência do acabamento, tendo em vista que o mesmo deveria ter sido previsto pelo orçamento, mas em vista da escassez de recursos financeiros das instituições públicas delegar toda solução formal a um adorno de difícil execução e de custo elevado se demonstra no mínimo arriscado.

Questões relativas ao detalhamento e impacto das escolhas formais e custo também podem ser encontradas na proposta do Acquário Ceará. Sua forma única e exclusiva requer um alto rigor de detalhamento e mão de obra, tendo em vista que a cobertura metálica e peças de acrílico, que representam 70% da obra, são executados pela ICM fora do canteiro de obra e que 50% do dinheiro emprestado deveria ser usado na importação de produtos norte-americanos, contrariando a Lei de Licitações. Até 2015 já tinham sido investidos R\$ 130 milhões de reais, todos advindos do Tesouro estadual (CORIOLANO, 2015).

As questões levantadas se apresentam contraditórias aos conceitos de sustentabilidade reivindicados na atualidade e tão presentes nos planos de governos. “Construir a sustentabilidade efetiva, incorporando o cuidar do meio ambiente a todas as políticas públicas governamentais [...]” (CEARÁ, 2017, p. 32). Segundo a Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (ASBEA, 2012, p. 14) podemos compreender a arquitetura sustentável como a:

[...] busca por soluções que atendam ao programa definido pelo cliente, às suas restrições orçamentárias, ao anseio dos usuários, às condições físicas e sociais locais, às tecnologias disponíveis, à legislação e à antevisão das necessidades durante a vida útil da edificação ou do espaço construído.

As recomendações da ASBEA (2012) sobre a sustentabilidade e o papel do arquiteto também ressaltam a questão do uso responsável dos recursos. O arquiteto deve almejar uma objetividade econômica através da preocupação que os custos globais da obra sejam otimizados a partir de tomada de decisões projetuais

que visem a minimização de gastos com operação e manutenção ao longo da vida útil da edificação. Ideais que parecem não se aliar à concepção de uma edificação que necessita que grande parte do material empregado em sua construção seja importado.

Pode-se alegar então que o caso do CEC e do Acquário indicam uma cisão mais efetiva com a tradição moderna institucional brasileira, ao valorizar um aspecto formal que busca conferir um caráter de unicidade a obra por meios de técnica construtiva complexa e de domínio técnico seletivo. Cavalcanti (2006) cita a importância da visão tecnicista para a arquitetura Moderna, que aliada a atributos como a capacidade técnica e os materiais das localidades, ajudaram a cunhar a identidade arquitetônica brasileira.

Preocupação que já não se demonstra aparente na nova arquitetura institucional cearense, o que contradiz qualquer preceito de sustentabilidade. As edificações são projetadas mais com a intenção de servir como *outdoors* publicitários do que por preocupações relativas a questões de escala, viabilidade técnica, paisagem e impacto urbano. A técnica sofisticada de execução, utilizada como adorno e mensagem subliminar de avanço e arrojo tecnológico, parece partir do intuito de criar imagens arquitetônicas ímpares e exclusivas, capazes de valorizar e capitalizar investimentos de quem se associa a eles e ao seu entorno (ARANTES, 2012).

Apesar da obra do CDMAC ter tido a SECULT como gestora e a SETUR as obras do CEC e do Acquário Ceará, quando analisamos a caracterização do órgão responsável no período percebemos pelas respostas aplicadas na Matriz de Resultados que os dois órgãos tinham objetivos e ideologias bem similares. Alegação que é confirmada pelo discurso de seus gestores: Paulo Linhares declarando que uma das missões da SECULT era reforçar a imagem do Governo e lançar o Ceará no mapa da cultura internacional e o de Bismark Maia, afirmando que as obras da pasta ficarão como *outdoor* vivo de grande impacto para o turismo do Ceará. Considerações que demonstram como o Estado tem encarado essas obras como ferramenta de diferenciação dos seus gestores, dentro da perspectiva levantada por Barbalho (2007), de criar um efeito de distinção, de marca, ou seja, de criar personalidades a partir do uso das obras como meio de quebrar as regularidades da produção em massa, objetivando destacar-se da concorrência.

No que tange aos objetivos da edificação nos planos governamentais e memoriais justificativos, podemos perceber que alguns têm objetivos bem específicos e próprios, outros que os inter-relacionam e um que reverbera em todos. Com o CDMAC existe o objetivo de usar a obra como potencializador de uma reforma urbana, enquanto o Acquário assume de forma velada esse papel, no que tange ao seu discurso. O CEC, inicialmente, quando promove a conferência para discutir suas estratégias de implantação parece seguir o mesmo rumo. Mas quando se verifica a dificuldade de aplicação dessas estratégias, o Estado opta por tomar uma decisão unilateral.

O objetivo que os une, na verdade, é o viés da obra vir de encontro a necessidade de inserir o Ceará dentro de um contexto internacional, seja cultural ou turístico. Talvez para justificar o custo e o porte de tais obras não parece caber nelas somente a justificativa de atender a uma necessidade local. Como as obras não são vinculadas a uma necessidade de âmbito local ou regional, parecem ter a licença de não ter limites para seu porte.

Não se entrará no mérito, nesta pesquisa, de questionar quantitativamente o porte e a necessidade dessas edificações, mas discursivamente é notório que quando se constrói o “[...] mais moderno espaço do gênero na América Latina e o segundo maior do Brasil em área útil” (QUEM... 2018), com relação ao Centro de Eventos, e o “[...] terceiro maior aquário do mundo” (NUNES, 2018), tendo apenas uma participação 2,2% no PIB do Brasil, o que se busca é atrair uma demanda de mercado que ainda não existe, o que denota um grande investimento de risco. Natural para empresas dentro de um sistema capitalista, mas não em um Governo que alega buscar uma gestão sustentável em seu plano de governo (CEARÁ, 2017).

Para efeito de escala tomemos como exemplo um comparativo entre o número de turistas internacionais no Rio de Janeiro e no Ceará, com relação ao AquaRio, inaugurado em 2016, e ao Acquário Ceará. O AquaRio tem as mesmas dimensões que o Acquário Ceará, mas o Estado recebe mais de dez vezes mais turistas que o Ceará³¹. Diante desses números fica a dúvida sobre a sustentabilidade

³¹ O aquário do Rio de Janeiro, AquaRio, possui uma área construída de 22 mil m² e 4,5 milhões de litro d'água, já o Acquário Ceará teria 21,5 mil m² e 15 milhões de litro d'água (IPECE, 2015). Depois de um ano de inaugurado o AquaRio comemora o recorde de público de 1,4 milhões de visitantes

econômica do empreendimento se o mesmo não atingir os números especulados em seu plano de negócios. O Ceará conseguirá sair dos 80 mil visitantes internacionais para a casa dos milhões do Rio de Janeiro devido a construção do Acquário?

Esse tipo de ação representa a tentativa, por parte do Estado, de funcionar como investidor em busca de atender as demandas do setor empresarial, assumindo assim todos os riscos, buscando dotar o Estado de infraestrutura para a possível atração de investimentos, tendo o discurso oficial apoiado na urgência utilitária e econômica, subordinada à lógica da cidade “mercadoria-empresa”, salientada por Vainer (2013).

No Plano de Desenvolvimento Cultural de 1995/1996 foram previstas várias políticas e programas correlatos a construção do CDMAC³². A maioria das políticas são de caráter cultural, com exceção do “Cores da cidade”, que teve um efeito mais “cosmético” do que estrutural no entorno, e do “Quartirão dos artistas”, que não se efetivou. A edificação não nasce dentro de um planejamento urbano e territorial, mas de um plano cultural que tinha a intenção de criar uma Rede Estadual de Cultura sem a preocupação da efetivação de políticas públicas com relação aos impactos no seu entorno. Junto ao CEC não foi levantado nenhum programa ou política pública de caráter urbano, os programas se referem apenas a como a edificação se relaciona aos planos de *marketing* turístico e econômico do Estado. No caso do Acquário, o relatório de EIA/RIMA entende o edifício como parte importante para fortalecimento do segmento turístico do Estado e lista os principais programas/projetos relacionados ao fortalecimento do turismo em Fortaleza (THEOPHILO, 2011). Mas todos os listados são projetos já executados, não sendo identificado nenhum novo projeto correlato a políticas de ocupação do entorno ou de projetos complementares, sejam eles de infraestrutura urbana ou de melhorias urbanas para além da edificação.

(AQUARIO... 2017). O Plano de Negócios do Acquário trabalha com uma média de público de 1,2 milhões de pessoas por ano, para se tornar sustentável economicamente (IPECE, 2015). O Rio de Janeiro teve, em 2014, a entrada de aproximadamente 1,5 milhões de turistas e em 2015, 1,3 milhões, enquanto o Ceará registrou em 2014 aproximadamente 85 mil visitantes e em 2015, 78 mil (BRASIL, 2016).

³² Não foi possível averiguar a implantação das políticas de cunho cultural e patrimonial, na presente pesquisa, devido a abrangência necessária para o levantamento desses dados, nos atendo aqui aos programas que se referem mais aos impactos no entorno físico do CDMAC.

Nenhum dos projetos nasce dentro de um planejamento urbano, seja de caráter municipal, de bairro ou mesmo de um Planejamento Estratégico³³. São produtos gestados em planos culturais e de marketing turísticos, onde não estão atrelados a políticas/projetos que possam potencializar os efeitos de sua implementação, assim como não são averiguadas as reais necessidades das localidades onde se inserem, nem seus possíveis impactos. Mesmo o CDMAC, onde surge a ideia de programas complementares à edificação, pensados após sua concepção, esbarram nas convicções dos políticos que já colheram os frutos da imagem gerada pela implantação da edificação.

Os critérios definidos para a escolha dos profissionais parecem evoluir para meios cada vez mais antidemocráticos, à medida que os anos passam. Mesmo o projeto do CDMAC, no qual a escolha foi feita através de concurso, não se deu de forma amplamente democrática, tendo em vista que foi um concurso fechado, em carta convite aos cinco maiores escritórios de Fortaleza na época (SMITH, 2006). O CEC foi projetado por um funcionário que pertencia ao quadro Estatal no período.

O Acquário seguiu o processo de inexigibilidade, que redundou em implicações legais contra Bismark Maia, devido ao viés do processo licitatório, ou seja, os três projetos ocorreram dentro de uma tentativa de diminuir as possibilidades propositivas dessas obras, pois na medida em que você tenta controlar e escolher quem propõe os projetos, você está procurando, se não definir um viés ideológico, pelo menos limitá-lo.

Esse processo de escolha dos arquitetos, para os projetos institucionais do Estado, ilustra bem a teoria explicitada por Bourdieu (2015), de que a disputa pela produção do espaço se dá de forma “relacional”, onde todas as pessoas mantêm um certo nível de relacionamento entre si, com camadas sociais estratificadas. Esse espaço “relacional” remete à existência de um vínculo fundamental entre ações e interesses, sendo que nossos interesses não são

³³ É bem verdade que constam em Planos Diretores de Fortaleza citações ao Centro de Eventos e sua localização, como o Plandirf (1969), que previa sua implantação no lugar da comunidade do Poço da Draga. O Aquário é aventado como possibilidade atrelada ao CDMAC em sua proposta original. Mas são apenas citações de períodos bem anteriores a real implantação das edificações que, ou se deram em diferentes localidades, ou partem de dados muito defasados com relação as realidades econômicas e sociais no qual as edificações se materializaram.

necessariamente frutos da racionalidade, mas do meio ambiente social, de práticas sociais “aceitáveis”.

Trata-se de uma internalização das estruturas sociais do meio. Pode-se ter consciência deste estado de coisas, e atuar de forma proativa nesse jogo social, ou simplesmente estar nele de forma internalizada, sem nunca ter consciência das regras desse jogo (STEVENS, 2003). A manipulação ocorre por vezes por meios legais e estruturas formalmente reconhecidas, em forma de cerceamento de modos mais democráticos na escolha dos projetos, como no caso do CDMAC e do CEC, ou de formas veladas de favorecimento, como parece se apresentar no caso do Acquário Ceará.

Uma forma de garantir liberdade criativa, e promover o debate arquitetônico é a escolha dos projetos através de concursos públicos. Ao ser julgado por seus pares, e não por uma escolha deliberada e autoritária de um ente político e centralizador, as chances de a proposta vencedora possuir um caráter mais plural e conciliador aumentam exponencialmente, até porque a comissão julgadora tem que justificar perante a sociedade as razões de sua escolha.

Com relação a implementação dos projetos, o que chama a atenção no caso do CDMAC é a ausência de identificação de consulta popular e resistência a sua implantação. O mesmo ocorre com CEC uma vez que o Governo até promove uma consulta, por meio da realização de uma conferência, para em seguida simplesmente ignorá-la. O caso do Acquário é mais emblemático porque resultou em diversas críticas e resistências por parte de movimentos populares, políticos e intelectuais, assim como processos legais.

Podemos concluir, pela análise e pelo que foi exemplificado na Matriz de Resultados, que a trajetória institucional dos projetos ressaltou o fato de as justificativas dos empreendimentos derivarem de necessidades político/econômicas. Os três projetos buscam impulsionar um mercado turístico que, apesar de já representativo economicamente, se encontra aquém da expectativa estipulada por seus gestores, pondo o Estado para que funcione como empreendedor, alinhado a lógica neoliberal de usá-lo como fornecedor de infraestrutura. Os edifícios vêm com intuito de construir uma imagem de Estado progressista e disposto a fazer as investidas e conduzir os gastos públicos para viabilizar a atração de investimentos externos, em setores específicos, em detrimento de políticas mais abrangentes que

busquem reduzir os discrepantes índices urbanos dentro da espacialidade de Fortaleza. As temáticas das edificações variam, mas os objetivos e a retórica se demonstraram deveras similares.

Os projetos seguiram os trâmites legais de implantação, com exceção do Acquário Ceará, que segue com problemas judiciais até a presente conclusão da dissertação. O controle sobre o que e como eram propostas as edificações se deu através das limitações criadas na contratação dos arquitetos. A escolha dos projetistas dá indicativos da caracterização de um perfil projetual alinhado com os ideais dos representantes das secretarias dos respectivos governos, não estando abertas a concursos amplos, onde entidades representativas é que iriam julgar as propostas mais relevantes.

Mesmo alicerçando seu discurso em exemplos de intervenções mais abrangentes³⁴ os projetos não procuram tecer proposições mais amplas no aspecto urbanístico de políticas públicas nem do ponto de vista de articulações entre os órgãos públicos, inclusive o municipal. Sendo representativo o fato de não se ter a real preocupação com o sucesso do impacto urbano das obras. A preocupação se dá, apenas, sobre a capitalização da imagem da implementação de tais empreendimentos no tecido urbano da cidade de Fortaleza.

5.5.2 Considerações sobre a análise de conteúdo

É natural que a implantação de um edifício institucional sempre venha acompanhada de um grande debate sobre a cidade devido a sua concentração de recursos e, conseqüentemente, seu impacto no entorno e na paisagem. Por esses motivos, tais edificações devem ter suas localizações previamente estudadas de maneira que, uma vez implantadas, possibilitem a maior reverberação possível de suas qualidades inerentes, tendo que ser dimensionadas e seu programa definido mediante uma análise concisa das necessidades da localidade a que irá pertencer. Podendo até extrapolá-la, mas nunca ignorá-la, sob o risco de a população do seu entorno encará-la com indiferença. Argumentos que imediatamente remetem ao caráter público e atrativo de pessoas, intrínsecos aos edifícios institucionais, que

³⁴ Como as de Barcelona, Boston e Baltimore.

sempre geram a expectativa de atender sua função social: gerar espaços de convivência confortáveis, atrativos e que inspirem o caráter social e humano das cidades (ROGERS e GUMUCHDJIAN, 2015).

O que se depara, ao se verificar os dados explicitados na Matriz de Resultados, relativos ao CDMAC, CEC e Acquário, é diametralmente o oposto do descrito no parágrafo anterior. A partir da análise do conteúdo pode-se verificar que a localização e implantação das edificações não derivam de critérios técnicos ou de planos mais abrangentes; suas localizações são definidas a partir do empirismo, de contextualizações historicistas, nascidas da necessidade de uma tipificação cultural que contribuísse para alavancar a justificativa do projeto. Foram decisões autocráticas que não seguiram sequer pareceres técnicos. Derivaram de decisões unilaterais de gestores ou de oportunidades que surgiram ao acaso, não havendo nenhum nível de participação popular na tramitação dos projetos.

A questão é que a lógica que rege as decisões de localização desses empreendimentos passa à margem da técnica e da necessidade. Tal pensamento não tem origem na política cearense, mas em como o sistema econômico encontrou meios para lidar com áreas centrais que se encontravam em processo de deterioração³⁵. A contradição se faz presente diante da necessidade de adaptar velhos tecidos urbanos às novas necessidades mercadológicas. Essas áreas têm que se apresentar modernas, flexíveis e preservadas, velhas e novas ao mesmo tempo (KOOHLAAS, 2014). O problema se exacerba quando fica claro que as áreas centrais não se adequam muito bem a essas novas necessidades tipológicas da globalização, que busca uma rentabilidade alta e imediata, requerendo regiões bem servidas de infraestrutura, livres de patrimônio, memória e inquilinos (MONTANER, MUXÍ 2015).

Problemática diretamente relacionada a presunção de que as edificações funcionariam como ferramentas de transformação urbana. A partir do que se apresenta na Matriz de Resultados, pode-se perceber que os discursos do CDMAC

³⁵ Com o fim da economia manufatureira urbana e conseqüentemente a fuga das indústrias das áreas centrais para a periferia, e até mesmo para outros continentes onde a mão-de-obra se apresentava mais atrativa, se fez necessário dar um novo uso para a infraestrutura já estabelecida, o que acarretou em um redescobrimto das áreas centrais (HALL, 2016). A partir de então solucionar o esvaziamento das áreas centrais virou uma questão moral e simbólica para a sociedade. Como se solucionar a referida questão resolvesse todas as mazelas que afligem a cidade e, concomitantemente, garantisse a preservação da sua identidade.

e do Acquário se alinham com essa ideologia, seguindo os moldes dos citados Planos Estratégicos³⁶, lançando mão do uso de exemplos em seus memoriais e do sucesso desses planos em outras localidades, mas sem adentrar de maneira aprofundada sobre o aparato e abrangência relativos a políticas públicas e projetos correlatos e estruturais, para que tais projetos se tornassem viáveis. Funcionando apenas como pano de fundo para a justificativa do porte das implantações sem uma efetiva análise crítica dos planos.

O que se apreende é que as decisões de implantação de tais edificações se materializam sem o planejamento e aparelhamento técnico capaz de sustentar o discurso que lhe justifica. Diante da falta de embasamento técnico e de planejamento não se admira que o discurso dos arquitetos, referente aos três projetos analisados, se alicercesse na supervalorização da linguagem, tão apregoada pela pós-modernidade, como justificativa e meio para devolver a arquitetura sua dimensão social. Isso, em muito, decorre do descolamento do contexto, identificado nos três projetos. O que remete ao questionamento, feito na Matriz de Resultados, relativo ao fato de se os projetos, em seu discurso, levaram em consideração as pré-existências para sua concepção formal? Pode-se afirmar que o CEC e o Acquário não trazem em seu discurso, ou mesmo em seu aspecto formal, qualquer referência as pré-existências.

A implantação e forma, do CEC e do Acquário Ceará, remetem ao pensamento globalizado que os rege. Tem em sua forma um tecnicismo abstrato que não transparece nenhuma interferência ou referência ao que o circunda. Suas formas objetivam o espetáculo, buscando capitalizar em cima da criação de uma experiência onírica, que não tem outro propósito a não ser o mero deleite pelo inusitado. São edificações pensadas sob a lógica do consumo, no qual a imagem e a experiência se apresentam claramente tipificados e homogeneizados. Não que tais

³⁶ Partindo de outra perspectiva, a remodelação urbana de Medellín teve origem de Planos Estratégicos mais calcados no que foi denominado de Urbanismo Social. O objetivo era tornar visível as zonas esquecidas da cidade, através de debates públicos e projetos estratégicos. Echeverri (2017) ressalta a importância de que os programas dos projetos arquitetônicos estivessem relacionados a vida cotidiana das pessoas. À importância da resignificação da identidade das comunidades, conseguida através de melhorias de infraestrutura, de forma tal, que a obra pública passou a ser vista, por comunidades marginais, como um atestado de pertencimento a uma cidade na medida em que tais obras, claramente, foram pensadas para as suas necessidades.

obras não pudessem ser impactantes, elas poderiam vir a ser se a realidade e o contexto que as alimentam exigissem.

Apesar do CDMAC fazer fortes referências ao contexto, de como ele foi utilizado como base para propor uma implantação diferenciada e segmentada, sob a justificativa de dinamizar o espaço urbano. Com a análise da pós-ocupação, fica notório que tal referência se faz apenas retórica³⁷, assim como o reforço no discurso de vínculo social através de referências as formas que remontam a tipologias históricas das edificações cearenses. Essa busca por uma imagem mais comunicativa para a arquitetura fez eclodir edifícios culturais preocupados com sua popularidade, colocando-os como protagonistas de projetos estratégicos de muitas cidades. Elevou-os à condição de elo modelador e reestruturador da coesão social e urbanística da cidade contemporânea, tão caros aos Planos Estratégicos. Por muitas vezes, e por muitos governos, foram utilizados como “farol” turístico que buscaram projetar a cidade para o resto do mundo. Para além das críticas de como ocorrem tais reformulações urbanas existe, no presente estudo de caso, o agravante de não buscarem reestruturar a condição urbanística onde se inserem, apenas focam na questão do “farol” turístico, nos ganhos de sua imagética e da construção de uma idealidade que é pura retórica.

Aprofundemos a discussão através da análise dos discursos que justificam as edificações. Na edificação do CEC e na do Acquário, à medida em que se propõe a referência impositiva das formas marinhas e das falésias, busca-se, retoricamente, uma justificativa imagética de um cenário idealizado no qual não tem como ser mensurado sua capacidade comunicativa³⁸, demonstrando um esforço de construir uma realidade que só existe para quem a propõe.

Esse “aprisionamento” ocorre, em muito, devido a necessidade de fechar um ciclo de pensamento que justifique a imagem e o mundo no qual ela vai se expressar. A busca por essa “imagem síntese”, que Maciel (2011) define como a imagem sem referência do real, é, em muito, devido ao discurso arquitetônico contemporâneo evitar o social e se focar em princípios abstratos universais (STEVENS, 2003). Tentativa mais explícita no caso do CEC e no do Acquário, com seu uso abusivo de referências metafóricas, na tentativa de justificar as decisões

³⁷ Ver subcapítulo 5.5.3 Considerações sobre a pós-ocupação

³⁸ Como explicitado por Gil (1997) no subcapítulo 2.2.1 A necessidade e a representação da imagem.

formais e de implantação das edificações, em detrimento de uma melhor relação espacial com o parque do Cocó ou com relação a paisagem da Praia de Iracema e o conflito espacial com a comunidade do Poço da Draga. São reforços imagéticos que expressam uma complexidade retórica, que na realidade não existem. São complexidades e distrações criadas por seus próprios autores, enquanto as realidades do entorno são negligenciadas.

Ao mesmo tempo que as inéditas formas do Acquário encantam o espectador e complexificam o trabalho do arquiteto, elas distraem o observador da realidade escondida pelo muro que separa o estacionamento do Acquário da comunidade do Poço da Draga. A essa realidade não é proposta nem uma melhoria paisagística ou de acesso a serviços.

Retomando Lefebvre (2006), a adoção de uma linguagem impactante, buscada de forma unilateral pelos três projetos, baseada na experiência e no ineditismo, só induz a efeitos contraditórios de violência e persuasão, gerando espaços que posteriormente se apresentaram estagnados, como pode-se verificar no estudo de pós-ocupação do CDMAC e do CEC.

A questão da contextualidade deveria funcionar como força motriz da criatividade, a partir de um olhar mais atento às reais necessidades da localidade, servindo como balizadores, desde a definição do programa a ser atendido até seu padrão de implantação. Sua constituição estética final, se é cheia de referências formais ou abstratas, até perde seu protagonismo dentro desse processo de construção espacial.

Outro ponto a se salientar, diante da análise das edificações, e mais difícil de diagnosticar do que a questão dos impactos do advento da imagem sobre a sociedade, mas não menos nocivo, é a questão da identidade. Com a globalização as cidades têm sofrido uma espécie de esquizofrenia aguda na qual o único remédio aparente é a rotulação e tematização da sua identidade. Não seria de todo preocupante se esse fosse um reflexo crítico do processo de suburbanização que as cidades contemporâneas têm passado. Mas essa busca por identidade tem-se apresentado bem contraditória e compulsiva, demonstrando por muitas vezes que a ânsia pela identidade cultural só tem impulsionado a cidade para a perda do que lhe é mais caro e valioso.

Ao contrário do que vimos acontecer com a arquitetura institucional

moderna que, através da repetição de características arquitetônicas relativas a materiais, esquemas compositivos abstratos e critérios ligados a uma preocupação com o programa e o sítio, conseguiu articular de forma gradual e não intencional uma identidade à arquitetura nacional (CAVALCANTI, 2006), o mesmo não acontece com a nova arquitetura institucional cearense, na pós-modernidade, apesar de tais edifícios reivindicarem em seus memoriais tal condição, através do constante uso da mimese, de citações e formas tipificadas. Tem conseguido, apenas, produzir uma arquitetura globalizada e desconexa, sem qualquer relevância identitária.

A tipificação pode se apresentar de diversas formas. Através da referência a uma arquitetura “sertaneja”, como é no caso do CDMAC, que se torna possível a partir da adoção de uma tipologia vernácula, que não é real, tornando o edifício mais facilmente vinculado a uma paisagem exótica, quando na verdade se trata de um edifício que, obrigatoriamente, possui um viés contemporâneo devido as necessidades estruturais e tecnológicas inerentes a função que abriga, como museus, cinemas e teatro; ou de forma mais direta: “Para que um aquário no Ceará? Pela história. Pela relação grande com o mar, a jangada, e tal” (FREITAS, 2015).

A estranheza pela busca de uma identidade recai sobre o mais óbvio. Ela não deveria ser tão difícil de ser definida, ela teria que derivar do que é real, do contexto, da sua própria história (KOOLHAAS, 2014). Mas o contexto e a história, na maioria das vezes, não se apresentam formatados, fáceis de ser digeridos e interpretados, então eles precisam ser simplificados e rotulados para uma melhor assimilação. É nesse ponto onde a cidade se transforma em objeto de consumo a ser comercializado.

Pode-se perceber que esse tipo de ideologia se expressa na concentração do CDMAC e do Acquário Ceará na Praia de Iracema. Onde fica evidente como as gestões estaduais recentes enxergam a Praia de Iracema como objeto que, devido a sua história, relação com o mar e escala peculiar, possui um imenso potencial para a tematização. O objetivo é criar no “corredor turístico”, formado pela Beira-Mar, o Acquário e o CDMAC, um trecho de orla que se destaca do resto da urbanidade da cidade, onde os conflitos sociais não estão expressos, propor um simulacro dentro da cidade, através da criação de um “palco” atrativo e tipificado ao turismo de massa, um centro tematizado para representar a própria “cidade ideal”, que Hall (2016, p.506) diagnosticou como a tentativa de criar uma

pequena área que resuma toda a cidade de forma alegórica: “cidade-como-palco”. Destaca-se uma forma de agir do Estado que, segundo Barreira (2018, p.49), já é bastante conhecida: “[...] concentrar atividades, polarizar o uso, eliminar a permanência, desrespeitar o espaço físico original e a memória, tudo sob a complacência e a negligência do poder público”³⁹.

Não é de se estranhar, portanto, que seja constante a imprescindibilidade de grandes obras do Estado no tecido urbano de Fortaleza, essa capacidade de criação de necessidades com o objetivo de fabricar a imagem de contínuo progresso no imaginário da população. É dentro desta linha de pensamento que Fontenele (FREITAS, 2015) afirma a necessidade de diferenciar matéria prima turística de produto turístico, o Ceará é rico no primeiro, seria preciso suprir o segundo. O Ceará já possui o CDMAC e o CEC, necessita agora da edificação do Acquário para completar

[...] o tripé de turismo de negócios, familiar e social. O Acquario é o turismo familiar. E será localizado em uma região que suplicava ser frequentada por famílias de novo. Há famílias que vivem lá, honradas, do bem, mas tem muita gente que não é. Isso é inegável, basta ir lá e olhar. O bom turismo é o de família, é o que deixa recursos no local, é onde se gasta mais. Não sou eu quem digo, há estudos disso (FREITAS, 2015).

Essa questão de o “lugar necessitar da intervenção”, é bem inerente à busca constante de criação de novos mercados. A criação dessa “caracterização” da arquitetura, fortemente vinculada a questão do turismo de “sol e mar”, faz parte da necessidade de construção clara e sintética de uma imagem a ser promulgada e vendida para impulsionar o turismo de massa. O perigo dessa busca por simplificação temática é tornar as cidades que possuem uma forte singularidade em cidades rasas, sem nuances ou sutilezas.

A cidade “torna-se transparente, como um logotipo” (KOOLHAAS, 2014, p.37) e conseqüentemente genéricas. Seria o destino da cidade de Fortaleza se

³⁹ Mas, é importante frisar que apesar do predomínio, essa não é a única lógica que pode gerir a tomada de decisões de implantação. A cidade de Medellín, durante os últimos quinze anos, passou por um intenso processo de transformação urbana e social que contribuiu para que ela entrasse no mapa dos processos de renovação e inclusão urbana, contribuindo para que saísse da difícil posição de ser uma das cidades mais violentas do mundo. Medellín conseguiu, através da eleição de políticos, que tornaram possível a perpetuação de determinadas políticas públicas, uma transformação urbana sem precedentes, tendo como prioridades as questões de mobilidade urbana e requalificação do espaço público. (Echeverri, 2017).

tornar completamente genérica? Apesar dos esforços dos arquitetos na tentativa de reformular os nossos centros de viver, o que se percebe materializar nas cidades contemporâneas são subúrbios fragmentados e inexpressivos, centros urbanos tematizados, onde se verifica o alerta de Koolhaas (2014) sobre o uso irresponsável da imagética, da grandiosidade, em nome de uma apoteose ao vazio.

Retornando à Matriz de Resultados, pode-se constatar que as três edificações não apresentam um conteúdo programático diversificado. Não procuram atender alguma necessidade, ou carência de seu entorno imediato, nem nada para além de sua atividade fim. A verificação denuncia a falta de perspectiva de um diagnóstico mais efetivo na localidade onde se implantam os edifícios institucionais. Com os projetos almejando atender a demanda de toda a cidade e além, tendo em vista seus portes, se faz importante questionar o fato de ser imprescindível que tais edificações se localizem em áreas de grande visibilidade, mesmo que isso requeira grandes custos para readequar seu entorno de maneira a suportar suas dimensões e demandas de público, alheios a qualquer prejuízo que possa causar, devido a inadequação de seus usos às características do uso do solo existentes.

A própria lógica de concentração de recursos públicos na grande construção de um único Centro Cultural não parece se apresentar adequada, tendo em vista a desigualdade acentuada em que se encontram vários bairros de Fortaleza. Como questiona Barreira (2018, p. 50), “os centros também não criam uma periferia?” Não seria mais eficaz para a cidade a despolarização da cultura dentro do tecido urbano da cidade?

O caso do CEC também se faz emblemático nesse sentido. Um grande objeto institucional monofuncional, tendo em vista seu uso pontual de eventos e shows, não parece se apresentar bem localizado no tecido da cidade, sob a perspectiva de que a área escolhida se caracteriza por ser predominantemente residencial e institucional.

Pode-se definir, então, que os três projetos analisados partem da necessidade de criação de um espaço unidimensional, onde a busca pela concretização de uma idealidade a ser fabricada não condiz com a realidade conflituosa na qual elas pertencem. Essa afirmação encontra-se demonstrada na medida em que o Estado seleciona vencedor de um edital para um edifício cultural que prevê uma área inicial de intervenção de 16.450m², numa proposta que sugere

ocupar mais de 30mil m². Um Centro de Eventos com área construída bem maior que o Centro de eventos do Anhembi em São Paulo, que detém uma participação de 32,2% no PIB brasileiro (dados de 2014). Em propor um aquário que se vangloria, segundo o autor, de que “o prédio inteiro do Oceanário de Lisboa cabe dentro do nosso tanque oceânico, que é apenas uma das atrações do Acquario Ceará” (FREITAS, 2015). Breves relatos que demonstram a deformação de percepção dos Governos cearenses e da própria dimensão e realidade do Estado, sempre se calcando na perspectiva capitalista de criação de um mercado a ser atingido, em detrimento das necessidades de sua população e numa promessa contínua de que se construirmos “eles” virão!

O que encontramos presente nos discursos dos três projetos analisados é o fato de que essas obras são pensadas e dimensionadas para o “outro”, alicerçadas na necessidade de inserir o Estado no mercado global, às vezes referente a cultura, às vezes referente ao lazer, as vezes referente aos negócios; onde claramente é demonstrada a atenção do Estado em gerir os recursos públicos como empreendedor e não mediante a atender as demandas locais dos contribuintes.

O discurso sempre ocorre na intenção de demonstrar que esse retorno se dará de forma indireta, através da atração dos investidores e geração de empregos. Mas, como se pode averiguar⁴⁰, esse tipo de política não tem conseguido proporcionar uma melhor distribuição de renda e uma real melhoria de vida para a parte menos favorecida da população cearense.

5.5.3 Considerações sobre a pós-ocupação

Para Rogers e Gumuchdjian (2015), a arquitetura tem a importante função de criar os cenários onde a vida ocorre e, por esse motivo, nunca deve ser vista como mera mercadoria. As edificações devem ser idealizadas pelos arquitetos sempre com intuito de enriquecer o espaço público, seja ela uma edificação pública ou privada. É sob a perspectiva de que as obras públicas devem sempre ser encaradas como oportunidades de dotar a cidade de áreas que promovam uma melhoria espacial, buscando compreender e promulgar a esfera do público, em

⁴⁰ Ver capítulo a cidade de fortaleza no contexto do Governo das Mudanças

detrimento de edifícios que funcionem apenas como objetos isolados, que serão tecidos os comentários a respeito da implementação espacial do edifício do CDMAC e do CEC.

Pudemos averiguar que nenhuma das duas edificações conseguiu potencializar seus contextos espaciais. Em se tratando do CDMAC, como foi explicitado, o discurso se calca em um viés contextualista com relação a valoração do entorno onde se insere. A implantação tem o mérito de buscar, através de sua forma desarticulada, ter o espaço público como vetor de circulação entre os blocos, em busca de contribuir para uma maior dinamização e vitalidade do entorno. Com essa decisão ocorre um incremento das áreas públicas no entorno da edificação e uma positiva continuidade visual do espaço público que adentra a edificação. Mas sua forma linear, que transpassa as quadras, mesmo que permeável, cria uma fronteira tanto visual como em relação a proporção de espaços públicos, provocando um descompasso que coloca parte das edificações relevantes em um contexto espacial bastante segregado.

Ao fazer a análise do contexto pôde-se identificar doze paisagens relevantes no entorno da edificação. Das doze, apenas duas poderiam ser consideradas como não sendo relevantes interferências visuais ao contexto pré-existente. O que se percebe é a alusão a um discurso contextualista que busca fundamentar uma implantação que coloca a edificação como ponto focal da paisagem, quando o que deveria acontecer era o oposto. Ocorre uma ostensiva valorização e monumentalização da edificação, caracterizando, contraditoriamente, uma implantação deveras moderna para um discurso contextualista e pós-moderno. A conclusão que se apresenta é que a justificativa da implantação, de forma desarticulada, em busca da valorização e dinamização do entorno, se demonstra apenas retórica; a imponente implantação gerou, na verdade, uma grande interferência na paisagem, no tecido urbano e na percepção dos edifícios históricos e institucionais que preexistiam.

A implantação do CDMAC não leva a uma valorização do contexto, mas o leva a uma posição de coadjuvante. Fica a ressalva para o poder da retórica e sua capacidade de gerar uma “imagem” de forma descolada, capaz de entrar em contradição com o desenho da implantação e o porte da própria edificação a que se referencia, como se existissem dois discursos, um textual e outro espacial, que não

se alinham; assim como a percepção de que a dinamização de um espaço público perpassa a um conjunto de ações e soluções espaciais conectadas a um programa inclusivo e a políticas públicas correlatas ao empreendimento, não devendo, portanto, a fruição urbana ser utilizada como único vetor de solução de tão complexa problemática.

Já a implantação do CEC e sua forma compacta e introspectiva se apresenta mais agressiva ao entorno do que o CDMAC. A forma da edificação deixa clara a fronteira entre o espaço externo e o interno, não buscando criar zonas fronteiriças agradáveis à permanência. Objetiva-se a produção de um espaço excludente, onde você ou é usuário do serviço prestado pela edificação ou não é bem acolhido. Não ocorre a preocupação em se propor um espaço flexível em seu entorno; essa preocupação só existe em seu espaço privativo. Suas calçadas são propostas apenas como espaços de passagem e nunca sob a perspectiva de funcionarem como espaços públicos. Com tal decisão, a edificação perde a oportunidade de funcionar como espaço público que poderia polarizar o uso dos alunos das instituições do entorno, assim como dos moradores.

Sua implantação remete às *strip's* americanas, muito recorrente nos casinos de Las Vegas, com tipologia projetada para a percepção da edificação a partir da escala do automóvel, que contribuí para acentuar a característica de ocupação urbana já presente no entorno. O acesso a edificação se dá por uma circulação aberta, entre os estacionamentos de veículos, que só perfila um acesso a edificação, não se comprometendo com mais nada. Ao contrário da percepção de Rogers e Gumuchdjan (2015), com relação a necessidade de os edifícios públicos criarem espaços públicos que fomentem o convívio, o projeto do CEC propõe uma implantação isolada, circundada por estacionamentos, em uma tipologia muito parecida com a de centros comerciais privados.

Ao fazer a análise do contexto, pôde-se identificar seis paisagens relevantes no entorno da edificação. Das seis, duas não apresentam interferências consideráveis na paisagem. De um edifício com esse porte espera-se um certo nível de interferência paisagística, mas a forma de sua implantação e principalmente seu tratamento no que se refere a passeios, área de estacionamentos, e paisagismo poderiam amenizar tal relação ou buscar uma melhor integração. Tal cuidado com o desenho das áreas externas, detalhes de piso, equipamentos urbanos e criação de

áreas de permanência são exigências naturais a edificações desse porte, que partem de um processo de concepção cuidadoso, que não tem lugar em um processo de concepção que leva apenas doze dias.

A presença do Parque do Cocó parece não ter relevância na concepção da edificação. De grande potencial paisagístico, o Parque corta boa parte da cidade de Fortaleza e encontra-se, neste setor da cidade, completamente esquecido pelos agentes públicos. Não foi identificado na volumetria da edificação, ou no seu paisagismo, qualquer tentativa de conexão, incentivo ou abertura de campo visual com o que pode se tornar, futuramente, um parque urbano integrado ao bairro, como já ocorre em outros pontos da cidade.

Por fim, o que se apreende da análise das duas edificações é que além de não potencializar seus contextos, ela aponta que as mesmas contribuíram para acentuar a segregação espacial de patrimônios existentes na busca de se imporem espacialmente. São edificações que não demonstraram o interesse em se harmonizar com o entorno, mas subjugá-lo.

Na Matriz de Resultados, também foi apontado se houve acréscimo de áreas públicas. A implantação do CDMAC representou, sem dúvida, um grande acréscimo de áreas públicas ao entorno onde se implantou a edificação. Um dos pontos positivos de sua proposta se demonstra na boa proporção entre espaços públicos, privados e semiprivados, que não se apresenta no CEC. A questão que correlaciona os dois é a de como esses espaços são articulados no entorno da edificação e com que propósito?

Cada vez mais, as edificações têm sido projetadas como objetos isolados, sem elementos que busquem compreender e promulgar a esfera do público. Para eles, criar espaços públicos seguros e não excludentes tem o importante papel de integrar os cidadãos, contribuindo assim para a coesão social. A democracia encontra sua expressão física, dentro das cidades, em espaços multifuncionais, de domínio público e na vitalidade de suas ruas. Tal fato está diretamente conectado com as formas das edificações e como elas trabalham a fronteira dessas edificações com o espaço público. Os edifícios podem ampliar a esfera pública de várias formas; eles, em conjunto, conformam a silhueta da massa edificada que contorna o que é de domínio público, podendo contribuir para o caráter de pertencimento e de identificação do cidadão com a cidade (ROGERS e GUMUCHDJIAN, 2015). Ao ser

analisada, a obra do CEC não transparece esse nível de preocupação. Principalmente no que tange as questões de escala humana, a criação de um espaço público como zona de amortecimento, e sua relação espacial/volumétrica com o Parque do Cocó.

A criação de espaços públicos nunca pode ser vista como um aspecto negativo, mas seu descompasso pode contribuir para a criação de contextos segregados, como acontece no CDMAC, ou em ambientes insípidos e poucos convidativos, como no caso do CEC. Sendo que nos dois casos isso deriva da necessidade de criar uma perspectiva de imponência a edificação.

De maneira geral os fluxos e acessibilidade não foram incentivados com a perspectiva de dinamizar o uso do entorno. Mesmo o CDMAC sendo uma edificação bastante permeável sua implantação se demonstrou fora da escala do contexto, relegando grande parte das edificações, e do entorno imediato, a um certo nível de marginalização. O CEC não propõe nada para além de uma circulação periférica e uma marcante priorização ao uso do veículo motorizado. Sua falta de promoção a acessibilidade não é só de permeabilidade, mas de sensibilidade espacial e de escala, chegando ao ponto de se tornar agressiva ao transeunte.

Outro ponto verificado na Matriz de Resultados é que em nenhum dos casos houve uma dinamização do entorno. Os entornos das edificações se apresentaram beirando o abandono. Não ocorreram mudanças de usos do solo ou um maior dinamismo especulativo, considerando-se que por muitos anos várias edificações ficaram fechadas e terrenos permaneceram vazios. O impulsionamento esperado ao entorno das edificações não se concretizou. Não ocorreu o “boom” imobiliário esperado ou uma dinamização do entorno, estando as duas edificações isoladas em contextos urbanos circundados de vazios urbanos e de pouca vitalidade. Mesmo o CEC, que apresentava um potencial de uso em seu entorno residencial e institucional, apresentou uma proposta de implantação que apenas reforçou o caráter pouco associativo da urbanidade pré-existente.

Apesar do acréscimo de áreas públicas propostas com o CDMAC, sua falta de sensibilidade programática e ausência de políticas públicas correlatas, relegaram seu entorno ao monofuncionalismo voltado ao lazer noturno, que acabou por condená-lo ao isolamento, levando a uma negativa aproximação de novos usos, que só têm contribuído para a degradação urbana de suas cercanias.

O entorno do CDMAC, na atualidade, espera por uma nova intervenção para resgatar, não mais a Praia de Iracema, mas o próprio CDMAC. O CEC e o Acquário Ceará, que se encontra parcialmente construído, foram, no início de 2017, anunciados entre os empreendimentos que passariam por processo de concessão a iniciativa privada. Apesar das tentativas de vendas da concessão, até meados de 2018 elas ainda não foram efetivadas.

Em matéria veiculada pelo jornal Diário do Nordeste o Acquário Ceará prefigura entre os dez ativos do pacote de concessão do Estado como “[...] um dos menos atrativos economicamente” em estudo elaborado pela McKinsey e Company, denominado de “Capturando o Pleno Potencial dos Ativos de Infraestrutura do Ceará”. Ironicamente, o estudo aponta que o empreendimento precisa de mais atrativos para se apresentar mais competitivo para o mercado. Duas possibilidades são aventadas: uma seria reduzir o custo inicial do projeto, que se apresenta muito elevado, e a segunda a melhoria do entorno através da viabilização de um complexo hoteleiro (DIÁRIO DO NORDESTE... 2016). Ou seja, assim como o CDMAC, a edificação que viria para requalificar o entorno, antes mesmo de finalizada, já sinaliza a necessidade de um novo projeto que a revitalize.

É possível afirmar que esses projetos de arquitetura institucional pública foram concebidos em uma dinâmica tecnocrática e pouco democrática em termos de participação popular nas suas decisões. Eles se baseiam em uma retórica progressista que busca a criação de uma imagem que não se alicerça em uma realidade pré-existente, seja ela social ou econômica, mas em uma imagem a ser consumida através da tipificação em demanda de viabilizar um ganho econômico, onde o investimento não demonstra a preocupação de que, para além da captação de recursos, se produza um espaço urbano mais humano, que proporcione a interação entre as diversas camadas sociais e que reforce o caráter democrático inerente ao espaço público. Essa preocupação tornaria o investimento público mais permeável e tangível a todas as classes sociais, podendo vir a contribuir, assim, para uma melhor distribuição dos recursos públicos.

No que tange a implantação das edificações, ambas buscam sobrepujar o contexto em busca da solidificação de uma imagem icônica. Quando se analisa linearmente a questão da implantação das edificações (incluindo neste caso o projeto do Acquário Ceará) e seus impactos no entorno, verifica-se a tendência cada

vez mais acentuada de promulgação de uma tipologia de implantação e de proposição espacial urbana comum ao setor privado, totalmente alheia as dinâmicas e às necessidades urbanas das localidades onde se implantam.

Neste aspecto, a arquitetura institucional proposta se apresenta bastante elitista e de caráter sectário, buscando atender a demanda de setores específicos, sem conceder contrapartidas, indicando o uso da máquina pública para o atendimento de interesses privados.

Por fim, pode-se chegar à conclusão de que os três projetos nascem de preocupações imagéticas e completamente desconectadas do entorno das edificações. Mesmo o CDMAC, que em seu discurso se autodeclarava contextualista, demonstrou, com a análise de sua implantação, que a relação com o entorno se resumiu a uma busca por manipulá-lo, de maneira a lhe conferir monumentalidade e ineditismo, relegando alguns prédios de importante relevância patrimonial a contextos segregados. O CEC e o Acquário Ceará simplesmente negam o entorno, propondo edificações “*containers*” que apoiam sua singularidade na própria auto-referência, calcada em arcos tecnológicos de caráter decorativo.

Os três projetos se alicerçam na perspectiva de criar uma imagem singular e única para dar sustentabilidade as suas proposições. As obras são monofuncionais, de caráter programático centralizador e pouco agregam a dinâmica do entorno das edificações ou a melhoria espacial do entorno.

Tal caracterização é bem similar a apresentada pelo campo da sociologia ao denominado Governo das Mudanças. Como verificado⁴¹, tal período apresentou como características a racionalização da administração, a otimização do serviço público, a centralização das decisões sem a necessidade de apoio nos setores da sociedade civil, o uso do setor público como indutor de investimentos, a implantação de políticas de desenvolvimento econômico seguindo a lógica da modernização, fazendo o uso da imagem para a efetivação de uma marca política de diferenciação e ineditismo, através de forte investimento em publicidade, em busca de criar a imagem de um Estado avançado e progressista. Como visto, se apresentam vários pontos similares encontrados nas duas caracterizações, confirmando a existência de um alinhamento político-ideológico entre as propostas das edificações institucionais

⁴¹ Ver capítulo O Governo das Mudanças: o neoliberalismo como uma ideologia.

de cunho cultural e a ideologia política do Governo das Mudanças.

6. CONCLUSÃO

A história da arquitetura institucional pública no Brasil remete a uma forte ligação entre projeto arquitetônico e finalidade político-econômica. Essa é a ideia fundamental que permeia toda a investigação realizada. Se reconhece dois grandes períodos históricos nos quais foi possível identificar características e condicionantes intrínsecos a esta relação entre arquitetura e política.

O primeiro período, que se estende dos anos 1930 até a década de 1970, corresponde àquele em que a arquitetura moderna é chamada a contribuir para a formação da identidade nacional. Naquele momento a base econômica do Brasil se encontrava limitada e concentrada, cabendo ao Estado a realização de grandes investimentos nos campos social e econômico, motivo pelo qual as edificações institucionais ganharam projeção e legitimidade. Como política pública a arquitetura institucional se justificava como meio criativo e difusor da imagem de um país moderno e progressista.

O segundo período, que se inicia anos 1980 e se estende até os dias atuais, é marcado por mudanças estruturais que levaram a uma profunda transformação nas formas de produção e à emergência de uma nova forma de desenvolvimento baseada na informação. O processo de globalização acelera-se com uma agenda econômica baseada na dispersão da produção e na concentração das decisões e do capital, ocasionando aumento na concentração de renda. Agora o poder imagético da arquitetura institucional é acionado para “vender” uma ideia de cidade comprometida com o empreendedorismo e alinhada ao neoliberalismo mundial.

A pesquisa se deteve, nesse segundo período, em um afunilamento espacial e temporal que levou a ser estudada a produção da arquitetura institucional pública na cidade de Fortaleza, concebida por sucessivas administrações do estado do Ceará, após 1986, quando se iniciou o período do “Governo das Mudanças”. Trata-se de um período fortemente marcado por um modelo de desenvolvimento (industrial e turístico) de caráter empresarial no trato da coisa pública, de uso da máquina estatal para o fomento de negócios e do uso da mídia como meio de angariar o consenso da população.

Para desnudar tal estrutura, em busca de investigar o alinhamento político da arquitetura institucional cearense, é que foi estruturada a avaliação de dois projetos, o CDMAC e o CEC, tendo o projeto do Acquário Ceará com balizador de direcionamento futuro. Para tal, foi feita a análise da conjuntura política do período, onde foi aferido o alinhamento dos governos com as características dos Governos das Mudanças e foi verificado que as diferenças de conjunturas só repercutiram na quantidade projetos e sua efetivação, mas não em seu direcionamento político-ideológico.

A análise de conteúdo dos projetos revelou o descompasso entre o discurso e as próprias proposições ao serem verificadas em comparativo com as implantações e as escolhas de suas localizações, assim como conotou as similaridades entre os processos. As decisões de localização e programa foram totalmente centralizadas e alheias às necessidades dos contextos onde se implantaram. Não foi verificado indicativo, em Fortaleza, de um planejamento estruturante que atravessasse as diversas gestões e que norteasse tais intervenções ou indicasse a utilização de critérios técnicos.

Os discursos e análises do conteúdo dos projetos revelaram projetos que não se alicerçam no pré-existente e em seu fortalecimento. Os projetos se apresentaram completamente autônomos aos contextos onde se inseriam, justificando as decisões projetuais, em sua maioria, na tentativa de criar um espetáculo único, o que contraditoriamente, denuncia o aspecto repetitivo de como o espaço público proposto pelo Estado é produzido. Criar um espaço único que gere uma forma quantificável naquele momento, para se esgotar e surgir a necessidade de um novo ineditismo. O objetivo não é produzir um espaço que realmente humanize a cidade, mas produzir o espaço como um produto, onde a espetacularização serve apenas para mascarar a repetição processual.

Os desenhos das implantações das edificações desconsideraram completamente o entorno, apresentando uma tipologia mais condizente com a de empreendimentos privados, sendo totalmente abandonadas, do ponto de vista político, após suas implementações. As análises das implantações revelaram desenhos agressivos e segregacionistas, onde os rastros de suas linhas se apresentaram entranhados de elementos ideológicos e contraditórios aos

encontrados nos discursos oficiais. Elas, as análises, denunciam o uso imagético da arquitetura como ferramenta de diferenciação política sem a preocupação de que se efetivassem as promessas contidas em seus discursos, sempre alavancados na retórica de que os usos das edificações se auto complementam, mas nos quais não foram verificados retornos, do ponto de vista espacial, para o cidadão. Não se verificou, ao longo da análise, a menor reflexão por parte do Estado sobre os erros e acertos de suas proposições, usou-se uma retórica cíclica, que não avança, totalmente voltada a atender uma necessidade de fomentação de mercado.

O que se observa é a insistência dos gestores públicos em pensar as edificações como objetos isolados, possuidores de uma realidade própria e independente. Como consequência de tal ato contínuo e desarticulado de interferência Estatal no tecido urbano de Fortaleza se pode identificar, através da análise da conjuntura paisagística, anterior as edificações e as simulações de implantação dos edifícios, que os mesmos não contribuíram para o fortalecimento das características presentes nos sítios onde se implantaram, mas ao contrário, se tornaram protagonistas da paisagem, relegando fortes elementos paisagísticos a segregação espacial.

Através da análise temporal dos usos do solo, pode-se verificar que suas implantações não tiveram impacto sobre a valorização da área onde intercederam. Em visita de campo o que se constatou foram espaços pouco dinâmicos, estagnados e inseguros, podendo-se afirmar que as edificações, em certa medida, contribuíram para a degradação do seu entorno.

Diante de tal diagnóstico o que se apreende dos projetos é que do ponto de vista da qualidade espacial da cidade as edificações praticamente não ofereceram melhorias, fortalecendo a premissa levantada pelo trabalho de que assim como o Governo das Mudanças se caracteriza pelo forte apelo ao *marketing* como meio de diferenciação política, as obras institucionais, de cunho cultural, implantadas pelo Estado, apesar de não explicitamente, nasceram e foram concebidas dentro da mesma perspectiva ideológica.

As intervenções do CDMAC e CEC contribuíram de forma mais efetiva na consolidação de espaços genéricos. Os Governos das Mudanças levaram a uma distorção do conceito de cidade, e do que cabe como responsabilidade dos poderes públicos, ao tratar a cidade como um negócio, onde a rentabilidade é o único meio

de avaliação. Onde, no caso da arquitetura, a qualidade espacial urbana e arquitetônica das proposições parece não ter relevância, assim como seus impactos. O que cabe ao Estado cearense é buscar fomentar a democracia e a distribuição de renda. No âmbito da arquitetura isso só pode ser alcançado promovendo intervenções que busquem propor espaços menos hierarquizados, que almejem desnudar a realidade e impulsionem a pluralidade funcional, reforçando assim, naturalmente, a imagem e os valores intrínsecos do cearense sem a necessidade de tipificação.

Mas o que se verifica com a dissertação, em Fortaleza, é a construção de uma imagem de cidade superficial, pragmática, rápida de ser renovada, disposta a aceitar qualquer coisa que lhe for proposta, denotando o estado aparente de esquizofrenia por qual passa o Estado, onde se torna saliente a falta de percepção dos dirigentes com relação a identidade e a realidade social a que pertencem, contradizendo as escalas das proposições, por falta de embasamento técnico e ausência de responsabilidade diante do retorno do que é investido.

A imagem sempre funcionou como ferramenta informativa, sendo amplamente utilizada por todas as épocas. Assim como a retórica, ela pode ser direcionada e manipulada ao deleite de quem a concebe, demonstrando sua efetividade apenas sob a luz de sua realização. Essa manipulação pode se dar de várias formas: sob a inocência da ignorância pela falta de experiência, sob a ingenuidade de almejar uma idealidade por demais inalcançável por negar a realidade acreditando que a arquitetura é uma coisa apartada de um viés social, ou, simplesmente, para manipular o consenso em nome de um beneficiamento pessoal ou de um determinado setor social.

A presente dissertação não vem com o intuito de apontar qual é o caso, na análise dos projetos do CEC, do CDMAC e do Acquário Ceará, mas alertar que por mais que se negue o viés político-ideológico ele sempre se encontra presente no traço do arquiteto. Se a obra não transparece seus objetivos de forma clara e concisa no que tange a realidade que a envolve, ao declarar que ela não tem relevância ou ignorá-la, este ato por si só já demonstra um posicionamento político. Mas se a imagética dentro da arquitetura permite esse vácuo de difícil âmbito crítico, devido seu caráter subjetivo, o mesmo lhe confere a possibilidade da subversão.

A dificuldade da construção da pesquisa se encontra nos meandros de

como constituir uma metodologia ideal de análise capaz de concatenar as ações que construíram os projetos ao mesmo tempo em que trouxesse à luz a ideologia que os constituiu. A análise de seus discursos e plantas não pode ser desvinculada de uma visão mais abrangente do ponto de vista político e social, assim como o estudo da pós-ocupação, dentro do campo da arquitetura, não pode se ater a dados meramente quantitativos quando sua principal dimensão é a interpretação do espaço que está impregnado de valores simbólicos e culturais. Tecer o método de análise que conjuga a percepção espacial, seu caráter simbólico, social e qualitativo representou um grande desafio a pesquisa apresentada, que merece ser melhor desenvolvida em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- ADERALDO, Daniel. Centro de Eventos do Ceará é inaugurado com passarela improvisada. **Ig**. Fortaleza, 30 jun. 2012. Último Segundo. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/ce/2012-06-30/centro-de-eventos-do-ceara-e-inaugurado-com-passarela-improvisada.html>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- ACQUARIO: 1º passo para desapropriações. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 10 dez. 2014. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/acquario-1-passo-para-desapropriacoes-1.1170914>. Acesso em: 22 maio 2018.
- ACQUÁRIO: Setur paralisa obra por 60 dias para auditoria. Setur paralisa obra por 60 dias para auditoria. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 fev. 2015. Notícias. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/acquario-setur-paralisa-obra-por-60-dias-para-auditoria-1.1224234>. Acesso em: 08 jul. 2018.
- ANDRADE, Domitila; SENA, João Marcelo. **Ceará é o 5º em desaceleração de crescimento populacional**: Estado chega à marca de 8,9 milhões de habitantes, segundo estimativa do IBGE. Fortaleza ultrapassa barreira de 2,6 milhões. O Povo: online. Fortaleza, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/08/31/noticiasjornalcotidiano,3654560/ceara-e-o-5-em-desaceleracao-de-crescimento-populacional.shtml>. Acesso: 13 fev. 2018.
- ALVES, Gabriela; TEIXEIRA, André. Após polêmica, obra do Acquario do CE vai parar para realização de estudo: Ministério Público Federal pede que obra pare para estudos arqueológicos. Procuradores direcionaram recomendações para governo e Iphan. **G1**. Fortaleza, 22 mar. 2012. Ceará. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/03/apos-polemica-obra-do-acquario-do-ce-vai-parar-para-realizacao-de-estudo.html>. Acesso em: 08 jul. 2018.
- AQUARIO comemora 1 ano com recorde de público e o dobro de animais: Atividades como 'Dormindo no Aquário' e um tour pelos bastidores da atração também foram lançadas. **O Globo**. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/aquario-comemora-1-ano-com-recorde-de-publico-o-dobro-de-animais-22046627>. Acesso em: 12 maio 2018.
- ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha**: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- _____. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2015.
- _____. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos (Orgs.). **Cidade do Pensamento Único**: Desmanchando Consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura na era digital-financeira**: desenho, canteiro e renda da forma. São Paulo: Editora 34, 2012.
- ATRATIVIDADE precisa ser ampliada. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 ago. 2016. Última Hora. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/atratividade-precisa-ser-ampliada-1.1605233>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- BARBALHO, Alexandre. **Espetacularização da cultura nos “Governos das Mudanças”**.

In: O Público e o Privado. Fortaleza, CE, edição 2, 2003.

_____. Modernos e Distintos: Política cultural e distinção nos Governos das Mudanças (Ceará, 1987-1998). **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

BARBOSA, Renata Horn. **Fortaleza: arquitetura e cidade no final do século XX**. 2006. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BARREIRA, Irllys. Praia de Iracema: práticas urbanas e batalhas simbólicas. **Revista Dragão do Mar**, Fortaleza, n. 1, p.44-53, 2018. Trimestral.

BARROS, Ciro; DIP, Andreia. **Quem dera ser um peixe: Enquanto o Ceará sofre um dos períodos mais cruéis de seca de todos os tempos, Governo do Estado investe R\$ 285,7 milhões em aquário**. 2013. Disponível em: <https://apublica.org/2013/06/quem-dera-ser-um-peixe/>. Acesso em: 08 jul. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM editores, 2013.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz. Elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, Roberto e ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

BISMARCK Maia deve continuar na Setur. **O Povo: online**. 18 de dez. 2014. Embarque. Disponível em: www20.opovo.com.br/app/colunas/embarque/2014/12/18/noticiasembarque,3365025/bismarck-maia-deve-continua-na-setur.shtmlwww20.opovo.com.br/app/colunas/embarque/2014/12/18/noticiasembarque,3365025/bismarck-maia-deve-continua-na-setur.shtml. Acesso em: 30 de abr. 2018.

BORJA, Jordi. Homeopatia crítica. In: MONTANER, Josep; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e Política**. 2. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2015. p.07-14.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BONFIM, Washington Luís de Sousa. Reforma do Estado e desenvolvimento econômico e social no Ceará: singularidade e contexto histórico. In: HERMANNNS, Klaus e MORAES, Filomeno (Ed.). **Reforma do Estado e outros estudos**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004. p.59-86.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Regulamenta O Art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal, Institui Normas Para Licitações e Contratos da Administração Pública e Dá Outras Providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 01 abr. 2018

BRASIL. Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo – 2016**. 43 v. Ano base 2015. Brasília, 2016.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva,

2002.

CAMILO recua e faz licitação de R\$ 38 milhões para retomada de obras do Acquário. **Ceará News**. Fortaleza, 18 abr. 2017. Editorial, p. 1-1. Disponível em: <<http://cearanews7.com/camilo-recua-e-faz-licitacao-de-r-38-milhoes-para-retomada-de-obras-acquario/>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARTAXO, Joaquim. Entrevista concedida ao autor em 21 de maio de 2018. Arquivo de áudio.

CAVALCANTI, Lauro. Moderno e Brasileiro: anotações para a história da criação de uma nova linguagem na arquitetura. In: PESSÔA, José; VASCONCELOS, Eduardo; REIS, Elisabete; LOBO, Maria (Org.). **Moderno e Nacional**. Niterói: EdUFF, 2006. p.11-23.

CAVLAK, Iuri. Política e economia no Brasil: 1990 – 2002. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**, Salvador, v. 1, n. 33, p.325-343, abr. 2016.

CEARÀ. Decreto nº 31.637, de 08 de dezembro de 2014. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas e imóveis que indica, com suas benfeitorias e servidões, localizada no Município cearense de Fortaleza, dando outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Fortaleza, CE, 09 dez. 2014.

_____, Flávio Ataliba F. D. Barreto, Adriano Sarquis Bezerra de Menezes. Ipece (Org.). **Desenvolvimento econômico do Ceará: Evidências Recentes e Reflexões**. Fortaleza, 2014. 402 p.

_____, Secretaria de Cultura e Desporto. **Plano de desenvolvimento cultural 1995/1996**. Fortaleza, 1995.

_____, Secretaria de Planejamento e Gestão. **Diretrizes para o plano de governo: da coligação, Ceará vota para crescer**. 2005. Disponível em: <http://www2.seplag.ce.gov.br/content/aplicacao/SEAD/seplan/downloads/DIRETRIZES_PARRA_O_PLANO_DE_GOVERNO.pdf> Acesso em: 16 julho. 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 22ª ed. São Paulo: Vozes, 2014.

COMAS, Carlos Eduardo. Moderno e nacional: uma incompatibilidade a questionar. In: PESSÔA, José; VASCONCELOS, Eduardo; REIS, Elisabete; LOBO, Maria (Org.). **Moderno e Nacional**. Niterói: EdUFF, 2006. p.25-34.

COLAÇO, Jéssica. Obras do Acquario sob investigação criminal: A decisão foi tomada ontem pelo Colegiado de Procuradores do MP-CE. Obra é investigada também na esfera cível. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 abr. 2015. Negócios. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/obras-do-acquario-sob-investigacao-criminal-1.1274703>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

COLOMBINI NETO, Iderley. Notas sobre a questão de classe no Brasil nos anos 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 63., 2016, Niterói. **Anais...** Niterói: Anpec, 2016. p. 1 - 43. Disponível em: <<https://econpapers.repec.org/paper/anpen2015/018.htm>>. Acesso

em: 08 jul. 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. A geografia cultural e o urbano. In: CORREA, Roberto e ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORRIOLANO, Ítalo. A obra mais polêmica: Após 3 anos, um raio-X do Acquario Ceará. 2015. **O Povo online**, Fortaleza. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/dom/2015/07/11/noticiasjornaldom,3468118/a-obra-mais-polemica-apos-3-anos-um-raio-x-do-acquario-ceara.shtml>. Acesso em: 09 maio 2018.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012. p. 219-237.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, Lda, 2010.

CUNHA, Brenda dos Santos Barboza. **Poder e consentimento: formação e manutenção da base de sustentação do governo Cid Gomes (2007-2010)**. 2012. 90 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Construção da Imagem Turística de Fortaleza/Ceará. **Mercator**: Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 1, n. 1, p.53-59, 2002.

DENTIN, Serge. O virtual nas ciências. In: PARENTE, André (Org.). **Imagem Máquina**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011. p.133-143.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 2011.

DIRETRIZES para plano de governo. Fortaleza: Coligação vota para crescer, 2006. 51 p.

EISENMAN, Peter. O pós-funcionalismo. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma Nova Agenda para a Arquitetura**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p.95-100.

ECHEVERRI, Alejandro. Medellín reescreve seus bairros: Urbanismo Social 2004-2011. **Prumo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p.29-41, jul. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaprumo>>. Acesso em: 31 maio 2018.

EDIFÍCIOS culturais unidos por passarelas metálicas convivem com casario antigo na zona portuária. **Projeto Design**, São Paulo, n. 235, p.60-67, jul. 1999. Mensal.

EX-IM Bank deve avaliar cláusula do Acquario Ceará: Já foram gastos R\$ 83 mi da contrapartida do Estado. A previsão de conclusão e entrega do equipamento é 2018. Já foram gastos R\$ 83 mi da contrapartida do Estado. A previsão de conclusão e entrega do equipamento é 2018. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 13 fev. 2016. Negócios. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/ex-im-bank-deve-avaliar-clausula-do-acquario-ceara-1.1491277>. Acesso em: 08 jul. 2018.

FERNANDES, F. R. C. **A Frente Marítima da Área Central de Fortaleza e a revalorização do Projeto Urbano como instrumento de intervenção**. 2012a. 274 p. Tese (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Teresa. Centro de Eventos custou R\$ 122,71 milhões a mais que o previsto. **O Povo: online**. Fortaleza, 14 ago. 2012b. Economia. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/economia/2012/08/14/noticiaseconomia,2899125/centro-de-eventos-custou-r-122-71-milhoes-a-mais-que-o-previsto.shtml>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. **Plano Fortaleza 2040: equidade social, territorial e econômica** / Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza: Iplanfor, 2016. 302 p.: il.: color.: 29 cm. v. 2. – Equidade social, territorial e econômica.

FÓRUM das Culturas Barcelona. Disponível em: <<https://pt.wikiarquitectura.com/construção/forum-das-culturas-barcelona/>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

FRAMPTON, Kenneth. **Histórica crítica da arquitetura moderna**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Levi de. Vamos competir com o turismo do resto do mundo: Responsável pelo projeto arquitetônico do Acquario Ceará, o proprietário da Imagic!, Leonardo Fontenele, fala sobre o impacto do equipamento. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 jun. 2015. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/vamos-competir-com-o-turismo-do-resto-do-mundo-1.1322957>. Acesso em: 29 maio 2018.

G1. **Cid Gomes**: PSDB. São Paulo, ago. 2006. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes/0,,AA1251206-6289-274,00.html>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

GAMA, Aliny. Projeto prevê plebiscito sobre a construção de aquário milionário em Fortaleza. **Uol**. Maceió, 15 jul. 2013. Notícias, p. 1-1. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/15/projeto-preve-plebiscito-sobre-a-construcao-de-aquario-milionario-em-fortaleza.htm>. Acesso em: 08 jul. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2 ed. São Paulo: Atlas S.A, 1989.

GIL, José. **Metamorfoses do corpo**. Lisboa: Relógio D'água, 1997.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **Clientelismo e modernidade nas políticas públicas: Os "Governos das Mudanças"**. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 1998.

_____. Imagem da cidade ou imaginário sócio espacial? Reflexões sobre as relações entre espaço, política e cultura, a propósito da praia de Iracema. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 32, n.1/2, 2001, p. 7-21.

_____. **O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**. São Paulo, Annablume, 2006.

GOVERNO irá privatizar Acquario do Ceará por falta de dinheiro. **G1**. Fortaleza. 05 jan. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/01/governo-ira-privatizar-obra-do-acquario-do-ce-por-falta-de-dinheiro.html>. Acesso em: 08 jul. 2018.

GRAVES, Michael. Argumentos em favor da arquitetura figurativa. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma Nova Agenda para a Arquitetura**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p.101-107.

GELINSKI, Gilmara. **Oscar Niemeyer**: Cidade Administrativa, BH. 2018. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/finestra/arquitetura/oscar-niemeyer-cidade-administrativa-belo-horizonte>>. Acesso em: 15 set. 2018.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 25 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. **O Projeto Acquário Ceará**: aspectos gerais e plano de negócios do empreendimento. Informe Edição Especial nº 84. Fortaleza, 2015. p. 80.

KOOLHAAS, Rem. **Três Textos sobre a Cidade**. 2. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2014

LAMAS, José Manuel. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 7.ed. Portugal: Editora Calouste Gulbenkian, 2014.

LIMA, R. O. D. **O Reposicionamento de destino turístico**: o caso do Centro de Eventos do Ceará, Brasil. 2015. 147 p. Dissertação (Centro de Ciências e Tecnologia) — Universidade Estadual do Ceará.

LIMA, Eliomar de. Quem salva o entorno do Dragão do Mar? **O Povo: online**. Fortaleza, 29 ago. 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/vertical/2017/08/quem-salva-o-entorno-do-dragao-do-mar.html>. Acesso em: 07 jun. 2018.

_____. Acquário sem dinheiro público: Camilo corrige algo que começou errado. **O Povo: online**. Fortaleza, 31 dez. 2016. O Blog do Eliomar. Disponível em: <http://blogdoeliomar.com.br/2016/12/31/acuario-sem-dinheiro-publico-camilo-corrige-algo-que-comecou-errado/>. Acesso em: 08 jul. 2018.

LIMINAR determina suspensão de pagamento para obras do Acquário Ceará. **Ig**. São Paulo, 28 fev. 2015. Último Segundo, p. 1-1. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2015-02-28/liminar-determina-suspensao-de-pagamento-para-obras-do-acuario-ceara.html>. Acesso em: 08 jul. 2018.

LUZ, Rogério. Novas imagens: efeitos e modelos. In: PARENTE, André (Org.). **Imagem Máquina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011. p.49-55.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).Fev.2006.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Editora José Olympia Ltda, 2013.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACIEL, Katia. A última imagem. In: PARENTE, André (Org.). **Imagem Máquina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011. p.49-55.

MAIA, Fernando. Acquario: homologada desapropriação de área. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 abr. 2011. Última Hora, p. 1-1. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/acquario-homologada-desapropriacao-de-area-1.240499>. Acesso em: 08 jul. 2018.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos (Orgs.). **Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MATTEI, Lauro; MAGALHÃES, Felipe. A política econômica durante o governo Lula (2003 - 2010): cenários, resultados e perspectivas. In: PAULA, Marilene de (Org.). **“Nunca antes na história desse país”...?: um balanço das políticas do governo Lula**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2011. p. 134-151.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

_____. **Arquitetura e Crítica**. 2.ed. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2007.

_____ e MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos**. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2015.

_____. **Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação**. 1ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

MONTE, José Cleyton Vasconcelos. **Os caminhos do poder no Ceará: a política de alianças no governo Cid Gomes (2007-2014)**. 2016. 260 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia, Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MORAES, Filomeno. **CEARÁ: Continuidades, Dificuldades e Perplexidades de um Primeiro Ano de Governo**. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2062:ceara-continuidades-dificuldades-e-perplexidades-de-um-primeiro-ano-de-governo&catid=58&Itemid=414. Acesso em: 06 maio 2018.

MOTA, Maninha. Transcrição de entrevista concedida em 17 de maio de 2014. Acervo exposição: A Palavra e o Traço. Cedido por Virgínia Escóssia em 18 de outubro de 2017.

NARLLA, Hayanne. Ministérios Públicos apontam irregularidades em contratos das obras do Acquário Ceará. **Tribuna do Ceará**. Fortaleza, 20 ago. 2013. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/ministerios-publicos-apresentam-irregularidades-em-contratos-das-obras-do-acquario-ceara/>. Acesso em: 08 jul. 2018.

NILO, Fausto. Entrevista em vídeo. Acervo exposição: A Palavra e o Traço. 2017. Cedido por Virgínia Escóssia em 18 de outubro de 2017.

NUNES, Gabriela. **Aquário em Fortaleza será o terceiro maior do mundo: com conceito inovador, a Imagic! promete criar uma das maiores atrações do Nordeste, apostando na arquitetura de entretenimento que oferece novas experiências**. Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br/finestra/arquitetura/aquario-fortaleza-sera-terceiro-maior-do-mundo>. Acesso em: 08 maio 2018.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CEARÁ (Ceará). **Câmara aprova terreno para nova sede da OAB**. 2014. Disponível em: <http://oabce.org.br/2014/06/camara-aprova-terreno-para-nova-sede-da-oab/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PARENTE, André. Introdução. In: PARENTE, André (Org.). **Imagem máquina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011. p.7-36.

PAULA, Ethel de. Fausto Nilo: Iracema para todos? **O Povo**. Fortaleza, 15 set. 2003. p. 4-5.

PEREIRA, Alexandre Queiroz e COSTA, Maria Clélia Lustosa. Desigualdade, vulnerabilidade social e organização espacial na Região Metropolitana de Fortaleza. In: COSTA, Maria Clélia Lustosa e PEQUENO, Renato (Ed.). **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. p.306-331.

PEQUENO, Renato. Mudanças na estrutura socioespacial da metrópole: Fortaleza entre 2000 e 2010. In: COSTA, Maria Clélia Lustosa e PEQUENO, Renato (Ed.). **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. p.187-237.

PIÑÓN, Hélio. **Teoria do projeto**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2006. Tradução de: Edson Mahfuz.

PONCE DE LEON, Delberg. Entrevista concedida ao autor em 04 de setembro de 2017. Arquivo de áudio.

PULS, Mauricio. **Arquitetura e filosofia**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2009.

QUÉAU, Philippe. O tempo virtual. In: PARENTE, André (Org.). **Imagem máquina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011. p.91-99.

QUEM SOMOS: O Centro de Eventos do Ceará é o mais moderno e bem equipado da América Latina. O Centro de Eventos do Ceará é o mais moderno e bem equipado da América Latina. Disponível em: <http://centrodeeventos.ce.gov.br/quem-somos/>. Acesso em: 08 maio 2018.

ROMÃO, Frederico Lisboa. Brasil década de 90: recorrência das desigualdades sociais em meio a muitas transformações. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 11., 2003, Campinas: Unicamp, 2003. p. 1 - 23.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso; ALCANTARA, Denise de. Cognição experiencial, observação incorporada e sustentabilidade na avaliação pós-ocupação de ambientes urbanos. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 1, n. 7, p.35-46, 2007.

_____ et al. **Observando a qualidade do lugar**: Procedimentos para uma avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: Proarq, 2009.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Arquitetura bioclimática do espaço público**. 1.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ROGERS, Richard e GUMUCHDJIAN, Philip. **Cidades para um pequeno planeta**. 1.ed. São Paulo: Editora Gustavo Gili Ltda, 2015.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. 2ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROWE, Colin; FRED, Koetter. Cidade-colagem. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma Nova Agenda para a Arquitetura**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p.293-321

SAMAIN, Etienne. **Como pensam as imagens**. 1º ed. São Paulo: UNICAMP, 2012.

- SANTOS, Cecília Rodrigues Dos. **Casa das canoas de Oscar Niemeyer: fazendo a alma cantar**. Vitruvius, [S.L.], v. 040, n. 05, set. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.040/654>>. Acesso em: 12 out. 2017.
- SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ – SETUR. **EIA/RIMA Acquário Ceará**. SEMACE. Fortaleza, 2011. p.40.
- SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SOUSA, Fernando José Pires de. Transformações Políticas e Institucionais no Ceará: Transformações Políticas e Institucionais no Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 4, n. 38, p.602-621, out-dez. 2010. Trimestral.
- SMITH, Pedro Cardoso. **Fragmento cultural e urbanístico de uma estratégia econômica para Fortaleza: o Centro Dragão do Mar**. 2006. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.
- STEVENS, Garry. **O Círculo Privilegiado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à estética**. 11ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- THEOPHILO, Ricardo A. M. **Acquário Ceará: Estudo de Impacto Ambiental – EIA / Relatório de Impacto Ambiental - RIMA**. 3120. ed. Fortaleza: Semace, 2011. 40 p. (InfoAmbiental).
- ULTRAMARI, Clovis; REZENDE, Denis. **Grandes projetos urbanos: Conceitos e Referenciais**. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 7-14, abr./jun. 2007.
- UNWIN, Simon. **A análise da Arquitetura**. 3.ed. São Paulo: Bookman, 2013.
- VAINER, Carlos. Pátria empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos (Orgs.). **Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- VENTURI, Robert; BROWN, Denise e IZENOUR, Stevens. **Aprendendo com Las Vegas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- WALRAVEN, Carmen Inês Matos; PEIXOTO, Tunay. **Setur apresenta a Agenda 2014 de promoção turística do Ceará**. 2014. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/2014/02/11/setur-apresenta-a-agenda-2014-de-promocao-turistica-do-ceara/>. Acesso em: 30 mar. 2018.
- ZEVI, Bruno. **Saber Ver a Arquitetura**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

APÊNDICE A

FICHAS DE ANÁLISE DA CONJUNTURA INSTITUCIONAL

Quadro 08 – Ficha analítica da análise da conjuntura institucional do CDMAC
CDMAC

SÍNTESE DA ANÁLISE	
Momento político do gestor	<p>Ceará</p> <p>Projeto: Governador Ciro Gomes (PSDB) eleito em primeiro turno;</p> <p>Ciro Gomes se caracterizou pelo discurso de eficiência empresarial no trato da coisa pública e pela imagem personalizada de realizador, construída a partir do intenso uso da mídia (GONDIM, 1998);</p> <p>Obra: Tasso Jereissati (PSDB) eleito em primeiro turno;</p> <p>Período político de pouca competitividade, tendo as duas eleições para governador consecutivas decididas no primeiro turno e o Legislativo refletindo a hegemonia eleitoral governista. (MORAES, 2018);</p> <p>Ocorreram elevadas taxas médias anuais de crescimento econômico do Ceará neste período, que se traduziram em incrementos na arrecadação tributária. A preços de 2000, a receita tributária praticamente triplicou entre 1980 e 2000. (SOUSA, 2007);</p> <p>Aplicações financeiras oriundas de privatizações, contribuíram para esse incremento, principalmente no triênio 1998 a 2000. (SOUSA, 2007);</p> <p>As receitas superaram as despesas durante todo o Governo de Ciro Gomes (1991 – 94). Entre 1995-97 ocorrem déficits, ou seja, durante quase todo o primeiro mandato do Governo de Tasso (1995-98), sendo importante salientar que o período perpassa o momento mais rigoroso de implantação do plano real, voltando a ter superávit entre 1998-99, e déficit novamente em 2000. (SOUSA, 2007).</p> <p>Brasil</p> <p>Nos anos 90 com o Plano Collor o Brasil passa a paulatinamente adentrar o mundo neoliberal. Abre sua economia comercial e financeira provocando um processo de desnacionalização da indústria. Período de grande recessão, alta taxa de desemprego e confisco de poupança de correntistas (CAVLAK, 2016);</p> <p>Impeachment Presidente Collor. Assume então Itamar Franco;</p> <p>Período marcado pela tentativa de controle de gastos públicos, privatização de empresas estatais e atrelamento da moeda brasileira ao dólar norte-americano (CAVLAK, 2016);</p>

Em 1993-98 eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a presidência do Brasil;

Em 1994 é lançado o Plano Real, que se caracterizou pelo controle da inflação via ancoragem cambial e desregulamentação da economia e das finanças. Gerou um aumento no consumo de bens duráveis, deterioramento das contas públicas, desadensamento industrial e um déficit na balança comercial a partir de 1995, em decorrência da abertura da economia e o aumento do déficit das transações comerciais até 1998 (ROMÃO, 2003);

O governo de FHC marcou o ápice das políticas neoliberais e da reestruturação do setor produtivo brasileiro (CAVLAK, 2016);

Com a crise financeira internacional em 1999, o governo se vê obrigado a abandonar a paridade entre o dólar e o real, ocasionando a saída de vários investidores internacionais (CAVLAK, 2016);

Governo reinicia a negociação de empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), estabelecimento de metas fiscais e de investimentos. Cresce o desemprego, a dívida pública e a recessão (ROMÃO, 2003);

Período de alto desemprego, aumento da informalidade e redução de fontes de financiamento de políticas sociais e de fomento de emprego formal (ROMÃO, 2003);

O PIB da década 1991-00 cresceu a taxa de 2,5% (ROMÃO, 2003);

O Brasil segue de forma subalterna ao processo de globalização. Sendo fortemente ligado as determinações e imposições de organismos internacionais como: Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Banco Mundial (ROMÃO, 2003).

Órgão responsável pelo projeto	Secretaria de Cultura do Estado do Ceará – SECULT;
Gestor responsável	Paulo Linhares.
Orçamento inicial da Obra;	11 milhões de reais (CEARÁ, 1995);
Custo total da Obra (concluída)	20 milhões de reais (SMITH, 2006).
Caracterização do órgão responsável pela obra, no período.	<p>É nomeado um publicitário para o cargo de Secretário da Cultura: Paulo Linhares;</p> <p>A SECULT cresce em importância durante o governo de Ciro na perspectiva de promoção de um “efeito de distinção”, tornando-se estratégica para garantir a integração social e o consenso em torno do projeto mudancista. Paulo Linhares declara como umas das missões da SECULT reforçar a imagem do Governo. (BARBALHO, 2003 e 2007);</p> <p>Formulação de um Plano de Ação Cultural que tinha o objetivo de criar uma política cultural racional e objetiva que tirasse o Ceará de um provincianismo cultural e o lançasse dentro do mapa cultural nacional e internacional. (BARBALHO, 2007);</p>

Objetivos da edificação previstos em Planos Governamentais ou Memoriais Justificativos	<p>Criação de uma Rede Estadual de Cultura, composta em Fortaleza pelo CDMAC (CEARÁ, 1995);</p> <p>O CDMAC foi criado, como solicitado em carta convite, para abrigar atividades culturais que pudessem influir na requalificação da zona urbana em que se inseria (EDIFÍCIOS... 1999);</p> <p>“[...] é um esforço de atrair novos moradores, principalmente de classe média e jovens profissionais de serviços com seus ateliers” (CEARÁ, 1995 p. 74);</p> <p>Os estímulos definitivos referentes ao uso do solo, do entorno imediato, viriam através de projetos complementares inferidos pelas gestões municipais (CEARÁ, 1995);</p> <p>Restaurar o tecido urbano mediante a adoção de uma implantação desarticulada e indutora de ligação entre parte da área central de Fortaleza e a Praia de Iracema (EDIFÍCIOS... 1999);</p> <p>Funcionar como elemento articulador entre espaços públicos e privados (EDIFÍCIOS... 1999);</p> <p>Tendência de usos predominantes previstos pelo memorial referentes ao entorno: arte, artesanato, gastronomia, vida noturna, recreação, informação, moda e moradia multifamiliar (CEARÁ, 1995).</p>
Políticas e outros programas e ações correlacionados ao projeto em estudo	<p>Criação da Rede Estadual de Cultura;</p> <p>Programa de Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico;</p> <p>Programa de desenvolvimento de Ações Culturais;</p> <p>Programa de Promoção e Difusão de Ações Culturais;</p> <p>Programa de Modernização Administrativa (CEARÁ, 1995);</p> <p>Projeto Cores da Cidade (SMITH, 2006);</p> <p>Proposta Quarteirão dos Artistas (SMITH, 2006);</p>
Critérios definidos para a escolha dos profissionais (arquitetos)	<p>Concorrência pública mediante carta convite aos cinco maiores escritórios de arquitetura de Fortaleza (SMITH, 2006).</p>
Verificação do tramite legal do projeto governamental.	<p>A contratação de serviços pelo Estado é regida pela Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, que “[...] estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>Prevendo em seu Art. 22 a modalidade de carta convite, sendo definida em seu inciso 3º como “[...] modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.”</p>

Descrição das etapas de implementação do projeto.

A seleção foi feita por membros do Governo Estadual encabeçados por Paulo Linhares (SMITH, 2006);

Foi escolhido como proposta vencedora a de Fausto Nilo e Delbergue Ponce de Leon;

O processo licitatório, período de concepção e escolha da proposta se deu em um prazo de aproximadamente seis meses (SMITH, 2006);

O início da obra se deu em 1995 e levou quatro anos para ser concluída.

A obra foi marcada por inúmeros atrasos, muitos em conta da construtora responsável pela obra que veio a falência tendo que ser substituída, e devido as mudanças de mandatos, em decorrência da saída Ciro do Governo do Estado para assumir a Ministério da Fazenda, sendo concluída parcialmente em 1998, durante a gestão de Tasso (GONDIM, 2006).

Em setembro de 1998 o CDMAC começou a funcionar em caráter experimental, apenas com suas áreas externas liberadas, sendo totalmente inaugurado somente em 28 de abril de 1999;

Não foi encontrado durante a pesquisa indicativos de consulta popular relativas ao projeto, ou de resistência durante sua fase de concepção e edificação, por parte de entidades de classe ou de manifestação popular.

Fonte: Elaborada pelo autor

Quadro 09 – Ficha analítica da análise da conjuntura institucional do CEC
CEC

SÍNTESE DA ANÁLISE

Momento político do gestor Ceará

Projeto e Obra: Governador Cid Gomes (PPS) vence no segundo turno o candidato Lúcio Alcântara que tentava a reeleição;

Apesar de Lúcio Alcântara ter sido apoiado por Tasso a vitória de Cid Gomes não necessariamente representa uma mudança de mentalidade política, tendo em vista que o mesmo já foi filiado ao PSDB, chegando a atuar em 1989-90 como coordenador político regional e líder do PSDB na assembleia Legislativa no período entre 1991-93. (G1, 2006).

O início do novo Governo não significou uma mudança no panorama político, nem um rompimento com as lideranças que dominaram o cenário político nos últimos dez anos. E muito menos alterou o padrão de relacionamento entre o Executivo e o Legislativo (CUNHA, 2012).

Isso fica claro na tentativa de Tasso convencer Lúcio a desistir da reeleição e se candidatar ao Senado, o que liberaria o PSDB para se coligar a Cid Gomes (MONTE, 2016). Tasso durante a campanha rachou com Lúcio e apoiou informalmente Cid Gomes (CUNHA, 2012).

Cid Gomes advinha de uma enorme popularidade como prefeito

de Sobral, onde tinha conseguido a proeza de costurar alianças improváveis, como entre PSDB e PT (Partido dos Trabalhadores). Naquele momento se apresentava como um dos prefeitos mais bem avaliados do Ceará (MONTE, 2016).

O plano de Governo buscava destacar a ideia de um novo jeito de fazer política, com participação popular e apoio de importantes parceiros, como o governo Federal, tendo como prioridades o desenvolvimento econômico e a inclusão social (MONTE, 2016).

Cid Gomes durante a campanha adotou um discurso focado na mudança de atitude dentro do projeto mudancista, e não de crítica, em uma atitude que buscava criticar Lúcio Alcântara mas deixava aberta a possibilidade de aproximação de políticos do PSDB.

Após a eleição de 2006 o PSDB continuou hegemônico no Legislativo e no interior, enquanto Lula, apoiador de Cid, ganhava na esfera Federal. O apoio da bancada tucana, somado aos demais partidos da coalizão garantiram ampla vantagem de apoio para a aprovação das propostas do Governo (CUNHA, 2012).

O Governador Cid Gomes pautou suas gestões pela busca de criar uma “imagem” de político “que faz”, eficiente, através da viabilização de diversas obras pelo Estado (MONTE, 2016).

A economia cearense registrou crescimento acima da média brasileira no período de 2008 a 2014. O PIB do Estado saltou de R\$50,3 bilhões em 2007, para R\$100 bilhões em 2014, mas a porcentagem de participação no PIB brasileiro ainda se registrou tímida, apenas 2% (MONTE, 2016).

A despeito da imagem de administrador eficaz, vários opositores questionaram as prioridades da gestão de CID Gomes. Enxergando em suas obras um descompasso com a realidade social do Estado, que no período sofria com a estiagem e com índices sociais ainda aquém da média nacional. Assim obras como o Centro de Eventos, Centro Olímpico e Acquário Ceará foram taxadas, pela oposição e por parte da opinião pública, como “faraônicas” (MONTE, 2016).

Brasil

Em 2006 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é reeleito em segundo turno.

Embora ainda inserido em um sistema neoliberal os anos 2000 ficaram marcados, no Brasil, pelo fortalecimento das políticas sociais, melhora de redistribuição de renda e um processo de desindustrialização em detrimento de uma maior valorização de produtos primários e *commodities* (COLOMBINI NETO, 2015);

O aumento das exportações de *commodities* permitiu o equilíbrio das contas externas e possibilitou o incremento da produção e aumento do emprego doméstico (MATTEI; MAGALHÃES, 2011);

Entre 2003 e meados de 2008 ocorreu uma conjuntura internacional favorável em termos de créditos, transações comerciais e fluxo de investimentos, que foi interrompida pela

crise internacional de 2009 (MATTEI; MAGALHÃES, 2011);

Apesar da crise o governo decidiu manter seus gastos, especialmente no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), inclusive aumentando os atendimentos do Programa Bolsa Família; bem como procurando reduzir tributos indiretos em vários setores, o que fez com que o Brasil fosse um dos países emergentes menos afetados pela crise (MATTEI; MAGALHÃES, 2011);

A dívida externa, que em 2003 equivalia a 15% do PIB, é zerada, possibilitando o Brasil fazer empréstimos ao FMI em 2008 e 2009 (MATTEI; MAGALHÃES, 2011);

Na década de 2000 a região Nordeste bateu recordes de sucessivos na redução de desemprego, aumento de consumo, ampliação do setor industrial e das exportações (MONTE, 2016).

Durante esse período o país apresentou taxas médias de crescimento do PIB de 3,46% (MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

Órgão responsável pelo projeto	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará – SETUR
Gestor responsável	Bismarck Maia
Orçamento inicial da Obra;	R\$ 363,8 milhões
Custo total da Obra (concluída)	R\$ 486,51 milhões (FERNANDES, 2012b)
Caracterização do órgão responsável pela obra, no período.	<p>A pasta administrada por Bismarck Maia foi a de maior visibilidade do governo de Cid Gomes como o Acquário Ceará e o CEC “[...] que ficará como um outdoor “vivo” de grande impacto para o turismo no Estado” (BISMARCK, 2014);</p> <p>O plano de governo da coligação “Ceará vota para crescer” preconizava a intenção de tornar o Ceará em um dos principais destinos de eventos e negócios do Brasil. Usando o turismo como vetor de desenvolvimento econômico para o Estado (DIRETRIZES, 2006);</p> <p>Tinha como uns dos objetivos gerar oportunidades para todas as regiões, com a proteção e o uso sustentável dos ecossistemas naturais, assim como “[...]promover o desenvolvimento turístico sustentável com inclusão social e a promoção da gestão territorial participativa, como modelo de gestão pública” (DIRETRIZES, 2006, p.37);</p> <p>Outro objetivo estratégico do plano previa o turismo como expressão econômica de nossa cultura “[...] com base em dados cientificamente levantados” (DIRETRIZES, 2006, p.46);</p> <p>Segundo Bismarck Maia a partir de 2007 o turismo passa a ser prioridade do Governo de Cid resultando em fortes investimentos como: dois novos aeroportos, Centro de Eventos, Acquário, duplicação de estradas, restauração de patrimônio histórico e saneamento de praias (WALRAVEN; PEIXOTO, 2014);</p> <p>A pasta esteve envolta em investigação do Ministério Público do Ceará (MPCE) e embargos relativos ao processo de licitação da obra do Acquário Ceará. Quanto ao CEC ocorreram questionamentos relativos a diferença de mais de 30% no</p>

orçamento previsto para sua construção. A justificativa da Setur para a diferença de valores se apoia em diferenças do projeto original e inclusão de outras despesas como: desapropriações, escadas, elevadores e revestimento (FERNANDES, 2012b).

Objetivos da edificação previstos em Planos Governamentais ou Memoriais Justificativos	Memorial Justificativo – Joaquim Cartaxo (promessa); A promessa de que o segmento de Congressos e Eventos, até 2020, veria a contribuir com a criação de uma identidade turística própria com reposicionamento de produtos e destinos da região e uma melhora dos indicadores econômicos e sociais do turismo através da redução da taxa de sazonalidade do setor em períodos de baixa estação. (LIMA, 2015)
Políticas e outros programas e ações correlacionados ao projeto em estudo	PRODETUR Nacional CE: estabelece um perfil do turismo de lazer e de eventos no Ceará e busca traçar estratégias de <i>marketing</i> para o fomento do setor. Plano de <i>Marketing</i> Turístico do Estado
Critérios definidos para a escolha dos profissionais (arquitetos)	Escolha do Secretário de Turismo do Ceará, Bismarck Maia;
Verificação do tramite legal do projeto governamental.	Como Cartaxo pertencia ao quadro de funcionários do governo do Estado no momento da concepção do projeto não houve processo licitatório.
Descrição das etapas de implementação do projeto.	Em 2007 Cid Gomes promove, na cidade de Beberibe conferência para discutir estratégias e ações para o Centro de Eventos; É definido de forma unilateral uma nova localização para o empreendimento, na Avenida Washington Soares; Ainda em 2007 o Secretário das Cidades Joaquim Cartaxo é convidado por Bismarck Maia para projetar o novo empreendimento; Em 21 de novembro de 2008 através do edital de Concorrência Pública nº 125/2008 é selecionado a construtora, Galvão Engenharia e Andrade Mendonça para a construção da edificação (LIMA 2015); A obra começa a ser construída em agosto de 2009 e é inaugurada em junho de 2012. Não foi encontrado durante a pesquisa, indicativos de resistência durante sua fase de concepção e edificação, seja por parte de entidades de classe, seja por manifestações de cunho popular.

Fonte: Elaborada pelo autor

Quadro 10 – Ficha analítica da análise da conjuntura institucional do Acquário Ceará.

ACQUÁRIO CEARÁ

SÍNTESE DA ANÁLISE	
Momento político do gestor	Idem ao descrito no mesmo campo da Tabela 09
Órgão responsável pelo projeto	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará – SETUR Bismarck Maia

Gestor responsável	
Orçamento inicial da Obra;	R\$ 250 milhões (SETUR, 2011)
Custo total da Obra (não concluída)	R\$ 130 milhões até o julho de 2015 (CORIOLANO, 2015)
Caracterização do órgão responsável pela obra, no período.	Idem ao descrito no mesmo campo da Tabela 09
Objetivos da edificação previstos em Planos Governamentais ou Memoriais Justificativos	<p>A construção do Acquário faz parte dos planos do Governo para a promoção do Turismo no Estado entendendo que essa indústria é um importante elemento de incremento econômico no desenvolvimento local, e reconhece a importância de encarar de maneira mais competitiva sua inserção nessa indústria;</p> <p>Em um cenário considerado moderado, o IPECE (2015) prevê que 30% dos turistas que visitam o Ceará vão passar mais tempo para conhecer o Acquario, e 10% (156 mil) virão com este fim, gerando renda direta de R\$ 478 milhões e impactos de R\$ 687,1 milhões na economia cearense, além de 74,2 mil empregos indiretos;</p> <p>Vem fortalecer o desenvolvimento do turismo de eventos, cultura e lazer em conjunto com demais empreendimentos como: Centro de Feiras e Eventos, Arena Multiuso resultante da reforma do estádio Castelão e CDMAC;</p> <p>“O Acquario Ceará será construído bem próximo ao mar e estimulará a revitalização de um dos principais cartões postais de Fortaleza, a Praia de Iracema, bastante próxima da comunidade do Poço da Draga” (IPECE, 2015, p.40).</p> <p>A intenção de transformar Praia de Iracema em um “complexo urbano moderno” com diversidade de usos comerciais, turísticos e residenciais (IPECE, 2015, p.41);</p> <p>Perspectiva da melhoria das moradias e infraestrutura das residências do entorno da edificação, além das comunidades ampliarem o leque de negócios proporcionando ampliação de emprego e renda (IPECE, 2015, p.41);</p> <p>A construção de um novo espaço que reestabeleça a valorização da relação homem/natureza, através da reconstrução de modos de vida urbana ligados ao mar (IPECE, 2015);</p> <p>Proporcionará impactos expressivos no setor educacional devido ao seu potencial a ser explorado de educação ambiental e pesquisa marinha (IPECE, 2015);</p> <p>Criar um conjunto de atrações capaz de rivalizar com os maiores aquários e oceanários do mundo (IPECE, 2015);</p>
Políticas e outros programas e ações correlacionados ao projeto em estudo	<p>Centro Cultural da Caixa Econômica Federal;</p> <p>Indústria Naval do Ceará (INACE);</p> <p>Reforma da Ponte dos Ingleses;</p> <p>Aterro da Praia de Iracema;</p> <p>Projeto Vila do Mar;</p> <p>Projeto de Requalificação da Avenida Beira Mar;</p>

	<p>Centro de Feiras e Eventos do Estado do Ceará; Restauração do Palácio da Abolição; Estádio Governador Plácido Castelo (Castelão) (SETUR, 2011);</p>
Critérios definidos para a escolha dos profissionais (arquitetos)	<p>Seguindo critérios de inexibilidade, sendo a empresa de Leonardo Fontenele, Imagic, a única com capacidade técnica e experiência necessária para a concepção do projeto;</p> <p>Segundo MP-CE a Setur teria feito um convênio com a empresa cearense Fortaleza Convention Bureau (FCB) para a elaboração do projeto, que na época não possuía quadro técnico para tal empreita, tendo que mudar então seu próprio estatuto, e firmar contrato, sem licitação, com empresa Imagic do arquiteto Leonardo Fontenele (NARLLA, 2013);</p>
Verificação do tramite legal do projeto governamental	<p>A contratação de serviços pelo Estado é regida pela Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, que “[...] estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 1993);</p> <p>“§ 1º É vedado aos agentes públicos:</p> <p>I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12” (BRASIL, 1993);</p>
Descrição das etapas de implementação do projeto	<p>No dia 4 de fevereiro de 2009 o governo Federal e a Prefeitura Municipal firmam contrato de permuta relativo ao terreno do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS (MAIA, 2011);</p> <p>Já no dia 17 de fevereiro de 2009, o Governo anuncia em coletiva a construção do maior Acquário da América Latina (MAIA, 2011);</p> <p>Em novembro de 2010 o antigo prédio do DNOCS é demolido para dar lugar a obra do Acquário Ceará (PRÉDIO, 2010);</p> <p>Sem contrato com o Governo a Imagic apresenta lista de seis empresas capazes de executar o projeto Acquário-CE, das quais quatro pertencem a um grupo de entretenimento temático vinculadas a ICM, mesmo com duas outras empresas aptas a execução apenas a ICM é procurada pelo governo (NARLLA, 2013);</p> <p>A empresa ICM é contratada mediante a alegativa de inexibilidade de licitação (procedimento que dispensa a necessidade de licitação quando há inviabilidade de competição, tendo em vista que um dos participantes reúne qualidades tais que o tornam único, exclusivo, inibindo os demais pretensos participantes). A ICM orça a obra em U\$ 150 milhões de dólares, que segundo representantes do MP, tem tal cifra apresentada</p>

sem qualquer composição de custos e especificações, e oferece como contrapartida empréstimo do banco norte-americano Ex-Im Bank (NARLLA, 2013);

Segundo o movimento Quem Dera Ser Um Peixe o Ex-Im Bank é uma agência governamental que atua viabilizando empréstimos que contribuam com o fomento de exportações de produtos norte-americanos. Ao menos 50% do dinheiro emprestado tem que ser utilizado na importação de produtos norte-americanos (materiais, serviços, produtos, etc). Fato que fere a lei de licitações, como citado no item: tramite legal do projeto governamental, da presente tabela (BARROS; DIP, 2013);

O empréstimo foi votado e aprovado na Assembleia Legislativa cearense (BARROS; DIP, 2013);

Início da construção junho de 2012;

Obra é embargada pelo Iphan que cobra estudo arqueológico como pré-requisito para a liberação da licença de instalação do empreendimento, a ser concedido pela Superintendência do Meio Ambiente (Semace) (ALVES; TEIXEIRA, 2012);

Movimento Quem Dera Ser Um Peixe entrega, em 7 de abril de 2012, denúncia com as irregularidades encontradas ao Ministério Público e Tribunal de Contas do Ceará (BARROS; DIP, 2013);

Em 20 de agosto de 2013 o Ministério Público e o Tribunal de Contas apresentam resultado de investigação que aponta que ilegalidade no processo de contratação da empresa International Concept Management (ICM), executora do projeto Acquário Ceará. Procurador afirma que contrato firmado pela Setur viola a Constituição Federal e a Lei de Licitações. Procurador aponta que a inexigibilidade não se justifica no caso pois a empresa ICM não era a única empresa habilitada para a execução do projeto do Acquário, não podendo, portanto, a Setur ter se absterido do processo licitatório (NARLLA, 2013);

Através de contrato firmado a Setur ainda garantiu empréstimo do banco americano Ex-Im Bank sem ter a devida aprovação da União e do Senado Federal. Fato que fere a constituição (NARLLA, 2013);

MPCE entra com ação para anular contrato feito entre a Setur e a ICM (NARLLA, 2013);

Assembleia Legislativa do Ceará arquiva proposta de plebiscito para consulta a população sobre a continuidade da obra do Acquário Ceará (GAMA, 2013);

Manifestantes acampam nos arredores da obra para evitar sua continuidade (GAMA, 2013);

MPCE entra com ação contra o governo do Estado e a Semace pedindo anulação de licenças ambientais tendo em vista que as mesmas foram emitidas por servidores terceirizados da Semace e não por servidores públicos concursados (GAMA, 2013);

O estudo de EIA-RIMA é contestado pelo Movimento Quem Dera Ser Um Peixe por inconsistência e imprecisão devido: usar como base de estudo, tabelas de mares desatualizadas, podendo a

edificação sofrer mistura accidental de águas e correr um risco de bioinvasão, ausência de informação sobre a fonte de abastecimento hídrico do empreendimento e descarte de águas utilizadas e animais mortos (BARROS; DIP, 2013);

Em dezembro de 2014 o Diário Oficial do Estado publica os decretos de desapropriação de terrenos e do condomínio Vila do Mar situados no entorno e em frente ao Acquário Ceará (LIMA, 2014)

Obra é suspensa a pedido do então secretário de Turismo Arialdo Pinho, em fevereiro de 2015, para realização de auditoria pela Secretária de Infraestrutura (Seinfra) (ACQUÁRIO, 2015);

A Justiça do Ceará, em março de 2015, concede liminar que decreta a suspensão dos repasses do Estado para a empresa ICM (LIMINAR... 2015);

Em julho de 2015 o MP-CE reabre processo criminal que investiga a contratação da empresa norte-americana International Concept Management (ICM), sem licitação (COLAÇO, 2015);

Até fevereiro de 2016 a aprovação do financiamento pelo o Ex-Im Bank estava aguardando a análise e aprovação da Procuradoria Geral da Fazenda (EX-IM... 2016);

Dezembro de 2016, o então Governador Camilo Santana, declara que não investirá mais “nenhum centavo” na edificação, que seria repassada a iniciativa privada (LIMA, 2016);

É lançada licitação, em abril de 2017, na ordem R\$ 38 milhões para a retomada das obras do Acquário. A obra apresenta apenas 18% dos equipamentos instalados e 65% da estrutura construída (CAMILO... 2017);

É lançado edital de concessão a iniciativa privada do Acquário Ceará, junho de 2017. (GOVERNO... 2017)

Fonte: Elaborada pelo autor

FICHAS DE ANALÍTICAS DE CONTEÚDO PROJETUAL

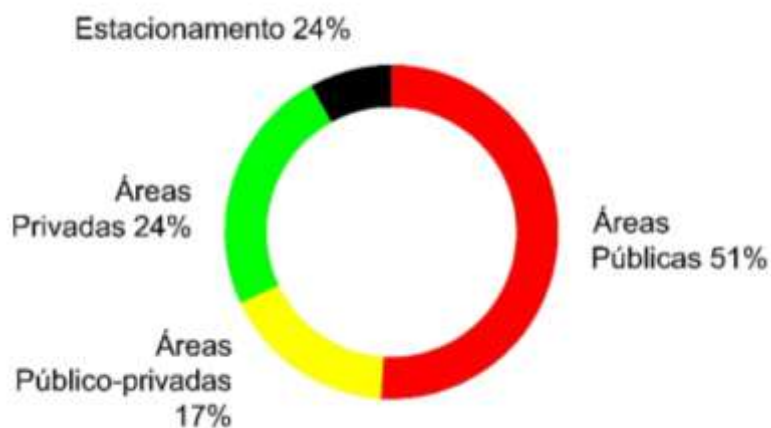
Quadro 11 – Ficha analítica do conteúdo projetual - CDMAC.

SÍNTESE DA ANÁLISE	
Objetivos a serem alcançados	Ser germe de uma futura revitalização urbana da área; Ser elo conector entre parte da antiga área central com a Praia de Iracema; Inserir o Ceará no panorama nacional e internacional da arte e cultura.
Diretrizes projetuais	Relação com o contexto urbano; Linguagem como elo de vínculo com a sociedade; Criar promenade urbano; Usar técnica construtiva condizente com a realidade técnica e econômica do Estado;

Programa Diversidade do conteúdo programático:



Área e seus usos:



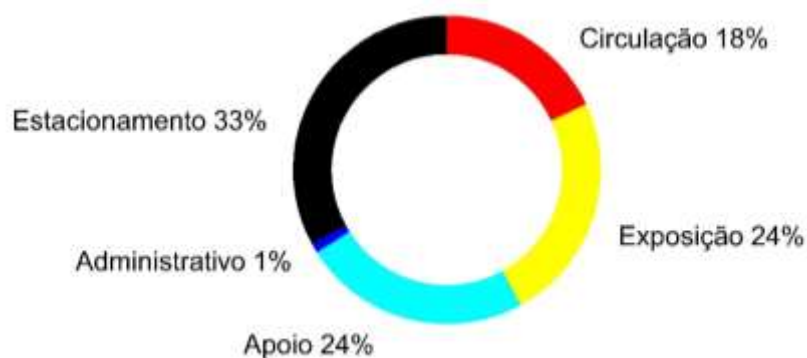
Critérios para definição da Localização Decisão unilateral do Secretário da Cultura Paulo Linhares;

Fonte: Elaborada pelo autor

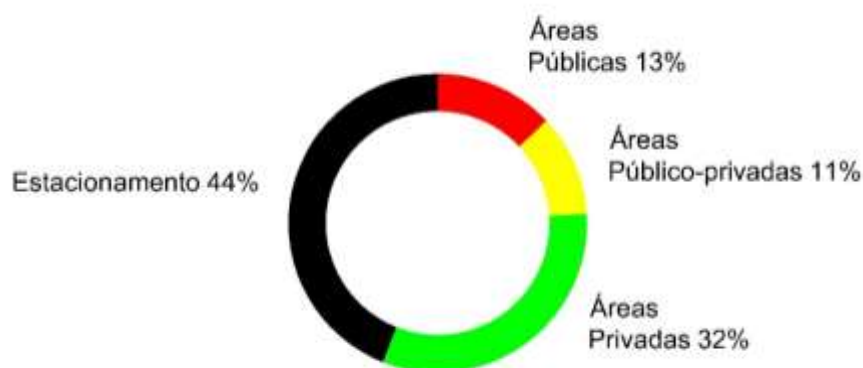
Quadro 12 – Ficha analítica do conteúdo projetual do CEC.

SÍNTESE DA ANÁLISE	
Objetivos a serem alcançados	Diversificar a base turística do Estado incentivando o turismo de negócios;
Diretrizes projetuais	Linguagem como elo de vínculo com a sociedade;

Programa Diversidade do conteúdo programático:



Área e seus usos:



Critérios para definição da Localização

Decisão unilateral do Governo indo de encontro a análise técnica efetuada por especialistas;

Fonte: Elaborada pelo autor

Quadro 13 – Ficha analítica do conteúdo projetual do Acquário Ceará.

SÍNTESE DA ANÁLISE

Objetivos a serem alcançados

Revitalizar a área da Praia de Iracema;
 Inserir o Ceará na competição mundial do turismo;
 Formar um “mix” de atrativos turísticos, junto com a Beira Mar, o CDMAC e o centro da cidade;
 Promover o turismo educativo e a consciência ambiental;

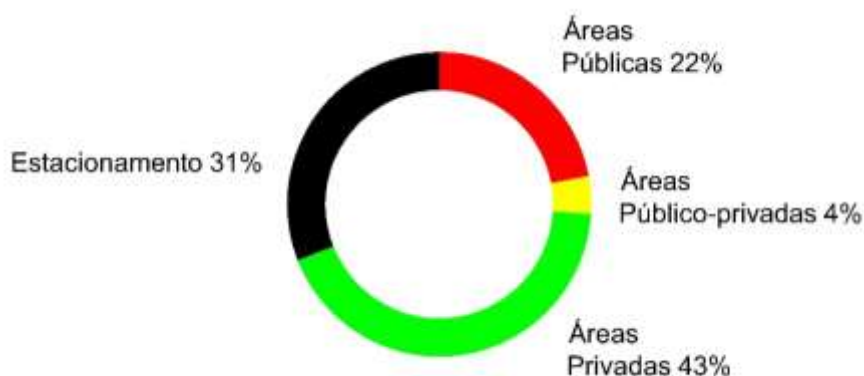
Diretrizes projetuais

Linguagem como elo de vínculo com a sociedade, mimese;
 Arquitetura como conteúdo;

Programa Diversidade do conteúdo programático:



Área e seus usos:



Critérios para definição da Localização	A União permutou área, do prédio desativado do Dnocs, com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, por dois prédios localizados na capital, que em seguida cedeu ao Estado. Sem o consentimento do Dnocs; Decisão unilateral do Governo do Estado.
--	--

Fonte: Elaborada pelo autor

FICHAS DA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO

Quadro 14 – Fichamento da Avaliação Pós-Ocupação do CDMAC

PROJETO	SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA PÓS-OCUPAÇÃO
Contexto e paisagem	<p>Uso do solo marcado por edificações fechadas e em estado de degradação; Contexto fortemente marcado por relevantes prédios históricos, institucionais, marcantes espaços livres e grande potencial paisagístico;</p> <p style="text-align: right;">Foram erificadas doze paisagens relevantes no Tabela 14 –</p>

	Fichamento da Avaliação Pós-Ocupação do CDMAC entorno da edificação.
Impactos no entorno	O contexto urbano (paisagem) não foi potencializado com a inserção da edificação; Das doze paisagens relevantes no entorno da edificação, identificadas na etapa anterior, apenas duas não sofreram relevantes interferências visuais; Considerável incremento de espaços livres; Falta de conexão paisagísticas com determinados espaços livres e edificações pré-existentes;
Valorização imobiliária	Não foi verificada dinamização imobiliária no entorno; Foi verificado um contexto urbano degradado e sem vitalidade urbana;

Fonte: elaborada pelo autor.

Quadro 15 – Fichamento da Avaliação Pós-Ocupação do CEC

PROJETO	SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA PÓS-OCUPAÇÃO
Contexto e paisagem	Uso do solo prioritariamente residencial e institucional; Contexto marcado por relevantes prédios institucionais e um marcante espaço livre, de grande potencial paisagístico; Foram verificadas seis paisagens relevantes no entorno da edificação.
Impactos no entorno	O contexto urbano (paisagem) não foi potencializado com a inserção da edificação; Das seis paisagens relevantes no entorno da edificação, identificadas na etapa anterior, duas não sofreram relevantes interferências visuais; Sem consideráveis incrementos de espaços livres; Volumetria com baixa permeabilidade e agressiva a escala da paisagem; Falta de conexão paisagísticas com o espaço livre;
Valorização imobiliária	Não foi verificada dinamização imobiliária no entorno; Foi verificado um contexto urbano de baixa vitalidade urbana;

Fonte: elaborada pelo autor.